

**OBJETOS ALHEIOS,  
HISTÓRIAS COMPARTILHADAS:  
os usos do tempo em um museu etnográfico**

**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA**  
João Luiz Silva Ferreira

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
Ranulfo Alfredo Manevy de P. Mendes

**PRESIDENTE DO IPHAN**  
Luiz Fernando de Almeida

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS**  
José do Nascimento Junior

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO**  
Dalmo Vieira Filho

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL**  
Márcia Genesia de Sant'Anna

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**  
Maria Emília Nascimento dos Santos

**PROCURADORA-CHEFE**  
Lúcia Sampaio Alho

**COORDENADOR GERAL DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**  
Luiz Philippe Peres Torelly

**COORDENADORA GERAL DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA**  
Lia Motta

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R669 ROCA, Andrea C. M.  
Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico/Andrea  
Claudia Marcela Roca. – Rio de Janeiro : MinC , IPHAN , DEMU, 2008.  
240p.; 16 x 23 cm. – (Coleção Museu, Memória e Cidadania)

Originalmente dissertação (Mestrado) defendida no PPGAS-MN-UFRJ, 2006.  
ISBN 978-85-7334-100-3

1. museus etnográficos. 2. tempos e temporalidades. 3. sociedades indígenas. 4. visitas guiadas.  
5. história e memória. I. Título. II. Série.

CDD: 069.0981

**Coleção Museu, Memória e Cidadania**

Coordenação: José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas

**EDITORACÃO**  
Mário de Souza Chagas e Claudia M. P. Storino

**ASSISTÊNCIA EDITORIAL**  
Maximiliano de Souza

**REVISÃO E COPIDESQUE**  
Camila Nin e Marcelo Mattos

**PROJETO GRÁFICO E CAPA**  
Marcia Mattos

**DIAGRAMAÇÃO**  
Conceito Comunicação Integrada

**ENDEREÇO**  
SBN, Quadra 02, 2º andar,  
Ed. Central Brasília.  
Brasília/DF  
CEP 70040-904

**TELEFONE**  
(55 61) 3414.6167

**E-MAIL**  
demu@iphan.gov.br

**PÁGINA DA INTERNET**  
www.museus.gov.br

**OBJETOS ALHEIOS,  
HISTÓRIAS  
COMPARTILHADAS:  
os usos do tempo em  
um museu etnográfico**

Andrea Roca

2008

## Volumes da Coleção Museu, Memória e Cidadania

A escrita do passado em museu históricos

*Myriam Sepulveda dos Santos*

Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios

*José Reginaldo Santos Gonçalves*

Museu, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas

*Orgs Regina Abreu, Mario de Souza Chagas, Myrian Sepulveda dos Santos*

Encontros museológicos : reflexões sobre a museologia, a educação e o museu

*Maria Célia Teixeira Moura Santos*

À Ged

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |                                                           |
|------------|-----------------------------------------------------------|
| AEE:       | Área de Extensão Educativa                                |
| 'Agencia': | Agência Nacional de Promoção Científica e Técnica         |
| CB:        | Caderno de Bitácora                                       |
| CONICET:   | Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas |
| Ent.:      | Entrevista                                                |
| FFyL:      | Faculdade de Filosofia e Letras                           |
| ICA:       | Instituto de Ciências Antropológicas                      |
| IEN:       | Instituto Étnico Nacional                                 |
| IIT:       | Instituto Interdisciplinar de Tilcara                     |
| INA:       | Instituto Nacional de Antropologia                        |
| ME:        | Museu Etnográfico "Juan Bautista Ambrosetti"              |
| MHN:       | Museu Histórico Nacional                                  |
| MNBA:      | Museu Nacional de Belas Artes                             |
| NP:        | Nota de Rodapé                                            |
| PPE:       | Programa de 'Público Escolar'                             |
| PPG:       | Programa de 'Público Geral'                               |
| SAA:       | Sociedade Argentina de Antropologia                       |
| SCA:       | Sociedade Científica Argentina                            |
| SECyT:     | Secretaria de Ciência e Técnica                           |
| TC:        | Trabalho de Campo                                         |
| UBA:       | Universidade de Buenos Aires                              |

# sumário

## **19** INTRODUÇÃO

### **31** CAPÍTULO I: UM MUSEU UNIVERSITÁRIO QUE FOI CHAMADO ‘ETNOGRÁFICO’

Apresentação

Uma história do Museu Etnográfico

- a) “Entre el exotismo y el progreso”: a etapa ‘fundacional’
- b) “Más allá de la frontera”: a consolidação e sistematização da disciplina
- c) “En el confín del mundo”: o desaparecimento de um órgão de investigação
- d) “De la Puna al Chaco”: a re-fundação do Museu Etnográfico

Uma história do Museu Etnográfico desde seu próprio presente

Quatro exposições, quatro períodos, uma história

### **81** CAPÍTULO II: O MUSEU ETNOGRÁFICO “JUAN BAUTISTA AMBROSETTI”

Um pequeno museu da cidade de Buenos Aires

O ‘universo visível’ do Museu Etnográfico: as exposições

O ‘universo invisível’ do Museu Etnográfico: os depósitos

Quem faz o Museu Etnográfico

Uma gestão de dezoito anos em um museu que fez cem

Continuidades: algo a mais do que uma prolongação no tempo

### **121** CAPÍTULO III: ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA NAS VISITAS AO MUSEU ETNOGRÁFICO

A ‘ante-sala’ das visitas guiadas: a Área de Extensão Educativa

Histórias ‘dos séculos XV e XIX’

- a) “Incas y Señores: la llegada de un Imperio a los Andes del Sur”
- b) “Platería mapuche: mucho más que joyas”

Docentes: buscas e perguntas

Os guias: respostas em uma hora

Arqueologia, história e antropologia nas visitas ao Museu Etnográfico

## **175** CAPÍTULO IV: TEMPOS E TEMPORALIDADES NO MUSEU ETNOGRÁFICO

Os usos do tempo

O tempo da visita

Tempos e temporalidades em uma hora

Museus colonialistas vs. museus do colonialismo

A criação da memória: o passado como projeto

Objetos alheios, histórias compartilhadas

## **207** CONCLUSÕES

## **223** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## **233** ANEXOS



# agradecimentos

**este LIVRO** é resultado da minha dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN-UFRJ). Quero agradecer, por tanto, aos professores que acompanharam minha formação nessa instituição: Moacir Palmeira, Giralda Seyferth, José Sérgio Leite Lopes, Lygia Sigaud, Antonio Carlos de Souza Lima, Adriana Vianna, Luiz Fernando Dias Duarte, Márcio Goldman, Carlos Fausto e Antonádia Borges.

Meu agradecimento mais profundo ao meu orientador, João Pacheco de Oliveira. Seu constante estímulo intelectual me acompanhou durante a realização deste trabalho, oferecendo-me generosamente seu saber e sua experiência através de reuniões colmadas de discussões, esclarecimentos e correções, como também de muita compreensão e paciência.

Meu reconhecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que permitiu minha dedicação integral a esse mestrado.

Ao pessoal do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN; especialmente, a Mário Chagas e José do Nascimento Junior, que tornaram possível a publicação deste livro.

Aos integrantes dos Grupos de Trabalho e dos Seminários Temáticos de Patrimônio Cultural da ABA e da ANPOCS; especialmente a Regina Abreu, Myrian Sepúlveda dos Santos e José Reginaldo Santos Gonçalves, os quais têm sido valiosos interlocutores.

Aos meus informantes e ao pessoal do Museu Etnográfico, meu reconhecimento e gratidão por uma contínua disposição e colaboração para meu trabalho; especialmente, ao Dr. José Antonio Pérez Gollán e à Marta Dujovne por

terem me oferecido apoio constante. À Silvia Calvo, por me ter aberto as portas da Área de Extensão Educativa, ajudando-me em todo momento. Aos guias do Museu Etnográfico, com quem compartilhei tantas visitas guiadas e jornadas inteiras de trabalho; particularmente à Verónica Stáffora. Minha gratidão também à Mónica Ferraro (Biblioteca) e Gonzalo Iparaguirre (Arquivo Foto-gráfico e Documental), e muito destacadamente ao arqueólogo Javier Nastri.

Quero agradecer também a colaboração daquelas pessoas que, oferecendo-me generosamente seus pontos de vista, contribuíram de diferentes maneiras para a elaboração dessa dissertação: Susana Bianchi, Raúl Mandrini, Rosana Guber, Claudia Briones, Roxana Boixadós, Axel Lázzari e Irina Podgorny.

A todos meus professores anteriores da Universidade de Buenos Aires, que, sem dúvida, encontram-se presentes neste trabalho; principalmente à Claudia Briones, Axel Lázzari e Roxana Boixadós, e sobre tudo ao meu orientador, Pablo Wright.

À comunidade argentina do PPGAS (e suas extensões): Horacio Sívori, Fernando Rabossi, Laura Zapata, Rolando Silla, Fabio Mura e Alexandra Barbosa da Silva, Laura Masson, Hernán Gómez e Débora, Mariana Paladino; muito especialmente à Claudia Mura, que compartilhou todos e cada um dos momentos da minha escrita com especial carinho e contenção.

Às pessoas que conheci através do mestrado, traçando com elas os prazerosos caminhos da amizade: Maria José Alfaro Freire, Vanessa Andrade Pereira, Simone Conceição Silva, Tania Ferreira, Patrícia Reinheimer, Kátia Schweickardt e Mila Burns Nascimento; fundamentalmente à Andrea Lacombe, unindo-me a ela códigos e histórias de vida que transcendem nosso encontro no PPGAS, e com quem reivindico diariamente o esforço, o valor e a alegria desses caminhos.

À Alejandra Saladino, pela amizade e o estímulo constantes.

Aos meus amigos de sempre: Joshua Price, Carina Lucaioli, Verónica Liljestrom, Gabriel D'Iorio, Andrés Brandani, Juan Pablo Cervera Novo, Iván Cherjovsky, Javier García e Mariana, Sebastián López, Marcos Parraud, Silvia Velárdez, Vincent, Beto, Fabián Glagovsky, Daniel Szapiro, Ivanna Otero, Juan Pablo Enis, Denise Laferriere, Virginia Vecchioli e Mônica D'Uva, que me acompanharam incondicionalmente, no afeto, ao longo desses anos; muito

especialmente à Cynthia Rivero, Débora Rifkin, Marina Guastavino, Paula Lanusse e Gustavo Pérez Cabriada.

À minha família, por me acompanhar na satisfação de meus projetos; especialmente minha mãe e, dentre meus oito irmãos, principalmente Liliana, que com Cristina, Elena e Sabina me fazem viver no espaço de um afeto interminável. À minha adorada sobrinha Julieta, que durante o mestrado encheu meu quarto brasileiro com seus desenhos e minhas horas de saudades com suas ligações.

Às minhas amigas eternas no Brasil: Eli, Marilene, Vera, Renio e, muito especialmente, minha queridíssima Zezé.

À Marcelo Barros e Mirta Ana Zbrun, por tantos caminhos, atalhos e trilhas de conhecimento.

Ao meu 'irmão da vida', Paulo Finocchi.

À María José Quesada Pérez, *con quien tanto quería*.

Por último, quero dedicar este livro à memória do meu pai, que, em algum lugar, continua cumprindo a terrível condenação de não poder estar quando eu o invoco, como hoje.



# prefácio

**Houve um tempo** em que os museus eram o lugar por excelência, onde se exibia a diversidade humana. Objetos de terras distantes, carregados de usos e significados exóticos, serviam para ilustrar o processo de hominização e um distanciamento progressivo da natureza, com a formação de um legado de cultura (ainda no singular). O estudo da civilização se fazia no âmbito da história natural e incorporando as idéias do Iluminismo. Os dogmas teológicos foram assim substituídos por uma dimensão racional e investigativa, na linguagem do difusionismo e do evolucionismo, praticando uma antropologia da urgência.

Mas a herança cultural era variada e heterogênea, dispondo o gênero humano em coletividades assimétricas ao longo do planeta e nas diferentes épocas. Os museus do século XIX, da época da expansão colonial, eram assim templos e catedrais onde se celebrava a superioridade do Ocidente e justificava a missão civilizatória dos europeus.

Num segundo momento a antropologia se fez sobretudo texto, tornando-se um saber especializado, transmitido em um outro cenário, as salas de aula das universidades. As pesquisas intensivas de campo, a explicação funcional e a exploração analítica de universos fechados conduziram ao relativismo e à ênfase em unidades diacríticas e auto-referidas. A antropologia se desgarrou da história e da arqueologia, os componentes da natureza e ambientais passaram a serem vistos como secundários, quase aleatórios. Os estudos das interconexões entre as culturas foram abandonados em benefício da comparação entre estados sincrônicos, cujo horizonte só permitia vislumbrar hipóteses de transformações lógicas.

As coleções ficaram órfãs de uma relevância científica que viesse a ultrapassar uma significação sociocultural específica, base bastante limitada para os ensaios de uma nova museografia. As tensões acarretadas por esses experimentos setoriais não abalaram a grande narrativa dos museus coloniais, no máximo contribuíram para moderar sua unilateralidade e triunfalismo. O preço a pagar, no entanto, foi alto, reforçando uma hierarquia e radical separação entre a atividade científica (especializada e letrada) e a produção de saberes para o grande público.

Vivemos hoje um terceiro momento. Trata-se agora, como dissemos em outra ocasião,<sup>1</sup> de focalizar os museus etnográficos, enquanto *locus* de acumulação de objetos e imagens do colonizado, instituídos por conjuntos identificáveis de atores sociais de diferentes épocas e lugares. Narrativas, significados e emoções transportadas por tais agentes vieram a estar incorporados nessas materialidades, enquanto portadores de sentidos (ditos “étnicos”) que, embora naturalizados, eram de certo modo passíveis de serem reinterpretados e ressemantizados a cada novo contexto.

Em tal perspectiva as coleções, exposições e reservas técnicas dos museus tornam-se objetos excepcionais de investigação, propiciando aos antropólogos um fundamento concreto para o exercício da reflexividade e para uma compreensão mais ampla dos usos sociais a que está destinada a investigação antropológica. Viajantes, etnógrafos, administradores de instituições científicas, curadores e técnicos de diversos matizes se articulam em redes com formas e temporalidades distintas, mas sem as quais seria impossível pensar criticamente tanto a história da disciplina quanto o modo pelo qual o Ocidente constrói para si mesmo, mas com uma pretensão universalizante, um repertório de imagens sobre os povos não ocidentais.

Nesse cenário, a própria antropologia e os seus objetos não são mais os mesmos. A antropologia atual busca pensar-se enquanto empreendimento hermenêutico, evitando cristalizar clivagens dicotômicas entre conhecimento científico e outros saberes, preocupando-se com a experiência e a dimensão da emoção, das mensagens que não são apenas textos, com as variações individuais. Os nativos são reconhecidos como portadores de direitos e estratégias

---

1. PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O retrato de um menino Bororo**: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 85-111, jul./dez. de 2007. A referência aqui feita é das p. 87/88.

políticas, a sua apreensão enquanto interlocutores sendo indispensável à contextualização das teorias científicas e a uma compreensão mais aprofundada de suas evidências e limitações.

A pesquisa realizada por Andréa Roca sobre o *Museu Etnográfico Juan Bautista Ambrosetti*, de Buenos Aires, apresentada como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, é uma excelente demonstração da nova e mais complexa relação que se está entretecendo na contemporaneidade entre os antropólogos e os museus etnográficos.

Resultado de uma investigação rigorosa e exemplar, o trabalho propicia uma informação aprofundada sobre a formação e a estrutura de funcionamento desse museu, fornecendo um retrato vivo de sua complexidade, oscilações, desafios e potencialidades. A autora nos oferece ainda ricos elementos para uma compreensão da história da disciplina na Argentina, bem como das representações vigentes entre o público letrado sobre as populações autóctones desse país.

O centro do trabalho gira em torno da análise dos *usos do tempo* que o museu propõe aos seus visitantes. Não se trata apenas de múltiplas temporalidades de que estão potencialmente embebidos os objetos e imagens que integram o patrimônio de um museu, refletindo desse modo os discursos do produtor desses artefatos, de seus usuários, do coletor, de antropólogos e técnicos de diferentes gerações e escolas, e por fim de públicos de diferentes épocas, vivências e preocupações. O próprio museu, em sua configuração atual, enquanto um projeto intelectual de equipe e institucional, é um instrumento que promove o entrecruzamento e a articulação de todas essas temporalidades, produzindo narrativas e experiências atuais. Isso se faz em um complexo jogo, lúdico e cognoscitivo, de inventariar, classificar, selecionar, exibir, esquecer ou omitir. Mas sempre interpretando e requalificando os acervos coloniais anteriores.

A originalidade da pesquisa se expressa na estratégia de investigação, onde as visitas guiadas revelam-se como a base de uma etnografia cuidadosa e competente. A produção de sentido não decorre da operação inconsciente de estruturas pré-existentes, mas da observação do processo de interação entre dois grupos sociais, os guias e os visitantes, e do horizonte comunicativo que

se estabelece entre eles. Não há significados intrínsecos nem uma essência permanente da mensagem a ser revelada. A intenção do criador não é uma hipótese explicativa arbitrária nem *a priori*, ela só pode ser revelada através do exame de uma multiplicidade de situações sociais observadas. A construção do sentido deve advir da descrição e análise da ação social, de como os atores expressam os seus juízos e valores, reapropriando-se continuamente de significados precedentes e dos novos conteúdos que lhes foram transmitidos.

Nota-se atualmente uma enorme dificuldade dos museus em lidar com os seus acervos coloniais e com as questões deles decorrentes (como a crítica da exotização e da estetização, as acusações de etnocentrismo e racismo, os pedidos de devolução e repatriamento etc). As diatribes lançadas quase cem anos atrás por intelectuais vinculados a movimentos futuristas, preocupados com a radical renovação das formas artísticas, ainda colocam os responsáveis pelos museus e patrimônios em uma postura defensiva.<sup>2</sup>

Por sua vez, os antropólogos sociais preferiram elaborar uma visão alternativa sobre as populações autóctones da América partindo de monografias e textos escritos, mais recentemente complementados por outras mídias.<sup>3</sup> Ratificaram de certo modo aquele segundo momento (de que falamos no início), caracterizado por um movimento de afastamento dos museus e de suas coleções. É como se com o esfacelamento do colonialismo e a chamada descolonização, fatos característicos dos meados do século XX, o relativismo antropológico nos pudesse transportar diretamente ao mundo fragmentário da pós-modernidade, com o suposto fim dos grandes relatos e ideologias.

O trabalho de Andrea Roca nos permite questionar seriamente um tal encaminhamento. O imaginário do colonialismo não será modificado exclusivamente pelo abandono de antigos acervos e sua substituição por novos instrumentos de comunicação. Como a análise das visitas guiadas ao Museu Etnográfico de Buenos Aires nos revela, é necessário e imprescindível um trabalho crítico de reconceituação dos acervos coloniais, praticando um movimento de catarse e libertação de preconceitos e estigmas, livrando-nos das

---

2. Um exemplo drástico, mas não único nem isolado, é o famoso manifesto divulgado em 1910 pelo pintor e escultor Umberto Boccioni, que com imagens e uma retórica especialmente forte demonstra seu desapareço pelas instituições reprodutoras da alta cultura: "Vamos! Ateiem fogo nas estantes das bibliotecas! Desviem os canais de irrigação para inundar os museus (...) Deixem que eles venham, os alegres incendiários, com seus dedos em brasas!". BOCCIONI, Umberto et alii. Manifesto of the futurist painters, 1910. In: *Futurist Manifestos*. U. Apollonio (editor). Viking, 1913.

3. Como o filme, o vídeo, CDs de músicas, narrativas e depoimentos, a TV e a Internet.



representações dominantes cristalizadas nas histórias nacionais. A vocação crítica da antropologia deve expressar-se não apenas na busca de narrativas locais, desconhecidas e desvalorizadas, mas também na revisão inclemente dos pressupostos colonialistas e racistas que ainda alimentam muitas das nossas idéias e sentimentos.

Por fim cabe comentar como é oportuna e auspiciosa a publicação dessa exemplar dissertação por iniciativa do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (DEMU-IPHAN). É a meu ver uma contribuição substantiva e valiosa para uma compreensão mais ampla das perspectivas colocadas pelas recentes pesquisas antropológicas, bem como pela comprovação da potencialidade de grandes equipamentos culturais, como os museus etnográficos.

Os acervos coloniais de largo porte, existentes em instituições como o Museu Nacional, entre outras, representam algo de valor único e inestimável para as populações autóctones. Através dessas peças e coleções é possível falar de momentos e aspectos cruciais do passado dos povos originários, um fator que certamente terá um peso decisivo no processo de atualização das culturas indígenas e na reativação de suas memórias, narrativas, performances e projetos de futuro. No momento atual, uma parcela importante dos antropólogos e de equipes de museus etnográficos já se apresentam como partícipes e colaboradores desse movimento.

Rio de Janeiro, agosto de 2008.

João Pacheco de Oliveira

*Professor Titular e Curador Científico (Etnologia) do Museu Nacional (UFRJ)*



introdução

**C**riado em 1904, vinculado à Universidade de Buenos Aires e sob a dependência da Faculdade de Filosofia e Letras pertencente a essa instituição, o Museu Etnográfico “Juan Bautista Ambrosetti” foi uma das principais sedes do nascimento da antropologia como disciplina científica na Argentina, como também cenário do seu posterior desenvolvimento e sistematização. A história desta instituição será apresentada no primeiro capítulo do trabalho, mas adiantamos que este ‘museu universitário’ de 100 anos de idade encontra-se, desde 1987, sob a mesma direção.<sup>1</sup> Segundo informações colhidas durante nosso período de campo, marca-se um ponto de inflexão a partir dessa data, um antes e um depois dentro deste século de vida. Desde aquele momento, foi colocado como objetivo eliminar a idéia de ‘povos *sem história*’, assim como, também, ‘devolver’ aos indígenas seu lugar na história da Argentina (Dujovne, 1995).

As devoluções mencionadas não implicam a inserção das sociedades indígenas naqueles possíveis interstícios oferecidos pela chamada história oficial, completando-a assim com os esquecimentos que esta pudesse ter tido. Pelo contrário, assistimos a uma desestabilização do discurso hegemônico e a uma reinvenção de uma história diferente, que, realizada a partir de um centro de pesquisa, tal como um museu universitário, apresenta-se tão incompleta e aberta como qualquer outra análise social. Este compromisso histórico não é

---

1. No momento em que estava finalizando a escrita deste trabalho (dezembro 2005), o diretor do Museu Etnográfico, Dr. José Antonio Pérez Gollán, foi chamado para assumir como diretor do Museu Histórico Nacional. A partir desse momento, a direção do Museu Etnográfico passou à Dra. Myriam Tarragó, que continua no cargo até hoje.

inovador, se considerarmos que tem sido abordado há décadas pela historiografia argentina. Mas no caso do Museu Etnográfico, temos que pensar que tal recuperação é realizada nesse espaço, no qual é comum chegar pressupondo encontrar ‘coisas dos outros’, e que as configurações capazes de estremecer as representações prévias são construídas *através de objetos*, e transmitidas por intermédio deles.

Esses objetos, que fizeram parte de um acervo concebido sob o paradigma evolucionista e foram acumulados a partir de uma prevalecente e constante tradição arqueológica, são afastados agora das primeiras motivações que os reuniram, dando-se a conhecer através das exposições deste museu, sendo ressignificados com as perguntas que, para eles, são formuladas no contexto das visitas guiadas. Como tentaremos expor e demonstrar, traçam-se estrategicamente temporalidades, através das quais as devoluções propostas são articuladas, excedendo-se então a condição passada do tempo que os objetos parecem carregar por si mesmos. Através de uma particular *mise-en-scène* com objetos do passado, colocam-se em questão problemas sociais, indo além de uma narrativa restrita às sociedades indígenas.

Encontramos, naqueles usos que o Museu Etnográfico faz do tempo, o eixo que possibilitaria articular essas instalações; por isso nosso trabalho tentará diagnosticar antropologicamente as transformações e os enredos temporais criados neste museu, assim como suas possibilidades de uso, interpretando-os como atos políticos, desde o momento em que são capazes de definir direções e provocar mudanças para uma produção de visibilidades e legitimidades históricas. Trata-se, portanto, de uma etnografia de suas produções e transmissões temporais.

A particularidade da nossa análise reside no fato de que a abordagem será realizada, principalmente, no contexto das visitas guiadas, interpretando-as em si mesmas como um momento – ou seja, um intervalo de tempo – no qual convergem e articulam-se temporalidades de objetos, cédulas, vitrines, indígenas, escolares, visitantes, docentes, guias, antropólogos, arqueólogos, historiadores, autoridades e outros pesquisadores. As questões, os problemas, os tempos e os atores não são comparáveis, entretanto encontram-se todos reunidos na mesma situação. Dessa maneira, consideraremos a visita guiada como uma ‘situação etnográfica’, no sentido explorado por João Pacheco de

Oliveira, onde “...os atores interagem com finalidades múltiplas e complexas, partilhando (mesmo que com visões e intenções diferentes) de um mesmo tempo histórico.” (2004:16).

\* \* \*

Este trabalho traça uma continuidade com nossa investigação anterior, desenvolvida em ocasião da dissertação de graduação.<sup>2</sup> Focalizada em uma análise dos sistemas classificatórios do Museu Etnográfico e do Museu Histórico Nacional, naquela oportunidade indagamos como teriam sido organizadas as narrativas sobre o *nós* e o *eles*, a partir das classificações que cada um destes museus realizava sobre os objetos dos seus acervos.

Durante aquele período de campo (2002-2003), tivemos conhecimento da forte tradição arqueológica que, ainda hoje, conserva este museu, cuja maioria de seus integrantes pertence a essa disciplina e a maior parte dos projetos de pesquisa – que têm o museu como lugar de trabalho – são arqueológicos; aliás, nele são oferecidos algumas disciplinas e seminários somente para essa orientação.

Se considerarmos as investigações que são feitas sobre suas coleções, esta situação torna-se razoavelmente esperável. Mas o reconhecimento desta ‘população de arqueólogos’ foi acompanhado, simultaneamente, por outro: soubemos que o caráter etnográfico do museu era questionado por alguns antropólogos sociais (vários deles vinculados às problemáticas indígenas), manifestando um aberto desinteresse para com ele, ou assinalando sua ‘*falta de atualidade*’. Sob este mesmo suposto, inclusive era definido como ‘*o museu dos índios mortos*’. Estas considerações não eram unânimes, mas o caráter etnográfico questionado e a falta de atualidade atribuída conduziram-nos a perguntar de que e de quem estaríamos falando (ou de que e de quem, quiçá, deveríamos falar) quando pensamos em um museu etnográfico.

A profunda cisão aberta pela descontinuidade do mundo colonial permitiu que os indígenas fossem destinados a museus de antropologia e/ou arqueo-

---

2. Roca, A. (2003) - “La vecindad de los objetos: lo propio y lo ajeno en el estudio de los sistemas clasificatorios del Museo Histórico Nacional y el Museo Etnográfico” - Dissertação para a obtenção do título de ‘Licenciada en Ciencias Antropológicas (Orientación Sociocultural)’ - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Orientador: Dr. Pablo Wright.

logia, reservando os museus de história à civilização ocidental (Pérez Gollán e Politis, 2004), quer dizer, a construção da alteridade foi considerada como uma tarefa própria dos museus etnográficos, sendo compreensível, a partir daquela herança, a associação imediata entre eles e as sociedades indígenas. Mas, ao mesmo tempo, achamos que remeter à falta de atualidade no museu ou assinalá-lo como um espaço de ‘índios mortos’, estava projetando-se nele, aliás, outro tipo de alteridade, reforçada aparentemente por um dos imperativos atribuídos à instituição museológica, em geral: desde o momento em que, nela, esperamos encontrar objetos conservados e/ou resguardados da passagem do tempo, esta se transforma em mais um protagonista das nossas expectativas, desenhando conjuntamente uma outra distância, desta vez em relação ao passado. Dessa maneira, a expectativa de se deparar com ‘índios mortos’ parecia se configurar, então, a partir da descontinuidade já mencionada, onde uma antropologia e uma arqueologia coloniais teriam se reunido, no Museu Etnográfico, para falar dos Outros e de tempo passado, respectivamente.

Enquanto apareciam nossas primeiras inquietações em torno do papel do tempo em um museu etnográfico, compreendemos que responder à pergunta formulada acima gerava novas questões agrupadas em três eixos, com desenvolvimentos históricos simultâneos: o primeiro deles, em torno da evolução destes museus (incluindo, nela, a relação dos antropólogos com a cultura material, as transformações dos ‘museus coloniais’ em ‘museus do colonialismo’ etc); o segundo, quanto ao desenvolvimento da teoria antropológica e a mobilização histórica dos seus próprios conceitos; por último, na particularidade que tiveram na Argentina estes dois desenvolvimentos (principalmente na cidade de Buenos Aires). Tudo isso reformulava nossa pergunta da seguinte maneira: de que e de quem falamos (ou de que e de quem, quiçá, deveríamos falar) quando falamos do Museu Etnográfico da Cidade de Buenos Aires?

As funções que as atuais autoridades assumem como intrínsecas ao papel social de um museu universitário – *investigação, conservação, difusão, docência e exibição* – são feitas a partir de objetos, e em relação a diferentes grupos de pessoas. Se tais relações ‘são e fazem’ as atividades do Museu Etnográfico, era necessário, então, identificá-las, para assim configurar os modos de ser e fazer desta instituição. Entretanto, essa atualidade não poderia ser compreendida por fora de um passado que, de alguma maneira, a continha e a explicava;

por isso, propusemos uma frente de pesquisa diferente e partimos para o conhecimento de sua história.

Através dela soubemos que o Museu Etnográfico foi o mais importante cenário dos rumos tomados pela antropologia portenha entre as décadas de 40 e 70. Como veremos no Capítulo I, sob o domínio quase absoluto das idéias da chamada Escola Histórico-Cultural, as figuras dos seus paladinos José Imbelloni e Marcelo Bórmida ficaram vinculadas à etnografia. Além do mais, naquele momento esta era associada univocamente ao conhecimento das sociedades indígenas, as quais foram transformadas em sinônimo de ‘direita’ por terem sido relacionadas à posição política destes personagens (os quais controlavam, naquele momento, a realização de estudos etnográficos). Durante nosso trabalho de campo e no contexto das entrevistas, alguns antropólogos fizeram referência ao ‘*karma*’ que arrasta o Museu Etnográfico devido a estas figuras, manifestando a distância que preferem manter com um espaço ‘*cheio de fantasmas*’ e más lembranças.

Cremos que ter tomado a decisão de abordar a história desta instituição foi, sem dúvida, um passo importante em nosso trabalho, mas pequeno se comparado com a fecundidade dos seus alcances, ao longo de toda a investigação. Além de compreender um dos motivos que teria favorecido esta aparente distância entre a antropologia social e o Museu Etnográfico, o conhecimento da sua história nos introduziu em seus *modos de ser e de fazer* no passado. Os usos do tempo que ali apareciam estavam articulados com concepções teóricas, com modos de fazer ciência e gerar conhecimento, com posições ideológicas e suas conseqüências. A ‘*falta de atualidade*’ aludida por alguns antropólogos sociais tomava uma forma quase palpável dentro daquele passado – mas então, quais as diferenças com este presente? Não teria mudado nada? Se, dentro de um século de existência, teriam se traçado, sempre, distâncias entre passado e presente, estas seriam as mesmas?

Nossa pesquisa foi orientada, então, à busca do tratamento do tempo, à guisa de práticas atuais que são reconhecidas como diferentes. Por isso, era necessário abordar a diversidade de relações que configuram esse tratamento, levando-nos a perguntar, portanto, a quê e a quem se opõe ou discute, como também por quem é organizado, a partir de qual lugar e por quê, até finalmente como é transmitido.



Por outro lado, consideramos que se a falta de atualidade aludida foi baseada na ausência de investigações que abordassem à situação indígena contemporânea, nada pode assegurar que sua produção atual seja, por si mesma, uma garantia de proximidade. Aliás, se a atualidade de uma exibição consistia nisso, aquilo que se encontrava ausente era então o trabalho atual dos antropólogos, mas não as sociedades indígenas. Estas estavam aí, e de uma maneira que o par ‘presença/ausência’ não conseguia explicar.

\* \* \*

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Pelo fato da atualidade do Museu Etnográfico se inserir em um processo de um século de existência, no Capítulo I desenvolveremos uma história desta instituição, baseando-nos em seu material institucional, suas publicações, folhetos e algumas entrevistas. A abordagem sobre estes fatos do passado foi realizada sob um olhar etnográfico, na medida em que as perspectivas dos atores envolvidos constituem o eixo sobre o qual gira nossa análise, tentando dar conta – a partir destas ‘visões nativas’ – das particulares configurações que tiveram lugar entre práticas científicas, concepções teóricas e implicações ideológicas. Aproximando-nos dos usos do tempo que, anteriormente, ali tiveram lugar, o Capítulo I tem como objetivo apresentar a complexidade e espessura histórica desta instituição, como também sua relevância para uma compreensão das mudanças acontecidas desde 1987.

Fazendo uma espécie de ‘zoom’ para focalizarmos esta atualidade, no Capítulo II propor-nos-emos introduzir o leitor na contemporaneidade do Museu Etnográfico e de seus atores. Tomando a organização espacial como desculpa, nele temos de realizar um percurso para apresentar a conformação das suas áreas de trabalho, suas exposições, depósitos e arquivos, suas concepções teóricas e museológicas, suas investigações e suas dinâmicas interdisciplinares de funcionamento, dando conta, então, do contexto de produção a partir do qual são elaboradas exposições e visitas guiadas.

A leitura destes dois primeiros capítulos permite-nos compreender as mudanças acontecidas na tradição arqueológica do Museu Etnográfico – e os conjuntos de interpretações sobre o passado, com os quais discutem as práti-

cas atuais. Sem dúvida, a arqueologia tem sido uma das mais ricas produtoras de pensamento e distância temporal, fornecendo-nos uma multiplicidade de enquadramentos, esquemas e classificações que pretendem dar uma ordem à imensidão do tempo do mundo. Entretanto, como desenvolveremos mais adiante, consideramos que a arqueologia exibida por este museu não poderia ser interpretada – pelo menos, não unicamente – como fornecedora de tal distanciamento.

Fazendo então um novo ‘zoom’, no Capítulo III indagaremos as formas pelas quais a investigação ali desenvolvida nos é apresentada, transmitindo-se ao público através do que temos chamado “o tempo da visita”. A partir da análise de duas visitas guiadas – definidas pelos atores como arqueológica e histórica – interrogar-nos-emos em torno das temporalidades que ali são construídas e articuladas, narrativa e expositivamente. Objetos, história e arqueologia convergem simultaneamente no tempo da visita, para transformá-la em um campo de aplicação de conceitos antropológicos, mobilizando então a condição passada dos objetos, traçando nas suas leituras outras temporalidades que, junto com novas perguntas, transformam distâncias em proximidades.

Por último, no Capítulo IV aprofundaremos a construção, a relevância e as possibilidades dessas transformações temporais, baseando-nos principalmente nos enfoques de Johannes Fabian (1983) e Norbert Elias (2000).

Na identificação e análise das construções temporais que acompanharam as produções antropológicas no percurso da disciplina, Fabian (op.cit.) propõe os usos do tempo como um dos elementos-chave para o traçado de distâncias entre si mesmo e o Outro. Segundo esse autor, esta possibilidade de localização haveria de transformá-los em atos políticos desde o momento em que se tornam ferramentas eficientes para estabelecer aproximações ou distâncias, presenças ou ausências no tempo do pesquisador. Temos de recuperar o caráter político assinalado, mas consideramos que este autor parte, basicamente, de uma perspectiva dicotômica de formas espaço-temporais (passado = distância / presente = proximidade): consistentes pontos reflexivos de partida (‘bons para pensar’) tornam-se insuficientes para abordar as complexas justaposições de tempos realizadas durante as visitas deste museu. Por isso, para uma análise da articulação e apreensão destas gramáticas temporais incorporaremos a perspectiva de Elias (op.cit.) acerca do caráter socialmente

construído do tempo, as temporalidades e a elaboração das suas seqüências, sendo possível, dessa maneira, desnaturalizá-las para compreendê-las – pelo contrário e paradoxalmente – como necessários produtos arbitrários, contingentes e carregados de historicidade.

As transformações temporais implicariam, sem dúvida, a criação de novas representações. Abordaremos aquelas que haverão de ser substituídas a partir da ‘invenção da tradição’ proposta por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), e o trabalho da ideologia como ‘fixação de significados’, elaborado por Stuart Hall (1985), identificando então *repetições, equivalências e diferenças* que, aparecendo sob inúmeras formas, respondem à estrutura de representações sobre a qual ainda sobrevivem as imagens da história oficial. A presença desta é, para nós, uma tese aceita, que, não obstante, deve ser explicitada em sua variedade de caminhos.

Quanto à produção de representações renovadas, temos de incorporar a noção de ‘invenção’ proposta por Roy Wagner (1981) para contextualizar e fazer compreensíveis os constantes processos inacabados de formação de identidades, que parecem ter lugar nas exibições deste museu. Conjuntamente, problematizaremos essa mobilidade no enquadramento das formulações de Pierre Nora (1984) acerca dos museus como ‘lugares de memória’ coletiva, para propô-los, diferentemente, como espaços onde uma memória – não coletiva – deve ser criada permanentemente.

\* \* \*

Nosso trabalho de campo foi realizado em duas etapas. A primeira delas teve lugar entre janeiro e março de 2005, coincidindo com o período de férias em Buenos Aires e encontrando-se, por isso, reduzidas as atividades do Museu Etnográfico, e retornamos a ele entre agosto e setembro do mesmo ano.

Por causa da nossa investigação anterior e o conhecimento prévio do pessoal deste museu, a entrada no campo se deu de uma maneira direta. Aliás, tal como aconteceu daquela vez, nosso trabalho foi recebido com entusiasmo e expectativa, pelo fato de ser percebido como uma oportunidade de conceder visibilidade a uma instituição que não dispõe dos meios suficientes

para uma boa difusão, e que por tal motivo refere freqüentemente à *'falta de reconhecimento'*.

Na primeira etapa, nossas observações diretas começaram nas visitas guiadas para 'público geral', enquanto, pelo motivo antes comentado, as visitas para 'público escolar' só puderam ser abordadas na segunda. Através destas instâncias, conhecemos os diversos modos de aproximação do Museu Etnográfico e as estratégias que preparam para uma heterogeneidade de visitantes; ao mesmo tempo, permitiam-nos conhecer, de maneira direta, as bagagens desses visitantes, para assim articulá-las à mensagem que o museu procura transmitir, e compreendê-la então com outra profundidade.

Devido a nossa especial atenção às visitas guiadas, temos mantido, durante ambos os períodos, entrevistas abertas com quase todos os guias, e também com o pessoal da Área de Extensão Educativa, onde elas são elaboradas. Como explicaremos oportunamente, a incorporação recente de novos guias marcava graus distintos de preparação: esta desigualdade nos foi assinalada por estas mesmas pessoas, com certo pudor (no sentido de assumir que ainda se encontravam no momento de treinamento e aprendizado, e que suas visitas 'não seriam tão boas e/ou completas' como aquelas presenciadas durante o primeiro período, realizadas por guias com quase dois anos de experiência). Respeitando a percepção que essas pessoas tiveram dessa diferença e perante este pedido implícito, só algumas delas serão identificadas em nosso trabalho, enquanto outras aparecerão simplesmente nomeadas como 'guias'.

Para indagar a recepção dos conteúdos transmitidos nas visitas guiadas, temos mantido, assim mesmo, entrevistas e conversações informais com algumas docentes, como também com pessoas que assistiram às visitas de 'público geral'. Estas instâncias tiveram lugar dentro do museu e logo em seguida à visita: nesta estreita margem de tempo, algumas destas pessoas tiveram que se retirar apressadamente, a maioria das vezes sem sequer ter a possibilidade de perguntar-lhes acerca de uma explícita visibilidade de sua participação para este trabalho; por tal motivo, decidimos colocar seus registros de maneira igualitária, sem mencionar seus nomes.

Além do contexto das visitas guiadas e as pessoas que o compõem, temos realizado entrevistas abertas com o resto do pessoal do museu e alguns funcionários, como também com antropólogos sociais, arqueólogos e historia-

dores que não pertencem a esta instituição. Devido à continuidade de nossa investigação anterior, temos recorrido também a entrevistas e registros realizados naquele momento, embora encontrando neles dados ‘novos’ ao lê-los a partir de perguntas diferentes.

Ao mesmo tempo temos permanecido, durante ambos os períodos, no contexto da observação participante dentro do museu. Nossa presença, durante jornadas inteiras, permitiu-nos ingressar a cada uma das áreas, aceder a seu funcionamento e dinâmicas cotidianas, como também às interações que mantêm entre si.

Por outro lado, a pesquisa, feita através do levantamento de documentos institucionais, produções internas, publicações e material fotográfico, exigia uma permanência prolongada em espaços como a Biblioteca, o Arquivo Fotográfico e Documental e a Área de Extensão Educativa. Estas instâncias nos ofereceram a possibilidade de conhecer mais profundamente suas dinâmicas. Para citar só um exemplo, estando na Área de Extensão Educativa presenciávamos as discussões entre os guias acerca de tal ou qual temática ou material, escutávamos seus comentários e percepções acerca das visitas e escolas, tivemos acesso às maneiras em que se combinavam as visitas ao telefone; pelo fato de estar aí, também aconteceu que fôssemos convidados para participar das suas reuniões gerais. Não deveríamos deixar de mencionar que, quando demos por finalizado nosso trabalho de campo, fomos inclusive solicitados a fazer uma devolução a esta área, analisando suas atividades à luz da nossa pesquisa.

\* \* \*

Queremos advertir o leitor acerca de alguns usos tipográficos neste trabalho. As ‘aspas simples’ aplicadas a letras em *itálico* correspondem a categorias e enunciados nativos, enquanto aqueles aplicados à tipografia normal respondem às nossas próprias expressões, reservando as “aspas duplas” para nossas categorias analíticas. O uso de *itálico* corresponde a palavras por nós destacadas. As citações bibliográficas e as entrevistas serão, sempre, transcritas em *itálico* e entre aspas duplas, esclarecendo-se logo a fonte respectiva, entre parênteses. Restringidos somente às citações, os usos em **negrito** cor-

responderão à ênfases nossas ou do original, distinguindo-os também oportunamente para cada caso. As siglas utilizadas encontram-se indicadas no momento de aparição; não obstante, a fim de facilitar a leitura, acrescentamos, no começo deste trabalho, um ‘Índice de siglas e abreviaturas’.

\* \* \*

Por último, queremos adiantar aqui que nossa investigação não pretende discutir quais deveriam ser as construções temporais apresentadas pelo Museu Etnográfico, e o tipo de relações a serem articuladas através delas. Diferentemente, tentaremos indagar – através das visitas guiadas – as classes de temporalidades e relações por elas propostas. Entretanto, isto não deveria permitir-nos perder de vista que, devido à heterogeneidade de públicos que ali concorrem, as visitas guiadas são, em primeiro lugar, *situacionais*, e por isso ativas no curso da ação social de diversas maneiras; conseqüentemente, nossa análise não cobre a totalidade de instâncias nelas geradas.

Deveríamos acrescentar, aliás, que, apesar de estarmos trabalhando sobre questões museológicas, não é do nosso interesse nesta investigação abordar problemáticas referidas a patrimônio, como tampouco acerca de linguagens expositivas em torno da construção de mostras. Diferentemente e como foi dito anteriormente, a análise focaliza a produção e transmissão de temporalidades *dentro do contexto das visitas guiadas*.

Para finalizar, queremos chamar aqui a atenção do leitor. Nossa investigação nos demandou diferentes frentes de pesquisa: ingressamos em áreas da história da antropologia na Argentina, da arqueologia, da museologia e da historiografia argentina. Para todos os especialistas nessas áreas, esta investigação será incompleta; efetivamente, é assim. Não obstante, entendemos que tal atribuição é o inevitável preço a pagar de todo trabalho que procure realizar uma leitura antropológica sobre fenômenos atravessados por disciplinas diferentes.

capítulo I

um museu  
universitário  
que foi chamado  
"etnográfico"

## apresentação

**C**oncebido através do pensamento antropológico da época, e projetado para que pudesse se desenvolver em seu âmbito, o Museu Etnográfico “Juan Bautista Ambrosetti” foi um dos cenários do nascimento da antropologia como disciplina científica na Argentina e, junto com ela, acabou de fazer 100 anos de uma trajetória contínua. Ao longo deste período, a ciência antropológica foi se estendendo e se diversificando através de outros âmbitos institucionais e figuras intelectuais que ultrapassaram as paredes deste museu; por isso, o relato que apresentaremos não tentará dar conta do desenvolvimento da antropologia na Argentina, senão da história desta instituição específica, reconstruindo, para isso, as diferentes configurações (entre os protagonistas, as estruturas institucionais e os pensamentos intelectuais que ali tiveram lugar e lhe deram vida) através das quais se desenvolveram particulares modos de ser, no percurso do século da sua existência.

Se, como sublinhou Franz Boas (1896), para compreender um fenômeno cultural não é suficiente entender o que ele é, e como ele é, mas também conhecer como chegou a ser isso o que ele é, consideramos que a especificidade das construções temporais elaboradas atualmente pelo Museu Etnográfico – e utilizadas para uma explicação e transmissão das imagens do Outro – precisam ser colocadas dentro de uma trajetória que as inclui, e explica.

Para reconstruir esta história, basear-nos-emos principalmente nas informações obtidas através dos ‘atores internos’ do Museu Etnográfico e de suas produções, procurando intencionalmente estas visões nativas. Entendemos que, através dessas produções, o museu teria gerado *representações de si mesmo*,



perseguido por isso as visões que haveriam de explicá-las, e constituindo-as em nosso objeto de reflexão. Para tal fim, apoiar-nos-emos na informação oferecida pelos próprios diretores e/ou pessoal através das fontes que, registrando rituais institucionais, oferecem-nos essas *auto-representações*: publicações, folhetos, informes institucionais, memórias e entrevistas. Sob um mesmo nível de tratamento haveremos de incorporar às *exposições*, considerando-as possuidoras de uma capacidade informativa que, excedendo suas temáticas particulares, conseguem dar conta de objetivos, linhas teóricas, contextos e condições de aparição, transformando-se – conforme os nossos objetivos – em registros de história materializada, integrando-se por isso às imagens que o Museu Etnográfico fez e faz de si.

Achamos necessário esclarecer aqui que a documentação deste museu não tem conservado nenhuma continuidade (nem sob um tipo de registro determinado, nem tampouco sob modalidades diferentes): pelo contrário, encontra-se de maneira fragmentária, às vezes insuficiente. Diante dessa situação, temos que advertir ao leitor acerca das intermitências do nosso relato, já que poderia parecer caprichosamente exaustivo por alguns momentos, e absolutamente incompleto, por outros. Considerando estas lacunas na informação, utilizaremos também um segundo grupo de fontes, conformado desta vez por aqueles que poderíamos definir como ‘historiadores’ do pensamento antropológico argentino. Sem que a linha de auto-representação (que tentaremos traçar) perca seu protagonismo, outros autores serão, então, convocados ao relato, quando considerarmos necessários seus enfoques para conectar, contextualizar e fazer inteligível seu caráter fragmentário (Fígoli, 1990; 2004; Herrán, 1990; Souto, 1996, Guber e Visacovsky, 1997; Guber, 2004, Perazzi, 2003; Gurevich e Smolensky, 1987).

Uma vez explicitados àqueles que compõem as vozes que articularão esta história (assim como a ordem de aparição e importância na qual haverão de se manifestar), temos que informar ao leitor a respeito da particular periodização sobre a qual será organizada.

Seja qual for a temática, um museu é um espaço destinado à produção de visibilidades. Particularmente no caso de um museu etnográfico, a quantidade de decisões teóricas e ideológicas de que dependem essas produções permitiria a estas (como fora assinalado anteriormente) serem interpretadas

como registros materiais que cristalizam e/ou ilustram, de alguma maneira, os modos de ser e de fazer da instituição. Permitir-nos-emos, então, convertê-las em uma espécie de ‘fio condutor’.

Enquanto estas palavras são escritas, há quatro exposições permanentes que habitam as salas de exibição deste museu: 1) Entre el exotismo y el progreso; 2) Más allá de la frontera; 3) En el confín del mundo; 4) De la Puna al Chaco: una historia precolombina. Ofereceremos uma descrição de suas formas e conteúdos no capítulo seguinte, mas adiantaremos aqui que associamos os nomes destas exposições aos quatro períodos em que esta história poderia ser desenvolvida.

Como aponta João Pacheco de Oliveira (2005), os museus etnográficos transitam entre duas ordens de existência, visivelmente separadas: por um lado, a divisão dos seus heteróclitos materiais compõe um espaço onde os objetos parecem se manifestar e ser conhecidos sob o típico domínio museológico da ordem; por outro, desenha-se outro âmbito, latente e desconhecido para o visitante, onde objetos armazenados em depósitos acumulam silenciosas e desorganizadas possibilidades de serem contados. Temos levado à imagem destes universos até o terreno das narrativas, apelando às quatro exposições do Museu Etnográfico para tentar organizar, a partir delas, sua *história exibida*, narrada por aqueles que a fizeram do modo como a viveram. Uma história que chega até nós fragmentariamente, em desorganizados itinerários traçados por trabalhos acadêmicos, materiais de divulgação, documentos criados por exigências institucionais ou simples testemunhos. Como veremos a seguir, trata-se de um relato que – entre as paredes deste museu e da mão dos seus habitantes – continuamente teve que escolher ‘algumas’ dentre inúmeras relações, pessoas, objetos, espaços, tempos, situações, teorias, imagens e idéias, dentre as quais constituir-se, explicar-se e finalmente auto-representar-se. Levando em consideração que as produções intelectuais acerca do pensamento antropológico argentino colocam em jogo outras dimensões do Museu Etnográfico (que não teriam sido manifestadas diretamente por este), apelaremos à mesma analogia para levá-las até o universo dos *depósitos*. Por terem permanecido fora das auto-representações, invocaremos estas ‘reservas de vozes’ toda vez que for necessário ampliar sua visibilidade – então relativa.

Utilizaremos distintas investigações para tentar completar a informação de algum período particular, ou para conectar ou explicar posições teóricas, mas consideramos que o alcance destes aportes deve ser relativizado e contextualizado dentro dos argumentos e objetivos de cada autor, dado que, em cada caso, as informações relacionadas com o Museu Etnográfico respondem a um outro sentido, diferente do de nosso trabalho. Leonardo Fígoli (1990; 2004) focaliza sua pesquisa na construção do pensamento antropológico argentino de finais do século XIX até meados do XX, destacando principalmente a sua estreita funcionalidade com os processos de ‘*nation building*’ e de suas sucessivas integrações – *territorial, social e ideológica*.<sup>1</sup> Por essa perspectiva, seria como se os desenvolvimentos antropológicos estivessem em função da construção da nação e, conseqüentemente, da identidade nacional, atribuindo ao Museu Etnográfico um papel dentro do *processo ideológico* dessas construções. Tendo presente a análise de Talal Asad (1991) acerca das vinculações entre antropologia e colonialismo, coincidimos parcialmente com a visão de Fígoli já que, se, por um lado, pode-se afirmar que a antropologia da época teria sido ‘funcional’ aos interesses do estado-nação, o contrário também é verdadeiro: o estado-nação foi central para o desenvolvimento da antropologia, não somente por ter-lhe permitido estudar ‘seus objetos’, senão também porque seu poder foi sempre *parte da realidade* que os antropólogos procuravam entender, assim como sempre foi *parte das maneiras* em que procuravam entendê-la. A relação de poder entre aqueles que o exerciam e aqueles que eram ‘objeto’ de pesquisa antropológica teria moldado, de antemão, as condições práticas, os pressupostos e o produto intelectual da antropologia, dando então suas pinceladas para retocar um pano de fundo preexistente, mas não ‘pintado ideologicamente’ por ela. Encontramos alguns pontos de contato entre a perspectiva de Fígoli e o enfoque de Patricia Souto (1996). A autora analisa a origem e o desenvolvimento da geografia como disciplina acadêmica na Argentina, enfatizando para isso as tarefas ‘geopolíticas’ que esta teria realizado, através daquilo que implicava ‘o reconhecimento do território nacional’. Para Souto, essas tarefas explicariam as proximidades e/ou cumplicidades criadas entre

---

1. O autor se refere à noção elaborada por Norbert Elias (1972) em: “Procesos de formación del Estado y ‘Nation Building’”. In: *Transactions of the Seventh World Congress of Sociology*. Geneve, I.S.A.; citado em Fígoli, 1990:15-16.

a geografia e a antropologia, as quais haverão de compartilhar o cenário do Museu Etnográfico durante a década de 1930.

Por outro lado, o trabalho de Rosana Guber e Sergio Visacovsky (1997) traz uma leitura da antropologia social na Argentina durante a década de 1970, através da trajetória de cinco reconhecidos antropólogos sociais. Contrariamente aos enfoques anteriores, em lugar de assinalar supostos ‘conteúdos nacionais’, estes autores focalizam nos processos através dos quais teriam se identificado e caracterizado aos ‘Outros internos’ à nação, analisando os contextos de autoridade disciplinar pelos quais teria sido possível – ou não – a mediação autorizada do discurso antropológico entre o Estado e a sociedade civil. Em outro trabalho – desta vez individual –, Guber (2004) há de analisar as ‘linhagens ocultas’ entre algumas figuras silenciadas pela historiografia antropológica que, tendo como cenário original o Museu Etnográfico, foram mais tarde protagonistas fundamentais para o desenvolvimento da antropologia social no país. A nossa incorporação de ambas as análises fundamenta-se não só em uma recuperação de dados biográficos e/ou eventos particulares, mas principalmente porque nos permite traçar desenvolvimentos e comparações entre diferentes ‘tempos e imagens do Outro’, estabelecidas ao longo do desenvolvimento da antropologia na Argentina, tanto dentro do Museu Etnográfico quanto por fora dele.

Ao pretender explicar o surgimento e o desenvolvimento da antropologia social, dentro de um contexto marcado por democracias frustradas frente aos sucessivos golpes militares das décadas de 1960 e 1970, Carlos Herrán (1990) enfatizará a ‘alta conectividade’ entre processos políticos e desenvolvimentos antropológicos, explicando dessa maneira as dificuldades desse surgimento em uma época na qual a análise da realidade social era, acima de tudo, uma ameaça política. Estas conexões – aparentemente inseparáveis – também são destacadas nos trabalhos de Estela Gurevich e Eleonora Smolensky (1987) e de Pablo Perazzi (2003). No primeiro, analisa-se o desenvolvimento da carreira de Ciências Antropológicas no seio da Universidade de Buenos Aires, entre 1973 e 1983. O segundo propõe uma reflexão sobre a antropologia portenha entre 1935 e 1966, da qual recuperaremos cuidadosamente alguns dados e interpretações já que, segundo nosso ponto de vista, este autor também estaria recor-

rendo – de maneira quase unidirecional – à ‘funcionalidade’ da antropologia com os centros de poder.

Todas estas vinculações entre desenvolvimentos antropológicos e processos políticos merecem uma última observação. Enquanto as primeiras décadas da antropologia na Argentina (ou em Buenos Aires) são analisadas a partir de um enquadramento que privilegia o campo intelectual (destacando-se *nele* e *a partir dele* as escolas de pensamento, influências e filiações pessoais e/ou institucionais), a partir de 1945 e com a chegada do peronismo parecia se privilegiar o enquadramento da história política argentina, e se explicar tudo a partir daí, traçando-se também linhagens e linhas de pensamento que – de uma maneira até apaixonada – definem enormes exclusões e/ou incorporações e/ou reapropriações diferenciais, a partir das quais pode-se traçar as histórias do Museu Etnográfico ou da disciplina. Sem desvalorizar as produções realizadas em um ou outro enquadramento, queremos simplesmente advertir ao leitor que, nessa nossa busca de ‘visões nativas’, temos nos defrontado com certa falta de informação política na primeira parte, e com paixões e falta de informação intelectual na segunda, o que implica – de forma iniludível – no estabelecimento de duas profundidades diferentes, embora de acordo com o modo que nos foram apresentadas.<sup>2</sup>

---

2. Procurando contextualizar o leitor na história política argentina que será citada ao longo do capítulo, oferecemos em Anexo I um quadro com os governos constitucionais e as ditaduras militares que tiveram lugar no país durante o século de vida do Museu Etnográfico.

## uma HISTÓRIA do museu etnográfico

**n**o passar das aceleradas décadas do século XIX, assistiu-se à proliferação tanto de ‘gabinetes de curiosidades’ quanto de ‘museus de história natural’. Enquanto dentro dos primeiros tinha se tentado organizar inesperados exotismos, a aparição dos segundos teria permitido contemplar, comparar e classificar a uma – nem tanto – incontrolável natureza, tornando-a, através deles, ordenada e compreensível. Enraizados em uma firme crença positivista na ciência, neles acreditava-se que *era possível dispor espacialmente o conhecimento*, encarnado e tornado inteligível através dos elementos das suas mostras. Acompanhando o apogeu da etnologia durante o período, e devido também à ausência de instituições universitárias especializadas, estes espaços transformaram-se em passagem obrigatória para aqueles que tentavam se aproximar à nascente sistematização no campo da antropologia, transformando-se, em alguns casos, em antecedentes e/ou precursores de futuras universidades, e também dos hoje chamados ‘museus etnográficos’ (Laumonier, 1993; Dias, 1996; L’Estoile, 2003; Cardoso, 2003).

Incorporando esta trajetória européia, os primeiros âmbitos institucionais que, na Argentina, assistiram ao nascimento da incipiente disciplina foram o Museu de Ciências Naturais da Cidade de Buenos Aires e o Museu de La Plata (da cidade homônima, província de Buenos Aires).<sup>3</sup> Da mesma maneira que os

3. O ‘Museu de História Natural da cidade de Buenos Aires’ foi projetado em 1812 por Bernardino Rivadavia, concretizando-se em 1823 como ‘Museu do País’ (na atualidade, ‘Museu de Ciências Naturais da Cidade de Buenos Aires *Bernardino Rivadavia*’). O Museu de La Plata foi fundado em 1884 e, quando nacionalizada em 1905, a Universidade de La Plata (criada em 1897) o incorporou como centro científico, transformando-o na *Faculdade de Ciências Naturais*. Os dois museus encontram-se ligados àqueles que hoje são reconhecidos como os primeiros ‘naturalistas’ argentinos: Florentino Ameghino (1854-1911) e Francisco Pascasio Moreno (1852-1919). Ameghino foi diretor do Museu de Ciências Naturais, entre 1902 e 1911; Moreno, fundador e diretor do Museu de La Plata desde 1884 até 1905.

modelos transoceânicos, ambos os museus vinculavam-se às ciências naturais a partir de uma forte tradição geográfica e arqueológica. Nestes lugares os estudos e as atividades compreendiam a geologia, mineralogia, zoologia, botânica, antropologia, arqueologia e etnografia, todas elas disciplinas ‘legítimas’ pelo fato de integrar o observável – e, portanto, verdadeiro – reino das ciências naturais, conformando, as três últimas, o subconjunto das ‘ciências do homem’.

Como aponta Stocking (1968:40), entre finais do século XIX e princípios do XX, a corrente francesa (na qual prolongavam-se estes dois museus) entendia a *antropologia* como *antropologia física*, principalmente craniologia racial. Nesse mesmo período, a *arqueologia* dirigiu sua atenção para o passado remoto e as origens do homem, mergulhando ao mesmo tempo nas profundezas da geologia e da paleontologia e configurando, a partir desse momento, uma temporalidade que ia lhe ser própria: a *pré-história*. Quanto à *etnografia*, era compreendida como o estudo, *in-situ*, das populações indígenas, desenvolvendo-se complementarmente àquelas e tendo, como finalidade, a possibilidade de estabelecer comparações entre as sociedades *atuais* e as *extinguidas*, fornecendo o tipo de informação necessária para traçar desenvolvimentos e evoluções de corpos, crânios e pigmentações entre ‘raças’ diferentes.<sup>4</sup>

---

Anteriormente, no seio da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (criada em 1865) havia sido fundada, em 1872, a *Sociedade Científica Argentina* (SCA): esta teria sido de uma fundamental importância, pelo fato de ter reunido os primeiros cientistas argentinos formados no país, e por ter privilegiado os estudos do território nacional, como parte de um projeto político que tentava ‘nacionalizar’ o trabalho científico, até então monopólio dos pesquisadores europeus no país (Figoli, 1990). Formado pelo naturalista alemão German Burmeister (1807-1892), Moreno desenvolve, na SCA, os estudos craniológicos que tinham feito juntos na Patagônia, estabelecendo, naquele momento, um estreito contato com Paul Brocca, fundador da *Société d’Anthropologie* de Paris. Florentino Ameghino também tinha sido formado por Burmeister, e trabalhado na Patagônia junto com ele e Moreno. Evolucionista dogmático, preocupado pela antiguidade do homem, a partir do encontro de certos fósseis faunísticos, postula, em 1880, à Patagônia como o lugar da origem e irradiação da espécie humana. Sua tese obteve certo reconhecimento na Europa; mas, depois, as investigações do norte-americano Hrdlicka acabariam com os supostos ameghinianos, condenando ao descrédito toda uma linha de pesquisa (veja-se Politis, 1989). Cabe adiantar aqui que, durante a gestão de Ameghino no Museu de Ciências Naturais, encontravam-se, dentre seus colaboradores do Setor de Arqueologia, Juan Bautista Ambrosetti e Félix F. Outes, futuros diretores do ME (veja-se Souto, 1996:45).

4. Ameghino e Moreno compartilhavam de uma perspectiva naturalista e articulavam suas investigações com critérios biológicos evolucionistas; não obstante, a busca de Ameghino – da origem do homem pré-histórico entre os pampas argentinos – afastou-o radicalmente das preocupações raciais de Burmeister e de Moreno, transformando-os em feroces rivais. Como é assinalado por Souto, o enfrentamento acadêmico teria sido sucedido pelo institucional. O fato de terem sido diretores dos dois museus mais importantes do país teria gerado fortes concorrências, quanto aos achados e descobertas (op.cit.:124). Apesar das diferenças entre ambos, houve, em seus respectivos museus, uma similaridade de traços subjacentes sobre os quais as mostras eram articuladas: organizados em ‘unidades’, *fósseis*, *restos humanos*, *territórios* e *história* permitiam pensar ‘a unidade nacional’ através da classificação sistemática da natureza, agora nacionalizada argentina (veja-se também Podgorny, 1995).

## A) “ENTRE EL EXOTISMO Y EL PROGRESO”: A ETAPA ‘FUNDACIONAL’

De forma diferente à generalidade destes nascimentos museológicos – que vinculavam visivelmente a antropologia com as ciências naturais –, o Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires foi concebido, desde o começo, como um ‘museu etnográfico’, no seio de uma já existente faculdade de Humanidades. Criada em 1896, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (FFyL - UBA) funda este museu em 8 de abril de 1904, pertencendo, desde então, a essa instituição.<sup>5</sup> O lugar físico designado para suas tarefas foi o sótão desta faculdade, naquele momento à rua Viamonte 430 da Capital Federal.

Seu principal impulsionador e primeiro diretor, Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917),<sup>6</sup> projetou-o como um *instrumento universitario* que acompanharia o desenvolvimento da antropologia e da arqueologia nessa faculdade, que já tinha uma cátedra de *Arqueologia Americana* desde 1899, e outra de *Antropologia* desde 1903.<sup>7</sup> Ambas faziam parte do plano de estudos para ascender ao título de ‘doutor em Filosofia e Letras’ (Ambrosetti, 1908; Fígoli, 1990; Perazzi, 2003). Conforme as concepções da época, os conteúdos ditados em *Antropologia* respondiam a uma ‘antropologia física e/ou morfológica’, abordando o conhecimento das raças humanas a partir de estudos acerca da pigmentação da pele, craniologia e somatologia (Fígoli, op.cit.). Ambrosetti assume a direção do ME em 1905, mantendo esse cargo até o momento de sua morte, em 1917.<sup>8</sup>

Organizado internamente em três seções, integradas sob o rótulo de “ciências antropológicas” – *arqueologia, antropologia e etnografia* –, o Museu Etnográfico (doravante, ME) erguer-se-ia como um prolongamento universitário

5. O Plano de Estudos da FFyL incluía disciplinas obrigatórias e complementares, sendo as primeiras “...las lenguas clásicas y sus literaturas, la literatura castellana, la lingüística, la estética, la historia universal, la estadística, la geología general, la geografía física, la zoología, la filosofía y su historia, la antropología y la ciencia de la educación. Los cursos facultativos y complementarios comprendían las literaturas francesas, italiana, alemana, inglesa y oriental y la arqueología.” (UBA, 1910:127-8; citado em Souto, op.cit.:11).

6. Cabe destacar que o Museu Etnográfico era o segundo fundado por Ambrosetti: em 1895 já tinha criado o ‘Museu Antropológico, Geológico e Geográfico’ dentro do Instituto Geográfico Argentino (IGA), onde trabalhava como bibliotecário desde 1892. O IGA tinha sido fundado em 1879 por Estanislao Zeballos, coincidindo com a finalização da chamada Conquista do Deserto, chefiada pelo Gral. Roca. Sua função era “...promover y fomentar la exploración y descripción de los territorios, costas, islas y mares adyacentes a la República Argentina y países limítrofes.” (Souto, op.cit:49). Para essas tarefas, encontravam-se ali reunidos personagens que, como no caso de Ambrosetti, iam ocupar as primeiras cátedras antropológicas abertas na FFyL; segundo a autora, *geografía e antropología* teriam nascido de mãos dadas com as explorações e reconhecimento do território do Estado nacional e sua população: “...se adoptaba un recorte geográfico definido políticamente, y se analizaba ‘lo que hay en su interior’, ya se tratara de formas de relieve, tipos de clima o grupos aborígenes.” (op.cit.:52).

7. A primeira, oferecida por Samuel Lafone-Quevedo (1835-1920) e Juan Bautista Ambrosetti; a segunda, pelo professor Roberto Lehmann-Nitsche (1872-1938).

8. A resolução da FFyL está datada em 8 de abril de 1904, mas é em 1905 que se faz a Primeira Expedição Arqueológica, escolhendo-se a Ambrosetti como diretor do Museu (veja-se *Informe Institucional 2004*).



por ter sido projetado como laboratório e campo de experimentação para os estudantes dessas ciências, centralizando a coleta do material de estudo e a programação de trabalhos sobre o terreno.<sup>9</sup> No momento da fundação, o acervo inicial do museu estava composto por uma coleção de objetos *calchaquies* e peruanos, doados por Indalecio Gómez,<sup>10</sup> quem, por sua vez, concede o uso de seus terrenos de Pampa Grande (província de Salta), para fazer neles, em 1905, a *Primeira Expedição Arqueológica*, junto aos alunos da cátedra de *Arqueologia Americana* (considerada, até hoje, como um ‘evento fundacional’ na história da arqueologia argentina).

Neste momento inicial, a conformação de um acervo destinado à pesquisa teria constituído uma linha de trabalho por si mesma, e o apoio constante da FFyL à realização das expedições permitiu incrementá-lo rapidamente. Ao mesmo tempo, foram recebidas numerosas doações e obtiveram-se materiais a partir de trocas organizadas com museus da Europa e dos Estados Unidos da América, e compras de coleções por intermédio de subscrições voluntárias que gozaram do apoio popular (Imbelloni, 1948; Lafón, 1958).<sup>11</sup> Outra expedição importante, comandada por Ambrosetti, foi realizada em 1906/07, em La Paya, Vales Calchaquies (província de Salta). Pouco tempo depois, inaugurava uma área que constituir-se-ia em especial foco de interesse arqueológico: o Pucará de Tilcara e a zona da Quebrada de Humahuaca (província de Jujuy). Todas estas regiões encontram-se dentro do que se denomina ‘Noroeste Argentino’ ou ‘NOA’.

Em seus “Apuntes para una historia del Museo Etnográfico” (1958), Ciro René Lafón<sup>12</sup> destaca uma suposta ‘inseparabilidade’ entre o desenvolvimento da instituição e as marcas pessoais de cada gestão diretora. Coincidindo com

9. “A la Facultad de Filosofía y Letras le ha cabido la honra de haber sido la primera institución universitaria de la América del Sur que se haya preocupado seriamente de las investigaciones arqueológicas, incluyendo en su plan de estudios la Arqueología y la Antropología.” (Ambrosetti, 1912:3).

10. Ministro do Interior durante o governo de Roque Sáenz Peña (1910-1914) e propulsor da famosa ‘Lei Eleitoral’.

11. Em 1906 registravam-se somente 359 objetos, mas para 1912 tinham aumentado a 12.156 (Ambrosetti, 1912:3-4).

12. Ciro René Lafón nasceu em Tres Arroyos, província de Buenos Aires, em 1923. Formou-se em História – com especialização em Arqueologia – em 1951. Tendo cursado as matérias correspondentes à essa carreira no ME, e depois de cumprir o Serviço Militar Obrigatório, retorna ao museu para “...después de conversar con Imbelloni y de un par de gestiones político-burocráticas, como la afiliación al Partido Justicialista, entró en 1948 como técnico en arqueología bajo la dirección de Eduardo Casanova.” (Guber, 2004:4). É confusa a informação acerca dos lugares ocupados por Lafón no ME: segundo alguns autores, aparentemente Lafón teria se desempenhado como diretor do ME entre 1966 e 1970, enquanto Marcelo Bórmida era diretor do Instituto de Antropologia; entretanto, não é mencionado como diretor no ‘Quadro de Diretores’ oferecido na página web do ME (veja-se [www.museoetnografico.filo.uba.ar](http://www.museoetnografico.filo.uba.ar)). Embora diretamente vinculado e herdeiro da Escola Histórico-Cultural, reconhecem-se nele algumas tentativas – excepcionais, na época – de articular a questão indígena e camponesa ao desenvolvimento da sociedade nacional. Esta orientação também teria estado presente em Enrique Palavecino, futuro diretor do ME entre 1958 e 1966 (veja-se Guber e Visacovsky, 1999).

tal perspectiva, achamos que esta etapa inicial do ME não poderia ser analisada sem levar em consideração a particular orientação dada pelo seu diretor.<sup>13</sup> Com estudos de segundo grau incompletos, e, conseqüentemente, sem uma educação universitária sistemática, Ambrosetti foi um autodidata, formado através das viagens e das expedições científicas realizadas junto aos naturalistas Florentino Ameghino e Eduardo Holmberg. Não obstante, a tradição ‘viajante’, própria dos naturalistas da época, tomaria nele rumos muito diferentes. Como demonstram vários de seus trabalhos, houve nele uma curiosidade etnográfica que o conduziu ao registro pormenorizado das sociedades indígenas vivas, convencido de que as chamadas ‘supervivências culturais’ ou ‘folclore’ lhe permitiriam interpretar o material à luz de uma reconstrução histórica.<sup>14</sup> A articulação de considerações etnográficas, lingüísticas, folclóricas e arqueológicas, correlacionadas historicamente, teria lhe permitido chegar a alguns matizes que escapavam aos estritos delineamentos classificatórios e taxonômicos das ciências naturais.<sup>15</sup> Ao mesmo tempo, esta maneira de produzir conhecimento arqueológico foi acompanhada por um estilo etnográfico-literário mais próximo às humanidades (Fígoli, op.cit.).<sup>16</sup> Subjacente a

13. Concordamos com Lafón a partir do momento em que decidimos adotar as perspectivas dos ‘atores internos’ do ME, encontrando-se o autor entre eles. Longe de apresentar-se como inovadora, sua maneira de fazer história – a partir da articulação de suas personagens principais – é sumamente tradicional e quase ‘triumfalista’ (tratamento que historiadores como Febvre, Bloch y Braudel, dentre outros, haveriam de problematizar a partir da Escola dos *Annales*, argumentando-se nela que os grandes acontecimentos e suas figuras emblemáticas se desenvolvem em um estrato superficial e fugaz que não permitiria aceder à história. Pelo contrário, esta se inscreve em um nível mais profundo e dentro de um tempo de ‘longa duração’; veja-se Revel, 1995; Bensa, 1996; Viazzo, 2003).

14. Vejam-se, por exemplo, *Los argentinos y su folklore: ‘Viaje de un matorrango’ y otros relatos folklóricos* (Edit. Centurión, Buenos Aires, 1960); *Dos estudios sobre Misiones: viaje a las misiones argentinas y brasileras por el Alto Uruguay* (Instituto de Investigaciones Geohistóricas, Buenos Aires, 1976); *El diablo indígena: supersticiones y leyendas en la Argentina* (Edit. Convergencia, Buenos Aires, 1976). Durante o trabalho de campo, a Lic. Andrea Pegoraro (responsável do Depósito de Etnografia), explicava-nos que, para uma análise de prováveis significados culturais sobre materiais coletados atualmente no Noroeste Argentino, deve-se remeter à obra de Ambrosetti, por dois motivos: em primeiro lugar, a exaustividade de seus registros fornece uma grande quantidade de dados; em segundo, em algumas das populações indígenas estudadas por Ambrosetti, ninguém tem continuado suas análises de cultura material, tornando-se então na única fonte de informação. (Conversação informal, 11/03/05).

15. “Ambrosetti tenía mucho de naturalista, y las descripciones que él hace... (...) tienen el cuidado y la minuciosidad descriptiva de los naturalistas... Esto fue muy importante porque puso sobre bases muy científicas las Ciencias del Hombre, pero no hay duda que la gravitación al estar en centros de estudios humanistas y estudios generalizados sobre las ciencias humanas -como la Historia, la Psicología, etc., como se daban en Buenos Aires- se daban otras aperturas... Esto se manifestó después en los aspectos teóricos, mientras en el Museo de La Plata los antropólogos y arqueólogos en general seguían muy de cerca el evolucionismo a partir de Darwin, que se hizo sobre bases eminentemente biológicas...” (Dr. Alberto Rex González, arqueólogo e ex-diretor do ME, Ent.05/03/05).

16. Em 1893, após uma expedição ao Chaco santafecino, e sob o pseudônimo de ‘Thomas Bathata’, Ambrosetti escreveu em *Viaje de un matorrango*: “¿Qué pensarán de nosotros, los blancos, que valiéndonos de nuestra superioridad y en nombre de principios de civilización, los arrancamos de sus hogares después de una espantosa carnicería, cazados como fieras, para sujetarlos después a un régimen que no es el suyo y para enseñarles cosas que no comprenden ni necesitan saber? ¿Los habremos hecho felices? Muchas veces me he preguntado esto, y siempre comprendí por qué los chinos, los negros y los propios indios no quieren saber nada de nuestra civilización. El egoísmo blanco, el egoísmo cristiano, naturalmente tiene que chocar con la vida feliz de estos pueblos; vida feliz, porque la felicidad es relativa, y cada cual la entiende a su modo. (...) ...arrancados de la selva los traemos a nuestras ciudades para que se mueran de sarampión o neumonía, o para que sirvan de domésticos o de soldados. Como buen partidario de la libertad individual, me gusta dejar que cada uno viva y piense como quiera, y no he comprendido el afán de civilizar y catequizar a los que no quieren ser ni civilizados ni cristianos.” (citado em Fígoli, op.cit.:163).

estes registros pode se encontrar um pressuposto muito difundido na época: as chamadas sociedades primitivas encontravam-se em franco processo de desaparecimento, argumento pelo qual podia-se explicar, mesmo que parcialmente, o interesse por coletar rapidamente a chamada ‘cultura material’ (Ambrosetti, 1912:6; Pérez Gollán, 1995; Podgorny, 2004).

Apesar de ter começado como um ‘naturalista aficionado’, a constância de suas inquietudes, acompanhadas de conseqüentes estudos inseridos em um âmbito acadêmico-institucional, foram substituindo à mera exploração por projetos de investigação com objetivos definidos. Ao mesmo tempo, tentou instalar a arqueologia como indissociável do trabalho de campo e da etnografia, para assim “...formular un plan de exploraciones sistemáticas del territorio Argentino bajo el punto de vista arqueológico y etnográfico, que no sólo tuvieran por objeto reunir colecciones para el nuevo Museo, sino datos exactos... (...) ...que ya iniciarán, por decirlo así, el estudio sistemático de las culturas prehistóricas de la República Argentina.” (Ambrosetti, 1908:983). Para tal fim, o ME tinha uma “...doble misión: de escuela de investigaciones y de exploración sistemática de nuestra prehistoria...” devendo sobrepor “...el criterio de investigación y investigación sistemática al de la colección ‘à outrance’” para que a arqueologia deixasse de ser “...la ciencia de los cacharros...” (op.cit.:984-987; grifo nosso). A tarefa iniciada experimentalmente, e sistematizada depois nas cátedras, era estendida, assim, até o sótão aonde funcionava o ME.

Segundo podemos ler na *Memoria del Museo Etnográfico - 1906/1912*,<sup>17</sup> apresentada por Ambrosetti ao Decano da FFyL, também teve lugar ali, desde o começo, a difusão dos conhecimentos produzidos, destacando-se nesse informe a edição de nove publicações que, considerando os ‘escasos recursos’ da Faculdade, representavam uma vitória importante (Ambrosetti, op.cit.:7-8). Neste informe de 47 páginas, 39 descrevem o *Catálogo*, onde se detalha, pormenorizadamente, a lista de aquisições de ‘riquezas científicas de todas partes del mundo’, inferindo-se então a importância concedida à diversidade para a conformação de um acervo propriamente etnográfico.<sup>18</sup> Em segundo lugar (e como tem

17. “*Memoria del Museo Etnográfico - 1906 á 1912, por Juan.B.Ambrosetti, Director*” - (1912) Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, Buenos Aires.

18. Sua composição deve ser compreendida dentro da lógica original de Museu como instituição, devido à sua aparição histórica dentro do projeto ilustrado, respondendo a uma certa ‘vocalização ecumênica’ que aspirava estabelecer uma definição genérica e universalizada da condição humana (Foucault, 1996); dessa maneira, a busca de heterogeneidade permitiria torná-lo ‘representativo da humanidade’. Em outra ordem, temos de destacar a existência de uma possível tensão entre uma procura ‘do universal’, por um

acontecido na maioria dos museus), a conformação deste acervo apresenta-se indissociavelmente vinculada às pessoas ou às instituições que, seja através de doações, compras ou trocas, contribuíram para a sua realização, associando-se grupos de objetos em ‘coleções’ atribuídas a tal ou qual figura particular – lógica que seria aplicada, mais tarde, àqueles obtidos através das expedições.<sup>19</sup> Por último, a *conservação* e a *exibição* destes materiais encontravam-se legitimadas, principalmente, através das *‘constantes visitas de personalidades y hombres de ciencia extranjeros’* que confirmariam o *‘valor científico’* do acervo do ME.<sup>20</sup>

É importante destacar que, durante o período da direção de Ambrosetti, tiveram lugar em Buenos Aires as festas pelo centenário da República, em 1910. A desejada e necessária imigração para povoar um país que crescia economicamente a passos gigantes teria se tornado um problema – se não uma ameaça – desde o momento em que se obstacularizava – ainda mais – a construção de ‘uma identidade coletiva’. Esta data era uma oportunidade privilegiada para definir as formas de um passado, sobre as quais não somente poderia-se tornar possível a singularização de um heterogêneo presente, senão também fazer críveis, sobre ele, predições para futuros promissores. Se o desenvolvimento da ciência era a garantia de participação na carreira universal e ascendente até um progresso indefinido, seriam, então, as instituições científicas que poderiam colocar a nação argentina nessa direção: como parte deste programa, a FFyL foi sede do XVII Congreso Americanista e também do *Internacional Científico*, participando neles as Seções de Antropologia e Psicologia dessa Faculdade.<sup>21</sup>

---

lado, e a ‘do argentino’, por outro, localizando o acervo do ME entre *duas temporalidades diferentes* que, como veremos mais adiante, teriam desenhado uma particular imagem da Outredade, composta sobre ambas.

19. Naquele presente, as condições de visibilidade exigidas aos museus inscreviam a pessoas e grupos como *co-participantes* na reconstrução de um passado que se inseria, por sua vez, na temporalidade da ciência; avançando sem interrupções para o futuro, assegurar-lhes-ia um lugar também nele. Entre os doadores, encontravam-se intelectuais como o jurista e ministro Indalecio Gómez, o naturalista Florentino Ameghino, os arqueólogos Samuel Lafone-Quevedo e Roberto Lehmann-Nitsche, o historiador Ernesto Quesada, o geógrafo Félix Outes (futuro diretor do ME), entre outros. Também encontramos sobrenomes da aristocracia portenha, tais como Basaldúa, Ezcurra, Peña, Garmendia, Holmberg, Korn, incluindo-se entre eles Tomás Ambrosetti, pai do diretor; aliás, contam-se também doações de militares, de algumas figuras do exterior e dos Museus de La Plata e de Belas Artes (op.cit.:34-47).

20. Devemos considerar que, no marco positivista de fins do século XIX e princípios do XX, a linguagem *objetiva* da ciência forneceria a uniformidade universal necessária para formar parte da carreira ascendente para o progresso. Os museus resultaram *locus* privilegiados para o uso desta linguagem, e da conseqüente inclusão em uma dinâmica civilizadora, pelo fato de serem aplicados, neles, os aparelhos conceituais que condensavam os valores da modernidade. Entendidos, naquele momento, como as instituições científico-culturais por excelência, teriam assumido a tarefa de organizar visivelmente esses princípios.

21. A parafernália ritual das festas do Centenário incluiu a inauguração de prédios públicos, novas avenidas, monumentos, parques, praças e jardins, congressos e exposições nacionais e internacionais. Esta circunstância apresentava-se, aliás, como um momento-chave para cobrir a ausência de representações. Junto à organização de visitas a lugares históricos, e a implementação

Com a morte de Ambrosetti, o ME fica sob a direção de um seu discípulo, Salvador Debenedetti (1884-1930), que continua a obra do seu mestre realizando expedições – também no noroeste argentino – e concebendo o trabalho de campo da mesma maneira que seu predecessor.<sup>22</sup> As exposições – até então destinadas somente a pesquisadores e escolas com horário marcado – são abertas, em 1917, para o público geral, com dias e horários fixos, em uma sala que levava o nome de Ambrosetti. Esta decisão expositiva seria favorecida a partir de 1927, quando o ME muda suas instalações para o atual prédio da rua Moreno, 350.<sup>23</sup> É reinaugurado em 28 de setembro desse mesmo ano: Lafón refere-se a essa data como “...*excepcional para la ciencia argentina...*” (op. cit.:465), enquanto Fígoli sublinha o evento como um sinal do apoio oficial que, sem dúvida, recebia o campo das investigações, expressando-se, neste ato, a convergência de interesses não somente intelectuais mas também políticos (op.cit.:128-30). Encontram-se aí Debenedetti, o Decano da FFyL, dr. Coriolano Alberini, o intelectual Ricardo Rojas,<sup>24</sup> o presidente da nação, Marcelo Torcuato de Alvear e, ‘*por coincidencia*’ segundo Lafón, encontrava-se também Paul Rivet, quem “...*tuvo palabras de encomio para la ocasión*”. Estas palavras fazem menção à ‘raça argentina nas mãos dos imigrantes’, declarando Rivet que:

*(...) el forastero que llega admira este milagro sociológico, este sentimiento nacional profundo entre seres que hace medio siglo atrás no tenían nada en común... (...) Es de temer que estos colonos desenraizados olvidarán a los que ocuparon estas tierras antes que ellos, pues el vínculo étnico que en otras partes de América une blancos e indios, aquí no existe, y el acto que se realiza tiende a establecer un vínculo de orden intelectual entre ambas razas.* (Jornal La Prensa, 29/09/1927; em Fígoli, op.cit.129-30; grifo nosso).<sup>25</sup>

---

de novos projetos educativos, organizou-se a emissão de milhares de cartões postais com imagens da Argentina, e se encarregaram pinturas históricas com temáticas definidas que ocupam, até hoje, um lugar nos manuais de ensino das escolas (veja-se <http://www.historiadelpais.com.ar/1910.htm>).

22. Debenedetti estudou e se formou na FFyL, doutorando-se em 1909; até esse momento, tinha participado junto com Ambrosetti nas expedições ao Pucará de Tilcara e Quebrada de Humahuaca, realizando várias publicações – tanto individuais, quanto junto a seu mestre. Tendo ingressado ao ME, em 1908, em caráter de assistente, em 1911 foi incorporado como Secretário e como professor de Arqueologia Americana, dando aulas também no Museu de La Plata a partir de 1912. Segundo seus contemporâneos, a estreita relação que teve com Ambrosetti se reflete na continuidade que estabeleceu com os seus trabalhos (veja-se Aparicio, 1931).

23. Este prédio tinha sido construído em 1874 pelo arquiteto Pedro Benoit, para ser ocupado pela Universidade de Buenos Aires, mas, devido a seu rápido crescimento, somente pôde albergar a Faculdade de Direito (veja-se Schávelzon, 1975:6).

24. Ricardo Rojas (1882-1957) foi um dos historiadores argentinos ‘chave’ para o desenvolvimento do nacionalismo no país. Preocupado com a ‘alavanca imigratória’, escreve, em 1909, seu livro mais clássico, *La Restauración Nacionalista*, a partir do qual sublinha a importância da tradição como a única maneira de ascender a uma identidade nacional, perante a ameaça de um exotismo crescente.

25. Este ‘discurso científico’ estaria confirmando o cumprimento – através de um ‘milagre’ – dos anseios do ideário nacionalista; ao mesmo tempo também legitimava um dos elementos do que poderia ser chamado ‘mitologia nacional’, isto é, que, no território argentino, seus habitantes são todos europeus e, portanto, brancos (expressado no ditado popular ‘*Los argentinos descendemos de los barcos*’), existindo, então, um vínculo entre intelectual e voluntarista com aqueles que antes ocuparam as terras, e que habilita,

A mudança para este prédio marca, também, um antes e um depois na *docência* e na *investigação*, já que ambas as funções gozavam agora de um espaço próprio que ia lhes conceder uma relativa autonomia. As novas condições tornaram possível, aliás, o nascimento da Biblioteca, começando a funcionar na sala que, hoje, é utilizada para as aulas (veja-se planta em Anexo II, setor c)).

Depois de ter sido nomeado membro da *Sociedad de Americanistas* de Paris, em 1929, Debenedetti morre inesperadamente em 1930, culminando aqui a chamada '*etapa fundacional*' do ME (Lafón, op.cit.). Segundo este autor, as publicações oficiais teriam sido aquilo que permitiria tipificar esta primeira época (op.cit.: 466-7),<sup>26</sup> mas consideramos que os motivos para identificar estes dois diretores em um mesmo – e bem definido – período seriam, principalmente: a continuidade ideológica entre ambos, as tarefas de *docência* e *investigação* de mãos dadas com a realização de expedições ao noroeste argentino, a constante reunião de professores e alunos das cátedras de *Antropología* e *Arqueología Americana*, e a existência ininterrompida – durante 26 anos – das seções *arqueológica*, *etnográfica* e *antropológica*.

## B) “MÁS ALLÁ DE LA FRONTERA”: A CONSOLIDAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA<sup>27</sup>

Em novembro de 1930, o Conselho Diretivo da UBA designa como novo diretor do ME o professor Félix F. Outes (1878-1939). Docente titular da FFyL desde 1914, na cátedra de *Geografía Humana*, e diretor do *Instituto de Geografía* desde 1917 na mesma faculdade, assume também, em 1930, a titularidade da cátedra de *Antropología*, sucedendo ao professor Roberto Lehmann-Nitsche.<sup>28</sup> Se, como assinala Souto (op.cit.), geografia e antropologia teriam encontrado uma ori-

---

simultaneamente, um corolário também 'mitológico': a imagem – mais desejada do que real – de um *presente* aonde pareciam não ocupá-las mais.

26. As '*monografías de la especialidad*', como chamadas por Lafón, iniciaram-se com as "Publicaciones de la Sección Antropológica de la Facultad de Filosofía y Letras", editadas na "Revista de la Universidad de Buenos Aires" até 1923; durante 1929, apareceram os "Archivos del Museo Etnográfico" y "Notas del Museo Etnográfico", os quais "...hicieron conocer al mundo científico la acción rectora de la que bien podemos llamar escuela antropológica argentina." (op.cit.:467).

27. Esta segunda etapa é caracterizada desta maneira por Calvo e Arenas, 1987.

28. Desde 1908, Outes tinha sido professor suplente dessa cátedra (Souto, op.cit.:51). Roberto Lehmann-Nitsche nasceu e morreu na Alemanha (1872-1938). Antropólogo, etnógrafo e lingüista, doutorou-se em 1893 na Universidade de Munich, com especialização em arqueologia e, em 1897, em medicina, na mesma universidade. É convocado, nesse mesmo ano, por Francisco P. Moreno, para trabalhar no Museu de La Plata, substituindo ao holandês Ten Kate em seus estudos de antropologia biológica. Interessado também no folclore, a partir de suas pesquisas é que começam a ser estudados, cientificamente, refrãos, ditados, 'pegadinhas' (tipo 'adivinha o que é') e contos eróticos populares. Com motivo do Centenário, em 1910, publicou-se seu livro *Adivinanzas rioplatenses*, reunindo-se 1.200 'pegadinhas' populares coletadas em todo o país (veja-se *Evolución de las Ciencias en la República Argentina, 1872-1972*- Tomo X - Antropología - Sociedad Científica Argentina, 1985, p.48-9).

gem comum na exploração do território argentino (sob as investigações feitas no Instituto Geográfico Argentino, IGA) e, por outro lado, compartilhavam uma mesma inserção acadêmica como ‘ciências auxiliares’ do plano de estudos do Professorado de História na FFyL, ambas as disciplinas encontrariam um novo ponto de confluência no âmbito do ME, através da incorporação da *Antropogeografia*.

Na parte anterior, mencionamos as *continuidades* que permitiriam definir os anos de Ambrosetti e Debenedetti como uma etapa mas, sem dúvida, as radicais mudanças sob a gestão de Outes também haverão de contribuir para uma clara delimitação entre estes períodos. Em dezembro de 1930, elabora e apresenta um ‘*projecto de reorganización*’ para o ME, perante o Conselho Diretivo da FFyL, propondo a criação de quatro departamentos: 1) *Antropogeografia*, 2) *Antropologia Física*, 3) *Arqueologia* e 4) *Etnografía e Folclore*. Enquanto a criação dos três últimos respondia, para Outes, às exigências próprias do material do museu, explicava que a incorporação do primeiro era devido ao que “... *es menester conocer a fondo* [os fenômenos geográficos] *para explicar los hechos antropológicos y etnográficos, y para conocer las condiciones de existencia y desenvolvimiento de las viejas culturas.*” (citado em Outes, 1931:17). Em segundo lugar, propunha a incorporação do *Instituto de Investigaciones Geográficas* (tendo sido diretor dele) à estrutura do ME, considerando que esse Instituto “...*ha reunido... (...) ...el material destinado a la investigación y a la enseñanza de la Geografía física y humana en nuestro país, en función de la Historia, circunstancia que lo hace inapreciable - y hasta imprescindible - para el Museo como fundamento y complemento de la labor que realiza.*” (op.cit.:18, grifo nosso).<sup>29</sup> Esta firme adesão de Outes ao determinismo geográfico proposto pela *Antropogeografia*, e dentro de uma orientação histórica, afastaria paulatinamente o ME dos ressaibos naturalistas da primeira etapa. Por último, junto com estas modificações estruturais, propõe rebatizar a instituição como ‘Museu Antropológico’: “...*pensé en la conveniencia de singularizar a la nueva estructura con un término ‘elástico’, universalmente admitido, y que, sin percatarse de sutilezas metodológicas, comprendiera a las ciencias del hombre.*” (op.cit.:19). Em 30 de dezembro desse

29. Outes estava convencido de que essa incorporação era ‘chave’ para solucionar os problemas do ME, pelo fato de permitir não somente a concreção do *Departamento de Antropogeografía*, mas também a obtenção de um orçamento maior e comum, mencionando nesse projeto o precário financiamento obtido através da FFyL.

mesmo ano, o Conselho Diretor da FFyL aprovou, por unanimidade, a totalidade da sua proposta, com um detalhe: o nome da instituição seria ‘Museu Antropológico e Etnográfico’.

Em fevereiro de 1931, solicita, perante a mesma entidade, a abertura do *Departamento de Antropología Física* em duas seções: uma aplicada a essa especialidade, e outra à *Paleontología Humana*, argumentando que “...los problemas referentes al **hombre prehistórico argentino** han apasionado, y siguen interesando, no sólo a los especialistas locales sino, también, a los de otros países.(...) ...la sola circunstancia de no haberse oficializado aún esos estudios en nuestro país, justificaría que una institución científica como el Museo de la Facultad, lo intentara por primera vez...” (op.cit.:20-21). Mais adiante refere à “...importancia de ambos servicios en un país como el nuestro, y en cuya **etnogenia** han intervenido, también, elementos locales, es evidente.” (op.cit.:38; grifo nosso). As mudanças propostas por Outes foram acompanhadas por uma reformulação espacial de todas as áreas do museu, merecendo especial destaque as oito salas de exibição ao público,<sup>30</sup> e a passagem da Biblioteca da pequena sala da entrada para o prédio independente, no fundo do pátio<sup>31</sup> (aonde permanecerá até hoje; veja-se planta em Anexo II, **c**) e **k**), respectivamente), destinando-se a primeira ao ensino de quatro matérias: 1) *Geografía Física*; 2) *Geografía Humana*; 3) *Arqueología*; 4) *Antropología e Etnografía Geral*. Pertencentes, todas elas, ao segundo ano do plano de estudos do Professorado de História, implicavam – para os estudantes dessa carreira – na passagem de pelo menos um ano entre a Biblioteca, os corredores e as salas do ME (Guber, 2004:4).

Para finais de 1931, publica “La Reorganización del Museo Antropológico y Etnográfico de la Facultad de Filosofía y Letras”, expondo tanto as transformações já feitas, quanto as projetadas para o futuro. Segundo Outes, no momento da sua subida à direção do ME (1930), tinha-o encontrado em um ‘estado lamentable’ de ‘casi desamparo e intenso marasmo’, apontando a inadequação da conservação do acervo nos depósitos, as informações incompletas nas exposições, a ausência de um inventário sistemático e de salas de trabalho, de laboratórios e

30. “...dos de arqueología americana, dos de arqueología argentina, una de religiones comparadas, una de etnografía argentina, una de etnografía de Asia, África y Polinesia y una de Antropología.” (Lafón, op.cit.:468).

31. Até esse momento, aquele prédio tinha sido ocupado pela *Dirección General de Estadística Municipal*. Com a criação do Departamento de Antropogeografía, a Biblioteca do ME incorpora o material bibliográfico do anterior *Instituto de Investigaciones Geográficas* (Calvo y Arenas, 1987:2).



de instrumental, bem como de uma Biblioteca pouco organizada e a carência de uma estrutura científica, “...pues su personal técnico se reducía al Director y a **un encargado de cierta sección nominal de Antropología...**”<sup>32</sup> (op.cit.:15; grifo nosso). Não duvidava em afirmar que “...la verdad es que el Museo Etnográfico sólo era el trasunto del clásico Gabinete de Curiosidades que materializó, en tiempos pasados, el infantil e inocuo [sic] interés del espíritu humano por la rareza exótica y la policromía deslumbrante. (...) ...un estado de cosas impropio a los prestigios de la Universidad y de la capital de la República...” (op.cit.:14-15). Explica então ‘o que deve ser entendido por um museu’:

Un museo, sea cual fuere la disciplina a la cual se hallare vinculado, **reúne y conserva** materiales de diversa índole, destinado al **estudio** de los especialistas y a la enseñanza de quienes están al margen de las ciencias. Las **investigaciones** y la **instrucción** constituyen, pues, sus **finalidades** esenciales... (...) La pauta básica a que acabo de referirme, es la que define, también en su **doble aspecto**, la **instalación** del repositorio, la manera cómo deben **almacenarse** los materiales, la forma de las **exhibiciones** destinadas al público, el carácter de sus **publicaciones**, y la **acción cultural** que el Museo debe desarrollar. (...) El **material reservado para el estudio** [será] constituido por el **ochenta por ciento** del acervo... (...) En cambio, el destinado a ser **exhibido**, estará constituido, tan sólo, por **colecciones representativas**... (...) **...dispuestas en forma** que los visitantes de cultura mediana, el obrero, el simple hombre de la calle, y aún el niño, puedan **comprenderlas y aprovecharlas**. Es necesario no olvidar, en este caso, el objeto u objetos del Museo: percatarse de la clase y del saber de las personas a quienes se desea instruir... (op.cit.:27-28, grifo no original).

Esta maneira de encarar as tarefas do museu estava acompanhada, aliás, por uma perspectiva ‘nacional’ que devia privilegiar o conhecimento ‘do argentino’, destinando o resto das coleções somente às exposições temporárias. Assim,

(...) el antiguo Museo Etnográfico... (...) **...desbordó - en mi concepto - el campo que debió serle propio, pues universalizó sus esfuerzos acumulando materiales de las más diversas procedencias, en lugar de haberse reducido a reunir con ciencia y conciencia - obra larga y multiforme por sí sola - los restos de los aborígenes argentinos de todos los tiempos, las manifestaciones de sus respectivas culturas y los elementos de comparación procedentes de aquellos países sudamericanos cuyo substrato primitivo intervino, en forma más o menos decisiva, en el complicado proceso de nuestra etnogenia.** (op.cit.:32; grifo nosso).

32. Segundo Fígoli (1990:233), quem era encarregado das investigações antropológicas do ME era, desde 1922, José Imbelloni; podemos supor, então, que Outes estaria se referindo a ele.

Entre todas estas inovações, Outes acariciava também a possibilidade de um projeto expositivo para a geografia, através do qual exporia a história da concepção cartográfica do território argentino e outros materiais “...*presentados en forma que evidencien cómo nos vieron, en diversos momentos históricos, los viajeros que nos visitaron...*” (op.cit.:34).<sup>33</sup> Aliás, propôs – e concretizou – dois tipos de publicações: uma delas, formada por duas séries de caráter científico,<sup>34</sup> e outra composta pelas revistas *Solar* e *Cartillas*, a primeira para ‘divulgación’ e a segunda para uma ‘vulgarización’ que conseguisse entrar ‘en contacto íntimo con el pueblo’.<sup>35</sup>

Em 24 de abril de 1936 funda a *Sociedad Argentina de Antropología* (SAA), cujo objetivo era reunir os especialistas:

*(...) en cualquiera de las ramas de la Antropología, entendiéndose por Antropología cualquiera de las disciplinas que constituyen las Ciencias del Hombre (Antropología Física, Etnología, Etnografía, Lingüística, Arqueología, etc.); y por especialistas, las personas que se dedican a la investigación en alguna de las ramas de la Antropología, como objeto principal de su actividad con carácter profesional. (Artigo 3º dos Estatutos; “Boletín de la Sociedad Argentina de Antropología, 1963:10-11; citado em Guber, op.cit.:10).*

As ambições de Outes enquadravam-se em uma perspectiva histórico-geográfica que, com orientações ideológicas muito diferentes, começaria a aparecer no horizonte científico argentino: a teoria dos *Kulturkreisen* ou ‘círculos culturais’.<sup>36</sup> Outes propunha-se obter “...*una noción global exacta (...) de todos los círculos culturales (Kulturkreisen) prehistóricos, prehispánicos e históricos argentinos, sea cual fuere su personalidad; emprendiendo, para ello, breves excursiones, con el objeto de conocer el ambiente, como la ubicación, importancia e interés de los*

33. Souto analisa 45 estudos monográficos escritos por Outes e, apesar de formado dentro de uma forte orientação geográfica, somente dois desses textos respondem a essa disciplina; dos restantes, quatro correspondem à geografia histórica, duas à história e 37 à temas de antropologia, arqueologia e etnografia. (op.cit.:128).

34. A “Serie A” funcionou desde 1931 até 1940, com um total de cinco números, e a “Serie B” só durante 1940, com dois números; nelas, encontramos, junto a Outes, as presenças de Romualdo Ardisson, Francisco de Aparicio, Salvador Canals Frau e José Imbelloni, todos eles docentes no ME das cátedras antropológicas da FFyL (Souto, op.cit.:57).

35. A esse respeito, Lafón considera que ‘la magnitud de la obra de Outes’ teria constituído, por si mesma, uma ‘insalvable dificultad’, já que “...*ni siquiera en las publicaciones llegó a cumplir sus deseos. Las publicaciones científicas A y B salieron, pero de la Revista Solar se publicó un solo número y de las Cartillas, ninguno.*” (Lafón, op.cit.:469)

36. A Escola Histórico-Cultural ou teoria dos *Kulturkreise* tem suas origens no difusionismo da primeira metade do século XX. Opondo-se ao evolucionismo, pretendia demonstrar a historicidade dos ‘povos sem história’ através do estudo de suas distribuições progressivas no espaço. Estas idéias teriam se iniciado em 1887 com o difusionismo alemão de Ratzel, e desenvolvidas em 1890 pelo seu discípulo, Leo Frobenius, que populariza o termo *Kulturkreis*. O maior apogeu é obtido através da chamada ‘Escola de Viena’ iniciada por Graebner, em 1911, liderada depois pelo padre Wilhelm Schmidt. Na discussão entre ‘un único centro de difusión’ ou ‘invenciones independientes’, estavam em jogo, em primeiro lugar, o questionamento da unidade psíquica humana e, em segundo, a disputa pela ênfase em uma ‘inmovilidad de permanencias’ ou em ‘la innovación y dinámicas culturales’. (Figoli, 1990; Rupp-Eisenreich, 1996).

respectivos campos de investigaciones.” Nesta tarefa, cabia ao Departamento de Etnografia e Folclore “...reunir el acervo de alguno de los aspectos de la vida de determinada cultura...” para então investigar “...la acción que haya ejercido el ambiente en las unidades culturales argentinas; las influencias periféricas o extracontinentales a que pudieron estar sometidas en diversas épocas, su grado de penetración, como los rastros que han dejado en cada complejo.” (op.cit.:36-38; grifo nosso). Sob sua gestão, o acervo teria aumentado para um total aproximado de 35.000 peças (Lafón, op.cit.).

Outes renunciou (por aposentadoria) em abril de 1938, assumindo logo seu discípulo Francisco de Aparicio.<sup>37</sup> Durante sua gestão, é restabelecido o nome original do museu, chamando-se novamente ‘Museu Etnográfico’. Para Lafón, esta recuperação constituía uma ‘prueba’ da identificação deste com Ambrosetti (op.cit.:469).

Aparicio conservou a mesma estrutura interna do ME, em seus quatro departamentos. Segundo o mesmo autor, durante essa época “...la actividad docente en el Museo es animada...”, vitalidade que, para 1941 – contando somente com 20 alunos – teria se estabelecido ao redor de Romualdo Ardissonne em *Geografía Humana*, Federico A. Daus em *Geografía Física*, José Imbelloni em *Antropología e Etnografía Geral*, e o ‘carismático’ Aparicio à frente das aulas de *Arqueología* (Lafón, op.cit.:470; Guber, op.cit.:8-9).<sup>38</sup> Segundo esta última autora:

*Estas personalidades eran prácticamente las dueñas de la antropología porteña y representaban para los jóvenes las únicas posibilidades de acceder al sistema académico universitario. En este clima, la apertura a otros intelectuales y actividades de intercambio era crucial para pluralizar un*

37. Guber aponta que “...Aparicio ocupó todos los cargos que su mentor (le) dejaba vacantes y disponía de su abultada herencia...”. Como Ambrosetti, Aparicio também não possuía uma formação universitária, “...aunque logró forjarse como experto en antropología, arqueología, etnohistoria, historia colonial y lengua, para terminar proyectado como geógrafo de la Argentina.” (op.cit.:5-6). Lafón destaca que, sem abandonar a investigação nem as atividades museológicas desenvolvidas pelo seu predecessor, Aparicio privilegiaria, acima de tudo, a docência. Segundo este autor, esta não teria sido atraente para Outes, e Aparicio a restituía “...para cumplir así el primitivo fin de Ambrosetti: hacer del Museo un centro de investigaciones antropológicas, al servicio de la Universidad.” (op.cit.:469). Levando em consideração tudo o que foi desenvolvido sob a gestão de Outes, esta afirmação parece ser bastante contraditória. Não obstante, quisemos citá-la com o fim de expor, sem restrições, a perspectiva de Lafón.

38. Romualdo Ardissonne (1891-1961), italiano nacionalizado argentino, formou-se como professor de história e geografia em 1918, em Buenos Aires, substituindo em 1938 a Outes, na cátedra de *Geografía Humana*, e nomeado em 1940 como vice-diretor do ME. Federico A. Daus (1901-1988) tinha se formado como Professor de Geografia para 1922, no âmbito da UBA. José Imbelloni (Itália, 1885-Buenos Aires, 1967) chegou à Argentina pela primeira vez em 1914 mas, em 1915, regressou à Itália para lutar como voluntário na Primeira Guerra Mundial, doutorando-se para 1920 em ciências naturais (Universidade de Padua). Em 1921 retorna à Argentina, começando a atividade científica no ‘Museu de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia’, incorporando-se na UBA como docente da cátedra de *Antropología*; um ano depois, já era encarregado das investigações antropológicas do ME. Para 1931, é nomeado chefe da Seção de *Antropología* do ‘Museu de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia’, cargo que ocupará até 1946. Entre 1937 e 1939 - dependendo as fontes - foi nomeado ‘professor extraordinário’ de *Antropología e Etnografía Geral* na FFyL, e desde 1947 até 1955 será diretor do ME. Em 1950, tornou-se membro da *Deutsche Gesellschaft für Völkerkunde* e, em 1953 receberá, em Buenos Aires, o Prêmio Nacional de Cultura (veja-se Figoli, op.cit.:234; Guber, op.cit.:8-9).

poco este estrechísimo panorama. **Aparicio fue nodal en este sentido, pues convirtió al Museo Etnográfico en sede de diversas actividades:** la docencia para los estudiantes de Historia, la investigación de los titulares, los adjuntos y algunos ayudantes, alumnos entre ellos; la socialización y la sociabilidad académicas mediante la presentación de trabajos y el encuentro con personalidades de las humanidades que visitaban la institución por vínculos con su director, la planificación de viajes de estudio y la clasificación de viejas y nuevas colecciones. **El Museo Etnográfico era museo, aula, depósito, oficina, laboratorio, biblioteca, sede de la Sociedad Argentina de Antropología...** (op.cit.:9; grifo nosso).

Estas atividades já tinham sido implementadas por Ambrosetti, Debenedetti e Outes, mas teria sido Aparicio quem conseguiu reuni-las com sucesso e simultaneidade. Aliás, somavam-se a esta lista importantes instâncias de encontro que teriam dado vigor a estas tarefas, tanto entre alunos e professores<sup>39</sup> como também entre estudantes e outros acadêmicos (argentinos e estrangeiros) no seio da *Sociedad Argentina de Antropología*.<sup>40</sup> Também foi renovada a organização interna da Biblioteca (que tinha sido incrementada consideravelmente através do legado da biblioteca pessoal de Outes, após sua morte, em 1939) que, a partir de 1942, será dirigida por Raúl Augusto Cortazar,<sup>41</sup> quem realizará pela primeira vez sua catalogação sistemática.

A gestão de Aparicio trouxe um novo elemento: a criação, em 1943, de uma associação acadêmica de estudantes, chamada “Akida”. Composta por uma secretaria e três comissões (de *comunicações*, de *finanças* e de *viagens*), reuniu alunos de história para realizar trabalhos de campo na zona do Noroeste Argentino, aproximando-os da antropologia e da geografia.<sup>42</sup> Como aponta

39. Guber menciona ‘los tés de las tardes en la biblioteca’, assistidos por estudantes que trabalhavam em equipes de pesquisa, com a presença de algum convidado para discutir um tema específico. Entre os alunos citados encontram-se Ciro René Lafón e Esther Hermitte (op.cit.:10). Esta última será considerada, mais tarde, como uma figura pioneira da antropologia social no país. Sendo a primeira antropóloga argentina com uma pós-graduação no exterior, doutora-se na Universidade de Chicago, em 1964, retornando depois à Argentina. Por causa do golpe militar de 1966, apresentará sua renúncia na FFyL, e será reintegrada por concurso só em 1985. Em 1975 é criado, sob sua direção, o *Centro de Antropología Social* dentro do *Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES)*, constituindo-se como uma verdadeira ‘universidade paralela’. Nesse âmbito, Esther Hermitte formou aqueles que hoje são reconhecidos como prestigiosos antropólogos sociais. No artigo de Guber citado em nosso trabalho (2004), a autora recupera as ‘linhagens ocultas’ que ligam a trajetória de Hermitte à de Aparicio, e pela qual seria invisibilizada dentro da ‘antropologia oficial’, do mesmo modo que – como veremos a seguir – sucederia com seu mestre.

40. Entre os membros estrangeiros, encontravam-se Julien Steward, Paul Rivet e Alfred Métraux (Guber, op.cit.). Perazzi (2003) também menciona Wilhelm Schmidt e a Alfred Kroeber.

41. Considerado, ainda hoje, um dos mais importantes *folclorólogos* da Argentina, Cortazar (1910-1974) tinha se formado como bibliotecário, na FFyL, em 1940, doutorando-se em letras em 1954. Em 1942, junto com a direção da Biblioteca do ME, comandava o *Departamento de Etnografía y Folclore*, dirigindo mais tarde a “Biblioteca Central” da FFyL (1944-1952). Figura fundamental na criação da carreira de Ciências Antropológicas, entre as 47 matérias iniciais encontravam-se 15, de nato corte folclórico, projetadas por Cortazar (Guber, op.cit.:4).

42. Com verbas obtidas através da UBA e da Akida, em 1944 foi realizada a primeira viagem às ruínas de Tolombón, Vale de Santa María, Departamento de Cafayate, província de Salta. Outras expedições foram realizadas à província de Buenos Aires e ao interior

Guber, “...los viajes de estudio daban, además de conocimiento personal, un saber empírico sobre una región que **no sólo contenía vestigios arqueológicos.**” (op.cit.:12; grifo nosso). O resultado destas viagens de campo veio em palestras apresentadas no *Congreso de Americanistas* de Paris, em 1947, que “...no sólo versaban sobre el pasado, sino también sobre el presente...”. Aparicio definia seus interesses em função da arqueologia, mas a etno-história e a antropogeografia cumpriram um importante papel no momento de realizar levantamentos de dados dos assentamentos indígenas (op.cit.:13).

Como destaca Guber (op.cit.:14), estas perspectivas acabariam definindo duas orientações dentro do ME, marcadamente diferentes. Por um lado, Aparicio e Ardissonne recorriam ao presente, através da *geografía humana*, para falar do passado: suas pesquisas visavam reconstruir a ‘carta étnica’ do país, em diferentes momentos históricos, apelando (junto a temas geográficos) a estudos sobre instalação indígena, tipos de moradia e até ‘geografía da alimentação’ (Souto, op.cit.). Além de focalizar nestes temas uma perspectiva de ‘ofertas naturais’ (determinadas por meio ambientes diferentes), estavam produzindo um novo discurso que dava conta de alguns aspectos da realidade social. Do outro lado e enquanto isso, encontrava-se Imbelloni. Como veremos a seguir, este especialista em craniometria – e professor da disciplina *Antropología e Etnografía Geral* – preocupar-se-ia somente com o passado para traçar, nele, a origem do homem americano, reconstituindo-a através do método histórico-cultural.<sup>43</sup>

Com a incorporação da *geografía humana*, Outes e Aparicio teriam começado a estender os horizontes de uma antropologia encerrada no passado; além das suas fronteiras, havia um presente vivo e desconhecido que permitiria questioná-la.

---

do país, “...con el fin de relevar aspectos históricos y prehistóricos, sociales, geográficos y culturales.” (Guber, op.cit.:11).

43. Guber refere-se à uma anedota acontecida em 1943, que ilustra claramente a divergência de interesses entre estas duas orientações: durante uma aula de Ardissonne, na qual estava se discutindo acerca dos assentamentos nas fazendas e os direitos de propriedade, “...de pronto Imbelloni, que estaba en el auditorio, se levantó de su silla y en un tono suficientemente elevado para que se oyera, protestó ‘Qué me vienen con esas minucias de la estancia!’, y se fue dando un portazo.” (op.cit.:14).

### c) “EN EL CONFÍN DEL MUNDO”: O DESAPARECIMENTO DE UM ÓRGÃO DE INVESTIGAÇÃO

A chegada do peronismo ao governo, em 1946, deixaria Aparicio fora do cenário do ME.<sup>44</sup> Após um breve período em que o vice-diretor Ardissonne ocupa o cargo de diretor interino entre 1946 e começos de 1947, Aparicio foi finalmente “...expulsado de sus cargos públicos en 1947, pero quien lo sucedió no fue su vicedirector, sino Imbelloni.” (Guber, op.cit.:4;14). Apontando 1947 como o ano que começa uma ‘terceira etapa’, Lafón descreve a saída de Aparicio da seguinte maneira: “Este estado de cosas [referindo-se às características da gestão dele] dura hasta 1946, cuando el profesor Aparicio **cesa en sus funciones...** (...) La transformación orgánica de la Universidad, acaecida en 1947 alcanzó, **como es lógico**, a la Facultad de Filosofía y Letras y repercutió en uno de sus organismos tradicionales: el Museo Etnográfico...” (op.cit.:471-2; grifo nosso).<sup>45</sup>

Em começos de 1947 é criado o *Instituto de Antropología* dentro da FFyL, sob direção de Imbelloni; o ME é transformado em ‘anexo’ daquele, perdendo sua relativa autonomia, sendo colocado nas mãos desse diretor. Este fez uma reestruturação interna: separou o *Instituto de Geografía* do ME anulando, ao mesmo tempo, as aulas de suas disciplinas, suas publicações e o *Departamento de Antropogeografía*. A *Sociedad Argentina de Antropología* deixou de funcionar e, paralelamente, desmembrou-se *Akida*.<sup>46</sup> O *Instituto de Antropología* se encarregaria de “...la triple actividad de las Ciencias del Hombre: Antropología Morfológica, Etnografía (incluso Folklore) e Arqueología.” (Imbelloni, 1948:42); segundo Lafón, estes grupos eram “...acordes en un todo con las divisiones de la Antropología **lato sensu...**” (op.cit.:472, grifo no original). Em junho de 1947, um decreto do *Poder Ejecutivo Nacional* atribuiu ao ME as coleções etnográficas, arqueológicas e antropológicas do Museu de Ciências Naturais ‘Bernardino Rivadavia’, pelo qual “...el patrimonio que para 1947 alcanzaba alrededor de 50.000 ejemplares, se vio acre-

44. O ‘Nuevo Régimen Universitario’, promulgado através da Lei 13.031/47, estabelecia que somente o *Poder Ejecutivo Nacional* tinha faculdade de nomear reitores, decanos e professores. Aqueles que (como Aparicio) reivindicaram a autonomia universitária tiveram os dias contados: na UBA, foram 825 os professores renunciantes, e 423 os cessantes (Guber, op.cit.:14). A inserção política dentro da vida acadêmica manifestava-se de várias maneiras: entre elas, a conservação dos cargos na UBA dependia, também, da filiação ao *Partido Justicialista*, liderado por Juan Domingo Perón.

45. Em sua “Breve Historia del Museo Etnográfico” (1948), Imbelloni somente enumera os anos e os diretores, detendo-se em 1947 para apontar que “... a raíz de la nueva sistematización orgánica de los Institutos de la Facultad de Filosofía y Letras, fue creado el Instituto de Antropología, a cuyos cuidados está confiado el Museo Etnográfico.” (op.cit.:42).

46. A SAA foi privada do subsídio oficial, argumentando-se que suas atividades não tinham ‘interés social’ (Márquez Miranda 1955:6; citado em Guber, op. cit.:16).

centado en unos 72.000...” (Lafón, op.cit.:472).<sup>47</sup> Para 1948 desaparecem as ‘Publicaciones del Museo Etnográfico’, e Imbelloni funda a revista ‘Runa: Archivos para las Ciencias del Hombre’.<sup>48</sup> A Sección de Arqueología também foi transformada em Instituto para 1953; enquanto este aprofundava o conhecimento já iniciado acerca do Noroeste Argentino, o Instituto de Antropología ocupar-se-ia do ‘estudio intensivo de la Patagonia’.<sup>49</sup>

Com estas modificações, o ME desaparece como órgão de investigação e limita-se simplesmente à exibição, conservação e troca de materiais.<sup>50</sup> Não obstante, Lafón aponta que:

*En la práctica, por tradición, por prestigio, por finalidad, es el Museo Etnográfico como organismo madre, desdibujado, es verdad, el que lleva a cabo sus fines iniciales: ofrecer los materiales necesarios para preparar prácticamente a los estudiantes de la Facultad. Son sus tesoros los que proporcionan la materia prima para la enseñanza de la Antropología, la Arqueología y la Prehistoria y es su biblioteca la que respalda la solvencia de estudiantes y la erudición de especialistas. Se hace difícil suponer la existencia de un instituto de alguna de esas especialidades o la existencia de etnólogos sin un museo. Convertido en un mero anexo por exigencias de organización, sigue siendo un núcleo de importancia primordial para la docencia y la investigación en la Facultad. (...) En esa aparente división interna casi aniquiladora, subsiste la vieja institución, escondida bajo el ropaje de dos institutos... (...) De puertas adentro, el museo es uno solo y constituye la única razón de ser de aquéllos.* (op.cit.:474-5; grifo nosso).

Simultaneamente, estas transformações de ordem estrutural foram acompanhadas por outros acontecimentos. Em maio de 1948, chega a Buenos Aires o arqueólogo tirolês Oswald Menghin.<sup>51</sup> Com a ajuda de Imbelloni, duas sema-

47. Cabe lembrar aqui que Imbelloni havia sido, desde 1931 até 1946, chefe da Seção de Antropologia daquele museu.

48. No primeiro número da revista, Imbelloni declarava que “...damos comienzo a nuestro cometido de estudiar a fondo... (...) **...los grupos residuales de la antigua raza pámpida**, cuya incorporación a la vida nacional constituye **un magnífico programa para la actividad gubernamental** y una interesante perspectiva demográfica para la Nación Argentina.” (Imbelloni, 1948:6; citado em Perazzi, op.cit.:61; grifo nosso).

49. Vinte anos mais tarde, outra das direções peronistas do ME – mas com orientação esquerdista – lembrará este fato da maneira seguinte: “...se profundizan los estudios en el noroeste y, **fundamentalmente, en Patagonia**. Este impulso **no es obra de la casualidad o del azar: en este período importaba recuperar las raíces más profundas de nuestra nacionalidad, por ser ello uno de los pilares de la Política Cultural Justicialista**.” (em: “Centro de Recuperación de la Cultura Popular José Imbelloni: Organización y Funciones” - 1973; Imprenta de la Facultad de Filosofía y Letras; p.4; grifo nosso).

50. O acervo do ME guardava, para Imbelloni, “...las **reliquias** de las civilizaciones que florecieron en nuestro suelo y en Sudamérica, al lado de las principales que fueron características de todos los demás continentes...” (Imbelloni, 1948:47; grifo nosso).

51. Menghin (1888-1973) estuda na Universidade de Viena e, em 1910, concretiza seu pós-doutorado em arqueologia pré-histórica, na mesma instituição. Seus estudos tentavam reconstruir uma ‘história universal da Idade de Pedra’, aplicando o conceito alemão de *Kulturkreis* aos materiais do Paleolítico, e identificando três ciclos culturais com os filhos de Noé (Sem, Cam e Jafet), correspondentes às raças branca, amarela e negra, respectivamente. Em 1934 – um ano depois do triunfo eleitoral do partido nazista na Alemanha – publica *Geist und Blut* (‘Espírito e sangue’) atribuindo a toda diferença cultural uma base biológica que explicava, por exemplo, a cultura e a criatividade entre os europeus, a tenacidade e a crueldade entre os mongóis e as predisposições musicais entre os negros. Menghin conhecia e admirava a obra de Imbelloni, justamente por causa de seus estudos raciais. Católico nacionalista, sustentava

nas mais tarde era nomeado professor da UBA. Nesse mesmo ano, chega ao ME o italiano Marcelo Bórmida: recomendado a Imbelloni pelo raciólogo Giuseppe Sergi, começa a trabalhar na Patagônia junto a Menghin e Imbelloni, realizando classificações de restos ósseos.<sup>52</sup> Estas figuras integraram o ‘elenco estável’ europeu da chamada ‘Nueva Escuela Argentina de Antropología’, projetada pelo – também italiano – Imbelloni.<sup>53</sup> Sua figura ‘carismática’<sup>54</sup> presidia o panorama antropológico argentino, e fez da Escola Histórico-Cultural sua doutrina oficial.<sup>55</sup> Anteriormente à chegada do contingente europeu, tinha publicado *La Esfinge Indiana* (1926), anunciando tanto a fundação da ‘Nova Escola’ quanto à de uma nova especialidade, a ‘Americanística’, na qual propunha um – também renovado – programa de estudos que pudesse dar conta da origem do homem americano e do povoamento do continente e suas culturas, atualizando a discussão ‘paralelistas-difusionistas’ através do estudo de regiões biológicas

---

que os judeus ameaçavam a integridade dos alemães, pelo qual propôs conduzir até à Palestina aqueles residentes na Europa. Em 1935/6, é nomeado reitor da Universidade de Viena, e em 1938, ministro de Cultura e Educação da Áustria. Como consequência do colaboracionismo através desses cargos, antes de chegar à Argentina permaneceu, durante dois anos, em dois campos norte-americanos de prisioneiros (Ludwigsburg e Darmstadt). Morre na cidade de Chivilcoy, província de Buenos Aires, em 1973, onde – ainda hoje – existe um museu com seu nome. Nele, estão organizados os materiais que o próprio Menghin tinha coletado nas expedições à Patagônia (veja-se Kohl & Pérez Gollán, 2002).

52. Bórmida nasceu em Roma, em 1925, e estuda Ciências Biológicas na Universidade homônima, sob direção de Sergi. “*La escalada institucional de Marcelo Bórmida también resulta sorprendente. A poco de su llegada al país [1946] fue nombrado docente ‘ad honorem’ del Instituto de Antropología... (...) En julio de 1952 obtuvo el título de Profesor en Historia y en julio del año siguiente se licenció en Historia con especialidad en Antropología y Etnología General. Cinco meses después hizo su defensa doctoral en Filosofía y Letras y en agosto de 1954 se convirtió en profesor adjunto de la cátedra de Antropología de la que Imbelloni era titular...*” (Perazzi, op.cit.:69). Sua tese versava sobre craniologia patagônica, baseada nos estudos que desenvolveu, junto a Imbelloni e Menghin, naquelas campanhas arqueológicas.

53. Nas ondas de chegadas científicas, após a Segunda Guerra Mundial, também apareceu o húngaro Miguel de Ferdinandy e o iugoslavo Branimiro Males. Ferdinandy assume o *Instituto de Arqueología y Etnología de Cuyo* (fundado em 1940 pelo malhorqui Salvador Canals Frau), e Males, o *Instituto de Etnología de la Universidad de Tucumán* (fundado em 1928 pelo antropólogo suíço Alfred Métraux, e dirigido por ele até 1934; depois, até 1940 será dirigido por um dos seus discípulos, Enrique Palavecino, que, por sua vez, será diretor do ME entre 1960 e 1966 (veja-se Perazzi, op.cit.; Fígoli, 2004; Guber, op.cit.). Ambos os institutos encarregavam-se dos estudos antropológicos no interior do país. Entretanto, a partir de 1946, centralizariam suas pesquisas no recém-criado ‘*Instituto Étnico Nacional*’ (IEN), que tinha por finalidade ‘*estudiar en todas sus formas la población argentina*’. Segundo Lázari (2004), o IEN teria sido a experiência argentina mais consistente de aplicação prática de saberes antropológicos (veja-se também Perazzi, op.cit.). Canals Frau será seu subdiretor desde 1947 até 1951, e diretor do ME desde 1955 até 1958.

54. No ‘*diário privado*’ de Ana Biró de Stern (1903-1994; ‘arqueóloga, etnóloga e folcloróloga’ formada por Imbelloni) encontra-se uma descrição do dia em que ambos se conheceram, aproximadamente para 1947. Ela tinha assistido a uma palestra de Imbelloni, e lembrava que “...aún hoy me embarga la emoción al recordar mi deslumbramiento al descubrir el maravilloso mundo de los pueblos primitivos. Era un amplio panorama de culturología, desde los ciclos nómades hasta las altas culturas, enfocadas por la ciencia antropológica histórico-cultural. El Dr. Imbelloni era un conferencista brillante, coherente, que atrapaba a su auditorio. Yo lo escuchaba con apasionante interés. Efectivamente puedo compararlo con la emoción de quien escucha la música por primera vez: así era para mí el mundo habitado por negros africanos, indios americanos, pastores asiáticos; una pantalla mágica que me proyectaba imágenes inauditas. Salía siempre deslumbrada, ausente de todo cotidiano.” (p.6; documento do Archivo Fotográfico y Documental do ME; grifo nosso).

55. “...Imbelloni era un fascista absolutamente definido... Entonces trae a la Escuela Histórico-Cultural... Además tenía, primero, un gran carisma personal, y segundo, un conocimiento muy amplio... (...) Era director del ME, profesor en Buenos Aires... un tipo con un gran carisma, dominó totalmente el panorama... Los demás investigadores no se le animaban. Tenía una cultura muy amplia de toda América que los demás no tenían... (...) Además, tenía el poder, y la capacidad para acercarse a las fuentes del poder... (...) Fijáte que él fue el primero en publicar una toponimia de origen mapuche [obra de Perón] ‘*Toponimia Araucana*’ de cuando él [Perón] era Mayor... (...) ...y mientras era director del ME pidió una entrevista en Presidencia y le dijo a Perón: ‘General, esto es una maravilla, no es posible que quede perdido, así que vamos a hacer una edición’... (...) Con la idea se granjeó la simpatía del General...” Entrevista ao arqueólogo e ex-diretor do ME, Dr. Alberto Rex González, 05/03/2005. A respeito, Guber aponta que “...Imbelloni prologó la incursión etnográfica de Perón ‘*Toponimia Araucana*’, por lo que su castigo en 1955 era una muerte anunciada.” (op.cit.:15).



e grupos raciais. Em 1936, lançou o primeiro volume da ‘Biblioteca Humanior’ (segundo ele, ‘la biblioteca del americanista moderno’) intitulado *Epítome de Culturología*, propondo uma ‘Nueva Etnología’ de caráter histórico, para estudar ‘el pasado remoto hasta la Protohistoria’ (Fígoli, 1990; Guber, op.cit.).<sup>56</sup>

A proposta da Escola Histórico-Cultural – de derivar, a partir da observação dos povos contemporâneos, um conhecimento das origens e das sucessivas modificações pelas quais teriam passado as diferentes culturas – oferecia não somente um mapa etnográfico de ‘círculos culturais’ disseminados pelo mundo afora, como também uma estratificação cronológica onde a existência de tal ou qual elemento cultural ficava circunscrita a um momento único da evolução de cada círculo.<sup>57</sup> Sem se indagar acerca das condições nomotéticas sobre as quais poderia se explicar a existência de semelhanças culturais, a história se transformava, então, em uma sucessão evolutiva e acidental de circunstâncias e fenômenos. O reconhecimento destes ‘círculos’, com suas respectivas ‘dimensões patrimoniais’, tornar-se-ia, então, o objeto da antropologia, enquanto o homem parecia importar na medida em que era convertido a um ‘registro’ daqueles, como um depósito de tradições:

*Todas las disciplinas que tienen por objeto el conocimiento del hombre - lo que compone la Antropología en general - consideran a éste, en primer término, como organismo, cuyo estudio es el fin de la Antropología Morfológica; en segundo plano, como creador de culturas, aspecto que examina la Antropología Cultural. Esta rama tiene por fin inmediato ‘la reconstrucción de los patrimonios’, vale decir: de todas las formas y creaciones de la vida considerada desde el punto de vista material, de relación, y mental. Nuestra curiosidad nos lleva irremediabilmente hacia ese fin... (...) Por eso deseamos conocer al detalle la trayectoria de nuestra vida con todos sus cambios y mutaciones, lo mismo que las formas por las cuales han ido pasando sucesivamente los instrumentos, canciones,*

56. Como explica Fígoli (1990), para Imbelloni o historiador ocupava-se da vida ‘histórica’, enquanto o etnólogo devia fazê-lo com a vida ‘mais remota’, havendo entre ambas etapas um período intermediário que corresponde aos dois, denominando-o ‘Protohistória’. A ‘protohistória de los pueblos civilizados’ é onde se desenvolveram os povos de culturas complexas (‘Grandes Monarquías’ ou ‘Grandes Estados’), sendo possível estudá-las através dos ‘conjuntos patrimoniales protohistóricos’. Para isso, recorrer-se-ia à totalidade dos bens culturais que caracterizam as funções vitais de um estado de civilização, agrupando as dimensões da cultura sob os itens ‘vida material’, ‘vida social’ e ‘vida mental’: “*Todo consiste en posicionarse cabalmente en las finalidades fundamentales de la Ciencia del Hombre, y de la división del trabajo entre las muchas ciencias en que ésta se subdivide, sin perder de vista que todas son humanas y solidarias, porque el fin último es uno solo: la reconstrucción de los patrimonios.*” (Imbelloni, 1959; citado em Herrán, 1990:109, grifo no original). Fígoli destaca como a Escola Histórico-Cultural teria se ‘ajustado’ ao processo de construção nacional, renovado naquele momento pela retórica americanista e o nacionalismo econômico propostos pelo peronismo.

57. É importante destacar que – como seu principal mentor, o padre Wilhelm Schmidt – os seguidores da Escola Histórico-Cultural de Viena eram profundamente católicos. Com respeito àquele, Marvin Harris explica que “...su reconstrucción de la evolución cultural está dominada por la necesidad de conciliar los hallazgos de la antropología con los precedentes de la Sagrada Escritura.” (1996:338). Veja-se também Kohl & Pérez Gollán; 2002: referindo-se particularmente à obra de Menghin, estes dois autores analisam como estas dogmáticas crenças religiosas, políticas e morais teriam impedido, de antemão, sequer examinar as evidências dos registros etnográficos e arqueológicos.

armas, utensilios, plegarias, mitos e intuiciones que al hombre atañen. De aquí nace el concepto de la estratificación de las **capas** culturales y, paralelamente a él, la yuxtaposición de las **etnías** en el espacio. Por ello esa necesidad de orientar esta reconstrucción hacia el pasado nos lleva a trabajar en el secreto de los sepulcros, en cuya labor se basa la Arqueología ... (Revista Mundo Atómico, 1952, Año III, n. 8, p.38; grifo no original).<sup>58</sup>

Apesar de ter criticado o evolucionismo pelo caráter conjetural, a ‘reconstrução dos patrimônios’, baseada em uma *intuição* histórica e/ou morfológica, colocava a antropologia em um plano tão especulativo quanto àquele. Aliás, desenhava no espaço e no tempo esquemas de sucessões que se transformavam – inexoravelmente – em uma sorte de processos evolutivos, similares àqueles dos que propunha fugir. Assim mesmo, nestas reconstruções patri-moniais subjaz uma idéia de ‘cultura’ que parece se apresentar à maneira de um inventário auto-explicativo de bens materiais e mentais, quase que imanentes. Por último, para uma análise destas ‘coleções de permanências’, podia-se prescindir de toda consideração sociológica, porque:

*En etnología nada se gana con estabilizar encadenamientos racionales que dependan de un elemento central. En esto consiste - justamente - su superioridad de ciencia inductiva y filosófica, y no práctica, ni normativa: en que la morfología interna de una cultura se establece por medio de una armonía de componentes determinada más arriba de las fórmulas caducas y cambiantes del pensamiento sociológico, que ha venido barajando una tras otra la predominancia de los ‘hechos sociales’ para anclarse en los últimos días en la fórmula del ‘sociomorfismo’.* (Imbelloni, 1953:206; citado em Madrazo, 1985:30. Grifo nosso).

Enquanto nos Estados Unidos da América as idéias difusionistas derivaram mais tarde no conceito de ‘áreas culturais’ – unidades geográficas pequenas, discerníveis através da distribuição contígua de elementos culturais –,<sup>59</sup> na

58. Na mesma matéria, o jornalista pergunta a Imbelloni a respeito da possibilidade do emprego de isótopos de carvão para a análise de materiais arqueológicos, respondendo: “De ningún modo!! Nuestra ciencia no puede andar con tanteos ni atenerse al uso de métodos que podrán ser ingeniosos, pero que pecan de antojadizos o tendenciosos. En las investigaciones que nos atañen hay algo de la intuición de las aptitudes interpretativas del filósofo y de la imaginación y sensibilidad, vecinos a los que ha menester el artista para realizar su obra. No puede, por lo tanto, alejarse demasiado de la realidad que sus ojos le revelan.” (op.cit.: 38; grifo nosso).

59. Como a Escola Histórico-Cultural, o chamado ‘particularismo histórico’ de Boas também se opôs ao evolucionismo desde uma perspectiva difusionista. Entretanto, Boas teria rejeitado as construções ‘pseudo-históricas’ propostas por esta escola e, sem anulá-las completamente, teria de restringi-las à reconstrução de contatos *demonstráveis* para períodos recentes, em áreas limitadas. Apesar de ter adotado posições alternadas a respeito da possibilidade de formular leis gerais, Boas entendia que o estabelecimento de regularidades só poderia ser feito a partir de uma exaustiva pesquisa histórico-indutiva, apresentando as ‘provas’ sobre as quais pudessem ser baseadas as afirmações etnográficas (mais tarde, a impossibilidade metodológica dessas ‘provas’ seria criticada pelos próprios seguidores dele). Como aponta Harris, “...aunque Boas estaba de acuerdo con Graebner en que la difusión es más corriente que la invención independiente, no pensaba que eso bastara para dar explicaciones difusionistas **mientras no se demostrara** la viabilidad de los contactos geográficos.” (Harris, 1996:226; grifo nosso). É importante destacar aqui que a posterior orientação norte-americana para o conceito de ‘áreas culturais’ tinha tido uma sorte de precedente museológico na conhecida disputa entre Franz Boas e Otis S. Mason (1887), quando ambos trabalhavam no *American Museum of Natural History*, interpretando-as como unidades de exposição para organizar os

Argentina teriam se prolongado através destes *Kulturkreise* de origem alemã (embora em seu ‘centro de difusão’ não tivessem o alcance e permanência que teriam na Argentina).<sup>60</sup>

A chamada Revolución Libertadora de 1955 – golpe militar que derroca o governo do Gral. Perón<sup>61</sup> – origina um remanejamento de autoridades na UBA, que é intervinda. Pretendia-se, com essa medida, acabar com o quadro de professores que “...fundaban sus puestos en su afiliación al partido gobernante más que en sus méritos académicos.” (Guber, op.cit.:2). As mudanças alcançariam Imbelloni, que se antecipa apresentando um ‘retiro por aposentadoria’. Como aponta a autora, esta ‘purga’ de professores não foi absoluta: Imbelloni desapareceu do espaço físico do ME, mas continuou presente através de seus seguidores e colaboradores no museu.<sup>62</sup> Salvador Canals Frau assume a direção em 1955, conservando o cargo até sua morte em 1958. Segundo Lafón (op.cit.), esta substituição não representou nenhuma mudança importante; pelo contrário, Imbelloni e Canals Frau são apresentados como uma e mesma direção. À morte de Canals Frau, o ME será dirigido por Enrique Palavecino (1900-1966),<sup>63</sup> e durante a sua gestão o ME unirá seu nome junto ao do seu fundador, Juan Bautista Ambrosetti.

Um fato de fundamental importância tem lugar durante este período: em 1958 se constituiu o *Departamento de Ciencias Antropológicas* da FFyL (agrupando-se nele o ME, e os *Institutos de Antropología* e de *Arqueología*). Foram aprovados os planos de estudo para uma “Carreira de Ciencias Antropológicas”, começando a funcionar no ano seguinte. Suas três especializações eram *arqueología* – as origens do povoamento americano e o período pré-hispânico –, *folclore* – as supervivências hispano-indígenas – e *etnología* – a mentalidade

---

materiais em seções ou salas (a respeito, veja-se Jacknis, 1985, p. 75-111).

60. Embora alguns autores argumentem que o apogeu das idéias da Escola Histórico-Cultural, alcançado neste período, deveu-se ao ‘vazio intelectual’ ante uma falta de opções depois da queda do evolucionismo clássico (Bartolomé, 1982; Madrazo, 1985; González 1991-1992), o forte ideário nacionalista proposto desde o peronismo teria facilitado a inserção destes supostos difusionistas de orientação racista (Fígoli, 1990, 2004; Perazzi, 2003). Os interesses de Imbelloni teriam coincidido amplamente com aqueles próprios ao nacionalismo da elite argentina perante a afluência imigratória (*nacionalismo* vs. *cosmopolitismo*), comprazendo ao mesmo tempo à Igreja Católica em sua encarnada oposição com o evolucionismo (Fígoli, 2004).

61. Perón fica exilado na Espanha, permanecendo lá até seu retorno, em 1973. Até esse ano, o ‘Partido Justicialista’ estará proscrito.

62. Guber menciona que “...Imbelloni permaneció, con sus teorías, su programa antropológico, y de algún modo con su afiliación política, a través de Menghin, Bórmida y Lafón en la universidad reformista.” (Guber, op.cit.:21).

63. Palavecino havia sido diretor do ‘Instituto de Etnología de la Universidad de Tucumán’, sucedendo a seu primeiro diretor e fundador, Alfred Métraux, desde 1934 até 1940 (Fígoli, 1990). Segundo Perazzi (op.cit.), a proximidade de Palavecino com aquele teria lhe servido para conhecer uma literatura etnográfica mais atualizada.

dos aborígenes (Visacovsky, 1997; citado em Guber e Visacovsky, 1999).<sup>64</sup> Os programas foram confeccionados por aqueles que já integravam o conjunto de professores.<sup>65</sup> A primeira turma de alunos não passava de 20 e, pelo fato de terem vindo – a maioria – da carreira de História, haviam tido Marcelo Bórmida como professor da disciplina *Antropologia*. Com a abertura da carreira, este começou a ensinar *Etnologia Geral*. Aqueles que foram seus alunos referem-se a ele como arrasador, erudito, sumamente carismático, com uma grande capacidade de convicção.<sup>66</sup>

Neste período, a *docência* ganhou um espaço privilegiado dentro do ME e grande parte do prédio foi destinado às salas de aulas. Mas houve um desinteresse para o propriamente museológico, por parte das autoridades da UBA, manifestado através da escassez de recursos materiais e o deterioramento progressivo do museu, tanto no próprio prédio quanto no cuidado das coleções. Perante essa situação, e preocupado pelo desinteresse do público em geral, Palavecino utilizou parte do acervo do ME para organizar exposições, tanto em outras salas quanto no interior do país.

Coincidente a um período marcado por sucessivas ditaduras, desde 1966 – ano da morte de Palavecino – até 1973, o cenário da antropologia oficial estará ocupado por Bórmida e seus seguidores. Sua passagem pelo ME não faz outra coisa a não ser aprofundar o estado de deterioração que já apresentava:

*(...) a él no le interesaba la parte del Museo: para él, el ME era la sede física del Instituto [de Antropología] en sí, y él lo que estaba haciendo era un proyecto de investigación en antropología del Chaco... (...) ...había problemas de todo tipo y él me decía: 'Usted de los aspectos museológicos no se preocupe, no es cosa suya'... (...) Se habían ido cerrando salas paulatinamente... y cada vez había menos en exposición... Si se rompía la vitrina se sacaban las cosas y se guardaban... porque*

64. As matérias introdutórias eram “Filosofía, Historia, Sociología y Ciencias Antropológicas”. As matérias básicas eram “Psicología, Folklore, Etnología General, Prehistoria y Arqueología Americana, Antropología, Prehistoria del Viejo Mundo, Etnografía Extraamericana, Etnografía Americana, Folklore Argentino, Técnica de la Investigación, Sociología Sistemática, Lingüística, Geografía Humana, Antropología Social”; três seminários, de *Arqueología Americana*, de *Folklore* e de *Etnología Americana*. As disciplinas complementares eram cinco, sendo organizadas como 1) de projeção etnohistórica, 2) antropológico-social, 3) etnofilosófica, 4) biopsicológica e 5) antropogeográfica. Os ‘cursillos de perfeccionamiento’ - em *Etnología*, *Arqueología* ou *Folklore* - completavam o Plano de Estudos, e definiam o título obtido (“Proyecto de Plan de Estudios” - Archivo FFyL - UBA, AG-381, Nº122; citado em Perazzi, op.cit.:93-94).

65. Marcelo Bórmida, Ciro René Lafón, Fernando Márquez Miranda, Oswald Menghin, Enrique Palavecino, Hans Nachtigall e Armando Vivante. Os dois últimos também eram, segundo o Dr. Alberto Rex González, decididos defensores da Escola de Viena: o primeiro, discípulo direto de Menghin, e o segundo, de Imbelloni (Ent. 05/03/2005).

66. “Bórmida era muy carismático... y muy fascista. Tremendamente fascista y muy inteligente... Nadie puede negar que Imbelloni y Bórmida eran muy inteligentes... (...) Y además dominaron el poder, tenían las cátedras, la dirección del ME... Eran los dueños.” Dr. Alberto Rex González, Ent.05/03/2005. O antropólogo Leopoldo Bartolomé refere-se a Bórmida como “...un brillante, aunque contradictorio y conflictivo, ‘zar’ de la etnología...” (1982:412; citado em Perazzi, op cit.:85).

el interés de Bórmida era otro, era la investigación... (...) No había visitas guiadas a colegios, no había nada. Si algún colegio llamaba, el argumento era 'no, el edificio no está en condiciones', que era cierto, pero tampoco había voluntad de arreglarlo... (Entrevista com o Lic. Miguel Palermo, Antropólogo Social e ex-diretor do ME, entre 1973-74).

As aulas acontecem no meio de um profundo isolamento teórico. A lista de textos desqualificados é ampla,<sup>67</sup> mas *El estudio de los Bárbaros, desde la Antigüedad hasta mediados del siglo XIX* (do próprio Bórmida) será de leitura obrigatória até 1983 (Herrán, op.cit.). Por sua vez, a maioria dos estudos folclóricos comungariam com os supostos de Imbelloni, que achava que “...*todo verdadero amante del trabajo folklórico es un espíritu fino y aristocrático, que mira con cierto escepticismo a las plebes invadidas por el ardor de captar los últimos modelos del vestir, del pensar y del creer.*” (1959:74-75, citado em Herrán, op.cit.:111).<sup>68</sup> Dentre as ‘ciências do homem’, o folclore e a lingüística faziam parte da etnografia; junto à arqueologia, estes ramos integravam a ‘antropologia cultural’, esta última tendo como tarefa o estudo das culturas extintas e das primitivas contemporâneas, sendo todas elas ‘ciências do espírito’. Por outro lado, encontrava-se a antropologia física, localizada entre as ‘ciências da natureza’ (Bórmida e Califano, 1976).<sup>69</sup> O homem também será importante como portador de chaves para ‘reconstruir os patrimônios’ das culturas, pelo qual...

(...) es cosa sabida que el papel de los primitivos en la Historia propiamente dicha es insignificante y pasivo; su choque con la cultura occidental se resuelve en episodios marginales, especie de epifenómenos de la Historia, que pueden tener, como mucho, un interés afectivo, y que terminan siempre en su corrupción y muerte como sociedades autónomas. **Pero de toda otra jerarquía es su interés en el ámbito de la Prehistoria: reliquias de momentos superados del devenir general del Espíritu, las culturas primitivas nos permiten entrar a fondo en el mundo espiritual del hombre prehistórico.** (Bórmida, 1956; citado em Herrán, 1990:109; grifo nosso).<sup>70</sup>

67. Morgan, Marx e Engels, entre outros clássicos. Como é apontado por Herrán (1990), isto impedia mesmo até discutir a própria teoria evolucionista que tanto se queria combater.

68. Coincidindo com Figoli (1990, 2004), Herrán atribui a supervivência desta corrente da Escola Histórico-Cultural à sua coerência ideológica com os postulados fascistas que animaram os processos ditatoriais do país.

69. “Bosquejo para una Historia de la Etnología Argentina”. Este artigo é citado em Gurevich e Smolensky (op.cit.), embora sem os dados bibliográficos correspondentes; durante o percurso da nossa pesquisa não conseguimos localizá-lo. Veja-se também “Cultura y ciclos culturales” no *Programa de Introducción a las Ciencias Antropológicas*, Año Lectivo 1976 (Apunte 1671, Biblioteca del ME, FFyL, UBA).

70. Por sua vez, o homem era classificado em dois grupos: o homem *etnográfico* e o homem *histórico*; o primeiro carecia “...de un escorzo verdaderamente temporal, que **le permite al hombre histórico percibir la sucesión de los acontecimientos...** El hombre *etnográfico*, por el contrario, pasa casi sin transición desde los recuerdos vivos de la tradición familiar a un lapso relativamente cercano, en que hechos humanos y divinos, tradición y mito, se confunden en **una carencia de perspectiva temporal.**” (Bórmida, 1969-1970:19; citado em Herrán, 1990:111; grifo nosso).

Postulando uma ‘etnología fenomenológica’, Bórmida argumentava que seu propósito era “...el relevamiento objetivo de la cultura concreta, entendida como contenido de conciencia de los individuos portadores.” (Bórmida e Califano, op.cit.). O acesso a estes conteúdos da consciência seria possível, principalmente, através dos mitos, já que estes dispunham da virtude de oferecer “...una descripción totalizadora de la cultura.”. Novamente, a cultura é apresentada como um fim último: é possível ter total acesso através de um somatório de conteúdos – também aparentemente auto-explicativos –, embora desta vez extraídos da ‘consciência mítica dos indivíduos portadores’.<sup>71</sup> Segundo Fígoli (2004), esta ‘etnología fenomenológica’ teria se assentado sobre o compreensivismo diltheyiano,<sup>72</sup> privilegiando a dimensão subjetiva em detrimento de qualquer modelo causal-explicativo, traçando um abismo entre as ciências entendidas como ‘nomotéticas/generalizantes’ e as ‘ideográficas/particularizantes’.<sup>73</sup> A aproximação à cultura seria conseguida somente através dessa ênfase na ‘vida interior’:

*Cada una de ellas [das culturas primitivas] es el eco de una época remota de la humanidad, que es peldaño obligado de nuestra propia cultura, de nuestra orgullosa civilización del siglo XX. En este sentido la Etnología tiene amplios contactos con la Prehistoria general, y casi se identifica con ella. (...) Tan sólo puede reconocerse el hombre a través de toda su humanidad, considerada en todas sus diferencias en el espacio y a lo largo del tiempo. La Etnología se ofrece para resolver las nueve décimas de esta tarea. Afirma Croce, criticando a la Prehistoria como ciencia, que tan sólo podría hacerse ingresar a la Historia un pueblo conocido a través de sus restos arqueológicos cuando el investigador consiga identificarse con el espíritu de un hombre de ese pueblo... (...) La*

---

71. Como apontam alguns autores, a fenomenologia de Bórmida tentaria ‘corrigir’, em alguma medida, as contradições do método histórico-cultural. Declarando-se fervorosamente *antievolucionista* e *antipositivista*, este modelo entraria em crise ao sustentar, ao mesmo tempo, um método conjectural para uma reconstrução dos ciclos culturais, e postular que ‘o método histórico só resgata fatos, sem antepor teorias’. (A respeito, veja-se Herrán, 1990; também Tiscornia e Gorlier, 1986).

72. Para Dilthey, a diferença entre as ciências humanas e as ciências da natureza residia, justamente, nesses especiais atributos do espírito humano. Para atingi-los, era necessário fazê-lo ‘por dentro’, através da ‘experiência vivida’ e a ‘compreensão’, única maneira de conseguir um conhecimento direto e verdadeiro. Estas idéias – que estavam presentes, muito antes, em Giambattista Vico – eram atualizadas através de outro italiano, Benedetto Croce, podendo-se reconhecer as influências de ambos, tanto na obra de Imbelloni quanto na de Bórmida (veja-se Fígoli, 1990; 2004).

73. Veja-se Fígoli, 1990:384. Para este autor, sob o domínio absoluto de uma perspectiva teórica que demarcava esta profunda cisão, seria difícil – ou quase impossível – a aproximação às tradições francesa e anglosaxã, tanto pelo caráter sincrônico e a-histórico do funcionalismo e do estrutural-funcionalismo, quanto pela metodologia destes, que recorria a necessárias regularidades e abstrações para uma sistematização e análise de seus dados. A respeito, Herrán aponta que “*Sin duda, aquella antropología argentina asumió una clara posición historicista... (...) Su ataque al carácter conjectural de las reconstrucciones morganianas fue acompañado por una permanente reivindicación del particularismo histórico, y una entusiasta adhesión a la división tajante e infranqueable entre Ciencias de la Naturaleza y Ciencias del Espíritu. Todo enfoque ‘nomotético’ en las ciencias del hombre, o de la cultura, fue descalificado y tildado de ‘naturalista’*”. (op.cit.:110). A respeito da ‘impossibilidade’ de aproximação da antropologia social, veja-se também Guber, op.cit., p. 21-24; Guber y Visacovsky, 1998.

*Etnología histórica pretende poder realizar este cometido; el etnólogo piensa poder identificarse con el mundo espiritual del pigmeo, del cazador australiano o del navegante de Polinesia y, a través de estos mundos tan distintos, conocer al suyo propio, que es el mundo de su cultura. Así entendida, la Etnología bien puede ambicionar ser parte esencial de un humanismo integral. ("Cultura y ciclos culturales", em Programa de Introducción a las Ciencias Antropológicas, Año Lectivo 1976; Apunte 1671, Biblioteca del ME, FFyL, UBA).*

Enquanto isso, a partir de 1962 a antropologia conheceu seus primeiros graduados no meio de um clima de constante politização, onde os grupos de esquerda tiveram um papel protagonista. Como apontam Guber e Visacovsky (1999), à antropologia 'oficial' oferecida na FFyL opunha-se 'outra antropologia' proposta pelos estudantes. A análise da realidade nacional veio das mãos daqueles que não se reconheciam nem como *pré-historiadores*, nem como *folclorólogos*, nem como *etnólogos*, e começou a se delinear algo que, naquele momento, foi chamado de 'antropologia social'.<sup>74</sup> Mais do que uma nova e bem definida área disciplinar, tratavam-se sob este nome problemas e temáticas diferentes àquelas compreendidas nas três orientações da Faculdade. Para aqueles que, nela, tinham se vinculado à *etnologia* ou ao *folclore*, as sociedades indígenas e/ou camponesas deixaram de ser 'unidades isoladas' relevantes para uma reconstrução e um conhecimento do passado, para considerá-los, diferentemente, como atores sociais, cidadãos e produtores integrados a uma sociedade nacional a ser investigada. Dessa maneira, "*...las mantas y ponchos que tantas veces vieron Hermitte y Herrán, abandonaban el mundo conceptual de las supervivencias y del patrimonio cultural folklórico para habitar el de las mercancías donde convergen y se construyen las alteridades del poder y la clase, y en torno a las cuales se establecen relaciones económicas, políticas y sociales.*" (op.cit.:26).<sup>75</sup> Este começo incipiente da antropologia social seria interrompido por um novo

74. Bórmida ia descrevê-la, mais tarde, como uma disciplina eclética e nova demais, muito mais próxima à sociologia que à antropologia (Bórmida, 1976; citado em Guber e Visacovsky, op.cit.:10).

75. Na obra citada, Guber e Visacovsky oferecem uma brilhante análise destes começos, durante o período de 1965-1975, através das trajetórias de cinco reconhecidos antropólogos sociais: Esther Hermitte, Hebe Vessuri, Eduardo Archetti, Leopoldo Bartolomé e Santiago Bilbao. Formados todos na FFyL, continuaram suas filiações institucionais por fora dela. Sob o domínio dos representantes da Escola Histórico-Cultural, não haveria espaço nem acadêmico, nem político para aqueles que pretendiam analisar a realidade social. Se, como argumenta Herrán (1990), a paisagem antropológica oficial, até 1984, esteve definida pelas idéias de Imbelloni e Bórmida, não é de surpreender que a antropologia social tenha sido introduzida por fora deste enquadramento, aonde nem sequer se mencionava o conceito de *sociedade* (Herrán, op.cit.; Perazzi, op.cit.; Guber, op.cit.). Com o golpe militar de 1976, a exclusão dos antropólogos sociais das instituições acadêmicas oficiais seria quase absoluta. (A respeito, veja-se também González, 1985).

golpe militar, estigmatizando o ano de 1966 com uma nova intervenção às universidades, tristemente lembrada como *'la noche de los bastones largos'*.<sup>76</sup>

A carreira de Ciências Antropológicas, criada em 1958, tinha crescido de maneira significativa e, para 1972, os alunos inscritos na carreira somavam um total de 1.094 (Gurevich e Smolensky, 1987). Em março de 1973, sob o refrão *'Cámpora al gobierno, Perón al poder'*, Héctor J. Cámpora assumia como presidente, e isto significava o retorno de Perón à Argentina depois de 18 anos de exílio e proscrição política, em uma década que parecia prolongar a aguda crise social dos anos 60. Após uma sucessão de ditaduras militares, o retorno à democracia produziria uma conseqüente substituição de autoridades na UBA, através de uma nova intervenção. Bórmida foi demitido, tanto da direção do ME quanto do *Instituto de Antropología*. Entretanto, antes dessa partida, tinha sido redigida – junto ao pessoal do Instituto – uma carta ao interventor da FFyL, Justino O'Farrell, na qual – expressando adesão às palavras pronunciadas pelo presidente Cámpora – tentava-se justificar o valor das pesquisas realizadas, adotando um discurso supostamente de acordo com o novo clima político, expressando-se que:

*Resultado de la labor es el modesto aporte al conocimiento concreto de la cultura popular, a partir de la comprensión de las situaciones indígenas que entroncan directamente con las bases más fecundas de la cultura Nacional y Popular. (...) El método fenomenológico desarrollado en este campo - tan criticado por las peores expresiones del cientificismo marxista de raigambre foránea, enemigo en toda ocasión del pueblo argentino y de su verdadero ser nacional - no sólo es un sistema teórico y una metodología nacidos en Argentina, sino que sus logros proporcionan un claro vislumbre de lo que puede llegar a ser una ciencia nacional de proyección universal.* (citado em Gurevich e Smolensky, op.cit.:87; grifo nosso).

Estas tentativas de permanência não fizeram sucesso. Bórmida e seu grupo de etnólogos continuariam agindo através do centro que ele havia criado com o apoio do CONICET, o *Centro Argentino de Etnología Americana* (CAEA), até que uma nova intervenção na FFyL conseguisse instalá-los, novamente, dentro dela (Gurevich e Smolensky, op.cit.).<sup>77</sup>

76. Em fins de julho de 1966, o Gral. Onganía decretou a intervenção das universidades nacionais, ordenando à polícia que utilizasse a violência – com suas bengalas (*'bastones'*) – para expulsar estudantes e professores. A destruição alcançou os laboratórios e bibliotecas; à intervenção, seguiu o êxodo de professores e pesquisadores e a supressão dos organismos sindicais estudantis (vejam-se testemunhos e notas de jornal em [www.todo-argentina.net](http://www.todo-argentina.net)).

77. Segundo informam estas autoras, a planta do CONICET não tinha sido alterada pelo novo governo e, dentro deste, Bórmida ocupava uma posição de poder, que teria lhe permitido não somente a criação, mas também a permanência do CAEA (Gurevich e



Enquanto isso, o ME será dirigido por um ‘*Triunvirato*’ formado pelo musicólogo Jorge De Persia e os antropólogos Arturo Sala e Miguel Palermo, três militantes peronistas dentre 24 e 29 anos de idade.<sup>78</sup> O estado em que eles encontraram o ME era ‘grave’: o edifício estava muito deteriorado, fazia tempo que suas salas estavam fechadas (quase a totalidade), não existia um inventário coerente e os depósitos estavam em perigo – muitas peças tinham desaparecido, outras explodido pela umidade e algumas múmias se reduzido à cinzas.<sup>79</sup> Havia muito a fazer. Miguel Palermo lembra que “...era una época de mucho entusiasmo... Ese tiempo, así como tenía cosas muy difíciles, tenía... yo me acuerdo: el día que asumí Cámpora era la sensación de ir caminando por la calle...!!!! Yo tuve una sensación de libertad que nunca la tuve...”<sup>80</sup> Transitando entre estas sensações de renovação e mudança, os ‘*muchachos peronistas*’ do ME queriam fazer dele uma transformação total, e começaram mudando o nome do museu: desde 1973 até 1975, chamar-se-ia “*Centro de Recuperación de la Cultura Popular José Imbelloni*”.<sup>81</sup> Continuando depois pelas reformas do edifício,<sup>82</sup> rapidamente inauguraram a mostra “*Patagonia, 12.000 años de historia*”.<sup>83</sup> Segundo o mesmo informante, essa exibição teria sido:

---

Smolensky, op.cit.:90).

78. “Esa era una de las críticas: ‘son unos improvisados’... Eso era cierto: éramos unos penéjicos improvisados y no teníamos antecedentes... Con todo, creo que al Museo le dimos una transformación que ‘gente con antecedentes’ no le había dado, y eso a mí no me lo quita nadie...” Miguel Palermo, Ent. 23/02/2005. Devido ao privilégio que ia conceder às atividades sindicais, Palermo renuncia ao *Triunvirato* em 1974, antes que este fosse dissolvido, em 1975, por uma nova intervenção à FFyL.

79. Estes dados – que nos foram oferecidos por meio das entrevistas – podem encontrar-se em “Centro de Recuperación de la Cultura Popular José Imbelloni – Organización y Funciones” (1973; Imprenta de la Facultad de Filosofía y Letras). Nesta ‘declaração de princípios’ também se expressa que “...se crea la casa de la Cultura como ámbito donde podamos cumplir con las palabras del General Perón... (...) El objeto de la modificación se encuadra dentro de la Política Cultural Justicialista, por la cual ‘lo que es del pueblo debe volver al pueblo’... (...) Quedarán en este centro recuperados momentos de nuestra marcha, como la de nuestros hermanos: los pueblos todos del Tercer Mundo.” (op.cit.:3-5).

80. Ent. 23/02/2005. A abertura e efervescência que transpassava o clima do ME reproduzia o do resto das faculdades, devido ao retorno à democracia e às garantias constitucionais, à reintegração de professores e à liberdade dos presos políticos, tudo pelas mãos do – já naquele momento – mitológico Perón, agora relacionado, também, aos setores de esquerda.

81. Miguel explicava que a associação com Imbelloni tinha sido feita invocando somente ‘su lado peronista’ [de Imbelloni], e que, aliás “...Esa era una época en la que había una manía por rebautizar todo, una época con ilusiones de revolución y de renacimiento, entonces era como volver a empezar cosas y rebautizar... No sé bien de dónde, creo que fue de Arturo Sala la idea... (...) Sinceramente no me interesaban mucho los nombres, me interesaba hacer la muestra y listo... (...) Todo el mundo le seguía diciendo ‘el Museo’...” Ent. 23/02/2005.

82. Miguel fez referência a como tinha sido conveniente estar ‘en el gremio’ para conseguir e negociar materiais na FFyL; por outro lado, “...también trabajaron muchos estudiantes. En la pintura, ahí pintamos todos... Y el piso de arriba hubo que rasquetearlo... Todavía me duele la cintura...” Referiu a uma anedota na qual, junto ao pessoal do ME, conseguiram abrir (depois de dias e dias de tentativas inúteis) um teto corrediço: “...de la nada, empezamos a cantar la ‘Marcha Peronista’...”, acrescentando que “...era un momento en que había toda una mística... En el personal también hubo adhesión porque también los no-docentes (sobre todo te hablo de maestranzas y de mantenimiento), eran gente de extracción proletaria y eran peronistas en su mayoría... Y acá se encontraban con directores que de repente también, y que antes no...” Ent. 23/02/2005.

83. O catálogo – cuidadosamente elaborado – tinha, na contracapa, a frase “Por una Universidad del pueblo en una patria liberada”, e começava com uma citação do General Perón, seguida por outra de Imbelloni. Dividia-se em três corpos: *Introducción, La Patagonia Prehistórica, La Patagonia a partir del Siglo XVI, Proceso de la Conquista* e um breve *Epílogo*.

(...) un paso adelante grande, porque fue reabrirlo después de muchos años... (...) Queríamos hacer exposiciones temáticas, armadas de tal manera que trataran de asociarla con la Historia... (...) Queríamos una temática cultural. Entonces tomamos Patagonia, donde teníamos **material arqueológico** que tenía el Museo, muy antiguo, **material etnográfico** bastante abundante, e incluso **material gráfico de fotos**... (...) Se empezaba por lo más antiguo en un sentido muy convencional y se iba avanzando... de lo más antiguo, los primeros cazadores-recolectores, los tehuelches, la araucanización, la Conquista del Desierto... etapas posteriores... Era una exposición con muchas ambiciones y pocos elementos. (...) Las vitrinas tomaban a su vez aspectos de la vida cotidiana... (...) Y llegaba hasta la actualidad... (...) Y otra cosa que se hizo es que fueran todas visitas guiadas, nada más que visitas guiadas... (...) ... porque no había carteles... (...) Lo que queríamos romper era la posición de objeto: **acá lo que hay es una historia para contar**, y la contamos a partir de objetos... (...) ...**lo que interesa es la gente atrás, el proceso histórico, y a su vez qué pasó con la gente que hizo esto. También es evitar, como decía Hugo Ratier, el 'presente etnográfico'**... (...) ...**cómo esa gente sin dejar de ser indígena había cambiado... Un intento de acercamiento al presente**... (...) El Museo, dentro de la carrera... para muchos ha sido una colección de cosas viejas sin valor... (...) Para mí el Museo es una herramienta cultural formidable, y no te digo que nosotros la hayamos usado bien, pero intentamos usarla como tal... (Ent.23/02/2005; grifo nosso).<sup>84</sup>

Transcorriam as funções de docência, investigação e difusão, mas ao mesmo tempo outros tipos de eventos acompanhavam a vida do ME:

Eran momentos de mucha turbulencia... Incluso a nosotros nos hicieron amenazas por teléfono... 'Los vamos a reventar, zurdos' ['esquerdistas'], todo ese tipo de cosas... Porque una vuelta (te estoy hablando del '74)... una cooperativa de wichís en el Chaco... se llamaba 'Nueva Pompeya'... Los wichís se habían organizado para explotación maderera... (...) ...y andaba muy bien, y los criollos les empezaron a pedir de asociarse y todo... (...) ...y los empezaron a perseguir; armaron un incidente y metieron presos a dos o tres wichís que lideraban la cosa... Y estos hicieron una reunión acá, en Buenos Aires, no tenían dónde reunirse y les prestamos la sala para hacer su reunión... Y ahí nos llamaban por teléfono, que nos iban a cagar a tiros... (...) Después nunca pasó nada... (...) **El Museo era parte de la militancia**. Y todas estas cosas las sigo pensando aunque ahora no tengo militancia... que es un deber transmitir el conocimiento... **Se enganchaba con... con esa cosa militante**

84. Miguel lembra que a parte 'arqueológica' encontrava-se no térreo, e a 'etnográfica' na sala do primeiro andar; para esta última, tinham tido que acondicionar o percurso dos visitantes através do perímetro da sala, já que o peso do público no centro poderia ter ocasionado o desabamento, tal era o estado do chão e dos tetos (Ent. 23/02/2005).

*de socializar el conocimiento... (...) Era un espacio de militancia porque en aquel momento todo era militancia...* (Ent.23/02/2005; grifo nosso).

Após a morte de Perón,<sup>85</sup> uma nova intervenção na FFyL, em 1975, marca o fim do *Triunvirato*, e Juan Manuel Suetta assume em seu lugar.<sup>86</sup> Na breve passagem deste (até sua morte, no ano seguinte), o museu recuperou seu antigo nome, conservando-o até a atualidade. A informação a respeito de sua gestão limita-se a uma série de notas levantadas à FFyL, apontando, em todas elas, o estado de deterioração do ME, o desaparecimento de peças<sup>87</sup> e a ausência de um inventário (Gurevich e Smolensky, op.cit.:150-4).

Suetta é sucedido pelo antropólogo francês Jean Vellard,<sup>88</sup> que ‘reinaugura’ o ME com a mesma mostra da Patagônia, trocando-lhe o nome e atribuindo-se a autoria. Segundo um informante:

*(...) hizo como si no hubiera existido nada. Inauguraron lo mismo que estaba. Como la exposición era muda, no tenía letreros prácticamente, y entonces se prestaba. Podías cambiar todos los contenidos, vos decías otra cosa y listo. Las cosas más irritantes no se decían...* (Informante “E11”; em Gurevich e Smolensky, op.cit.:156; grifo nosso).

Um novo golpe militar em 1976 – o mais terrível da história argentina – confirmou Vellard naquele cargo, no qual permaneceu até o retorno à democracia, em dezembro de 1983. Durante sua gestão desapareceram numerosos livros da biblioteca (que só podia ser consultada após prévia identificação como ‘aluno’). Foi obrigatória a apresentação da carteira de identidade para

85. Apesar de que a estratégica ambigüidade do discurso antiimperialista, anticapitalista e antioligárquico de Perón tenha seguido a congregação dos setores políticos mais dissimilares (encontrando também seu lugar numerosos grupos de esquerda), a habilidade retórica que teria permitido a rara convivência foi se deteriorando, até chegar a um final definitivo, e, após a morte de Perón (01/07/1974), a extrema direita tinha o domínio assegurado em todas as esferas do governo. O ‘começo do fim’ pode ser identificado um pouco antes de sua morte, quando o 1º de maio de 1974, na histórica Praça de Maio, Perón chamou de ‘esos estúpidos imberbes’ aos membros da agrupação política de esquerda *Montoneros* (que, até esse momento, tinham sido ‘sus muchachos’). A ‘Triple A’ (um grupo de forças paramilitares, controlado pelo *Ministro de Bienestar Social*, José López Rega), encontrava-se em funcionamento, e se encarregaria da situação junto a outros setores de direita, aumentando assim a violência política e o terrorismo de estado. O dia da morte de Perón coincidiu com o da inauguração da mostra “*Culturas Regionales Argentinas*”, integrante da *Exposición Comercial Argentina* desenvolvida em La Habana, Cuba; o ME tinha enviado alguns objetos para essa mostra e, entre seus representantes, estava *Ciro René Lafón*. Segundo Miguel Palermo, este evento teria confirmado ao ME como ‘centro de subversivos.’ (Ent.23/02/2005).

86. Naquele momento, Suetta – historiador com especialidade em arqueologia – encontrava-se como professor titular de “*Técnicas de la Investigación Arqueológica*” (Gurevich e Smolensky, op.cit.:150).

87. Segundo Miguel Palermo, houve versões de que o desaparecimento das peças devia-se a que ‘*habían sido regaladas a Fidel Castro*’, nas circunstâncias da exposição antes citada (Ent.23/02/2005).

88. Jean Vellard (1900-1987) doutorou-se em medicina e ciências biológicas na França, e foi discípulo de Paul Rivet, dedicando-se à antropologia biológica. Para 1930, formou parte do *Instituto Butantã* (São Paulo), e depois de várias expedições etnográficas e arqueológicas em Paraguai e Venezuela, em 1937 Rivet o designa para acompanhar Lévi-Strauss ao Matto Grosso. Desde 1940 até 1968, trabalha na Bolívia como diretor do Museu de História Natural e professor titular da Universidade de La Paz. Sendo diretor do ME, em 1978 foi nomeado professor titular da cátedra *Etnografía Americana II* (FFyL - UBA), sendo demitido de ambos os cargos em 1984. (Veja-se *Evolución de las Ciencias en la República Argentina, 1872-1972* - Tomo X - Antropología - Sociedad Científica Argentina, 1985, p.66-68).

ingressar no museu, bem como elaboradas ‘listas negras de agitadores izquierdistas’, proibindo-lhes a entrada (dentre eles, encontrava-se Miguel Palermo). Para 1977, e com o objetivo de ‘deleitar el espíritu’, Vellard informava, no catálogo do ME, que:

*Tres son los sectores en que pueden considerarse repartidas las colecciones que alberga: la Antropología Morfológica, la Etnografía y la Arqueología, que son la substancia de las Ciencias del Hombre (Antropología en general). La Antropología Morfológica tiene como objeto el organismo humano, luego creador de cultura (Antropología Cultural). La Arqueología estudia la cultura de los pueblos extinguidos, y una de sus ramas, la Prehistoria, las culturas más remotas de la antigüedad, en tanto la Etnografía investiga las culturas de los pueblos que viven actualmente en la periferia del mundo civilizado. El Folklore está orientado a descubrir las pervivencias de capas anteriores en los rincones de nuestro mismo suelo, en el campo y en los contornos de nuestras ciudades.* (p. 30; grifo nosso).

Os conteúdos da proposta organizativa de Vellard não se distanciavam muito daquela implementada por Imbelloni. De fato, sua definição das ‘*ciencias del hombre*’ é quase idêntica à declarada por aquele em 1952. O ME, transformado em uma peça de si mesmo, culminaria, com este diretor, em mais de três décadas de censura acadêmica, perseguições ideológicas, isolamento teórico e imobilidade expositiva. Durante todo esse tempo, a antropologia oficial permaneceu, intocável, no confim do mundo.

#### **D) “DE LA PUNA AL CHACO”: A REFUNDAÇÃO DO MUSEU ETNOGRÁFICO**

O retorno à democracia, em 10 de dezembro de 1983, com o governo eleito do Dr. Raúl Alfonsín, significou uma nova mudança de autoridades. A FFyL se estabelecerá, mais tarde, na rua Puán, 470, da Capital Federal, permanecendo nesse endereço até hoje. Esta é uma etapa onde se reformularam radicalmente a forma e os conteúdos da carreira, dos departamentos e dos institutos. Enquanto isso, o arqueólogo Pedro Krapovicas é nomeado como ‘*subdirector a cargo*’ do ME. Na FFyL, “Ciências Antropológicas” é conformada nas duas orientações que possui atualmente, *Arqueológica* e *Sociocultural*, destinando-se ao ME como lugar de ensino de algumas disciplinas (somente da orientação arqueológica). Além de uma concreta reorganização interna, de reivindicações acadêmicas e políticas, e de numerosos retornos de exílios internos e

externos, o período 1983-1984 será marcado por uma profunda abertura e uma esperança contagiante.

Em 1986, será nomeado diretor do ME o notável arqueólogo Dr. Alberto Rex González,<sup>89</sup> que retornava à academia após um longo e doloroso isolamento.<sup>90</sup> Ao assumir o cargo, tinha claro que:

*(...) quería dos cosas principales: por un lado, crear depósitos con aire acondicionado (...) para preservar los materiales que se estaban destruyendo; por otro, tratar de poner al día las colecciones de la biblioteca... (...) Y lancé el proyecto y solicité [financiamiento] a la Facultad y a algunas instituciones privadas... (...) Yo también quise poner al día [o inventário de] las colecciones incompletas, y carecíamos completamente de presupuesto... (...) Y fracasé totalmente en la obtención de fondos, no logré conseguir nada, y como el tiempo transcurría entonces decidí dejar esa posición... (...) Se necesitan medios para crear nuevas formas de exhibición y hacer que el Museo cumpla con su verdadera función de llegar e instruir al pueblo, pero para todo eso se necesitan fondos. La dedicación a buscar los fondos significa una dedicación de tiempo completo, que para uno, que tiene que escribir sus últimos trabajos y tiene material acumulado, es difícil poder hacerlo... (...) Lo que se necesitaba, creo yo, era un nuevo edificio o la ampliación del viejo, creo que son proyectos del Dr. Pérez Gollán... (...) que ha conseguido crear un staff de gente, un grupo de investigadores... (Ent., 05/03/2005).*

A renúncia de ‘Rex’ González acontece em meados de 1987 e, em setembro do mesmo ano, assume o Dr. José Antonio Pérez Gollán, que desde esse momento encontra-se na direção do ME.<sup>91</sup> Considerando que sua gestão está envolvida na *atualidade* do museu, por enquanto não vamos nos deter nesta análise, dado que no capítulo seguinte vamos nos dedicar, por inteiro, a este presente.

89. ‘Rex’ González nasce em Pergamino (província de Buenos Aires) em 1918. Forma-se como médico na Universidade de Córdoba, e em 1947 viaja aos EEUU, obtendo um doutorado em arqueologia na Universidade de Columbia. Tendo voltado à Argentina, é afastado duas vezes de suas funções como docente na Universidade de La Plata (nas ditaduras de 1955 e 1976), e sofre o exílio durante a ditadura de Onganía (1966). Enquanto isso, trabalhou no *Fondo Nacional de las Artes* e foi membro fundador do CONICET. Com a assunção do Dr. Alfonsín, em 1984 é nomeado professor honorário da UBA, onde nunca antes pôde se desempenhar como docente. Na mostra ‘*De la Puna al Chaco, una historia precolombina*’, a última de suas vitrines (titulada ‘*El oficio del arqueólogo*’) informa-nos que “*En la década de los cincuenta fue Alberto Rex González quien retomó la idea de la cronología y de las secuencias culturales. A él le corresponde el mérito de haber puesto los cimientos de la arqueología moderna en la Argentina, pues, entre otros aportes, impuso la estratigrafía como procedimiento de rutina en las investigaciones arqueológicas y construyó una cronología absoluta mediante fechados obtenidos por el método de radiocarbón.*” Na história da arqueologia argentina, seus colegas reconhecem um antes e um depois de Rex González (A respeito, veja-se *Homenaje a Alberto Rex González: cincuenta años de aportes al desarrollo y consolidación de la Antropología Argentina* - (1998) - Fundación Argentina de Antropología - FFyL - UBA; também Boido, Pérez Gollán y Tenner, 1990; González, 1985).

90. “*Mientras yo estaba en La Plata me cerraron las puertas de esa institución, del ME y de la FFyL... Nunca me pude presentar... Había bastantes problemas internos, sobre todo en el ME que era el centro más importante: ahí se daban las clases y se hacía la investigación... Pero en años y años, en décadas, yo no pude presentarme a ningún concurso... Siempre los concursos se abrían curiosamente cuando yo estaba en el exterior por una temporada más o menos larga...*” (Dr. Alberto Rex González, Ent.05/03/2005; grifo nosso).

91. “*Todo el mundo cree ‘que me nombró Rex González...’. No, yo no tengo nada que ver... He sido alumno de Rex y soy alumno de Rex, pero mi llegada al Museo no tiene nada que ver... (...) Hacía como dos meses que Rex había renunciado al Museo y se había ido a EEUU... tenía una beca allá, se quedó como dos meses y renunció...*” (Dr. José Antonio Pérez Gollán, Ent.14/02/2005).

## uma HISTÓRIA do museu etnográfico, desde seu PRÓPRIO presente

C om a intenção de traçar uma continuidade com a linha de auto-representações que tentamos privilegiar na composição deste relato, consideramos relevante expor aqui ‘duas histórias’ do ME, realizadas durante a gestão atual, e por pessoas que pertenceram e/ou ainda pertencem a ela. A primeira foi elaborada em 1987, pelas Lic. Silvia Calvo e Patricia Arenas,<sup>92</sup> sob o título “*El Museo Etnográfico: Apuntes para su historia*”; a segunda (2001-2003), pelo Dr. Pérez Gollán e a Lic. Marta Dujovne,<sup>93</sup> chamada “*Breve Historia del Museo Etnográfico*”.

Na primeira delas, as autoras destacavam que, longe de oferecer uma história exaustiva da instituição (fato que, além de não ter constituído um objetivo em si mesmo, teria sido impossível devido à informação fragmentária e insuficiente), tratava-se de uma necessidade de contextualizar os problemas que tinham encontrado naquele momento, explicitando que:

*(...) este trabajo tiene una meta: reivindicar la especificidad en objetivos y funciones de un Museo antropológico en la esfera universitaria. Dicha especificidad, basada en la investigación y difusión del patrimonio cultural de la Argentina, se perdió o se diluyó a lo largo de su historia.*  
(p.1; grifo nosso).

92. Silvia Calvo é a atual responsável da Área de Extensão Educativa (AEE), enquanto Patricia Arenas esteve no ME como pesquisadora do CONICET com ‘lugar de trabalho’ dentro do museu.

93. Desde 1987 o Dr. Pérez Gollán é diretor do ME; também desde aquele momento, Marta Dujovne é a Secretária Técnico-Administrativa. A história contada por eles faz parte do *material interno* da AEE, e foi realizada entre 2001-2003. Integrada pela história de cada setor (incluindo-se nelas reportagens a cada responsável), essa documentação foi organizada com o propósito de dar a conhecer aos novos ‘guias’ da AEE a trajetória, atividades e objetivos do ME.

Calvo e Arenas identificam dois problemas recorrentes ao longo do desenvolvimento do ME: a *falta de espaço* e a constante *ausência de um inventário* (vinculando o primeiro à rixa constante entre duas funções que teriam se voltado espacialmente visíveis: a tensão entre o ‘museu-difusão’ e o ‘museu-laboratório’). Nesta história podem ser identificadas seis etapas. A primeira delas é definida como ‘*fundacional*’, ligada à parceria Ambrosetti-Debenedetti, e apontada como ‘*la etapa de la constitución de la antropología científica en la Argentina*’. Sublinhando a preeminência da arqueologia neste período, e atribuindo-lhe uma certa perspectiva naturalista como consequência da ideologia evolucionista da época, explica-se através desta a multiplicidade e heterogeneidade do acervo, e suas aspirações de universalismo. A segunda etapa, ligada desta vez à parceria Outes-Aparicio, é definida como de ‘*consolidación y sistematización de la disciplina*’, enfatizando os aportes da geografia, as novas publicações, o aumento do acervo e a incorporação da docência universitária, fazendo um contraste entre a especial ênfase que Outes colocava na difusão com os fortes interesses de Aparicio na docência e na investigação. A terceira etapa é definida quase como um sinônimo de Imbelloni e a ‘*entronización*’ da Escola Histórico-Cultural, sublinhando-se o começo do profundo isolamento teórico da disciplina. Aliás, é dito também como, enquanto o Instituto assumia a docência e a investigação, o ME *somente* conservava e exibia materiais, perdendo então seu caráter ‘*universitário*’. A partir de 1955, desenha-se um quarto período através das figuras de Canals Frau e Palavecino: acompanhando à criação da carreira em 1958, estes teriam privilegiado à docência. As autoras apontam que, para esta etapa, a deterioração do ME torna-se crônica, e o ‘museu-difusão’ é esquecido dos orçamentos universitários. A quinta etapa inaugura-se com o golpe militar de 1966 e o ‘*reino*’ de Bórmida, até 1970, assinalando que até 1976 a situação é confusa, com exceção do período do ‘*Triunvirato*’, 1973/74. Juan Manuel Suetta é simplesmente mencionado, e Jean Vellard é identificado com a política autoritária e repressiva da ditadura militar. A sexta e última etapa é paralela à restituição democrática, mencionando-se a Krapovicás na subdireção e a ‘Rex’ González como diretor.

Na segunda história, depois de uma – muito breve – referência aos primeiros museus argentinos e seu contexto de aparição, sob o subtítulo Los primeros años del Museo Etnográfico, os autores atribuem a criação do ME como

parte da cátedra de *Arqueología Argentina* da FFyL. Explicam a organização do acervo, concebido como uma *‘colección de estudio’*, onde a própria investigação teria sido um caminho para formar uma coleção: *“Ambrosetti se plantea un relevamiento arqueológico sistemático del país. Esto se relaciona con la historia de todos los museos de ciencia en el siglo XIX y con la construcción de la Nación: responden a un planteo de relevamiento del pasado, y desde las Ciencias Naturales.”* Em *Los trabajos de Ambrosetti y Debenedetti*, expõem brevemente as condições em que eram realizadas as expedições arqueológicas e a obtenção de materiais, os problemas de espaço no velho sótão da rua Viamonte e seu caráter de *‘depósito visitable’*. Um terceiro título, *El nuevo edificio*, fala rapidamente das origens do prédio atual, ocupado desde 1927, mencionando algumas das modificações feitas até hoje. Continua com *La gestión de Outes*, resumida – literalmente – em duas linhas: *“La gestión de Outes atrae mucho más público y realiza publicaciones que dan cuenta de su concepción del Museo como actividad de difusión.”* Imediatamente, passamos a *Los años ‘40*, onde os autores apontam à transformação exclusiva do ME em um centro de investigação e docência. Sem dar nomes, explicam que *“... el lugar del director del Museo tiende a desaparecer y es dirigido por el jefe del Instituto de Antropología. Las exhibiciones que se hacían no tenían importancia. La docencia se comió vivo al Museo.”* Passamos diretamente a *Los últimos 15 años*, onde somos informados que:

*El énfasis en la investigación y la docencia, en desmedro de la difusión, hizo que el Museo sea poco conocido en Buenos Aires. En este edificio se dictaban casi todas las materias de Antropología.(...)*

*La actual gestión parte de reconocer que **no estaba instalada la presencia de esta institución.***

*El planteo inicial fue mantener **las tareas de investigación** pero atender también a **la relación con el público y la conservación.** (...) **Un Museo es necesariamente un lugar de trabajo interdisciplinario** y no es fácil organizarlo ni armonizar las **diferentes lógicas.** (p.3; grifo nosso).*

Uma página inteira é dedicada ao seguinte subtítulo: *Acondicionamiento edilicio*. Apesar da falta de espaço, existe uma negativa para mudar de prédio por considerá-lo, em si mesmo, como patrimônio, razão pela qual argumentam a necessidade do projeto de ampliação para um prédio adjacente, desocupado. Somos informados a respeito dos problemas encontrados em 1987 e das modificações realizadas, e, ao mesmo tempo, outras considerações paralelas dão conta da noção de museu que orienta estes trabalhos, e como as reformas foram guiadas por essa concepção:



Cuando entramos al Museo fue un momento de cambio muy grande en lo que nos planteábamos: **llegamos pensando en contar la historia de otra manera**, y la conclusión fue que **primero hay que crear las condiciones, repensar la institución, para afrontar cualquier historia**. (...) El año 1992 [aludindo aos '500 anos'] parecía un momento favorable para conseguir apoyo para la ampliación del Museo. Sin embargo, **nos dimos cuenta que teníamos que empezar por crear la necesidad social** de que el Museo existiera empezando a tener **cada vez más presencia: había que tener una exposición**. (p.4, grifo nosso).

A última das partes, Idea de Museo, parece ser a mais interessante, se pensarmos em sua posição na 'história' que está sendo narrada, explicando-se que:

*Este Museo es un ámbito de pertenencia universitaria y nuestra actividad es concebida como una actividad académica. Institucionalmente es un Instituto más de la FFyL. Sin embargo, **está encarado como un proyecto académico porque hacemos investigación**, nos dirigimos a determinados públicos con determinados materiales y **las exhibiciones son producto de investigaciones que se han hecho o se empiezan a hacer**. Pensar los museos como proyectos académicos apunta a evitar que se transformen en depósitos de objetos, lugares donde se exhiben cosas que están absolutamente cristalizadas. Nosotros tratamos de que las cosas cambien al ritmo de la investigación. Creemos que cuando hay un proyecto es posible obtener fondos y hacer cosas; la gente también se involucra y trabaja. (...) Un supuesto es que un museo es un lugar al que se viene a pasar un rato agradable; si los Museos no son divertidos no sirven. **No nos interesa un museo gris con pisos de mármol que brillen. Al contrario, queremos que tenga color, que sea un lugar donde las sensaciones también ayuden. Este no es el bastión de la Patria, ni el de la gloria**. (...) Es notoria la diferencia de público cuando sale una nota. Es muy importante, porque podemos hacer la exposición más linda del mundo y si la gente no la viene a ver, nos quedamos a mitad de camino. Tampoco pensamos que se pueda medir el éxito simplemente por la cantidad de gente: **el problema no es cuántos pasan por el Museo, sino a cuánta gente el museo le cambia algo. Pero ni tanto, ni tan poco**. (p. 4-5; grifo nosso).*

Com estas palavras termina o relato de uma história entendida a partir de e realizada por aqueles que se inscrevem em sua continuidade.

## quatro exposições, quatro períodos, uma HISTÓRIA

**n**o começo deste capítulo tínhamos advertido ao leitor a respeito da identificação que realizaríamos entre as exposições atuais do ME, e os períodos em que sua história poderia ser aparentemente dividida. Assim, temos associado a '*etapa fundacional*' Ambrosetti-Debenedetti à mostra Entre el exotismo y el progreso pelo fato de encontrar, neste período, duas preocupações fundamentais: 1) o estabelecimento de um museu universitário que, realizando investigações científicas dentro do território argentino, acabou se enquadrando – também por esse motivo – no progresso universalizante ditado pela ciência moderna; 2) o interesse pela construção de um acervo de 'exotismos' de todas as partes do mundo que, longe de se opor ao anterior, também permitia traçar a linearidade histórica proposta pelo evolucionismo. A Argentina, olhando para si mesma no passado, definia assim sua posição, pelo fato de se incluir naquele presente civilizado. Em segundo lugar, a etapa 'Outes-Aparicio' foi identificada com Más allá de la frontera por conter, em si mesma, uma noção geográfico-política que – consideramos – nos permitiu explicar os novos horizontes que começariam a se abrir dentro do ME através dos estudos geográficos, atravessando a fronteira do passado onde parecia localizá-lo a preeminência da arqueologia. Uma nova conotação espaço-temporal foi desenhada em nossa associação 'Imbelloni-Bórmida' e En el confín del mundo, quando localizamos a imobilidade que experimentava a antropologia desenvolvida dentro do ME, em longínquos e isolados territórios

teóricos, mantendo-se afastada não só das renovadas discussões epistemológicas, teóricas, metodológicas (e finalmente políticas) que aconteciam no resto do planeta, mas também – e principalmente – da possibilidade de interrogar a realidade social do seu próprio país, que não resistia mais àquele romântico e folclorizado confinamento ao mundo das supervivências materiais ou mentais. No período da restituição democrática, mencionamos a associação entre a direção do Dr. Pérez Gollán com a amostra *De la Puna al Chaco* (esta será desenvolvida amplamente no próximo capítulo), mas, sob seu nome, localizamos a recuperação do museu, e a diversidade e complexidade de um trabalho interdisciplinar que retoma a tradição do Noroeste Argentino.

Dessa maneira, têm sido as próprias exposições do ME os eixos organizadores daquilo que tínhamos definido como sua ‘história exibida’. Se – como falamos no começo – elas constituem *registros de história materializada*, chama a atenção que estes quatro registros contemporâneos pudessem ser utilizados para estruturar os *modos de ser e fazer* que identificássemos no século de vida do ME. A coincidência é ainda mais curiosa e/ou significativa se levarmos em consideração que (como veremos mais adiante) o acesso a estas exposições é realizado na mesma ordem que periodizamos esta história. Invertendo a ordem da nossa proposta, se, em vez de utilizarmos estas quatro exposições já existentes para articular sobre elas uma história, quiséssemos, pelo contrário, traduzir e transformar a história que acabamos de apresentar em uma exposição museológica, poderíamos organizá-la nestas quatro salas, em idêntica ordem, e sob esses mesmos títulos; pareceria como se ‘algo próprio’ do ME conseguisse se manifestar através da ordem e dos nomes das exposições atuais.

Ao longo da história do ME, as ‘imagens do Outro’, e os tempos solicitados para essas construções, têm sido, sem dúvida, muito diferentes, dependendo tanto de quem as elaborava, mas também a partir de que concepções eram realizadas e para quem eram projetadas (ou, em outras palavras, a partir do que significava ser antropólogo, qual a concepção de museu universitário e quem conformaria os olhares receptores dessas imagens). Ambrosetti, ideólogo e fundador do museu, e construtor do acervo visível e invisível, preocupou-se com a construção de *um Outro interno-nacional* em tempos e termos arqueológicos que, embora com alguns matizes do presente, pudesse ser organizado e

integrado a um *Outro externo-universal* desenhado pelo esquema evolucionista do seu tempo. O homem era universal, mas a nação – uma renovada forma moderna de diversidade – instalava-se no terreno do particular, demonstrando ambas as verdades através do relevamento sistemático do passado do território argentino, e a partir da linguagem das ciências naturais. Seu museu contribuía com essas tarefas através da investigação e da docência universitárias, reservando suas coleções para esses fins e colocando-as à disposição dos pesquisadores, que concentravam na arqueologia seus conhecimentos em história, antropologia física, lingüística, etnografia e folclore.

Estas mesmas orientações aconteceriam sob a direção de Debenedetti, embora favorecidas pela mudança até o edifício atual, intensificando-se, assim, a investigação e a docência universitárias, ampliando o leque de olhares pelo fato de acrescentar, entre estas funções, a regularidade de uma exibição ao público. Nesta reinauguração do ME, as considerações de Rivet colocam em evidência outras e novas imagens, tempos e distâncias ao propor um ‘*vínculo de orden intelectual*’ com um *Outro interno*, já não arqueológico, senão histórico, mas igualmente contido em um passado que (embora mais próximo) classificá-lo-ia dentro dele, negando-o no presente.

Sob as direções de Outes e Aparicio, sistematiza-se e concretiza-se um projeto rigorosamente definido de museu universitário. Junto a maneiras específicas de docência, exibição e difusão, formuladas para alcançar e instruir todo tipo de público, a proposta de Outes ampliaria a linha de pesquisa universitária pelo fato de concentrar a produção intelectual na *Sociedad Argentina de Antropologia*. Aparicio continuaria a estrutura estabelecida pelo seu predecessor, enriquecendo-a com outra sociedade de caráter estudantil, *Akida*. Neste período, também será delineado um *Outro interno e histórico*. Mas, desta vez, começará a se ampliar e estender através da antropogeografia e a geografia humana. A focalização sobre o pressuposto do ‘determinismo meio ambiental’ teria exigido um marcado movimento e uma realocação das ‘ciências do homem’ para os estudos etnográficos, aparecendo, em tempo presente, *outros atores* que iam exceder àqueles que, a partir da preeminência da arqueologia, teriam sido dirigidos para o passado a partir da organização visível de seus objetos ‘representativos’. Da mesma maneira que no período anterior, estas

localizações temporais eram desenhadas também territorialmente, privilegiando-se para isso o cenário do Noroeste Argentino.

Mais tarde, Imbelloni e Bórmida caracterizariam uma terceira etapa na qual desaparecem as funções universitárias do ME, interpretando-o simplesmente como o espaço físico que albergava um instituto de pesquisa. Para Imbelloni, a antropologia física constituirá o centro original das ‘ciências do homem’: em primeiro lugar, permitia-lhe estudá-lo enquanto ‘*organismo, luego creador de culturas*’; em segundo lugar, sua chave raciológica lhe permitiria identificar os conteúdos e os contornos daqueles ‘círculos culturais’ que iam conduzi-lo à sua origem. Por sua vez, Bórmida vai levar o predomínio da antropologia física para uma ‘etnologia fenomenológica’, instalando as medições, desta vez, no terreno das mentalidades. Para ambos, o fim último da antropologia será ‘*la reconstrucción de los patrimonios*’ e, transportando-se preferencialmente à Patagônia, definiriam outras classes de ‘outredades’: *um Outro externo proto-histórico* (existindo com ele um vínculo traçado pelo devir universal do Espírito), *um Outro histórico e civilizado* (definido pela capacidade consciente de agir no tempo), e *um Outro interno etnográfico e bárbaro* (que ficaria excluído do presente por não possuir, justamente, nem a capacidade de percebê-lo, nem a de inserir-se nele). Acima de tudo, esta classificação permitiria desenhar os dois grandes grupos sobre os quais trabalharia a antropologia ‘oficial’: ficava definido, então, quem seria objeto da antropologia – os ‘homens etnográficos’ – e quem não – os ‘homens históricos’.

Mais tarde, em uma espécie de intervalo, houve tentativas por construir *um Outro interno, passado e presente* durante o período do Triunvirato que, através de uma exposição centrada na Patagônia, e dentro de um espaço físico que levava o nome de Imbelloni, trazia consigo uma configuração de tempos e espaços ‘peronistas’. Como todo intervalo, sua duração foi breve, instalando-se o panorama anterior até 1983.

Paralelamente ao domínio destas idéias no âmbito acadêmico-institucional, outras *outredades* seriam descobertas por aqueles antropólogos para os quais as categorias mencionadas eram não somente insuficientes, mas também inúteis, pelo fato de encontrar no presente uma realidade social que não podia ser *classificada por nem subsumida em* aquelas, e que transpunha amplamente os cenários do Noroeste e Patagônia. Como apontam Guber e Visacovsky (1999), a

Argentina se apresentava como um país desconhecido, marcado por desigualdades e paradoxos que só se tornariam compreensíveis através de um trabalho de campo guiado por perguntas e interesses diferentes: começaria a aparecer, por fora do âmbito acadêmico, um *Outro interno, presente e desconhecido* que também excedia o cenário indígena, e que era necessário analisar se se pretendia, justamente, dar conta desse presente.<sup>94</sup> Como já foi dito, as condições favoráveis para o total desenvolvimento destas primeiras aproximações a uma ‘antropologia social’ seriam possíveis somente a partir de 1983.

Com este rápido percurso até aqui realizado e pouco exaustivo, quisemos simplesmente pontuar – de uma maneira muito geral – os usos do tempo que foram invocados para as construções do ‘objeto’ da antropologia, quanto às representações feitas com elas no espaço do ME. Esses usos, essas construções e essas representações se inscrevem, por sua vez, em processos mais amplos, relacionados à própria história da disciplina e profundamente envolvidos com a história social e política do país. Neste museu de dimensões insuficientes, de eternos inventários inacabados, de funções privilegiadas alternadamente em detrimento de outras, e de influentes e carismáticos personagens, parecia se desenhar um pano de fundo no qual, sem dúvida, conectam-se (e iluminam-se mutuamente) processos políticos e desenvolvimentos antropológicos.

Concordando com a perspectiva de Johannes Fabian (1983), entendemos que os usos antropológicos de determinados conceitos e estruturas temporais são, acima de tudo, um ato político, pelo fato de possuir a capacidade de estabelecer os modos pelos quais aproximações e distâncias permitirão – ou não – um conhecimento determinado do Outro. Longe de constituírem dados inocentes ou ‘naturais’, cada construção temporal localiza aqueles que o museu representa na sua máquina do tempo. São construções que se inserem, por sua vez, em uma cadeia mais ampla de temporalização – passada ou presente – conferindo-lhe sentido e impregnando-a de conseqüências. Como

---

94. Sem determinar nestes trabalhos ‘pioneiros’ resenhados por Guber e Visacovsky (op.cit.), consideramos que a menção de alguns títulos nos permitirá dar conta destes novos e bem diferentes interesses: Archetti e Stolen (1975): *Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino - Siglo XXI*, Buenos Aires; Bartolomé (1974): *The Colonos of Apóstoles: Adaptive Strategy and Ethnicity in a Polish-Ukrainian Settlement in Northeast Argentina* (1991[1974] New York, AMS Press); Vessuri (1971) *Land Tenure and Social Structure in Santiago del Estero, Argentina* (tese doutoral com publicações parciais); Hermitte e Herrán (1972) “Ponchos, Weaving and Patron-Client Relations in Northwest Argentina” em *Structure and Process in Latin America* (1972, Strickon & Greenfield, eds. - University of New Mexico Press). Para uma aproximação mais completa a estes desenvolvimentos, veja-se também Guber e Visacovsky, 1998; 2002 (eds.); Guber, 2002.

apontam Balibar e Wallerstein, “...el sentido del pasado es un instrumento que utilizamos contra los adversarios. Es un elemento esencial de la socialización de los individuos, del mantenimiento de las solidaridades del grupo, del establecimiento o del cuestionamiento de la legitimación social. **El sentido del pasado es ante todo un fenómeno moral, y por lo tanto político, y es siempre un fenómeno del presente.**” (1990:106; citado em Vugman, 1995:70; grifo nosso). As virtudes dos nossos mecanismos temporais – suas possibilidades de definir, localizar, caracterizar e generalizar – transformam o próprio tempo em uma medida de identidade. Aprofundar as construções temporais que simplesmente pontuamos acima (com suas conseqüentes atribuições de identidade) seria, sem dúvida, um excelente exercício de memória e autocrítica, mas consideramos que fazê-lo sobre o século de vida do ME excederia, em muito, os alcances de uma dissertação de mestrado. Entretanto, isso não impede a possibilidade de utilizar essas construções como um ponto reflexivo de partida.

Fora de fugazes exceções, o ‘pluralismo temporal’ que parece surgir das diferentes imagens projetadas pelo ME pode ser absorvido por uma classificação de tempo ainda maior que, contendo todas as variantes, consegue homogeneizá-las dentro de um tempo estabelecido como cronologicamente primeiro e/ou anterior àquela ‘nossa contemporaneidade’. Esta rápida generalização é possível desde o momento em que podemos estabelecer uma continuidade: além das diferentes concepções (articuladas sob a preeminência de uma arqueologia naturalista, ou do pseudo-historicismo de uma antropologia física e de uma etnologia fenomenológica, preocupadas pelo estabelecimento de essências e origens), *aquilo concebido como ‘antropologia’ teria se dedicado, sempre, a reconstruir o passado no presente.*<sup>95</sup> Dentro desse passado, a busca de vestígios arqueológicos ou de conteúdos imanentes para as reconstruções patrimoniais teria delinhado comunidades passivas, mais do que uma identificação de agentes históricos. Por outro lado, essa passividade era reforçada desde o momento em que o ME, como instituição produtora de um discurso científico autorizado e também transmitido visivelmente, desenvolveu ambas as dimensões através da relação museológica ocidental por excelência, ‘observador/observado’. Através desta, reforçava-se a crença em que os observadores

95. A respeito, veja-se a ‘huida de lo actual’ em Lázari, 2004; também Guber e Visacovsky, 1999; Podgorny, 2004.

(a sociedade nacional) podiam olhar, à distância, o tempo-outro do observado (as sociedades indígenas), confirmando nessa relação a distância e/ou exclusão delas do presente civilizado. Através dessa imobilidade, por trás dos objetos-relíquias dos ‘observados’ ocultavam-se os tempos das produções e dos produtores, dos significados, das trocas, dos conflitos e das lutas, do colecionamento, das chegadas ao museu etc. Quer dizer, os tempos da ‘vida social’ dos objetos (Appadurai, 1988). Da mesma maneira, eclipsavam-se todos aqueles tempos da passagem colonial que, ao ‘observador’, teriam lhe permitido constituir-se como tal. Consideramos que uma interrogação e uma confrontação de ambas as partes da relação, como também dos tempos que as conformam (por que aquilo que o ME exhibe está aí, e por que estou olhando-o ‘agora’?) abriria uma possibilidade para desconstruir sua naturalização e constituiria, por si mesmo, outro ponto também reflexivo de partida.

Sem tê-la incluído no breve esquema de temporalidades aqui apresentado, na parte anterior nos aproximamos da gestão atual do ME, através das histórias que produziu para contextualizar o presente e o futuro de seus objetivos, gerando ao mesmo tempo uma explicação de si mesma, recuperando idéias do passado e rejeitando outras, traçando linhagens com alguns de seus precursores e apelando, em todo momento, à sua existência universitária. Se, segundo os percursos históricos que apresentamos ao longo do capítulo, o retorno à democracia teria permitido finalizar um longo período marcado por ‘outredades’ distantes, o que é que teria mudado nestes últimos 18 anos? Quais os *usos do tempo* utilizados para identificar as diferenças – caso as houvesse – e quais as implicações? Quais os Outros construídos? Como são representados? Quais os diálogos temporais que habitam suas mostras? Como e com quem dialogam?

Considerando imprescindível oferecer, em primeiro lugar e para o conhecimento do leitor, o espaço onde se desenvolveram estas histórias, problematizaram-se conteúdos e geraram-se nossas perguntas, para depois introduzi-lo nas situações nas quais indagaremos as respostas, começaremos nosso caminho ingressando, no capítulo seguinte, no Museu Etnográfico da Cidade de Buenos Aires.



capítulo II

O museu  
etnográfico  
"Juan Bautista  
Ambrosetti"

## um pequeno museu da cidade de buenos aires

**n**o centro da Capital Federal, a três quarteirões da histórica Praça de Maio, no bairro portenho de Montserrat, o Museu Etnográfico “Juan Bautista Ambrosetti” (ME) ocupa o belo prédio de dois andares da rua Moreno, 350. Na mesma quadra, outras construções antigas, características desta zona da cidade, completam o cartão postal da elegante Buenos Aires do começo do século. Protegido por altas grades, a fachada retirada, as colunas e o conjunto esculpido na parte superior lembra-nos indefectivelmente a arquitetura neoclássica de finais do século XIX.

Para ingressar no museu é necessário atravessar um pequeno jardim. Nele, de um lado e do outro, duas altas palmeiras completam a perfeita simetria do conjunto. Ao subirmos a pequena escadinha de mármore para entrar no edifício, encontrar-nos-emos no hall de entrada. À nossa direita, uma soberba porta de vidro conduz à Direção; à esquerda (e sob o mesmo desenho) encontra-se a Área de Extensão Educativa.

Com o intuito de tornar compreensível o percurso que iniciamos, identificaremos em uma planta a distribuição das instalações do museu (ver Anexo II), a saber: **a)** Direção; **b)** Área de Extensão Educativa; **c)** Sala de aulas e/ou auditório e/ou sala de exposições temporárias; **d)** quatro salas de exposição; **e)** dois depósitos (que incluem a Área de Têxteis Arqueológicos); **f)** Área de Conservação e Museografia; **g)** Pátio; **h)** *Sección de Estudios Interdisciplinarios de Asia y África*; **i)** sede da *Sociedad Argentina de Antropología*; **j)** Áreas de Projetos de Investigação com ‘lugar de trabalho’ no ME; **k)** Biblioteca; **l)** Arquivo Fotográfico e Documental; **ll)** Área de Antropologia Biológica. A superfície total

do ME é de 1.400 m<sup>2</sup>; dentre eles, somente 500 m<sup>2</sup> são usados para salas de exibição.

A Direção **(a)** ocupa uma sala não muito grande, subdividida em dois setores: no primeiro deles, encontramos uma mesa repleta de livros, pastas e papéis, junto a uma biblioteca com similares características; no segundo, um velhíssimo – embora cômodo – jogo de sofás conforma a cenografia necessária para uma eventual reunião. Nas paredes, um quadro de uma paisagem do Noroeste Argentino e algumas lâminas antigas



ilustrando ‘tipos raciais’ completam a antigüidade do conjunto, dando-nos a sensação de ter permanecido intacto desde o momento em que foi fundado. Devido à estrutura simétrica desta parte do prédio, a Área de Extensão Educativa **(b)** ocupa um espaço idêntico ao da Direção. No primeiro setor encontramos uma pequena mesa com um computador junto à outra, redonda e ampla, acompanhada por vários armários e bibliotecas; no segundo, três mesas pequenas, um segundo computador e algumas estantes repletas de pastas, fichários e pastas de arquivo.

Novamente no hall, mas agora entrando no prédio, um pequeno – embora largo – corredor exibe três vitrines montadas nas paredes. Uma delas mostra livros e revistas de arqueologia e antropologia, de venda ao público; nas outras duas, encontramos com uma ‘micro-exposição’ intitulada *Los urus, hombres del agua*, com objetos e informações acerca deste grupo indígena do Lago Titicaca (atual Bolívia), no século XIX.<sup>1</sup> Neste mesmo espaço encontra-

1. Esta nova modalidade expositiva – a ‘microexposição’ – tem sido implementada em 2004; *Los urus, hombres del agua* é a primeira delas. Para sua realização, tomaram-se os trabalhos de Enrique Palavecino (correspondentes à expedição ao altiplano boliviano, de 1933, organizada pelo Museu de Ciências Naturais). Também foram incluídas as investigações de Jean Vellard, da década de 40. Segundo nos informou a Lic. Andrea Pegoraro (responsável da investigação para esta pequena mostra), ambos os trabalhos ‘etnográficos’ “...

se um balcão, onde um funcionário cobra o ingresso ao museu (opcional, é apresentado como uma contribuição de \$ 2). Aqui também podem se comprar livros e revistas e se entrega a folhetaria correspondente às mostras. Os estudantes da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (FFyL - UBA)<sup>2</sup> têm ingresso gratuito, estendendo-se a crianças (com menos de 12 anos) e aposentados (com mais de 65). O horário para o ‘público geral’ é de quarta-feira a domingo, das 15h às 19h.

À direita deste balcão, podemos ingressar na única mostra temporária do museu (c), *As fronteiras da África*. Com idênticas proporções, em frente a esta sala, encontra-se montada *Entre el exotismo y el progreso* (d1).<sup>3</sup>

Avançando no interior do prédio, na ‘mesa de entradas’ encontra-se um funcionário atendendo à central telefônica, cumprindo ao mesmo tempo tarefas de segurança e de atenção ao público. Este lugar é estratégico por permitir uma visão geral do museu e de acesso a todas as salas de exibição.

Por trás, encontra-se o corredor central do térreo: como uma ‘sala’, nele está montada *Más allá de la frontera* (d2). À nossa direita, um ziguezagueante corredor nos introduziria na mostra *En el confín del mundo* (d3). Seu trajeto desemboca no outro extremo da mesma ‘sala/corredor’ pela qual ingressamos antes. Novamente nela, então, o setor central está ocupado por uma grande mesa de madeira, rodeada por cumpridos bancos que acompanham todo seu perímetro. Sobre ela, encontramos diariamente disponível um ‘*Livro de Assinaturas*’, no qual os visitantes costumam deixar, voluntariamente, o registro de suas impressões.<sup>4</sup> Esta mesa constitui um dos lugares de trabalho dos guias (podemos vê-los aqui freqüentemente, organizando e analisando materiais e textos), funcionando também como um local agradável para conversar (inú-

---

consistiam em uma descrição minuciosa dos objetos; era uma relação técnica.” (Ent.10/02/05).

2. Como foi mencionado no capítulo anterior, a FFyL da UBA está organizada atualmente em *Departamentos e Institutos*: enquanto os primeiros organizam as atividades acadêmicas das carreiras (sendo suas funções coordenar as aulas, e dirigir e planejar as atividades docentes, conforme os programas de estudo), os segundos organizam as tarefas de investigação. Atualmente, a carreira de Ciências Antropológicas conta somente com três institutos; eles são o ME, o *Instituto de Ciencias Antropológicas* (ICA) e o *Instituto Interdisciplinario de Tilcara* (IIT), todos eles dependentes da FFyL da UBA.

3. Com a finalidade de realizar com o leitor este primeiro percurso pelas instalações do museu, nomearemos, neste momento, as exposições, sem nos determos nas mesmas, reservando o desenvolvimento de suas formas e conteúdos à parte seguinte. Os títulos das mostras serão citados na língua nativa, conservando o português para *As fronteiras da África* (da maneira que foi apresentada).

4. A maioria dos testemunhos ali registrados demonstram um profundo agradecimento pelo visto e ouvido. Muitas vezes, encontra-se a palavra ‘descoberta’ referindo-se tanto ao fato de visitar o ME pela primeira vez, ou devido à surpresa por algo que não se esperava encontrar. Também foram registrados alguns casos em que se declara que ‘é a segunda vez que venho’, e outros que ‘é a terceira...’. Nos comentários referentes às visitas guiadas, todos eles, sem exceção, utilizam a palavra ‘excelentes’, valorizando o tratamento pedagógico. Em alguns casos, também encontra-se escrito o nome do guia a cargo, agradecendo-lhe individualmente.

meras vezes o pessoal do museu senta aqui para resolver assuntos de trabalho ou conversar sobre questões pessoais). Aliás, esta mesa é central no desenvolvimento das visitas guiadas para escolas (nela sentam-se as crianças, para realizar algumas das atividades que lhes são propostas). Esta sala recebe pouca luz do portão de entrada e daquela outra porta que conduz ao pátio e à Biblioteca; mesmo assim, as clarabóias do teto altíssimo outorgam-lhe uma morna claridade.

Continuando, então, por esta sala/corredor, no final encontramos o busto de quem fora fundador e primeiro diretor do ME, Juan Bautista Ambrosetti. Pelos lados deste vemos os depósitos, onde estão guardados e organizados os acervos do ME: um de Etnografia (*e1*) e outro de Arqueologia, incluindo este à Área de Têxteis Arqueológicos (*e2*). Por motivos de conservação, as peças não podem abandonar estes recintos. Por isso, o ME disponibiliza dias e horários específicos para satisfazer as consultas dos pesquisadores.

Continuando nosso passeio por este corredor em direção aos fundos, através de uma parede vidrada – que permite a iluminação do interior – vislumbramos o pátio e, mais no final, a Biblioteca do ME. Antes de atravessar a



transparente parede, encontramos à nossa esquerda uma máquina de café junto a um banco de madeira, transformado em um lugar de descanso e conversação, tanto para funcionários quanto para visitantes.

Quando chegarmos ao pátio, somos suspensos no tempo **(g)**. Duas enormes seringueiras, de mais de 100 anos, ocupam o centro deste espaço quase mágico, oferecendo não somente um espetáculo visual por causa das gigantes cas raízes que penduram do alto e por aquelas que têm se levantado do nível do chão – invadindo, em sua extensão, grande parte da superfície deste setor –, mas também porque, através das enormes copas destas árvores, é amortizado o barulho do trânsito, típico do centro da cidade. Aliás, as crianças que visitam o museu costumam brincar à sombra delas, pendurando-se nesta espécie de ‘lianas’ ou saltando e subindo às raízes.

A nossa direita, uma bela construção de madeira, estilo inglês e de cor verde claro, funciona como Área de Conservação e Museografia **(f)**.<sup>5</sup> À esquerda encontramos primeiramente os banheiros e, acompanhando o perímetro do pátio, a *Sección de Estudios Interdisciplinarios de Asia y África* **(h)**, a sede da *Sociedad Argentina de Antropología* **(i)** e as salinhas independentes que correspondem a ‘lugares de trabalho’, cedidos a diferentes projetos de investigação **(j)**. Estes gabinetes são muito pequenos, e suas paredes – cobertas de estantes – estão abarrotadas de livros e caixas com materiais. Em geral, cada um deles dispõe de um computador. Os participantes destes projetos se ‘rotam’ para trabalhar nestes cubículos, utilizando, às vezes, outros espaços do museu para realizar suas tarefas (assim, por exemplo, encontramos freqüentemente as equipes de pesquisa escovando material lítico no pátio, ou classificando peças na galeria da Biblioteca).

A *Sección de Estudios Interdisciplinarios de Asia y África* **(h)** é pequena, possuindo simplesmente uma mesa e uma biblioteca própria que abrange as quatro paredes, especializada nas temáticas desta seção.<sup>6</sup> Ainda menor, o gabinete da *Sociedad Argentina de Antropología* (SAA; sector **j**) também possui

5. Como nos explicou Fernando Veneroso (responsável da Área de Conservação), estas duas seções não possuem, na realidade, um espaço físico determinado: o setor supostamente atribuído será reformado, contando-se com o projeto pronto para isso. O lugar de trabalho de Fernando é, de certa maneira, ‘itinerante’, trasladando-se continuamente em função das áreas aonde ele é solicitado (Ent.29/08/05).

6. O gabinete que ocupa esta área – incorporada em julho de 2001 – pertenceu anteriormente ao Dr. Alberto Rex González. Antes dessa data, essa seção encontrava-se no *Instituto de Ciencias Antropológicas* (ICA), na rua 25 de Mayo 217/221, tão só a cinco quadras do ME.

uma mesa e algumas estantes, onde podemos encontrar as publicações desta associação.<sup>7</sup> Seus integrantes utilizam este espaço para se reunir uma vez por mês. Geralmente, o resto dos dias costuma estar desocupado, embora às vezes encontremos algum membro para atender consultas, receber artigos e gerir subscrições à revista.

De tudo o que encontramos no pátio, quicá o mais cativante seja o bellissimo prédio independente, de cor amarelo ao fundo, onde funciona a Biblioteca (**k**). Através de uma escadinha de mármore, ascendemos a uma ampla galeria cercada de colunas e, nela, uma placa de bronze exhibe o nome da Biblioteca: *Augusto Raúl Cortazar*. Já dentro do recinto, a antigüidade dos fichários, suas mesas, suas estantes, a nobreza das madeiras, o mezanino todo avarandado e o abarrotamento de livros de cores velhas e indefinidas nos submergem no passar dos anos; é como se se tratasse de uma realidade inteiramente de cor sépia. A área para leitura é pequena, formada por três mesas e 20 cadeiras. A biblioteca não tem um serviço informatizado; por isso, a catalogação e a busca do material se tornam tarefas praticamente artesanais, sendo fundamental a boa vontade das pessoas que nela trabalham.<sup>8</sup> Apesar de se encontrar fisicamente dentro do espaço do ME, mantém autonomia em relação ao mesmo, dependendo da chamada “Biblioteca Central” da FFyL. O horário de atendimento ao público é de segunda a sexta-feira, das 14h às 19h. Os leitores são, na maioria, alunos da carreira de Ciências Antropológicas.<sup>9</sup>

Não é solicitada ‘*contribuição*’ às pessoas que ingressam ao ME só para consultar a biblioteca. Achamos importante destacar que existe um único caminho de acesso para nela ingressar: atravessando-o, não somente passaremos do lado das mostras As fronteiras da África (c) e Entre el exotismo y el pro-

7. Depois da dissolução em 1947 (sob a direção de Imbelloni), a SAA e a edição da revista *Relaciones* ressurgiram em 1968 e 1970, respectivamente. Outras publicações da SAA são formadas pelas *Colección Tesis de Licenciatura* e *Colección Tesis Doctorales*; para monografias ou compilações, encontram-se as *Publicaciones de la SAA* (Dra. Lidia Nacuzzi, carta eletrônica pessoal).

8. Por exemplo, uma das funcionárias paga ‘do próprio bolso’ as cópias xérox dos índices de cada revista, classificando-as depois em ‘pastas de consulta’ que agilizam consideravelmente a busca.

9. No *Informe Institucional 2004* somos noticiados que a quantidade de público leitor, durante esse período, foi de 6.928 pessoas. Sem especificar as procedências, a generalização aludida foi informada durante o trabalho de campo (doravante, ‘TC’): “...os ‘habitúes’ são investigadores daqui, e bolsistas do CONICET... Depois, a maioria são alunos de Antropologia... também de História... Também, pelo tema da Arte Precolombiana, vêm muitas pessoas de ‘Design’... às vezes do IUNA [Belas Artes] e também adolescentes de segundo grau, que vêm porque têm que preparar uma aula especial...” (Mónica Ferraro, responsável de Processos Técnicos em Biblioteca; Ent.29/08/05). Outros dados importantes no *Informe Institucional 2004* são: “Ingreso de libros:87; Ingreso de folletos:16; Ingreso de revistas:98; Ingreso de series monográficas:14; Materiales ingresados por canje:61; Donaciones:145; Compras:8” (op.cit.:11).

greso (d1), mas também atravessaremos a sala onde se encontra Más allá de la frontera (d2).<sup>10</sup>

Abandonando o térreo, iremos agora até o primeiro andar. Subiremos uma escada de mármore, dividida em quatro partes. Em um dos descansos, uma parede de um roxo intenso, com o título da mostra em letras grandes e amarelas – *De la Puna al Chaco: una historia precolombina* – antecipa, de alguma maneira, o clima misterioso que encontraremos lá em cima. No seguinte e último descanso, exhibe-se um gigantesco mapa da América do Sul, sem divisões políticas, marcando-se no mesmo somente uma localização dos sítios arqueológicos que serão mencionados na mostra. À esquerda, um texto explicativo define a concepção particular desta exibição.

Dado que ingressaremos nesta sala na parte seguinte deste capítulo, vamos nos deter então no luminoso hall que a precede. Este espaço está ocupado por uma mesa grande de madeira. Por cima dela, oferecem-se pastas e textos que ampliam a informação desta exposição em particular. Aliás, nesta mesa encontra-se sempre algum *guia* para assessorar os visitantes. Aqueles são estudantes avançados (a maioria, da carreira de Ciências Antropológicas); por isso, geralmente podemos vê-los estudando, com fichas e livros por cima da mesa.

Olhando à frente, uma altíssima porta de madeira é a entrada do Arquivo Fotográfico e Documental (I). À nossa esquerda, defronte à sala de exibição, uma estrutura de vitrô – à maneira de uma ‘parede’ – ilumina furiosamente este setor. Atravessando-a, podemos sair ao terraço, onde encontramos a área de Antropologia Biológica (II).

O Arquivo Fotográfico e Documental é muito pequeno (I): só tem uma mesa grande (que ocupa quase toda a sala) e um único computador. Os demais objetos são fichários e vitrines cobrindo perimetralmente as paredes, onde pastas, caixas e fichas encontram-se impecavelmente ordenados. O acervo deste arquivo é formado, por um lado, por *documentos* que incluem os arquivos pessoais de arqueólogos e antropólogos: cadernos de campo, correspondência pessoal e institucional, anotações para dar aulas; também encontram-se aí as fichas e os documentos das coleções etnográficas, arqueológicas e de antro-

10. Este dado é de fundamental importância já que, durante o TC, observamos inúmeras vezes que muitos dos leitores se dirigiam diretamente à biblioteca sem sequer reparar nas salas.



pologia biológica, e o arquivo institucional do ME. Por outro, milhares de *imagens* em diferentes suportes registram, fundamentalmente, os trabalhos de campo de arqueólogos e antropólogos. Também se observam peças, material cartográfico, eventos importantes para o museu e retratos de pesquisadores. O horário deste setor é de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e as consultas – geralmente solicitadas por pesquisadores, e sobre temáticas específicas – são atendidas com combinação prévia.

O salão comprido e estreito de Antropologia Biológica (III) parece pertencer à outra instituição: somado a uma notável desordem, seu condicionamento precário dá uma aparência geral de desatenção e esquecimento. Prateleiras metálicas sustentam dezenas de caixas cobertas de pó, guardando partes de esqueletos e múmias. Em outras, dezenas de crânios nos observam por baixo dos plásticos que os cobrem, também empoeirados. Avançando para o fundo do salão, um conjunto de mesas e materiais diversos compõem a área de trabalho de investigadores e estudantes, encontrando-os ali diariamente.

Com a visita a este último setor, finalizamos o nosso breve percurso geral pelas instalações do museu. Retornaremos, porém, às salas de exibição, para conhecer aquilo que – através de objetos e cédulas – o ME tem preparado para mostrar aos seus visitantes.

## o "universo visível" do museu etnográfico: suas exposições

**C**onforme a ordem que estabelecemos no percurso anterior, ingressaremos agora em cada uma das salas onde protagonistas, tempos e espaços diferentes são conjugados para serem conhecidos através das narrativas organizadas pelo ME.

*As fronteiras da África* (única mostra temporária; setor c).<sup>11</sup> Esta exibição conta uma história das representações cartográficas portuguesas daquele continente, a partir do século XVI até os nossos dias.<sup>12</sup> Através de 24 mapas exibidos cronologicamente – conforme a época de sua confecção –, esta mostra tenta dar conta dos imaginários subjacentes a essas representações, e que contribuíram de alguma maneira às imagens da alteridade africana. Assim, no mais antigo dos mapas podemos observar, junto a um oceano repleto de monstros marinhos, um continente também repleto, desta vez de deformidades humanas e negras. Os textos que acompanham a cartografia nos informam acerca do momento sociohistórico em que foram realizados, sendo ferramentas indispensáveis para contextualizá-los e interpretá-los. Nesta pequena sala, de cor salmão, a coleção de mapas encontra-se acompanhada por quatro vitrines encaixadas nas paredes, nas quais exibem-se objetos de

11. Inaugurada em dezembro de 2004, permaneceria até abril de 2005. Nessa data começaria o ciclo letivo da FFyL, e esse espaço é utilizado como sala de aula de algumas matérias da carreira de Ciências Antropológicas com orientação em Arqueologia, tais como *Arqueología Argentina*, *Modelos y métodos de análisis en economía prehistórica*, e *Teorías Arqueológicas Contemporáneas*. Nesse espaço também têm lugar eventuais seminários.

12. A coleção de mapas foi doada em 2004 à FFyL da UBA pela “Comisión Nacional de Conmemoración de los Descubrimientos Portugueses” (*Informe Institucional* 2004). Esta mostra foi realizada, integralmente, pela *Sección de Estudios Interdisciplinarios de Asia y África*.

origem africana, com breves rótulos que só informam acerca do tipo de objeto de que se trata, data e lugar de procedência. Poder-se-ia pensar que, nesta mostra, os protagonistas são os mapas e não os objetos, e que estes somente ilustram o relato oferecido por aqueles (por outro lado, arriscamos dizer que esta exposição teria cumprido um sonho não realizado de Outes: embora seu projeto de exibição visasse sobre as representações cartográficas da Argentina, o critério que organiza esta mostra – evidenciar ‘*la mirada de los viajeros*’ sobre um mesmo lugar e em momentos históricos diferentes – é similar àquele projeto apresentado por ele em 1931).

*Entre el exotismo y el progreso* (setor **d1**) encontra-se montada desde 1996. Nesta sala, também pequena, inteiramente pintada de cor de tijolo, pretende-se dar conta dos critérios e das práticas que foram utilizadas para reunir as primeiras coleções do ME, quer dizer: sob a perspectiva evolucionista dominante de princípios do século XIX, mostrava-se ao outro distante em tempo e/ou espaço através do elemento mais fascinante da alteridade, o exotismo. Sob o teto do museu pretendia-se dar conta de uma escalonada diversidade, através da qual poderia se ascender até a uma última e única humanidade civilizada. Ilustrando esta passagem e dentro daquele esforço universalizante que presidia a reunião dos objetos, encontramos lanças e escudos da África e da Oceania, um gigantesco altar budista do século XIX, um uniforme de guerra mongol, estátuas da Ilha de Páscoa, roupas e máscaras ticuna (provenientes do Brasil), uma série de bustos que exibem ‘representantes típicos’ de indígenas da América do Norte, enfeites de penas dos índios chamacoco do Chaco Central (Argentina), fantasias do carnaval boliviano. O propósito desta exibição é revelar o sonho etnocêntrico que, através desses primeiros objetos,



teria permitido que o museu delineasse os claros contornos que separavam o homem primitivo da civilização. Ao mesmo tempo, pelo fato de terem sido reunidas sob os mesmos critérios utilizados para museus deste tipo em outras partes do mundo, estas coleções teriam servido para tornar evidente o ‘grau civilizatório’ e criar a imagem de uma ‘Argentina moderna’ no exterior.

*Más allá de la frontera* (setor **d2**) encontra-se ali desde o ano 2000. Nela tenta-se dar conta das formas de vida e crenças das sociedades aborígenes que habitavam La Pampa e a Patagônia no século XIX, antes da chamada Conquista do Deserto. A exposição permite compreender a envergadura da presença indígena nos territórios pampeano-patagônicos, sua organização política, sua vida religiosa e, principalmente, a intensidade do comércio e intercâmbio com o homem branco, e como, estendendo suas áreas de mobilidade ‘além da fronteira’, estas sociedades geraram espaços de intenso contato cultural. Esta



espécie de ‘sala’ (lembremos que funciona sobre uma área de trânsito) está pintada inteiramente de um amarelo intenso: possui um total de seis vitrines, todas elas encaixadas nas paredes e, por fora e no meio delas, alternando-as, encontram-se suspensos os *rewes*, esculturas em madeira de uso ritual *mapuche*. Os objetos exibidos pretendem principalmente dar a conhecer as redes de intercâmbio comerciais (têxteis, elementos de couro, prataria), embora os objetos de utilização ritual e outros elementos da vida cotidiana tenham um lugar não menos importante.

*En el confín del mundo* (setor **d3**) foi inaugurada em 1996.<sup>13</sup> Como já explicamos anteriormente, para ingressar nesta exposição devemos atravessar um corredor em zigue-zague; sobre a parede esquerda desta sinuosa passagem, imagens e textos nos informam acerca do que aconteceu na Europa moderna, enquanto a parede direita exibe ilustrações e fotografias que dão conta de modos de vida *fueguinos* durante o mesmo período. Esta mostra tenta transmitir o processo de ocupação branca em *Tierra del Fuego* durante o século XIX. Em pouco mais de cinquenta anos, e tanto por causa de doenças quanto de perseguições, este processo acabou dizimando a população indígena, reduzindo-a a uns poucos grupos isolados e com precárias condições de sobrevivência. No começo da sala, uma frase forte e impactante (pintada em uma das paredes, com grandes letras) consegue resumir tudo quanto iremos conhecer nessa mostra: *“Curiosa paradoja la de Occidente, que no puede conocer sin poseer y no puede poseer sin destruir. Estos pueblos, que fascinaron a los occidentales, ya no existen. Fueron masacrados en pocas décadas y no por los conquistadores del siglo XVI, sino por nuestros abuelos y hace menos de cien años”*. Continuando com a lógica desenvolvida no corredor, este espaço – de uma cor de terra escura, muito forte – possui uma ‘parede ocidental’ defronte a uma ‘parede nativa’. A cada lado, três vitrines – simetricamente colocadas – respondem aos títulos ‘*La Ciencia*’, ‘*La Ocupación*’ e ‘*La Utopía*’. Elas organizam a estratégia objetual e narrativa a partir da qual pode-se conhecer não somente os grupos indígenas de *Tierra del Fuego* e o que aconteceu com eles por causa da ocupação branca, mas também fornecem



13. Durante o primeiro período do TC (fevereiro/março 2005) esta exposição não estava aberta ao público. Como veremos, por causa das reformas do *Depósito de Etnografía*, teve que ser mudado para esta sala, temporariamente, todo o material daquele depósito. Já no segundo período (agosto/setembro 2005) encontrava-se aberta, embora sem visitas guiadas.

informação do contexto sociopolítico que possibilitou a exploração e a desestruturação destas sociedades. As cédulas e resenhas que acompanham esta exibição possuem uma quantidade de informações muito grande, excessiva para uma mostra de dimensões reduzidas. Para elaborá-la, recorreu-se a uma abundante documentação histórica e informação etnográfica, principalmente a partir dos trabalhos realizados na década de 60 pela antropóloga Anne Chapman. No final do que temos chamado de ‘parede nativa’, uma copiosa quantidade de fotografias nos aproxima à realidade social desses grupos durante aqueles anos de pesquisa. Ao sairmos, outra impactante frase nos aguarda, desta vez, de Lola Kiepja, última *selk’nam*: “¿Dónde están los hombres que corrían como guanacos? ¿Adónde se fueron las mujeres que cantaban como pájaros?”.

*De la Puna al Chaco: Una historia precolombina* (setor **d4**).<sup>14</sup> Inaugurada em abril de 2001, esta mostra consiste em ‘una exposición arqueológica concebida en términos de historia social y cultural’, desenvolvida em torno das sociedades indígenas que habitavam o território que hoje é denominado como ‘Noroeste Argentino’ ou ‘NOA’. Envolta em um roxo muito intenso, a estrutura deste espaço foi concebida especificamente para esta exibição: dividida em cada canto da sala em dois setores em forma de ‘jota’, cada um deles possui, por sua vez, um mezanino que repete a mesma forma, mas no sentido contrário. No centro da sala (e independente destes dois setores), encontra-se um cubículo elevado do nível do chão. Podemos subir e entrar nele por meio de três degraus, localizados em dois de seus lados. Cobrindo seu perímetro, estruturas vidradas permitem a observação tanto por dentro quanto por fora do cubículo. O roxo escuro que cobre as paredes, os tetos e as escadas produz um contraste particular com o amarelo milho das vitrines. Aliás, esse contraste é reforçado por um efeito de iluminação: enquanto a sala permanece quase que em penumbras, uma rara e impactante claridade amarela surge das vitrines, criando um clima onde se confundem a profundidade e o mistério. Os mapas, as fotografias, os dese-

14. Lembremo-nos aqui que, no último descanso da escada que conduz ao primeiro andar (onde está instalada esta mostra), encontrávamos um grande mapa da América do Sul, sem divisões políticas, no qual se assinalava simplesmente a localização dos sítios arqueológicos que são mencionados na exposição. Na parede ao lado podemos ler, em letras grandes: “La exposición ‘De la Puna al Chaco (una historia precolombina)’ tiene tres ejes interpretativos. El primero, considera que el noroeste argentino prehispánico es una región con características propias, pero que debe ser analizada desde su pertenencia a la civilización andina. El segundo insiste en estudiar desde la perspectiva arqueológica la complejidad social prehispánica como un proceso histórico que se despliega, con toda su riqueza, entre la hegemonía y la diversidad. El último, rescata la dinámica que se estableció entre las sociedades indígenas y un medioambiente caracterizado por la complejidad”.



nhos e os textos explicativos que acompanham as vitrines estão montados sobre placas de vinil, do mesmo tom de amarelo, e iluminados do interior das paredes, contribuindo deste modo a potencializar o efeito quase mágico. Espalhadas pela sala, silhuetas de *llamas* deitadas e erguidas (feitas em madeira e também pintadas de roxo) funcionam como bancos de descanso.<sup>15</sup>

Esta mostra é a mais importante do ME pela magnitude e o investimento de recursos, tamanho, tempo de trabalho e quantidade de objetos exibidos (aproximadamente 800, sobre uma análise de 6.000 peças). A história narrada através desta exibição começa 2000 anos a.C., e culmina com a chegada dos espanhóis. Uma das intenções perseguidas ao longo do seu percurso é questionar o preconceito – muito generalizado no senso comum – que considera as sociedades indígenas como ‘existentes’ a partir da conquista espanhola (ou, no melhor dos casos, a partir da sua incorporação ao Império Incaico). Formada, atualmente, por um total de 17 vitrines,<sup>16</sup> somente quatro delas – e

15. Cabe destacar que a *llama*, pertencente ao gênero dos camélidos, é um animal característico da região do NOA e tem um papel essencial na exposição: sendo um animal somente de carga, era o meio de transporte destas sociedades indígenas. A prática do ‘caravaneio’ – o traslado de bens de um lugar ao outro para o intercâmbio – girava em torno do uso eficiente deste animal, sendo fundamental para apresentar – como veremos no Capítulo III – temas tais como a diversidade meio ambiental, a complexidade social e a noção de fronteira.

16. Durante os períodos do TC, o cubículo central estava sendo reformado (com ele se completa o total de 22 vitrines da mostra). Concebido desde o começo como um espaço temporário de exibição, atualmente está se trabalhando para nele ser desenvolvido um

para o final da exibição – ocupam-se de ambos os ‘eventos’ históricos.<sup>17</sup> Outros preconceitos que se tentam discutir são as idéias acerca das ‘sociedades caçadoras-coletoras’ e do ‘nomadismo’: associadas geralmente à idéia de bandas soltas, simples e elementares, com uma economia de subsistência, sem organização social nem política e sem possibilidade de pensamento simbólico e/ou religioso, os visitantes são defrontados com objetos que, através da narrativa oferecida pelo ME, traduzem a enorme diversidade e complexidade – social e política – que atravessou este território de múltiplas características meio ambientais, desnaturalizando também a noção de ‘fronteira’.

Os objetos das vitrines são, todos, classificados como *arqueológicos*, e encontram-se reunidos conforme as temáticas particulares desenvolvidas em cada uma das vitrines. Assim, por exemplo, em *La vida en la aldea* encontramos materiais de uso doméstico e cotidiano, enquanto em *Rutas y caravanas* encontramos a silhueta recortada de uma *lhama* carregando o necessário para começar uma viagem onde muitos bens serão trocados. Poderíamos dizer, *grosso modo*, que as ‘palavras-chave’ desta mostra são: complexidade, intercâmbio, profundidade temporal, fronteira e diversidade meio ambiental.

Antes de deixar esta sala, deter-nos-emos na última das vitrines, intitulada *El oficio del arqueólogo*, onde tenta-se dar conta das origens da arqueologia na Argentina. Encontramos objetos que acompanharam os pioneiros desta disciplina: colherinhas, espátulas, escovas, instrumentos de medição, como também ordens de compra a importantes lojas de Buenos Aires (pedindo os materiais necessários às expedições arqueológicas), e fotografias antigas com esses protagonistas.<sup>18</sup> Esta vitrine possui um elemento que poderia ser defi-

---

novo projeto (Marta Dujovne, Ent.30/08/05).

17. A suposta ordem das vitrines seria a seguinte: *La colonización del espacio; La domesticación del espacio; La vida en la aldea; Los antepasados I; Los señores del jaguar; Rutas y caravanas; El trabajo; Los antepasados II; Los señores del Tucumán; Los talleres; Llamas y pastores; Arte y prestigio*. A partir daqui, começaria o período de dominação incaica, expressado nas vitrines *Las cuatro partes del mundo; Bajo el dominio Inca; El jaguar en llamas*; segue uma única vitrine para a conquista espanhola, *Bajo el dominio hispano*. Por último, a mostra acaba com a vitrine *El oficio del arqueólogo*.

18. O texto explicativo que acompanha esta vitrine reza o seguinte: “En los primeros años del siglo XX, Juan Bautista Ambrosetti impulsó en la FFyL de la UBA la creación del Museo Etnográfico: una institución exclusivamente dedicada a la antropología cuyo objetivo era la investigación, docencia y difusión en torno a las sociedades ‘primitivas’. Ambrosetti buscó resolver el problema de la sucesión temporal de las culturas prehispánicas, ya no a través de la estratigrafía sino ordenando tumbas en series históricas. Salvador Debenedetti, discípulo y continuador de la obra de Ambrosetti, adhirió a una visión que vinculaba a las culturas del noroeste de la Argentina con la civilización andina y que, por lo tanto, implicaba admitir una gran antigüedad, cambio y variabilidad. El sueco Eric Boman, por el contrario, se opuso a aquel modelo e impuso una línea de investigación arqueológica basada en el análisis de la documentación histórica. Este punto de vista negaba la profundidad temporal y la diversidad del desarrollo prehispánico, pues daba por supuesto que los restos arqueológicos del noroeste databan apenas de pocos siglos antes de la conquista. En 1948 el arqueólogo estadounidense Wendell C. Bennett y sus colaboradores hicieron un análisis del noroeste argentino basado en la distribución geográfica, en áreas amplias, de rasgos y elementos culturales. En su momento este estudio significó un nuevo aporte para la investigación arqueológica argentina. En la década de los cincuenta fue Alberto Rex González quien retomó la idea de la cronología y de las secuencias



nido como ‘exótico’: uma bandeja/mostruário de cores de olhos, reproduzidos em vidro e de tamanho natural. Dezenas deles sustentam ao mesmo tempo seu olhar para nós. Até os guias da Orientação Arqueológica se referem a esta vitrine como ‘problemática’, pois não está incluída em nenhum dos roteiros temáticos que são desenvolvidos nas visitas guiadas. Mas, asseguram que nenhum visitante permanece indiferente aos olhares penetrantes dos olhos de vidro, razão pela qual lhes é solicitado assessoramento (não somente para compreender o singular mostruário, mas também para entender os conteúdos desta vitrine em geral).<sup>19</sup>

O passeio pelas exposições do ME permitiu-nos conhecer as histórias que este museu tem escolhido contar. Localizadas em tempos e espaços diferentes, todas elas são abordadas e conhecidas no contexto de *outro espaço temporal* que também as abrange: “o tempo da visita”, com seus guias e visitantes, onde uma dimensão discursiva tentará se integrar àquilo já exibido. Entendemos que esta interação é parte constitutiva das mostras e que, por isso, as descrições que acabamos de apresentar seriam incompletas: a visita seria – ela mesma – um *momento* no qual significados são articulados, outorgando-se sentidos que excedem amplamente a mera organização de vitrines, objetos e cédulas. As particulares configurações – que, achamos, ali se articulariam – serão abordadas no capítulo seguinte. Por isso, dirigir-nos-emos agora às reservas dos depósitos do ME, onde aguardam, em anárquico silêncio, passadas e futuras histórias acumuladas.

---

culturales. A él le corresponde el mérito de haber puesto los cimientos de la arqueología moderna en la Argentina pues, entre otros aportes, impuso la estratigrafía como procedimiento de rutina en las investigaciones arqueológicas y construyó una cronología absoluta mediante fechados obtenidos por el método de radiocarbón. En los últimos treinta años la arqueología argentina, en general, ha experimentado una importante renovación. Se han impuesto rigurosos métodos y técnicas de investigación para plantear nuevos problemas, tomando en consideración los aportes de las otras ciencias y disciplinas con el fin de explicar los cambios experimentados por las sociedades indígenas prehispánicas.”

19. “Sempre a mesma coisa, viu?: as crianças vêem os olhos...!! os adultos vêem os olhos...!! (...) ...quando na realidade eu gostaria que houvessem coisas que tivessem mais a ver com ‘o hoje’ da arqueologia... (...) Ninguém entende que, na realidade, isso é ‘a pré-história da arqueologia’...” (Karen Borrazo, arqueóloga e guia do ME desde 2003, Ent.01/03/05).

## o "universo invisível" do museu etnográfico: seus depósitos

**S**egundo nos informaram, o critério pelo qual as peças são classificadas como *arqueológicas* ou *etnográficas* responde ao modo em que foram coletadas.<sup>20</sup>

Começando pelo Depósito de Etnografia (*e1*), no momento do TC encontrava-se em reformas; pretende-se fazer dele um 'depósito visitável', sendo necessário para isso modificar todas as instalações. O tempo calculado para localizar novamente todo o material é, aproximadamente, um ano. Proceder-se-á a uma reclassificação geral, mas também se deverá levar em consideração um critério expositivo. No começo desta reforma (janeiro de 2004) foi feita uma fossa, com o propósito de colocar uma coluna nova. Surpreendentemente, surgiram garrafas, louça, munições, ossos, azulejos e um botão militar da época do governo de Rosas (1829-1852), entre paredes do que parecia ter sido uma cisterna. Esse material obtido por escavação foi classificado como arqueológico, destinando-se então a esse depósito. Enquanto isso, no Depósito de Etnografia renunciaram à colocação da coluna, privilegiando deixar o buraco à vista. Este será recoberto por um vidro, para serem visíveis não somente as paredes da suposta cisterna, mas também '*el mecanismo del trabajo de campo del arqueólogo*'.<sup>21</sup> Esta decisão implicou a 'perda' de um espaço de 4m<sup>3</sup> de exposição.

20. "...o material *etnográfico* é aquele que foi coletado em *comunidades vivas*; o material *arqueológico* é aquele que foi *escavado*..." (Javier Nasti, arqueólogo, Ent.04/02/05).

21. *Informe Institucional 2004*, p.1.

O acervo definido como *etnográfico* possui, aproximadamente, 10.000 objetos procedentes de diversas sociedades de todo o mundo, sendo que, na maioria, trata-se de peças produzidas durante o século XIX ou em começos do XX, dentre as quais se destacam coleções de prataria *Mapuche*, objetos de penas dos *Chamacoco* do Chaco Central, máscaras *Chané*, cerâmicas dos índios *Pueblo*, talhas africanas e oceânicas, bronzes *Ashanti* e objetos rituais das grandes religiões monoteístas.<sup>22</sup> Para realizar o inventário das coleções etnográficas feito atualmente, procede-se a uma numeração e descrição das peças, a um registro digitalizado e a uma busca de material bibliográfico ou outra documentação. Depois, toda essa informação é incorporada ao programa computadorizado de catalogação, facilitando-se então a localização e a consulta.

Quanto ao Depósito de Arqueologia (*e2*), dentro de um primeiro setor de mesas de trabalho são realizadas tarefas de conservação, investigação, classificação e inventário com registro digitalizado. Esta documentação compreende os tipos de peça, material, técnicas de manufatura e acabamento, medidas; em segundo lugar, data e forma de ingresso ao museu, coletor; em terceiro, procedência, localização em contexto cultural e cronológico; por último, descrição, estado de conservação e observações.<sup>23</sup> Um segundo e pequeno setor encontra-se ocupado pela Área de Têxteis Arqueológicos, onde se trabalha sob os mesmos parâmetros. Dentro do setor do ‘depósito’ propriamente, altíssimas estantes de madeira separadas entre si por estreitos corredores sustentam o acervo definido como *arqueológico* deste museu, de aproximadamente 40.000 peças (a maioria obtida através das expedições arqueológicas organizadas pelo ME, especialmente nas áreas do NOA e da Patagônia).<sup>24</sup>

Levando em consideração as dimensões do museu poderíamos dizer que ambos os depósitos são ‘grandes’. Mas, a falta de espaço para conservar adequadamente todo o material – e disponibilizá-lo de maneira que a consulta seja acessível – é um problema que o ME arrasta há décadas. Através da FFyL, está se gerindo, com a *Secretaría de Educación del Gobierno de la Ciudad de Buenos*

22. Esta lista de materiais ‘destacados’ tem sido elaborada pelo ME, segundo podemos ver na página Internet [www.museoetnografico.filo.uba.ar](http://www.museoetnografico.filo.uba.ar).

23. O tipo de análise e de documentação que ambos os depósitos elaboram sobre as peças responde a informação obtida através das entrevistas, e também do *Informe Institucional 2004*.

24. Para o segundo período do TC (agosto/setembro 2005), a obtenção de um novo subsídio teria fornecido o dinheiro necessário para reformular este espaço. Dado que todo o material se encontrava transitoriamente fora de lugar, deixamos aqui a descrição que corresponde ao primeiro período de pesquisa (fevereiro/março 2005).

Aires, a atribuição de um prédio adjacente, que anteriormente era ocupado por uma escola técnica e encontra-se hoje abandonado. Ante uma suposta ampliação, dentre as reformas imaginadas existe a possibilidade de trasladar os dois depósitos para este espaço.<sup>25</sup> Quanto aos inventários, enquanto o de Arqueologia leva um ritmo mais lento (devido principalmente à sua envergadura), o de Etnografia está quase terminado.

Na “*Breve historia del Museo Etnográfico*” (Pérez Gollán e Dujovne, 2001-2003), sob o subtítulo *Acondicionamiento edilicio* lemos que “...los depósitos están organizados, como en el Museo de La Plata, por secciones de investigación con su depósito correspondiente (Etnografía, Arqueología y Antropología Biológica)”. Como já foi comentado, esta história encontra-se dentro de um projeto elaborado pela Área de Extensão Educativa: como parte dele, encontram-se registradas (em forma de reportagens) conversas com as pessoas que trabalham nestes três depósitos, dedicando-se três páginas ao ‘Depósito de Antropología Biológica’. Entretanto, segundo os *Informes Institucionales* do ME, esta área não possui uma seção particular. Tampouco tem algum destaque na página da internet, onde lemos no texto de apresentação: “El área de antropología biológica dispone de unas 10.000 piezas óseas de individuos de diferentes poblaciones y algunos cuerpos momificados”.<sup>26</sup> Lembremos que, em outros momentos da história do ME, esta área teria sido a mais privilegiada.

Já apresentamos as instalações do museu, as histórias que ali são contadas e os espaços onde são armazenadas as potencialidades para produzi-las. Dirigir-nos-emos, então, àqueles que tornaram possível tudo o que acabamos de conhecer.

25. Segundo nos explicaram, “hace años habíamos pedido el edificio de la escuela para ampliar el Museo; efectivamente, parte de la idea era trasladar los depósitos, pero no sólo eso. No prosperó. Lo que se ha elaborado es un proyecto con el Museo de las Escuelas que incluiría la realización de un programa conjunto, y compartir el edificio de la escuela con algunas zonas independientes para cada uno de los museos, y otras de uso común o compartido.” (Marta Dujovne, carta eletrônica pessoal, 31/05/2005. O endereço do prédio solicitado é rua Moreno, 330).

26. Durante o TC, esta área estava funcionando como ‘lugar de trabalho’ de alguns projetos de investigação. Uma das diretoras destes projetos – Lic. Inés Baffi – disse-nos que as tarefas realizadas atualmente nesse espaço seriam complemento das investigações feitas no cemitério de El Chenque (província de La Pampa), sob a direção da arqueóloga Mónica Berón. A Lic. Baffi é professora adjunta da FFyL, na matéria *Antropología Biológica* (obrigatória às duas orientações). Apesar de não existir – no momento – uma nomeação formal para o cargo de ‘responsável’ desta área do ME, na prática seria a Lic. Baffi, contando também com a ajuda de numerosos ‘pasantes’ (estagiários).

## quem faz o museu etnográfico

**B**aseando-nos na informação apresentada na página da internet do ME e no *Informe Institucional 2004*, exporemos aqui uma lista completa do pessoal que compõe o atual esquema administrativo. Além desta estrutura de hierarquias, cargos e/ou funções, entendemos que a singularidade do ME surge a partir das pessoas que o integram e lhe dão forma, marcando-o com uma rubrica própria – atravessada, aliás, por peculiares experiências e/ou histórias de vida. Por isso, junto aos dados institucionais (extraídos das fontes citadas, e colocados sob uma tipografia reduzida) serão expostas outras informações acerca de alguns integrantes, cuja participação consideramos ‘chave’ nas manifestações deste museu.

### 1) DIREÇÃO

Diretor: Dr. José Antonio Pérez Gollán.

Secretária Técnico-Administrativa: Lic.Marta Dujovne.

**José Antonio Pérez Gollán** nasceu na província de Córdoba (República Argentina), formando-se em História (1964) na Universidade Nacional dessa província. Na mesma disciplina obteve o título de doutor em 1977, embora através de um tema arqueológico.<sup>27</sup> Apesar de ser historiador de formação, é prestigiosamente reconhecido como arqueólogo.<sup>28</sup> Sua relação com ‘Rex’ González

27. “Investigaciones arqueológicas en el yacimiento arqueológico de Ciénaga Grande, Quebrada de Humahuaca” - Tese de Doutorado, Universidade Nacional de Córdoba.

28. “Eu me formei como historiador (...) mas li e trabalhei em arqueologia.(...) Sou um autodidata...” (Ent.14/02/05).

(que fora seu professor durante o primeiro ano da carreira, considerando-se até hoje como ‘aluno’ dele) foi nodal para o destino de seus interesses pela arqueologia.

Após a graduação, ingressou como investigador ao CONICET trabalhando junto com González em Córdoba e depois no Museu de La Plata, desde 1965 até 1977. Durante esse período, colaborou com ele na organização de algumas exposições e, em 1975, foi convidado pelo *Instituto Nacional de Antropología* do México (INA) para a publicação de um livro que mais tarde daria impulso à corrente chamada ‘arqueologia social’.<sup>29</sup>

Estabelecido novamente na Argentina e depois de receber uma ameaça em 1976, através de um convênio com o INA consegue sair do país, e durante os cinco anos seguintes trabalhará no Departamento de Pré-História desse Instituto. Em 1982, ganha por concurso um cargo de professor em Etnohistória dentro da *Escuela Nacional de Antropología*, dependente do INA. Pouco tempo depois e sob sua iniciativa, abrem-se aí tanto a *Licenciatura* quanto a *Maestría en Etnohistoria*, sendo nomeado diretor da primeira. Em 1983 assumiu como secretário de investigação dessa escola e junto ao diretor desta, Manuel Gándara, trabalham para ‘museus comunitários’ em Oaxaca.<sup>30</sup> Já instalada a democracia, por causa do oferecimento de um cargo, em 1986, dentro do *Instituto Nacional de Antropología* (de Buenos Aires), retornaria ao país no começo de 1987.

**Marta Dujovne** formou-se como *Licenciada en Letras* pela UBA em 1964.<sup>31</sup> Enquanto cursava a carreira, em 1960 foi convocada junto a outros estudantes para realizar visitas guiadas no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Durante aquele período, essa instituição estava incorporando pessoal. O interesse por este tipo de trabalho levou Marta a aproveitar essa oportunidade,

29. “Era um grupo de pessoas de distintos países latino-americanos... (...) Tinha um clima assim... muito de esquerda, muito marxista, e fizemos uma publicação que teve muita repercussão... (...) ...sobre tudo, tinha a ver com o pensamento de Gordon Childe... (...) Era um momento de mudança, momentos - politicamente - de muita efervescência...” (Ent.14/02/05). O livro que ele refere é LORENZO, J.L.; PÉREZ ELÍAS, A.; GARCÍA BÁRCENA, J. (coord.). *Hacia una arqueología social*. Reunión de Teotihuacán (Octubre 1975). México D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1976.

30. “Aprendi muito com Manuel... (...) ..o roteiro, não era a gente que fazia, fazia-o a comunidade: nós colocávamos a parte técnica, de alguma maneira... (...) ...as pessoas faziam o roteiro, e nos diziam: ‘bom, nós queremos mostrar isto...’ e isto passava depois aos museólogos... (...) Nós fazíamos de interlocutores com a comunidade... (...) ...estávamos aprendendo, e desfrutávamos trabalhando, pensando, pensando... E foi aí que comecei a me interessar pelos museus...” (Ent.14/02/2005).

31. “...embora sempre me interessou a História... Retrospectivamente, eu deveria ter estudado História...” (Marta Dujovne, Ent.16/02/05).

permanecendo no MNBA por um total de dez anos. Paralelamente, em 1966 tinha sido nomeada docente na FFyL.<sup>32</sup>

Dujovne reconhece ‘dois tipos de relação’ mantidas com os museus ao longo da sua vida: a primeira como ‘usuária’ (assumindo-se como uma ávida visitante desde criança); a segunda, por ‘inventar uma maneira de trabalhar neles’. Não existia, naquele momento, nenhum tipo de estudo que abordasse as relações com o público dentro dos museus; por isso, seu trabalho ia se orientar à análise e preparação de visitas guiadas, elaborando projetos não somente para o MNBA, mas também para vários outros centros de exposições. Em 1979, morando no México, trabalha em projetos de ‘visitas’ que compreendiam, além de museus, feiras, mercados, murais urbanos e festas populares. Mais tarde, junto com Néstor García Canclini – e como resultado de uma pesquisa de quatro anos de entrevistas – editam com uma equipe de trabalho *El público como propuesta*.<sup>33</sup> Com o retorno da democracia, Dujovne regressa a Buenos Aires e é convocada pela *Secretaría de Ciencia y Técnica* (SECyT) para a elaboração de projetos, desta vez relacionados com os museus de ciências. Permaneceu nessa secretaria até 1987, quando Pérez Gollán lhe pediu para formar parte do ME.<sup>34</sup>

## 2) ÁREA DE EXTENSÃO EDUCATIVA (AEE)

Coordenadora da AEE: Lic.Silvia Calvo (Ciências da Educação).

Responsável do ‘Programa para Público Escolar y Estudiantil’(PPE): Lic.Silvia Calvo

Responsável do ‘Programa para Público General’(PPG): Lic.Alicia Kurc (arqueóloga).

Guias e referencistas de sala para Público Escolar: Verónica Stáffora (antropóloga social); Karen Borrazo (arqueóloga) e Jorge Cladera (antropólogo social).

32. Na cátedra ‘Literatura española en el Siglo de Oro Español’.

33. GARCÍA CANCLINI, N. et al. (1987). *El público como propuesta*: cuatro estudios sociológicos en museos de arte. México: INBA, 1987. A equipe estava integrada por E. Cimet, M.Dujovne, J.Gulco, C.Mendoza, F.Reyes Palma, G.Soltero. Estando no México, Dujovne também publica uma série de fascículos para crianças, *La vida en la Colonia*. Neles, a história era narrada a partir de documentos visuais do século XVI até o XIX: “Trabalhar com documentos originais e usá-los para difusão massiva é o que mais me diverte, e isso tem a ver com os museus...” (Ent.16/02/05).

34. Apesar de fazer parte do grupo de intelectuais exilados no México (conhecido no jargão como ‘los argenmex’), Pérez Gollán e Dujovne não tiveram contato neste país. Teriam se conhecido por acaso em 1970, em uma exposição realizada no MNBA, na qual trabalhava ‘Rex’ González, e na qual tinha sido pedido a Pérez Gollán que revisasse o catálogo. Dujovne é quem lembra melhor deste episódio, que não teve nenhuma continuidade. Reencontraram-se em 1987, por iniciativa da antropóloga social Rosana Guber. Segundo Pérez Gollán “...ela [Marta Dujovne] tinha muita experiência em museus... (...) ...e eu tinha bem claro que queria fazer um museu de arqueologia, não outra coisa...”. Por sua parte, Dujovne lembra que: “...com Pepe [Pérez Gollán] conversamos longamente... (...) ...e percebemos que pensávamos coisas parecidas dos museus.” (Ent., 14 e 16/02/05, respectivamente).

Guias e referencistas de sala para Público General: Nidia Buttori (antropóloga social); Marina Marchegiani (arqueóloga); Alejandra Reynoso (arqueóloga); Mercedes Pico (antropóloga social) e Dina Fisman (Lic. em Ciências da Educação).<sup>35</sup>

**Silvia Calvo** formou-se em *Ciencias de la Educación* pela UBA em 1982. Em 1987 – enquanto era docente na FFyL<sup>36</sup> – foi incorporada ao ‘staff’ do ME a pedido do Dr. Pérez Gollán. A AEE tinha sido criada naquele mesmo ano pela Lic. Graciela Batallán (cuja área de pesquisa era antropologia da educação)<sup>37</sup> e foi continuada por Calvo, a partir de 1992. Esta possuía uma ampla experiência de trabalho não somente em educação formal, mas, principalmente, nas áreas de lazer e tempo livre.<sup>38</sup> Segundo Calvo, existe uma diferença substancial entre ‘pessoas assinaladas’ para realizar visitas guiadas, e ‘a existência de uma área’ que se encarregue da produção das mesmas. Aliás, sublinha enfaticamente que a questão educativa não compete somente às escolas: “...nunca perdi de vista... (...) ...que ‘o educativo’ no museu não se limita a ‘o escolar’.”<sup>39</sup>

Na AEE se desenvolvem ‘*el diseño y la implementación de programas que ayudan a la interpretación de las colecciones y exhibiciones del museo, y facilitan su apropiación por parte del público*’.<sup>40</sup> Dividido nos dois programas assinalados (PPE e PPG), esta equipe interdisciplinar elabora os roteiros das visitas guiadas e produz os materiais e recursos didáticos a serem utilizados naquelas. Também organiza palestras, oficinas, cursos de capacitação docente, atividades para famílias e para crianças, ciclos de cine e eventos especiais. O PPG organiza

35. Para tarefas administrativas e controle das salas foram incorporadas, em 2004, Gabriela Cabral e Yanina Soba, que não pertencem ao âmbito da FFyL. Exceto estas, o resto das pessoas citadas estão prontas a serem formadas, ou acabaram de fazê-lo. Para o segundo período do TC, Karen Borrazo e Marina Marchegiani tinham ingressado como pesquisadores com bolsa ao CONICET, e Jorge Cladera a uma equipe de pesquisa. No lugar destas pessoas, ingressaram Geraldina Fernández Tuñón e Julia Piñeyro (estudantes avançadas de Antropologia Social), Yamila Albuixéch (de Artes) e Anabelle Castaño (de Arqueologia). As autoridades do ME e da AEE destacavam, com ampla satisfação, o fato de seus guias serem selecionados como bolsistas do CONICET, confirmando-se então o quanto haviam sido ‘bem-escolhidas’, previamente, estas pessoas pelo museu.

36. Nas cátedras *Psicología General* e *Psicología Genética*, desde 1985.

37. Segundo nos informou o Dr. Pérez Gollán, a Lic. Graciela Batallán abandonou seu cargo por motivos pessoais que levaram-na a morar no Chile. (Ent.14/02/05). Referindo-se à passagem desta pelo ME, Silvia Calvo lembrava que “...dentro do breve dela, escreve uns ensaios... (...) ... faz uma analogia entre ‘as crianças selvagens’ e ‘os índios selvagens’... ‘São índios’ era uma expressão muito forte dentro das escolas para se referir aos meninos...” (Ent.09/02/05). O trabalho mencionado por Calvo é: Batallán, G. (1991) “Museos, patrimonio y educación: Reflexiones en el Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti” em: LAMOUNIER, I. *Museo y Sociedad*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, p.73-81.

38. “Há muita experiência acumulada no sistema educativo formal, mas não em tudo aquilo que é lazer e tempo livre... Eu tenho muita experiência concreta, e me chamaram por isso... (...) Essa foi a exceção de Pepe [Pérez Gollán]: que convocou pessoas que não eram de Antropologia. (...) Isso faz uma diferença forte.” (Silvia Calvo, Ent.09/02/05).

39. Ent.09/02/05.

40. *Informe Institucional 2000/2001*.



visitas guiadas e atividades em todos os finais de semana. Por sua vez, o PPE oferece *quatro visitas por dia* – de quarta a sexta-feira – para escolas e outras instituições.<sup>41</sup> (Devido ao papel fundamental das visitas guiadas para nosso trabalho, o funcionamento e as dinâmicas da AEE serão abordadas junto às análises daquelas, no capítulo seguinte).

### 3) ÁREA DE MUSEOGRAFIA

Desenhista: Patricio López Méndez.<sup>42</sup>

### 4) ÁREA DE CONSERVAÇÃO

Responsável: Fernando Veneroso.<sup>43</sup>

Assistente: Verónica Jeria (museóloga).

### 5) ÁREA DE ETNOGRAFIA

Responsável: Lic. Andrea Pegoraro.<sup>44</sup>

### 6) ÁREA DE ARQUEOLOGIA

Responsável do depósito: Gabriela Ammirati (arqueóloga).

Documentação: Javier Nastri (arqueólogo)<sup>45</sup> e Lucas Pereyra Domingorena (arqueólogo).

41. Escassas frente à enorme demanda das escolas, muitas vezes se agregam outras quatro visitas nas terças-feiras. O tema da quantidade de público constitui um problema para ambos os programas, mas, enquanto o PPE não consegue satisfazer à quantidade potencial de visitantes escolares (não sendo necessário nenhum tipo de divulgação, já que funciona eficientemente o 'boca-a-boca'), o PPG, pelo contrário, conta com poucos assistentes e com recursos insuficientes para convocá-los. Aliás, pelo fato de não possuir uma folheteria de qualidade, os pequenos programas que são distribuídos no ME não são aceitos pelos hotéis de turismo de Buenos Aires. Quanto à possibilidade de utilizar o dinheiro das entradas, Alicia Kurc nos explicava: “...*you tem que pensar que, às vezes, o papel higiênico sai daí... as lâmpadas, o detergente...*”. Por isso, trabalha-se com a possibilidade de avisos gratuitos nos jornais (*'gacetillas'*) e uma mala-direta própria de, aproximadamente, 5.000 endereços eletrônicos (Alicia Kurc, Ent.22/02/05).

42. Patricio López Méndez formou-se em história pela UBA, e também é decorador. Foi incorporado ao ME pouco tempo depois da assunção do Dr. Pérez Gollán. Sob a direção deste, está terminando o doutorado em história na mesma universidade. Segundo Pérez Gollán, “*Eu me dava muito bem com ele. Eu lhe dizia: 'quero algo que impacte: pintemos de vermelho' e o Patricio nunca diz 'não' a coisas tão loucas e tão... cenográficas. A idéia era gerar sensações, mais que nada... Contar uma história, mas com sensações: o sinistro, o mistério...*” (Ent.14/02/05).

43. Fernando Veneroso é Conservador. Devido a uma ampla experiência prévia, foi convocado ao ME por Marta Dujovne em 1994; a partir daí, recebeu três bolsas da *Fundación Antorchas* para assistir diferentes seminários de Conservação. Dada a sua capacitação permanente em problemáticas museológicas, é consultado com frequência pelo pessoal de outros museus (Ent.02/02/05). Sua área conta, ocasionalmente, com a ajuda de estudantes da carreira. Nela se controlam as condições meio ambientais do prédio, a iluminação e as modalidades de armazenamento e exibição, assim como também são realizadas eventuais tarefas de restauração.

44. Andrea Pegoraro é antropóloga social pela UBA e ocupa o único cargo que existe para este setor. Atualmente está terminando a tese de doutorado em Ciências Antropológicas, acerca da construção das coleções etnográficas do ME, sob a direção do Dr. Pérez Gollán e a Dra. Irina Podgorny (arqueóloga, Universidade Nacional de La Plata).

45. Javier Nastri formou-se em arqueologia na UBA. É chefe de trabalhos práticos da cátedra *Arqueología Argentina* nessa universidade, e pesquisador com bolsa da *Fundación Antorchas* e CONICET, com 'lugar de trabalho' no ME. Aliás, é o encarregado da supervisão do inventário das peças arqueológicas. Atualmente está terminando o doutorado em arqueologia sob direção da Dra. Myriam Tarragó (uma das investigadoras com 'lugar de trabalho' no ME).

(Além do pessoal ‘fixo’ de ambos os depósitos, o ME dispõe da ajuda voluntária de estudantes da carreira de Ciências Antropológicas da UBA, em caráter de ‘pasantes’ (estagiários); ocasionalmente, também têm participado alunos da mesma carreira da Universidade de La Plata e da *Licenciatura en Artes* da FFyL - UBA).

## 7) ÁREA DE TÊXTEIS ARQUEOLÓGICOS

Isabel Iriarte (Lic. em Artes), Silvana Di Lorenzo (arqueóloga) e Silvia Manuale (artista plástica).

## 8) ARQUIVO FOTOGRÁFICO E DOCUMENTAL

Responsável: Vivian Spoliansky (antropóloga social).<sup>46</sup>

Assistentes: Yolanda Velo (etnomusicóloga) e Gonzalo Iparaguirre (estudante avançado de Antropologia Social).

## 9) BIBLIOTECA

Chefe do departamento: Juan Bender.

Atenção ao público: Eduardo Jopia e María Eugenia Cantero.

Processos técnicos: Mónica Ferraro e Silvia Sorucco.

Segundo a página da internet do ME, esta biblioteca possui ‘*buenas colecciones clásicas de antropología, y material actualizado de arqueología americana y arte precolombino*’. Anos atrás, tinha sido considerada a biblioteca de antropologia mais importante da América do Sul, mas a última importante compra de livros – de arqueologia, antropologia social, arte e história – foi realizada entre 1986 e 1987, sob a direção do Dr. Alberto Rex González.<sup>47</sup> A partir desses anos, a permanente falta de orçamento universitário tem limitado consideravelmente a compra, razão pela qual o intercâmbio de revistas e publicações com outras bibliotecas se transformou na principal fonte de ingressos de materiais. Para esse fim, o ME conta indiretamente com a revista “*Runa: Archivo para las Cien-*

46. No momento do TC, Vivian Spoliansky estava fazendo um mestrado em administração da preservação na Universidade de Texas, Austin, EUA, com bolsas da *Comisión Fulbright* e da *Fundación Antorchas*. Consideramos importante mencionar esta pós-graduação como exemplo das bolsas procuradas e obtidas pelo ME com o propósito de capacitar o pessoal. Isto tem acontecido várias vezes, e para diferentes áreas (veja-se *Informe Institucional* 2000/1; 2003; 2004). A esse respeito, o Dr. Pérez Gollán nos dizia que “...temos formado pessoas que antes não tinham a menor idéia das coisas que podiam ser feitas... em tudo o que é ‘conservação a partir da antropología’...” [Cita várias pessoas] “...que continuam fazendo arqueología, entretanto se comprometem e trabalham na conservação, no inventário, na catalogação...” (Ent.14/02/05).

47. Javier Natri, Ent.04/02/05; Mónica Ferraro, Ent.29/08/05.

*cias del Hombre*<sup>48</sup> como instrumento de intercâmbio. Sem ser uma publicação própria, funciona como veículo fundamental para esta troca, e sua continuidade. Não obstante, a irregularidade de sua edição e os altos custos de envio produzem graves demoras na distribuição dessa revista, colocando em perigo o fluxo de intercâmbios – até agora, ‘eficiente’ – com outras bibliotecas.<sup>49</sup>

## 10) ÁREA DE ÁSIA E ÁFRICA

**Coordenadora:** Liliana M. Pineau (historiadora UBA).<sup>50</sup>

**Equipe:** Luciana Contarino Sparta; Sergio Galiana; Silvina Silva Aras; María Eugenia Arduino; Susana Braun; Liliana Crespi (todos eles historiadores); Pedro Brieger (sociólogo), Nicolás Fernández Bravo (antropólogo social) e Raúl González Dagnino (Lic. em Estudos Orientais).

## 11) PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO RADICADOS ATUALMENTE NO ME, FINANCIADOS PELA “AGÊNCIA” (AGENCIA NACIONAL DE PROMOCIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA) E O CONICET (CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS).

Os projetos são 15 no total e têm seu ‘lugar de trabalho’ no ME.<sup>51</sup> Entretanto, não existe uma correspondência numérica entre eles e os pequenos

48. Lembremos que esta revista foi fundada em 1948 e constituía o órgão de difusão do *Instituto de Antropología* da FFyL da UBA (e que, na época, o ME dele dependia). Lembremos, também, que ambas as instituições estavam sob a direção de Imbelloni (veja-se Lafón, 1958:472; Perazzi, 2003:61). Atualmente, a publicação da *Runa* encontra-se sob responsabilidade do *Instituto de Ciencias Antropológicas* (ICA). O envio da revista é organizado pela Biblioteca Central, e tudo o quanto é trocado por ela é administrado por essa biblioteca, enviando-se daí várias publicações ao ME – embora com atrasos consideráveis. As doações, pelo contrário, são recebidas autonomamente (Mónica Ferraro, Ent.29/08/05).

49. Durante a década de 90, o serviço de correios foi privatizado e os preços de envio se fixaram a nível internacional. Segundo nos informaram, o conseqüente encarecimento teria contribuído para reduzir, de maneira considerável, o fluxo de trocas. Aparentemente, ‘o apoio de uma tradição’ mantida pelo ME durante décadas seria o motivo que permitiria que, ainda assim, muitas bibliotecas continuem enviando-lhe suas publicações, apesar de não estarem recebendo regularmente nenhuma por parte do ME (Javier Nastri, Ent.04/02/05).

50. Atualmente, Liliana Pineau é professora adjunta da FFyL nas matérias *Historia de la Colonización y Descolonización* e *Historia de Asia y África Contemporáneas*. A partir desta área foi projetada e concretizada a mostra “As fronteiras da África”.

51. 1) *El período de integración en el NOA. Investigaciones arqueológicas en el este de Catamarca y norte de La Rioja*, sob a direção do Dr. José Antonio Pérez Gollán; 2) *Procesos de dominación y resistencia en el valle de Yocavil. Siglos XV a XVII*, Dra. Myriam Tarragó; 3) *Proyecto arqueológico Yocavil. Procesos de cambio en las sociedades pre-estatales*, Dra. Myriam Tarragó; 4) *Investigaciones arqueológicas en un ambiente de desierto: el área central de la provincia de La Pampa*, Lic. Mónica Berón; 5) *Producción y reproducción aldeana al sur de los Valles Calchaquíes*, Lic. María Cristina Scattolin; 6) *Producción y reproducción aldeana al oeste del Aconquija*, Lic. María Cristina Scattolin; 7) *Estudio bioarqueológico de una estructura funeraria en la Pampa Seca. Estilo de vida de un grupo cazador-recolector*, Lic. Inés Baffi; 8) *Dinámica poblacional y estrategias tecnológicas y de subsistencia de poblaciones prehispánicas en un ambiente desértico, provincia de La Pampa, República Argentina*, Lic. Mónica Berón; 9) *Procesos sociales y producción simbólica en el NOA durante el Período de Integración Regional (500-900 d.C.)*. Análisis semiótico de la iconografía, Lic. Ana María Llamazares; 10) *Investigación arqueológica analítica de una pieza única de la cultura de La Aguada*, Dr. Alberto Rex González; 11) *Desarrollos regionales en el NOA prehispánico: el valle de Yocavil*, Dra. Myriam Tarragó; 12) *Arqueología en el Valle de Yocavil. Las sociedades originarias y sus transformaciones históricas*, Dra. Myriam Tarragó; 13) *Estudio de la variabilidad de enterratorios de momentos tardíos en Pampa Patagonia: aspectos arqueológicos bioantropológicos*, Lic. Rafael Goñi; 14) *Política y políticas en el África contemporánea*, Lic. Marisa Pineau; 15) *Análisis de contextos funerarios del Período de Integración en el Valle de Hualfín, Catamarca*, Lic. Marta Baldini.

*gabinetes* mencionados na parte anterior do capítulo. Segundo nos explicaram, para uma apresentação do projeto perante o organismo financiador, deve-se contar, previamente, com a aprovação de um ‘lugar de trabalho’ no qual seja possível desenvolver o dito projeto, o qual é, aliás, avaliado pelo diretor da unidade acadêmica na qual se pretende trabalhar. Neste caso, é o Dr. Pérez Gollán que concede essa autorização, não implicando necessariamente em um lugar físico e sim na constatação de que o projeto, por estar de alguma maneira relacionado às temáticas do museu, pode nele se desenvolver.<sup>52</sup>

## **12) SOCIEDADE ARGENTINA DE ANTROPOLOGIA**

Presidenta: Mercedes Podestá (arqueóloga).

Membros: Dra.Lidia Nacuzzi (arqueóloga e etnohistoriadora), Lic. Javier Nastri (arqueólogo), Lic.Ingrid De Jong (etnohistoriadora), Lic. Norma Ratto, Lic. Magdalena Frere, Lic. María Isabel González, Lic.Lina Horovitz e Lic.Nora Flegenheimer (arqueólogas).

O ‘staff’ permanente que compõe as áreas e os cargos mencionados entre os itens **2)** e **8)** encontra-se quase todos os dias no âmbito do ME, e responde diretamente à direção do Dr. Pérez Gollán. Quanto àqueles que fazem parte dos projetos de investigação, alguns deles são individuais e geralmente encontramos, no museu, os seus diretores. Naqueles formados por uma equipe, a presença dos integrantes é variável (aliás, mesmo trabalhando dentro do museu, são autônomos em relação ao mesmo, respondendo somente à correspondente agência de financiamento). Um terceiro grupo seria composto pelo pessoal administrativo, de manutenção, serviços gerais<sup>53</sup> e da Biblioteca, os quais respondem diretamente à FFyL.

Até aqui, apresentamos a estrutura organizativa e as pessoas que a compõem. Acreditamos ser necessário expor, em seguida, as dinâmicas entre eles, para, assim, delinarmos algumas das características da gestão atual.

52. “Como muitos dos programas e dos projetos têm a ver com as coleções, e com aquilo que finalmente está apoiando às exposições... (...) ...o aval acadêmico tem que ser coincidente... (...) O que eu quero dizer é que, no museu, em geral, quando é aprovado um projeto, é porque está associado à análise de coleções... então o museu tem que fornecer o espaço físico, ou os materiais... (...) ...eles aceitam os projetos que podem, efetivamente, ter sede nessa infraestrutura...” (Lic. Cecilia Hidalgo, Secretária de Investigação da FFyL, UBA, Ent.10/02/05). Referindo ao uso dos gabinetes por parte dos arqueólogos, Javier Nastri nos explicava que isto é assim “...porque o museu tem coleções dos lugares e das temáticas que trabalham as equipes de investigação...” (Ent.04/02/05).

53. Completam o quadro: **13) Administração**: Walter Rivadeneyra, Ariel Saucedo, Estela González; **14) Manutenção**: Carlos Calívar, Osvaldo Fraquelli; **15) Serviços Gerais**: Intendente: Juan Luciani. Equipe: Bernardo Cáceres, Rubén Santillo, Benigno Saucedo, Jorge Castro, Lisandro González, Marcelo Rivadeneyra, José Soraire, Juan Sosa.

uma gestão de 18 anos, em um museu que fez 100

Conforme a periodização que estabelecemos no Capítulo I para desenvolver a história do ME, tínhamos vinculado a gestão atual à mostra De la Puna al Chaco. Em seguida, tentaremos expor as características e/ou motivos que teriam nos permitido estabelecer essa associação.

Para aqueles que têm pertencido e/ou pertencem ao ME, a chegada do Dr. Pérez Gollán instala-se como uma ‘dobradiça’, ‘um antes e um depois’ na vida desta instituição. Pouco tempo depois de voltar do México (janeiro 1987), já reincorporado ao CONICET e, enquanto aguardava uma nomeação no *Instituto Nacional de Antropología*, recebe a proposta de assumir a direção do ME, através do Secretário Acadêmico da FFyL (sob o decanato do Dr. Norberto Rodríguez Bustamante).

Concretizando-se a assunção ao cargo oferecido em agosto de 1987, apresenta seu projeto para o ME à FFyL (Pérez Gollán; 1987). A total aprovação deste autorizou-o para três nomeações de dedicação exclusiva: Marta Dujovne, Silvia Calvo e Graciela Batallán.

O estado do ME era, segundo vários informantes, ‘deplorável’: instalações elétricas deficientes e por fora das paredes, pisos que desabavam, tetos que caíam, falta de água no interior do prédio (por exemplo, chegava da rua uma mangueira para abastecer de água os banheiros), dentre outros problemas de infra-estrutura, somados, aliás, à ausência de noções mínimas de conservação por parte do pessoal daquela época (nos depósitos se cozinhava, comia e

fumava). Ao mesmo tempo, tudo isto era acompanhado pela ausência de um inventário e pelo desconhecimento do acervo.<sup>54</sup>

Diante dessa situação, o Dr. Pérez Gollán negocia na FFyL uma partida de dinheiro para investir na infra-estrutura (tetos do térreo, tanque de água e banheiros), mais a compra de um computador para o inventário. Em 1993 obtém um subsídio da *Fundación Antorchas* (“Concurso de Ayuda a Museos”) para concluir uma primeira etapa nas reformas do ME: reinstalou-se a eletricidade e o gás, trocaram-se os pisos, consertaram-se os tetos do primeiro andar e pintaram-se as paredes; “...a partir daí começamos a caminhar”.<sup>55</sup> Em abril de 1996, através de um novo subsídio (da *Fundación Antorchas*), especialistas da Smithsonian Institution ministraram um curso de 18 meses, intitulado “*Diseño, exhibición y conservación de colecciones arqueológicas y etnográficas*”, oferecido por Jim Volkert e Carolyn Rose.<sup>56</sup> Assistiram-no, aproximadamente, 20 bolsistas de diferentes partes do país, dentre eles o pessoal do ME.<sup>57</sup> Durante esse período e através de verbas obtidas à FFyL, o museu reabre suas portas em julho de 1996 com as exposições En el confín del mundo e Entre el exotismo y el progreso.<sup>58</sup> Como ponto culminante e produto do seminário da Smithsonian, inaugurou-se em novembro de 1997 a mostra temporária Los señores del jaguar.<sup>59</sup> Segundo alguns dos informantes, esta teria marcado um ‘ponto de inflexão’ na museologia argentina. Levando em consideração a instabilidade política e institucional das décadas anteriores, os museus do país tinham ficado à margem dos processos de renovação que estavam acontecendo em diferentes lugares do mundo e, pelo fato de ser sede das novidades museológicas, o ME se transformou rapidamente em ‘ponto de referência’ ou ‘modelo’ para outros museus que começaram a imitá-lo.<sup>60</sup>

54. Sobre todas as deficiências mencionadas, veja-se Pérez Gollán e Dujovne, 1995.

55. Dr. Pérez Gollán, Ent.14/02/05. “Este arreglo nos permitió tener un lugar adecuado de exhibición, y por lo tanto fue un salto cualitativo en la imagen del Museo.” (Marta Dujovne, correio pessoal).

56. Jim Volkert é vice-diretor do Museu dos Indígenas Americanos e Carolyn Rose, vice-diretora do Departamento de Arqueologia do Museu de História Natural, ambos em Washington, EUA.

57. Assistiram a este seminário o Dr. Pérez Gollán, Marta Dujovne, Silvia Calvo, Patricio López Méndez, Andrea Pegoraro e Fernando Veneroso.

58. Veja-se “El Museo Etnográfico, ahora abierto a todos”- *Clarín*, 13/07/1996 (Seção ‘Cultura’, p.5).

59. “En ‘Los señores del jaguar’... (...) se ha tomado como base una investigación arqueológica en curso que tiene sede institucional en el Museo Etnográfico. (...) Centrada en el momento en que en el Valle de Ambato, Catamarca, las diferencias sociales se vuelven hereditarias, analiza la problemática del poder... (...) Diseño y montaje están pensados para plantear un núcleo temático de carácter histórico-social y, de manera explícita, se apartan del habitual discurso museográfico de la arqueología: rompen con las categorías culturalistas de cronología y tipología, se abren a nuevas imágenes del tiempo y del espacio, buscan crear sensaciones a través del sonido, el color y la luz.” (Pérez Gollán y Dujovne, 2001:205).

60. Lembremos o comentário do conservador Fernando Veneroso, a respeito da quantidade de consultas que recebia (e ainda recebe)

Durante 1997/98, o ME esteve entre os quatro ganhadores de um concurso de inovação em museus organizado pela *Fundación YPF*. Com ele, pôde-se montar *De la Puna al Chaco* (concurso ganho através da apresentação do projeto desta mesma mostra). Em 2000, a *Fundación Andrew Mellon* financiou a compra de mobiliário e materiais necessários para o Arquivo Fotográfico e Documental. Em 2004, outros subsídios obtidos através da *Fundación Antorchas* e do *Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires* forneceram o dinheiro das reformas atuais do Depósito de Etnografia. Tanto a FFyL quanto a Secretaria de Extensão Universitária da UBA tinham fornecido verbas ao ME em diferentes oportunidades, mas o Dr. Pérez Gollán assegura que, somente com esse dinheiro, não teriam conseguido realizar nem a metade destes empreendimentos. O financiamento da FFyL proporciona o dinheiro para pagar os salários e para os gastos de infra-estrutura: sendo insuficiente, a procura de verbas transformase, então, em uma negociação imprescindível no momento de levar adiante um projeto.<sup>61</sup>

O estado impecável que caracteriza o ME transforma-o na ‘cara bonita’ da FFyL, solicitado muitas vezes pelas autoridades desta última para encontros com o pessoal da Faculdade, ou para realizar reuniões e/ou eventos. A secretária de investigação da FFyL, Lic. Cecilia Hidalgo, referiu-se à ‘*sorpresa*’ que o ME provocava em alguns dos funcionários que, trabalhando lá há 20 anos, não somente ‘*no sabem*’ que o ME faz parte da FFyL, mas também se surpreendem de que seja ‘*algo tão lindo*’.<sup>62</sup> Por ser integrante da “*Red de Museos Universitarios*” da UBA, durante nosso TC visitamos e/ou procuramos informações sobre alguns deles, deparando-nos com diferentes tratamentos expositivos que não possuem a qualidade do ME.<sup>63</sup>

---

por parte do pessoal de outros museus, inclusive até do MNBA.

61. “Minha direção, eu encaro a minha direção (...) como uma tarefa acadêmica, eminentemente acadêmica. Não é uma administração, não é um ‘hobbie’: é parte da minha vida acadêmica. (...) Eu acho que é essa a diferença com os outros museus... (...) Me vinculei a Antorchas não somente pelo museu, mas também através da minha vida acadêmica... Eu fui júri de Antorchas, na área de Humanidades...” (Dr. Pérez Gollán, Ent.14/02/05).

62. Para tornar compreensíveis estas apreciações, devemos comentar que tanto a própria Faculdade quanto a sede do ICA encontram-se em um estado referido como ‘lamentável’, ‘sujo’, ‘decadente’, entre outros atributos parecidos. O ME ‘não combina’ com a imagem que se tem das instalações da UBA.

63. Acerca desta rede, veja-se o dossiê ‘Museos Universitarios’ em UBA: *encrucijadas* (Nº 26, Junho 2004). Chamamos a atenção que, enquanto quase todas as notas jornalísticas foram realizadas pelos responsáveis do dossiê, aquela que corresponde ao ME é uma entrevista ao diretor, sendo a única (p.38-40).

Quanto a esses tratamentos, queremos fazer aqui algumas observações gerais. Poderíamos dizer que a organização atual do ME estaria refletindo, espacialmente, a presença e os lugares atribuídos a cada uma das funções que as autoridades assumem como intrínsecas ao seu papel de museu universitário: *conservação, investigação, docência, exibição e difusão*.<sup>64</sup> Ao mesmo tempo, é importante destacar que a *exibição* não é compreendida como algo em si mesmo, mas interpretada como indissolivelmente articulada à *investigação* e à *docência*.<sup>65</sup>

Quanto à elaboração das mostras, são organizadas integralmente por equipes interdisciplinares nas quais intervêm o curador da exibição, membros dos Depósitos, das áreas de Conservação e de Extensão Educativa, e especialistas externos ao ME. Se tomarmos como exemplo a mostra *De la Puna al Chaco*, sua realização levou quatro anos de trabalho. Começou com a elaboração de um *roteiro conceptual* escrito pelo Dr. Pérez Gollán, no qual estavam definidos os *núcleos temáticos*. A partir desta primeira estrutura, começaram a se desenvolver as tarefas de investigação interdisciplinares, durante um período de três anos, elaborando-se um registro das reuniões em um '*Cuaderno de Bitácora*' (CB).<sup>66</sup> Uma primeira seleção de objetos foi modificada em função do espaço e dos recursos. Depois disso, transformaram-se alguns conteúdos até chegar ao resultado final.<sup>67</sup>

Ao descrevermos as mostras, temos enfatizado a cor com que são pintadas. O efeito estético – produzido pelas fortes e intensas cores da ambientação das salas – possui um forte atrativo, manifestado recorrentemente pelos visitan-

64. Marta Dujovne (Ent., Junho 2003). Conforme as linhas traçadas pelo ICOM (*International Council of Museums*), em 1998, as características destes são: oferecer um acesso às competências e saberes universitários; apoiar-se em uma tradição de investigação e publicações; seguir de perto a evolução das disciplinas acadêmicas, dando-as a conhecer a comunidades diversas através da exibição; outorgar um papel essencial às coleções para o ensino de disciplinas específicas e favorecer à compreensão da importante função que desempenham os museus na conservação do patrimônio (a respeito, veja-se dossiê "Museos Universitarios" em: *Museum International*, Paris, UNESCO, n. 206, v.52, n. 2, 2000).

65. Em uma entrevista realizada com o Dr. Pérez Gollán, perguntaram-lhe qual a diferença entre um 'museu universitário' e outros tipos de museus, respondendo ele que: "*Primero, se hace docencia. Este Museo sirve para la docencia, tanto de los niños de la escuela como a la universitaria. (...) La otra es la investigación que se hace en el Museo. Esta característica de los museos universitarios debería ser de todos los museos. No concibo que exista un museo que no tenga investigación, porque los museos sin investigación son museos cristalizados, parados en el tiempo. Se transforman en panteones de la identidad nacional, del pasado glorioso, pero la verdad es que enseñar, enseñan poco.*" (UBA: *encrucijadas*, n. 26, jun 2004, p.39; grifo nosso).

66. No CB está justificado o porquê desta dinâmica particular: "*Esta forma de trabajo interdisciplinario genera discusiones en las que cada uno de los integrantes vuelca una perspectiva diferente sobre un mismo tema u objeto, generando a su vez un aprendizaje conjunto de diferentes formas de conocer y resolver problemas*" - CB, 15/07/1998.

67. Para o diretor, a partir da mostra terminada "...tenho uma imagem diferente do que é o Noroeste... uma compreensão mais profunda da forma específica -andina- de ver a paisagem: eu nunca tinha pensado-a assim." (Dr.Pérez Gollán, Ent. Junho 2003). Referindo-se a esta 'revisão', Marta Dujovne nos explicava como, a mostra "... é como uma escrita, que te faz pensar e re-elaborar... mas a um nível de linguagem de divulgação." (Ent.11/03/05).



tes e procurado intencionalmente pelo ME.<sup>68</sup> Segundo seu museógrafo, esta dimensão estética é um ingrediente de fundamental importância: todo museu ‘vende cultura’, devendo-se, por isso, aplicar uma atenção especial ao ‘*packaging que você usa para apresentá-la*’.<sup>69</sup> Poderia se supor que um critério tal como o estético dependesse em grande parte do museógrafo, mas, inclusive, até este aspecto é considerado através de uma tarefa em conjunto.<sup>70</sup>

O clima de trabalho que encontramos no ME é bastante particular. Em teoria, cada um dos integrantes possui uma função específica, mas na prática se dá uma participação muito forte das diferentes áreas de trabalho entre si. ‘*Aqui todos fazemos de tudo*’ foi uma frase recorrentemente citada durante o TC. Ao mesmo tempo, várias vezes se fez referência à equipe de pessoas, na totalidade, como uma ‘*corporação*’, reforçada quase sempre pelo uso de um nós inclusivo.<sup>71</sup>

Aqueles que conheceram o ME antes da chegada de Pérez Gollán referem-se àquelas épocas como um ‘caos’. Por outro lado, as críticas e/ou falhas assinaladas atualmente à direção do ME pelos informantes foram acompanhadas simultaneamente de uma ênfase em tudo o quanto tinha sido feito.<sup>72</sup>

A dependência geral da FFyL colocaria todo o pessoal do ME sob uma mesma política institucional. Entretanto, as diferenças entre aqueles que respondem à primeira ou ao segundo implicam em uma série de obstáculos com os quais lidar cotidianamente.<sup>73</sup> A capacidade para executar nomeações (responsabi-

68. “...a cor nos dá identidade. As pessoas que vêm ao museu nos falam da cor que usamos...” (Dr. Pérez Gollán - CB, 07/08/1998).

69. Patricio López Méndez, Ent.07/03/05.

70. Assim, por exemplo, em *De la Puna al Chaco* a eleição do amarelo milho das vitrines responde à discussões nas quais levou-se em consideração a importância que o milho tinha para aquelas sociedades do NOA, como também o lugar que ocupava o sol em seus cultos. Por sua vez, o roxo era a cor que, supostamente, denotava maior prestígio social.

71. Outra das atitudes frequentemente manifestadas pelos atores foi de um envolvimento afetivo, não somente com o trabalho que desempenham no museu, mas também pelas autoridades (‘*Marta e Pepe*’), que reconhecem e respeitam de maneira carinhosa (poucos chamam de ‘Doutor’ a Pérez Gollán, e é, para quase todos, ‘*Pepe*’).

72. Para citar somente um exemplo, durante 2004 – e depois de dois anos de negociações diplomático-burocráticas – o ME devolveu ao governo da Nova Zelândia, de *motus propio*, uma cabeça maori tatuada (integrante do acervo quase desde o início desta instituição). Esta iniciativa do diretor contava com um grato reconhecimento por parte do pessoal, mas ao mesmo tempo atualizou a discussão museológica de pertenças ‘indevidas’ por um lado, e ‘obrigatórias’ devoluções, por outro. Enquanto alguns assinalavam que ‘*ainda temos muito a devolver*’, não deixavam de destacar que ‘*somos o primeiro museu que devolve algo por própria iniciativa, sem que ninguém tinha pedido nada*’. Segundo o Dr. Pérez Gollán, “...nos pareció que era un gesto de reparación de esta visión tan colonialista. Creemos que son antepasados de un pueblo que sigue vivo, sigue activo y tiene derecho a tener esos antepasados en un lugar propio.” (UBA: encrucijadas - N° 26, Junho 2004, p.40. A respeito, veja-se [www.museoetnografico.filo.uba.ar](http://www.museoetnografico.filo.uba.ar), Seção ‘Novedades’).

73. Começando pela Biblioteca, as autoridades do ME não podem intervir em seu funcionamento e, contando com inúmeras idéias para ampliar/reformar este espaço, sistematizar de outra maneira o trabalho de seus funcionários, reorganizar o material e habilitar um serviço de consulta informatizado, não podem fazê-lo por causa do vínculo que esta unidade possui com a “*Biblioteca Central*” da FFyL. Em alguns aspectos seu funcionamento é eficiente, mas encontramos outros que ‘desesperam’ as autoridades do ME. Por exemplo, a biblioteca de Salvador Debenedetti (doada há mais de 50 anos, e com mais de 1.000 volumes) ainda não foi catalogada e se encontra – junto a tantos outros livros – cobrindo-se de poeira no primeiro andar da Biblioteca. Outro dos problemas está vinculado

lidade que compete unicamente ao *Consejo Directivo* da FFyL) permitiria, por exemplo, que ante uma eventual ausência do Dr. Pérez Gollán ou no momento da sua aposentadoria, este não pudesse passar a direção do museu a alguma pessoa formada na experiência de um processo que está por fazer 20 anos, arriscando-se então a continuidade de uma particular maneira de trabalho. Se houvéssemos de caracterizá-la, poderíamos lhe atribuir em alguma medida as mesmas palavras-chave que caracterizam os conteúdos transmitidos em De la Puna al Chaco: a dinâmica interdisciplinar entre os membros do ME encontra-se articulada, em primeiro lugar, sobre uma *diversidade* de histórias de vida e experiências pessoais e, em segundo lugar, sobre o *intercâmbio* constante entre suas diferentes disciplinas. Aliás, a gestão atual explicita sua inserção em um processo e em uma continuidade de tradições, assinalando no mesmo as profundidades temporais que contribuem à sua própria explicação. Sendo a mais importante das quatro exposições permanentes, nela têm trabalhado vários arqueólogos e equipes de investigação que retomaram a área de trabalho tradicional do NOA, traçando linhagens – entre ideológicas e/ou territoriais – com os ex-diretores Ambrosetti, Debenedetti, Outes, Aparicio e ‘Rex’ González. Aliás, dos 15 projetos que atualmente têm ‘lugar de trabalho’ no ME, dez deles realizam suas investigações nesta região. Por outro lado, na última vitrina desta exposição – *El oficio del arqueólogo* –, esta gestão tem se preocupado em elaborar um registro visível de suas próprias recuperações e/ou apropriações diferenciais sobre as origens da arqueologia argentina. Por tudo isso, consideramos que, através desta mostra, condensariam-se e fariam-se visíveis os modos de ser e de fazer da direção atual.

---

à relação entre *cargos e funções*: ambos respondem a critérios dispostos pela APUBA (*Asociación Personal de la UBA*, grêmio que agrupa aos ‘não-docentes’) para uma estrutura de ‘centenas de pessoas’, como a *Universidad*. As nomeações aplicadas são inadequadas para o pequeno contexto do ME, e tampouco correspondem às *funções* de um museu universitário, sendo complicado organizar uma forma de trabalho sob essa classificação. Segundo Marta Dujovne, de acordo com esses cargos “...o 90% das pessoas do museu poderia me dizer: ‘eu não faço isto porque não me corresponde’...”. (Ent.11/03/05).

## continuidades: ALGO MAIS do que uma PROLONGAÇÃO no tempo

Quais os aspectos que deveriam ser considerados para prosseguir com a já aludida continuidade? Segundo o Dr. Pérez Gollán, no transcurso de sua gestão, conseguiram-se estabelecer uma série de critérios que permitiram a *‘mudança radical’* do ME. Referindo-se em primeiro lugar à *‘capacitação em conservação’*, expressava que “...um ponto que é chave é que temos conseguido aferrar nas pessoas que estamos trabalhando com **patrimônio**, e que esse patrimônio deve ser respeitado. Antes eram ‘objetos da ciência’: se tinham de ser destruídos, destruíam-se”.

Sublinha com idêntica ênfase a importância de assumir o que significa ser um museu universitário: “O museu está dentro de **um projeto que é mais amplo que uma simples exibição**. Eu entendo que *essa é a diferença*. Nós temos um **trabalho acadêmico e científico dentro do museu, e isso se reflete...**”. Na história do ME desenvolvida por ele e Dujovne (2001-2003), ambos destacam o lugar preponderante que a investigação teve no mesmo: a maioria dos pesquisadores o teriam interpretado como o ‘museu-laboratório’, ou seja, um lugar onde simplesmente funcionavam institutos da FFyL, sem vinculá-lo academicamente com o ‘museu-difusão’. Atualmente, o museu e o ‘conjunto de lugares de trabalho’ propõem-se a ser uma mesma coisa: o *Museu Etnográfico*, onde a exibição se nutre da investigação, e vice-versa.

O Dr. Pérez Gollán explica esta ‘investigação exibida’ a partir de sua particular formação como arqueólogo: “...tinha muito claro que queria fazer um museu

de arqueologia, não outra coisa... (...) ‘Museu’, ‘museu porque sim’, não. E este interesse tem sido, para mim, determinante. Fazer um museu de arqueologia, mas como parte da investigação arqueológica, onde o museu é parte desse trabalho... apresenta o problema entre a coleta de dados, as conclusões, e transferir tudo isso, dá-lo a conhecer...”.

Para ele, uma mostra como *En el confín del mundo* (a ‘mais etnográfica’ das exposições, segundo o pessoal do ME) é “...pensada a partir da arqueologia: ‘o que eu entendo’ por arqueologia... (...) Eu acho que a arqueologia ‘é’ história... Mais do que uma ‘antropologia’, eu concibo à arqueologia como uma ‘antropologia histórica’, muito vinculada com os problemas da história das representações do passado... Não ‘reconstruções’, mas modelos para entender o passado... Perguntam no presente para entender o passado, e vice-versa... (...) A antropologia também faz parte das Ciências Sociais e tem um componente histórico que é fundamental... E não se pode entender esta coisa que fazemos se não há uma perspectiva histórica... (...) Essa mostra de *Tierra del Fuego* é uma mostra com critérios de ‘arqueologia histórica’: a arqueologia é a mesma, só que trabalha com documentos escritos. Essa é a diferença. (...) Minha idéia parte da arqueologia”.<sup>74</sup>

Assinalando a forte tradição arqueológica do ME, Pérez Gollán enfatiza que “...foram eles [os arqueólogos] que têm construído este espaço...”; espaço ao qual reconhece com “...um forte traço histórico. A primeira exposição, *Entre el exotismo y el progreso*, trata de entender como se representava [a idéia de] o primitivo na Argentina. (...) Aquela que está no centro, *[Más allá de la frontera]* que é de La Pampa... não são ‘índios mortos’, aí continuam vivos os *mapuches*, e estão em La Pampa... Se alguém não quer ver isso!!!” Referindo-se à mesma mostra, Dujovne nos explicava que “...**não se trata de tomar o passado ou o presente: o problema**

74. Segundo foi registrado no ‘*Cuaderno de Bitácora*’, o Dr. Pérez Gollán teria se definido como ‘interpretativista-simbólico’ (CB-17/11/1999). Essa corrente concebe a arqueologia como uma ciência social, rejeitando o positivismo e o empirismo. A ciência é interpretada à maneira de Kuhn: a mudança paradigmática é dependente de seu contexto histórico e social. A arqueologia é definida não como uma maneira de obter uma verdade acerca do passado, senão como um modo de gerar interpretações potencialmente úteis para seu entendimento (veja-se DARK, K.R. *Theoretical Archeology*. London: Duck Worth, 1995, cap. I, p.13-34). Explicando-nos que sua perspectiva deve ser entendida dentro da corrente dos chamados ‘pós-processuais’, outras vezes se identificou como ‘arqueólogo social’, explicando-nos que se tratava de ‘uma antropologia social do passado’. Para esta corrente, a cultura material é ‘significativamente constituída’ a partir do momento que é considerada como resultado de ações e pensamentos deliberados dos indivíduos, aproximando-se à análise um enfoque nitidamente histórico, através do qual pode-se centrar nos aspectos ideológicos e simbólicos das sociedades. (A respeito, veja-se RENFREW, T; BAHN, R. *Archeology. Theory, Method & Practice*. London: Thames & Hudson 2000, p.483-487; também Pérez Gollán e Politis, 2004). A respeito da linha teórica dos projetos de investigação que são desenvolvidos no ME, Javier Nastri nos explicava que “...grosso modo, não costumam coexistir linhas antagônicas... (...) Também, as pessoas procuram trabalhar nos lugares com que se identificam, não é?... Se têm uma linha... poderíamos dizer que é a ‘arqueologia social’; quase a maioria está nessa linha. (...) ...são claramente pós-processuais... (...) Sim, esse seria o enquadramento no qual se adscriveriam os investigadores...” (Ent.04/02/2005).

***é a partir de qual concepção de futuro se faz a recuperação do passado***". (Ent.,14 e 16/02/05, respectivamente).

Como destacamos no final do capítulo anterior, as diferentes imagens do Outro, elaboradas pelo ME ao longo de sua história, precisaram utilizar determinados esquemas temporais que excederam amplamente as chaves cronológicas que as tornavam 'naturalmente compreensíveis'. Desde o início, a tradição arqueológica aludida pelo Dr. Pérez Gollán teria delinhado problemas teóricos com o tempo, indagando-o através de uma linguagem disciplinar própria que – por meio de conceitos tais como 'seqüências' e 'estratigrafias' – traduzia sua constante preocupação pelo passado e contribuía, de alguma maneira, à sua naturalização, através da lógica impecável da própria terminologia.

A já assinalada tradição arqueológica conserva uma continuidade no ME. Entretanto, em lugar de uma 'arqueologia = reconstruções', trata-se melhor de uma 'arqueologia = modelos para entender o passado'. Enquanto a primeira teria equiparado a presença material dos objetos a uma suposta 'realidade dos fatos', que pudesse então permitir uma justificativa do existente, a segunda teria de limitar as pretendidas capacidades informativas e/ou auto-explicativas do objeto arqueológico, submetendo-as a uma consideração de seus valores – e não de suas aparências – dentro de sociedades em funcionamento (Nastri, 2004).

Assumir o *caráter social* dos objetos permite compreendê-los a partir das múltiplas e variáveis redes de relações que os definem continuamente, impedindo, dessa maneira, a atribuição de propriedades essenciais, eternas e/ou 'naturais', interpretando-os, pelo contrário, como objetos *mutáveis* definidos cultural e historicamente (Appadurai, 1986; Thomas, 1991).

Esta posição é nodal no momento de conceber e projetar as mostras. Ao abrir os objetos nas suas próprias redes de relações sociais, ampliam-se, necessariamente, suas histórias, demandando-se então uma série de movimentos temporais para representar museologicamente as ditas ampliações. Além de um conhecimento dos objetos através da relação 'observador/observado', habilitariam-se outros conhecimentos e vínculos com as histórias que eles representam, produzindo-se outras distâncias e/ou proximidades que não estão contidas na direção unívoca desse par.

Os usos do tempo são medulares para o desenvolvimento desta potencialidade museológica, constituindo-se ao mesmo tempo em uma poderosa ferramenta política. Neste sentido, apesar de termos apresentado resenhas mínimas acerca das exposições do ME, nelas podemos identificar algumas intervenções temporais significativas que demonstram essa potencialidade.

Longe de estarem inseridas em meros reflexos de cronologias ‘naturais’ (que, por outro lado, não significaria que dentro de tal enquadramento a ideologia estivesse ausente), por trás da mostra De la Puna al Chaco existe, sem dúvida, uma decisão – temporal e política – pelo fato de ter reduzido o tempo colonial a uma única e última vitrine, enquanto 3500 – ocultos – anos fazem sua aparição nas precedentes.

Podemos identificar outra intervenção em Más allá de la frontera. Ali, apresenta-se a história de intercâmbios que antecedeu – e foi contemporânea – à chamada *Conquista do Deserto*. A insistência em eliminar o conceito de *fronteira* – que dividiria indígenas e brancos – para apresentá-los, pelo contrário, como um tecido de relações sociais coexistentes, implica na produção de uma contemporaneidade que, mesmo no passado, colocaria no lugar do observado tanto as sociedades indígenas quanto as brancas.

Esta mesma produção se repete em En el confín del mundo, permitindo-se conhecer juntamente às sociedades dizimadas e seus dizimadores. Aliás, este cruel passado – do qual, com certeza, preferiríamos nos desvincular – é apresentado pelas mãos dos ‘*nossos avôs, e há menos de 100 anos*’.

Anteriormente, referimo-nos à descrição que fizemos das exposições do ME como incompletas, pelo fato de não termos incluído nas mesmas aquilo que definimos como “o tempo da visita”: um *momento* no qual valores, significados e sentidos seriam articulados e/ou incorporados a partir da transmissão de conteúdos que excedem a organização objetual e narrativa das mostras. Dada a ênfase outorgada por esta gestão à conformação de uma Área de Extensão Educativa, ao treinamento constante de seus guias, a roteiros sempre renovados de visitas guiadas e a uma agenda repleta delas, consideramos que essas mostras não podem ser analisadas sem levarmos em consideração esta dimensão discursiva. Apesar de uma aparente imobilidade expositiva, objetos e textos seriam colocados constantemente em interações e diálogos que

os interrogam para conhecer passados que explicariam presentes, e vice-versa.

Se, como desenvolvemos antes, nos *usos do tempo* são inscritos diferentes modos de exercer um controle político sobre as representações, tentaremos indagar as ‘histórias do passado’, formuladas pelo ME em duas das mostras permanentes (dado que uma é do século XIX, e a outra começa em 2000 a.C. indo até o século XVI), para compreender por que a partir das mesmas ‘estariam vivos’, por exemplo, os mapuches, ou ‘a partir de qual concepção de futuro’ seria indiferente apresentar passados ou presentes, neste museu de 100 anos de tradição arqueológica.





capítulo III

ARQUEOLOGIA  
e HISTÓRIA  
no museu  
etnográfico

## a "ante-sala" das visitas guiadas: a área de extensão educativa

Como fora exposto no capítulo anterior, esta área encontra-se formada pelos Programas de ‘Público Escolar y Estudiantil’ (PPE) e de ‘Público General’ (PPG). A partir destes, as visitas guiadas são concebidas, desenvolvidas e implementadas.

Lembremos também que os *guias* são alunos da Faculdade de Filosofia e Letras, incorporando-se ao ME através dessa instituição. Os interessados apresentam seu currículo no museu e, depois de uma pré-seleção inicial, na qual concertam-se algumas entrevistas, os que foram escolhidos ingressam ao ME na qualidade de *pasantes*,<sup>1</sup> com um contrato de dois anos de duração. No início, devem passar por uma série de ‘treinamentos’ que compreendem a assistência às visitas guiadas, o conhecimento das atividades da Área de Extensão Educativa (AEE) e do museu em geral, como também a leitura do material bibliográfico referente às mostras. Sem possuir a estrutura formal de um seminário, a média de tempo de preparo para o conhecimento e abordagem de cada sala é de, aproximadamente, três meses.<sup>2</sup>

No caso do PPG, o guia – uma vez ‘treinado’ – deve elaborar um roteiro próprio, quer dizer, uma nova proposta de visita guiada segundo a formação e os

1. Chama-se ‘pasantes’ aqueles alunos/guias do ME que se encontram cumprindo um estágio.

2. Entrevistas com Silvia Calvo – responsável geral do AEE, também a cargo do PPE – e Alicia Kurc – responsável do PPG (09/02/05 e 22/02/05, respectivamente). A quantidade de tempo que implicam estas tarefas, somadas à necessária aquisição de uma boa condução do público (sobretudo com crianças), implica que, uma vez obtidas estas experiências, os guias/*pasantes* estão próximos à caducidade do contrato, devendo o ME recomençar o ciclo uma e outra vez. Gestões realizadas pelo Dr. Pérez Gollán e por Marta Dujovne têm permitido que algumas destas pessoas não se desvinculassem nem de todo este aprendizado, nem do próprio museu, derivando-as, dentro deste, a áreas de seu interesse (por exemplo, uma ex-guia arqueóloga encontra-se atualmente trabalhando com têxteis arqueológicos). Por outro lado, cabe destacar que na última convocatória – 2004 – apresentaram-se mais de 100 alunos.

interesses de pesquisa dele/a, embora sempre realizada sobre uma estrutura prévia, fornecida pela AEE.<sup>3</sup>

Quanto às visitas do PPE, existem alguns ‘percurso’ básicos organizados sobre delineamentos padronizados que consideram, além da investigação, as idades e os níveis de formação, as lógicas de funcionamento do sistema educativo, os conteúdos curriculares e as inovações no ensino.

Dessa maneira, em ambos os programas são elaboradas visitas ou ‘percurso’ temáticos que se realizam somente em uma exibição e duram, teoricamente, uma hora. No caso das visitas escolares, oferece-se a um grupo por vez e os docentes escolhem, previamente, só um tema ou percurso. Sujeitos a constantes revisões críticas, roteiros e visitas são comentados, discutidos e reelaborados permanentemente em reuniões semanais com todos os membros da AEE.

---

3. Alicia Kurc nos explicava que “...desde seu domínio, cada guia tem que elaborar seu próprio roteiro, escolher um ‘percurso’ possível, conforme a seus interesses, porque têm que se sentir seguros do que falam. Nós lhes damos as orientações: temos que dar certas premissas porque este é um museu universitário, e ‘o que se diz’ deve ser dito a partir da investigação, e o que eles fazem, justamente, é um ‘projeto’ de investigação...” (Ent.22/02/05).

## HISTÓRIAS "dos séculos XV e XIX"

a apresentaremos os registros de duas visitas guiadas. A primeira delas, *Incas y Señores: la llegada del imperio a los Andes del Sur*, é oferecida pelo PPE e realizada na sala De la Puna al Chaco. A segunda, *Platería mapuche, mucho más que joyas*, corresponde ao PPG e se desenvolverá na sala Más allá de la frontera. (De acordo com o modo pelo qual são chamadas pelo pessoal do ME, estas salas/exposições serão mencionadas mais adiante como 'NOA' e 'mapuches', respectivamente).

As descrições destas visitas correspondem à segunda etapa do nosso TC. Este período foi muito controvertido: devido à saída de alguns guias, aqueles que ingressaram substituindo os anteriores ainda estavam na fase de preparação, razão pela qual a variedade de opções de visitas guiadas encontrava-se reduzida temporariamente. Em 'mapuches' estavam se realizando os seguintes percursos: além daquele que exporemos a seguir, no PPG oferecia-se *En busca del equilibrio* (focalizada na religião mapuche); no PPE, *Vida cotidiana y ceremonias de una familia mapuche* (para crianças de 4 a 7 anos) e *Plateros, tejedoras, caciques, machis y comerciantes: la organización de una toldería en la pampa* (para crianças de 8 até 11 anos). Na sala do 'NOA' e fazendo parte do PPE (excetuando a visita que exporemos aqui), realizava-se também *Poder y prestigio en los Andes* (para escolas de segundo grau, de 12 até 18 anos) e *Intercambiar productos... intercambiar ideas entre poblados* (para crianças de 8 até 11 anos); através do PPG, *Sobre alfareras y alfareros* (focalizada na cerâmica andina). Note-se que em 'mapuches' as visitas foram só para escolas de primeiro grau, enquanto para 'NOA' realizaram-se para primeiro e segundo graus.

Achamos necessário enunciar os motivos pelos quais nos centraremos nas duas exposições assinaladas. Além de uma questão de ordem pragmática (dado que, durante o TC, estas eram as únicas salas que contavam com visitas guiadas), a nossa intenção é descrever a maneira em que são apresentadas as duas mostras definidas pelos atores do ME como *‘histórica’* e *‘arqueológica’*, respectivamente. No capítulo seguinte, analisaremos a utilização das classificações e categorias temporais que nelas têm lugar. Por isso, dispomo-nos agora a acompanhar os usos e as aberturas das temporalidades ali articuladas, para depois proceder a uma análise de suas construções, suas compreensões e seus alcances. Aliás, temos de informar aqui a respeito da atenção preferencial que outorgaremos às escolas. Estas constituem o espaço no qual incorporam-se as primeiras aproximações e os conteúdos da história, e – em parte, graças a esta – também é o lugar onde são construídas e transmitidas determinadas sistematizações do tempo.

Quanto aos *‘percursos’* escolhidos, consideramos que aquele desenvolvido em *‘NOA’*, com uma escola de segundo grau, concentra, em maior ou menor medida, a totalidade dos temas trabalhados nos outros percursos que também ali se realizam. Por outro lado, a visita escolhida para *‘mapuches’* – focalizada na prataria – oferece a possibilidade de apresentar as dinâmicas que o ME estabelece para enfrentar cristalizações e preconceitos, através de um percurso que consegue problematizá-los particularmente, de uma maneira contundente e direta.

Aliás, a eleição de uma visita do PPG e outra do PPE pretende expor ante o leitor as diferentes modalidades de intervenção e participação que, sobre as mostras, são ativadas na AEE, configurando “tempos de visita” particulares. Conforme o exposto na parte anterior deste capítulo, poder-se-ia supor que nossa focalização nestes dois percursos respondesse, então, somente a uma das maneiras possíveis de apresentar cada mostra. Não obstante, com a finalidade de oferecer uma idéia mais abrangente acerca dos modos em que objetos e conteúdos são articulados no “tempo da visita”, inseriremos, em ambos os relatos, outras interações surgidas com públicos diferentes em instâncias semelhantes desses trajetos, como também situações e/ou comentários oferecidos pelos guias a respeito de outras visitas, anteriores ao momento da nossa investigação. Tais ampliações serão acompanhadas, ao mesmo tempo,

por uma primeira análise: com o intuito de expor claramente esta diversidade de registros, este segundo grupo será apresentado entre margens maiores e sob uma redução tipográfica.

#### A) “INCAS Y SEÑORES: LA LLEGADA DEL IMPERIO A LOS ANDES DEL SUR”

Terça-feira, nove horas da manhã. Estamos junto a duas guias dentro do pequeno setor da AEE, aguardando a chegada do grupo de escola de segundo grau, citado nesse horário. Um dos funcionários bate na porta para avisar-nos que ‘chegou a escola’ e dirigimo-nos então ao hall, encontrando-nos com eles. Trata-se de um grupo misto, de uns 25 adolescentes, entre 14 e 15 anos de idade.

A guia lhes dá as boas-vindas ao ME, ‘um *museu universitário dependente da FFyL*’, explicando que essa filiação faz do museu ‘um *centro de investigação antropológica aplicada às mostras*’. Imediatamente depois, a guia se apresenta, dando a conhecer seu nome, como também sua formação acadêmica, sua área de trabalho específica e o lugar que ocupa dentro da estrutura do ME. Convida os alunos a passarem pelos *lockers* para deixar seus objetos pessoais. Até todos guardarem seus casacos e suas mochilas, produz-se um certo tumulto, mas se organizam rapidamente para subir a escada que os levará à sala De la Puna al Chaco. A guia os precede, detendo-se, ao chegar, no mapa da América do Sul, no descanso da escada (o qual foi comentado no Capítulo II, página 94 (nota 14), junto ao texto explicativo que o acompanha). Ali, pergunta-lhes: “*sabem o que vocês vieram ver no ME?*”. Ante o silêncio total, interpela-os novamente: “*sabem de que trata este museu?*”. Alguns respondem: ‘*coisas de índios*’ ou ‘*coisas dos povos primitivos*’. A guia continua: “*...Bom, na realidade este museu tem a ver com a história, e tem a ver com os grupos étnicos...*”. Um dos adolescentes acrescenta depois: ‘*estudam-se as raças*’. A guia lhe responde: “*...na realidade, estudam-se as pessoas e as populações. A antropologia estuda os povos do presente e a arqueologia aqueles do passado. O que vamos ver agora, nesta visita, é o quê nos dizem os objetos acerca da organização social de 500 anos atrás...*” (dado que as visitas se realizam sobre percursos previamente escolhidos pelos professores com a AEE, os alunos sabiam que iam focalizar o século XV, antes e durante a chegada dos Incas).

Ao perguntar a respeito do ME e o que ali se faz, as respostas mais freqüentes são: ‘viemos ver os povos originários’, ‘os índios’, ‘coisas de índios’, ‘os povos primitivos’, ‘as diferentes raças’; se os alunos vieram para assistir uma visita em particular, muitas vezes responderam ‘os Incas’, ou ‘os mapuches’. Algumas vezes aludem que a palavra ‘etnográfico’ tem a ver com as ‘raças’, “...e aí você tem que lhes dizer que é verdade que o dicionário diz aquilo que eles estão me dizendo, mas que nós não concordamos com o dicionário, e que aquilo que estuda a antropologia são diferentes sociedades, podendo estudar grupos indígenas como também grupos que não são indígenas, e que posso estudá-los a eles, por exemplo, e fazer uma etnografia de uma escola... ou de um hospital...” (Verónica Stáffora, Ent.01/03/05). Quando só fazem referência aos indígenas, às vezes respondem-lhes que “...o ME também tem um altar budista, por exemplo... e se ocupa de diferentes sociedades, em diferentes lugares, e em diferentes momentos históricos...” (Visita, 17/08/05). “Quando você lhes pergunta o que é que eles acham que há no ME, ‘saltam’ muitos preconceitos, ou muitas idéias ‘verdes’ que a rapaziada tem... (...) Quando respondem ‘coisas de índios’ ou ‘das raças’, você não pode dizer ‘não’: você tem que propor algo, uma definição nova. Então você diz: ‘olha, eu vou te contar o que nós temos aqui: objetos que foram produzidos por distintos grupos humanos, e que dão conta das diferentes formas de vida que têm as pessoas...” (Karen Borrazo, Ent.01/03/05).

Estas perguntas iniciais são aproveitadas pelos guias para testar – embora muito rapidamente – as ‘idéias prévias’ com que chegam ao ME alunos e professores, transformando-as, depois, em uma espécie de ‘eixos orientadores’, os quais se tentarão problematizar.

A guia explica que, enquanto “...a sala de baixo possui objetos históricos...”, na sala de cima “...há objetos arqueológicos”. A professora a interrompe para perguntar-lhe qual a diferença, e segue-se a seguinte resposta: “...os objetos históricos são mais recentes, têm 150 anos, provêm de coleções... ou de grupos etnográficos... Enquanto os arqueológicos provêm da escavação: foram recuperados em contextos arqueológicos... Os objetos que vamos ver nesta sala têm de 4000 a 400 anos... embora tomemos só um período, vamos fazer um recorte...” (Neste momento também introduz-se a idéia de que alguns destes assentamentos humanos têm uma profundidade temporal de 11.000 anos, e que foram reutilizados em distintos momentos históricos).

Referindo-se ao mapa, a guia nele assinala os ‘pontinhos roxos’ indicando que cada um deles é um ‘sítio arqueológico’ e que os objetos que vamos ver foram encontrados em muitos deles (freqüentemente, se quem faz a visita é uma arqueóloga, ou uma delas encontra-se presente, também utilizam o mapa para

indicar que ‘os sítios onde eu trabalho são estes’, ou ‘os sítios onde trabalha ‘x’ são aqueles’). Acontece que, no mapa, não estão definidos os limites políticos, já que “...nessa época, não existiam os ‘países’... Por isso, não vamos ver ‘aborígenes argentinos’: não, os estados-nação são de uma origem muito recente... Podemos identificar, sim, que esta região, na atualidade, é chamada ‘noroeste argentino’ ou ‘NOA’...”.

Entramos agora na sala e a guia convida os alunos a sentarem no chão. Enquanto fazem-no, conversam entre eles e a guia tem dificuldades em se fazer ouvir. Quando consegue, pergunta-lhes: “o que imaginam... como era o NOA?”. Ante um novo silêncio, insiste: “com qual cor o imaginam...?”. Agora, as respostas não demoram: ‘marrom’, ‘areia’, ‘com cactos’, ‘deserto’. A guia diz que algumas partes efetivamente eram e são assim, mas que ‘têm de tudo’. Enquanto isso, vai colocando uma série de lâminas sobre um quadro, nas quais são vistas distintas paisagens: o litoral do Pacífico, a *puna*,<sup>4</sup> a *yunga*<sup>5</sup> e uma salina (ênfatizando, a partir desta última, a importância que deve ter tido o sal para estas sociedades na conservação dos alimentos, em uma época na qual ‘*não havia geladeiras*’). Comenta então como esses ambientes tão heterogêneos se encontravam a altitudes muito diferentes, em uma faixa relativamente estreita de território, e como os indígenas que o habitavam souberam aproveitar-se dos múltiplos e ricos recursos dessas regiões, utilizando ‘*toda*’ essa diversidade meio ambiental para viver, indo constantemente de leste a oeste, e vice-versa.

Dependendo do nível de informação que se percebe nos alunos, às vezes incorpora-se a noção de ‘pisos ecológicos’ para referir-se a esta diversidade meio ambiental. Em uma visita com alunos de 13 anos de uma escola de segundo grau, quando foi abordado este tema, um deles utilizou o conceito de ‘arquipélago’, utilizado pelo etno-historiador John Murra.<sup>6</sup> Mais tarde, a professora deste curso nos explicava que, devido à falta de bibliografia escolar para analisar as sociedades indígenas antes da colônia, ela mesma adaptava textos de autores como John Murra, Enrique Tandeter e Natan Wachtel (Ent.19/08/05). A ausência de material bibliográfico para estes períodos, no nível escolar, foi recorrentemente manifestada durante o TC por várias docentes, como também reconhecida pelo ME. A

4. Chama-se *puna* a eco-região cuja altitude média é de 3500 m. s/nível do mar.

5. Chama-se *yunga* a selva de montanha.

6. Murra, J. El control vertical de un máximo de pisos ecológicos en la economía de las sociedades andinas. **Formaciones económicas del mundo andino**. Lima: IEP, 1975.



demanda desta função informativa é assumida pelo museu, embora integrada com outras, que serão oportunamente desenvolvidas.

Depois de referir-se aos diferentes tipos de recursos próprios de cada região, e de contar como se encontraram elementos de uns em outras (penas da *yunga* na praia, caracóis marinhos na *puna* etc), a guia enfatiza esta mobilidade constante, explicando-nos que “...para eles era muito fácil atravessar a cordilheira, apesar de nós termos a idéia de que é um ‘limite natural’, e que é difícilimo...”.

A Cordilheira dos Andes marca a divisão política entre a Argentina e o Chile. Segundo é ensinado na escola, constitui o ‘limite natural’ entre ambos os países. Ao enfatizar a passagem cotidiana dos indígenas (que não eram ‘argentinos’) de um lado ao outro desta cadeia montanhosa, questiona-se duplamente as imagens criadas pela chamada história oficial: por um lado, quebra-se a associação entre a ‘eternidade’ desta formação geológica e a idade da Argentina como estado-nação; por outro, desmitifica-se ‘a maior das façanhas do Pai da Pátria’, o General San Martín. Enquanto na escola ensina-se a sua passagem pela cordilheira como uma ‘proeza’ quase impossível de realizar, aqui ficamos sabendo que os indígenas a atravessaram cotidianamente, durante séculos.

A guia exhibe uma fotografia da reconstrução das ruínas de Tilcara, explicando que essa reconstrução foi ‘um crime arqueológico’ pelo fato de ter lhe ‘alterado o contexto’. Um adolescente comenta: “claro... Estão alterando a história”. Ela assente e, dizendo que vamos nos dedicar às populações que ali viveram, acrescenta que “...estas sociedades são mais próximas na história... Vamos ver: o que imaginam que havia no NOA antes dos Incas?”. Sem demora, alguns adolescentes respondem: ‘poucas pessoas’, no que a guia replica: “...na realidade, para esta época o NOA era a região mais povoada do território argentino... Os arqueólogos calculam que, em Tilcara, por exemplo, havia aproximadamente 20.000 pessoas... E, como vamos ver agora, a complexidade não foi trazida pelos Incas; ela já existia...” (quando isto é enfatizado, em outras visitas aproveita-se também para comentar o quanto é absurdo perceber que ‘conhecemos mais dos Incas, do que destas sociedades’).

A guia explica então que houve “...muitos e diversos povos... que muitas vezes foram chamados ‘diaguitas’, e que foram dominados pelos Incas... que tinham um Império no atual Peru... (...) Mas temos que ter cuidado, porque quando chegaram os espanhóis, [os diaguitas] foram os primeiros que os espanhóis puderam definir... porque chegavam e perguntavam [pegando em uma das adolescentes]: qual o teu nome? [ela responde: ‘Florência’] ...Bom, então os espanhóis chamavam esse povo de

*‘florência’...*”. Apresenta-nos, então, uma lâmina com uma ilustração, na qual aparecem representadas casas de pedra e distintas pessoas do povoado interagindo, nas quais podem se reconhecer diferenças (pela atividade que estão fazendo, pelos objetos que carregam e pela maneira que estão vestidas).

Em uma visita com meninos de 9 anos, ao verem estas construções, um deles aportou: *“... são casas de pedra... E, por isso, esta época se chamou ‘Idade de Pedra’...”* (Visita, 17/08/05). O Dr. Pérez Gollán também nos explicava que, muitas vezes, sem mencionar diretamente ‘o século XV’ e atendendo somente ao material das vitrines, quando se perguntava aos meninos o que havia na Europa nesta época, respondiam rapidamente: ‘a pré-história’. (Ent.30/08/05). Estes atributos temporais classificam a América em outro tempo, ou melhor, em outra velocidade daquela dos tempos europeus.

A guia retoma a palavra: *“...isto seria a representação de um ‘povoado andino’ desta época... O desenho é um pouco infantil, mas peço-lhes que prestem atenção... [Assinalando os cultivos que se vêem no fundo]: O que vemos aqui?”*. Muitos respondem ao mesmo tempo: *‘os terraços de cultivo’*; a guia continua: *“...exatamente. Em uma região de ladeiras, cultivar com este sistema escalonado permitia um melhor aproveitamento da água e dos nutrientes...”*. A professora a interrompe, para lhe dizer que tinha participado em discussões destas comunidades, sobre o fato de utilizarem novamente ou não os terraços como sistema de agricultura. A guia escuta junto com os alunos e comenta que sim, que *‘ainda hoje’* há *‘muitos costumes’* que continuam se mantendo.

A ênfase nos terraços de cultivo visa principalmente romper com o preconceito de que *‘foram os Incas que lhes ensinaram a fazer terraços’*. Segundo Verónica Stáffora, a negação destas capacidades prévias faz parte do ‘pacote da história oficial’, onde *“...é como se tivéssemos que acabar pensando: ainda bem que chegaram os Incas!”* (Ent.22/02/05). Também são aproveitados para destacar que *‘se necessitavam de muitas pessoas para fazer estes terraços’*, quebrando-se então com a imagem do ‘território desabitado’ que geralmente trazem os alunos (e também os professores).

A guia continua o relato explicando que *“...nesta época, havia muitos ‘senhores’ independentes entre si, mas com muito contato... Quando eu digo ‘senhorios’, o que quero dizer?”*. Desta vez as respostas demoram, pelo qual a guia retoma a palavra explicando que: *“...estou falando de caciques, de chefes, de ‘senhores’... ou seja: pessoas com poder. Estas não eram sociedades igualitárias, pelo contrário, havia muitas diferenças sociais... havia muita ‘complexidade’ social... Com todos estes recur-*

sos e estas características... por que pensam que, aos Incas, haveria de lhes interessar esta região?”. Rapidamente falam: ‘pela água’, ‘pelos recursos’, ‘para se expandir’. A guia responde que, sem dúvida, todas essas coisas são muito importantes, mas, ao mesmo tempo, em um Estado como o incaico “...a mão-de-obra era fundamental, e se calcula que em todo o NOA havia uns 30.000 habitantes...”.

Em outras visitas, os alunos têm respondido mais taxativamente: ‘...e, se era de tanto interesse para os Incas, com certeza os outros tinham algo que eles não tinham’, ou também ‘porque os impérios sempre fazem isso’, ou diretamente ‘para ter mais mão-de-obra e mais tributo’. Este último comentário foi de um garoto de 13 anos que, seguidamente, agregou: ‘tinham que trabalhar para o Inca e pagar tributo, tudo era para o Império, mas todos tinham comida... porque era um Estado comunista...’. A guia lhe respondeu que existe uma hipótese de que era efetivamente assim.

Estas primeiras aproximações aos conceitos de *poder, hierarquias, desigualdade, complexidade social* e *conquista* permitem introduzir um leque de possibilidades à desconstrução de outra das ‘idéias prévias’: a imagem do ‘bom selvagem’ – e sua quase conseqüente tradução em uma idéia de ‘homogeneidade indígena’.

Explicando muito brevemente quem eram os ‘senhores’, ‘especialistas’, ‘caravaneiros’ e ‘funcionários incaicos’, a guia lhes propõe dividir-se nestes quatro grupos, dizendo-lhes que, a partir das tarefas que lhes serão dadas nas ‘folhas de rota’, “...têm que **investigar** acerca destes atores sociais...” (a palavra *investigação* é utilizada e enfatizada intencionalmente em todas as visitas, sem exceção, para nomear o que os alunos *fazem*).

Na visita “*Poder y prestigio en los Andes*”, os atores sociais estão divididos em *ceramistas, tecedores, metalúrgicos, lapidários, caravaneiros, camponeses* e o *Senhor* (geralmente, interpretado este pelo próprio guia). Com os cursos mais novos (até 9 ou 10 anos de idade), a atividade proposta para este percurso consiste em organizar, entre todos eles, uma caravana que irá de um povoado a outro, dizendo-lhes: ‘*vamos nos transformar nos atores sociais do povoado... Dependendo do que nós fizermos, o povoado vai desaparecer ou vai continuar*’. Criada esta situação, destacam-se conceitos tais como *reciprocidade, intercâmbio e conflito* (‘*se, no nosso trajeto, vamos passar por vários povoados... vocês acham que podemos fazê-lo com as mãos vazias?*’). É interessante comentar que, freqüentemente, na hora de distribuir estes papéis há resistências a se ‘fazer de camponês’, como se fosse um papel social ‘pouco importante’. Os guias retomavam esta situação dizendo, por exemplo: ‘*ah, mas... se ninguém quer se fazer de camponês, a gente fica sem comer durante 15 dias!*’; depois deste comentário, acabavam aceitando.

A guia lhes explica: “*prestem atenção que nas ‘folhas de rota’ lhes indicamos algumas vitrines, nas quais, com certeza, vão encontrar informação... Decidam livremente qual olhar, mas não deixem de passar por essas três...*”. Levantando-se subitamente do chão, os alunos começam a negociar entre si a formação dos grupos. Uma vez definidos, a guia passa entre eles, deixando uma destas folhas para cada dois alunos.<sup>7</sup> A professora do curso pergunta se não podem dar a volta inteira pela mostra ‘*para ver toda a evolução*’; a guia lhe responde que podem fazê-lo, mas que recomenda, primeiramente, aterem-se às folhas de rota e, depois, a olharem a exposição inteira. Ao mesmo tempo, oferece-se para ajudá-los ante qualquer dúvida que pudesse surgir.

Nesta mostra, com um total de 17 vitrines, os alunos se espalham ansiosos procurando aquelas três que lhes foram encomendadas e, ao encontrá-las, gritam chamando pelos demais. Alguns deles se encarregam de ler as tarefas em voz alta a seus colegas. À primeira vista, a situação parece bastante caótica, já que todos eles parecem formar um único grupo de adolescentes descontrolados que se movimentam de um lado para o outro da sala e, devendo focalizar em três vitrines específicas, não podem evitar observar as outras.

Assim, por exemplo, um grupinho passa em frente de *Los antepasados*: referindo-se aos *suplicantes* em pedra que ali se exibem,<sup>8</sup> um dos adolescentes grita entusiasmado “*olha que moderno!*”. Outro grupinho descobre a bandeja com o inquietante mostruário de olhos, ao passar pela vitrine *El oficio del arqueólogo*. A guia se dirige para lá, resignada e com cara de ‘outra vez!’ e, diante da forte curiosidade desatada e da clássica pergunta de ‘se os olhos são de verdade’, explica-lhes que não, que se trata de olhos de vidro e que “*...durante muito tempo, muitas pessoas achavam que, tal como era teu cabelo, tua pele, teus olhos... você tinha diferentes características... então, você podia ser ‘mais inteligente’ ou ‘mais preguiçoso’, tal a maneira como você era fisicamente...*”.

7. Transcrevemos aqui o conteúdo destas folhas: **a)** ¿De qué se encargaban los JEFES en los señoríos? ¿Qué objetos utilizarían los Señores para distinguirse y legitimar su poder? En estas vitrinas pueden encontrar información: *Los Señores del jaguar / Los antepasados / Los Señores del Pucará*. **b)** En los señoríos había ESPECIALISTAS, personas con conocimientos específicos para la producción de ciertos bienes ¿Cuáles eran las especialidades? ¿Para quiénes producían? En estas vitrinas pueden encontrar información: *Los Señores del jaguar / Los talleres / Bajo el dominio Inca*. **c)** Los CARAVANEROS recorrían señoríos de diferentes ambientes para intercambiar ciertos objetos y materias primas. ¿Qué objetos transportaban? ¿Quiénes utilizaban esos bienes? En estas vitrinas pueden encontrar información: *Llamas y pastores / La colonización del espacio / Rutas y caravanas*. **d)** Los INCAS llegaron al NOA alrededor de 1450 ¿Como se impusieron los Incas a los señoríos de esta región? ¿Qué objetos utilizarían como obsequios para los Señores locales? En estas vitrinas pueden encontrar información: *Las cuatro partes del mundo / Bajo el dominio Inca / Los Señores del Pucará*.

8. Os *suplicantes* são estátuas pequenas em pedra, representando os ancestrais sagrados e refletindo o ritual funerário dos Andes (as pernas contra o peito, de cócoras, e as mãos cobrindo o rosto).

Um mostruário de olhos idêntico encontra-se na sala *En el confín del mundo*. Segundo nos informaram, quando ali se ofereciam visitas guiadas surgia a mesma curiosidade. “*É uma das coisas pendentes que temos... porque com aquilo dos olhos, aparece o tema ‘das raças’... (...) E é uma bagunça porque é muito bom para trabalhá-lo, mas ao mesmo tempo é muito difícil... tem a ver com conhecimentos também difíceis, que têm a ver com genética... (...) E, com alguns conceitos, não é tão fácil dar-lhes um equivalente apropriado: por exemplo, você pode lhes dizer que não se fala de ‘raças’, senão de ‘populações’... [O tema das raças] é um dos nossos pontos de conflito. E, como antropóloga, sinto-me chamada, porque sinto que posso dizer alguma coisa a respeito... mas, ao mesmo tempo, desorganiza-se tudo, porque não há tempo. E o tema do ‘recorte’ é fundamental nas visitas.*” (Verónica Stáffora, Ent.22/02/05). Silvia Calvo também se referia à dificuldade de lidar com o conceito de raça, devido à total vigência que ainda tem nos dias atuais e à leveza de seu emprego na linguagem corrente (Ent.09/02/05). Temos de considerar, aliás, que a presença deste conceito é experimentada cotidianamente por todos os visitantes através de um regulador social como o calendário: o 12 de Outubro – ‘data’ da chegada de Colombo, em 1492 – é considerado feriado na Argentina, comemorando-se o Dia da Raça (isto é generalizado, aliás, em toda América Hispânica).

Sem dúvida, a desconstrução de raça (conceito que responde a um fato histórico e, sobretudo, a uma postura política) é impossível de ser explicado em apenas uma hora. Sua recorrente aparição no contexto das visitas guiadas coloca constantemente em evidência como ainda funciona como um potente meio de orientação na vida cotidiana, passando-se por cima de todos os elementos do fluxo histórico pelo fato de organizar, através desse conceito – rapidamente e na forma de um único compartimento –, diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais. Reconhecendo a dificuldade de lidar com semelhante ‘utilidade classificatória’, o tema da raça constitui um ‘desafio’ para o ME. Seus responsáveis assumem não ter conseguido enfrentá-lo completamente; entretanto, aquilo manifestado pela guia permite ao menos introduzir a arbitrariedade que portam tais classificações.

A guia tenta agora orientar os alunos a buscarem o que foi proposto. Vários deles trouxeram lápis e papel, pelo qual anotam algumas das informações oferecidas nas cédulas, quando localizadas as vitrines indicadas. No mezanino, outros alunos chamam a guia pedindo-lhe informação acerca dos discos de metal: como a maioria dos objetos não estão acompanhados de legendas, a guia deve recorrer a uma pasta onde encontram-se os dados de cada uma das peças exibidas. Diante desta situação, a professora aproveita para se queixar: “...os objetos não têm ano, nem data, nem lugar... Não se pode explicar assim...”. A

guia lhe responde que, justamente, esta exposição tenta sair das típicas classificações arqueológicas (datas, sítios e estilos cerâmicos) para apresentar, diferentemente, a idéia de um processo sociohistórico, e que para isso não era necessária tal informação. Contudo, caso fosse necessário, podia recorrer às pastas. Sem convencê-la, a professora se retira com um grupinho para ler as cédulas que descrevem as urnas de enterramento. Enquanto alguns deles continuam fazendo anotações e trabalhando aplicadamente, outros discutem pela eleição de tal ou qual objeto, chamando a guia ou a professora para resolver a questão por meio de seu arbítrio.

Na vitrine *Los señores del jaguar*, a guia aproveita para falar, ao grupo que ali se encontra, da figura desse animal, que perdurou em tempo e espaço em todas as sociedades andinas: “...por ser um elemento simbólico-religioso, repete-se sempre, da mesma maneira que as sementes de cebil...”. Assinalando a presença destas sementes em ‘todas’ as vitrines, explica então que se tratava de um alucinógeno, usando-se para seu consumo os muitos cachimbos que também aparecem. Os alunos perguntam ‘se então era uma droga’. A guia responde afirmativamente e explica que ‘se supõe’ que eram consumidas para entrar em contato com os ancestrais. Os alunos riem e comentam que então eram ‘drogados’, ao que a guia lhes responde que: “...nessa época, a droga era ‘um meio’ para algo de índole religiosa, e não um fim em si mesmo... Aliás, nem todos tinham acesso ao cebil...”, explicando-lhes que também ‘se supõe’ um uso limitado possivelmente às esferas religiosas, devido aos contextos nos quais foi encontrado.

O tema das drogas provoca nos alunos uma grande inquietação: mobilizados, fazem piadas, comentários irônicos (‘eram uns viajandões’, ‘estavam pirados’ etc). Perante a insistência dos adolescentes com a palavra ‘drogado’, propôs-se contestar-lhes: ‘olha, o padre na missa bebe vinho, e não é um bêbado por isso, não é?’ (Reunião na AEE, 16/08/05). Além da pertinência ou não desta analogia, trata-se de provocar uma imagem ‘chocante’ através da qual possa-se conseguir uma espécie de tradução em termos próximos e compreensíveis. Apesar da aparente distância que poderia gerar o fato de enfatizar uma utilização completamente diferente àquela que conhecem, as drogas funcionam como uma *ponte de identificação* com os adolescentes ao criar-se pontos de contato com a realidade que os cerca, transformando-se por isso em um tema de interesse e reflexão (do passado para o presente, e vice-versa). Ao mesmo tempo, o encontro com respostas ‘novas’ – que não estão centralizadas nem em enquadra-

mentos legais, nem em explicações médicas – estabeleceria uma identificação diferente e positiva com o ME, ao reconhecê-lo como produtor de outro tipo de conhecimento.

Momentos depois, a guia está ajudando outro grupo na vitrine *Los señores del pucará*. De um lado, exibe-se uma fotografia aérea com os famosos desenhos das montanhas de Nazca. Observando-a, os alunos lhe perguntam se ‘é verdade que esses desenhos foram feitos por extraterrestres’; respondendo-lhes que não é verdade, explica que, com esse argumento, tenta-se desvalorizar a capacidade destas sociedades e suas obras. Enquanto isso, a professora está com outro grupo em *Las cuatro partes del mundo*, explicando-lhes a importância dos *quipus* como ‘forma de contabilidade’.<sup>9</sup>

Transcorreram cerca de 35 minutos desde que começou a ‘busca’ e, tendo excedido o tempo previsto (que devia de ser de uns 15 ou 20 minutos), a guia convoca os alunos rapidamente, pedindo-lhes que se sentem novamente. Aí, interroga-os: “*O que observaram? Gostaram da sala? Conseguiram encontrar as perguntas?*”.

Em algumas oportunidades, reflete-se junto aos alunos: ‘*estamos fazendo o mesmo que os arqueólogos: investigando através dos objetos, e por trás dos objetos têm pessoas, e a partir deles podemos saber algumas coisas*’. A mesma comparação é realizada quando os guias não têm uma resposta às perguntas que surgem, explicando-lhes que ‘*não está mal*’ que fiquem com dúvidas a respeito de algum tema, já que ‘*os arqueólogos também as têm*’. Estes comentários devem enquadrar-se na idéia do conhecimento que quer transmitir o ME: incompleto por definição, a única forma de se aproximar dele – sem cristalizá-lo – é através de uma investigação constante.

Enquanto ficam se olhando uns aos outros sem se decidir a começar, a guia pede algum grupo voluntário para comentar ‘o investigado’: “*...agora cada grupo sabe mais que seus colegas acerca de um ou outro ator social, não é?*”. Aqueles que finalmente decidiram se apresentar são ‘os especialistas’, explicando aos outros que se dividiam em diferentes classes: ceramistas, lapidários, metalúrgicos, tecedores... Enquanto isso, a guia aproxima um carrinho (pintado integralmente de roxo, igual à sala) e começa a passar – somente entre ‘os

---

9. Os *quipus* consistem em uma série de fios de diferentes texturas e cores sobre os quais, por sua vez, elaboraram-se distintos tipos de nós, que representam quantidades numéricas. Sob esta forma de registro, através de especialistas chamados *quipucamayoc*, os incas controlavam a totalidade da produção, a demografia, a mobilização de bens e pessoas etc. O registro numérico era tão exato que, nas crônicas escritas pelos conquistadores espanhóis, estes não deixaram de comentar seu constante assombro ante a precisão absoluta obtida por esse meio.

especialistas’ – fragmentos originais de diferentes tipos de cerâmica,<sup>10</sup> elementos feitos em pedra (pilões e fontes), discos de bronze com imagens (réplicas daqueles que acabam de ver nas vitrines). Dominados por uma fascinação absoluta, passam-se os objetos de mão em mão, manifestando suas preferências por aqueles de bronze e ouro.

A possibilidade de pegar com as mãos aquilo que os museus costumam conservar sob o monopólio das vitrines gera uma grande ansiedade: dado que os objetos trabalhados pelos ‘especialistas’ são oferecidos só a eles (e assim sucessivamente), gera-se no resto a expectativa de ‘quando é a vez do nosso grupo’. Conseqüentemente, o clima de espera em torno da possibilidade de tocá-los se traduz em uma total atenção àqueles materiais que estão circulando. Quando por fim os obtém, a observação e o tato são geralmente demorados – inclusive, em alguns casos poderia se dizer que os objetos são mais acariciados do que tocados. A ‘surpresa’ opera tanto a partir da magia produzida por tocar esses fragmentos de história, como também pela excepcionalidade da situação gerada pelo ME. Este efeito de ‘encantamento’ através do contato com os objetos facilita a fixação destas experiências e constitui um dos meios do que chamaremos, a partir de agora, “criação de memória” (retornaremos a esta idéia mais adiante).

A guia refere-se, então, aos ‘*excelentes metalúrgicos*’ que havia no NOA e que, segundo o arqueólogo Alberto Rex González, tal foi o motivo principal do interesse dos Incas por esta região. Um dos meninos pergunta se isso ‘é verdade’: a guia responde, enfatizando que “...*não sabemos se é verdade ou não... É uma hipótese...*”. Outro insiste no tema, perguntando como se saberia isso. Para lhe responder, a guia pega um dos discos entre as mãos, e pergunta: “*qual cor estão vendo?*”. Todos respondem ‘*amarelo*’ ou ‘*dourado*’. Em seguida, pergunta-lhes: “*e o Inca, era filho de quem?*”. E quase sem ter terminado, respondem todos ao mesmo tempo: ‘*do soool!*’, explicando então – devido à conexão entre o culto ao sol e a grande quantidade destes elementos religiosos encontrados nas sociedades andinas – como ‘*se supõe*’ que tinha sido importante a aquisição destes metais e a mão-de-obra das pessoas que os trabalhavam.

Interroga agora o grupo dos ‘caravaneiros’. Estes alunos tomam a palavra e começam a explicar que eram eles que levavam os diferentes bens e recursos

10. Tanto nas visitas escolares quanto naquelas do PPG orientadas à cerâmica, utilizam-se fragmentos de cerâmica *originais*, para efeito de comparação entre texturas e sons. Argumentando que o patrimônio deve ser ‘usado’, e devido à existência de milhares destes fragmentos no ME, o Dr. Pérez Gollán considera fundamental que eles estejam em contato com o público “...*en vez de estar juntando tierra en los depósitos*” (Cuaderno de Bitácora [CB], 29/09/1999).



de um lado a outro, para subsistir, para fazer trocas e para tributar o chefe ou *curaca*; que os carregavam em *lhamas*, as quais não se montam porque prestam somente para a carga, que não pode superar os 30 kg. Tinham escolhido algumas urnas *santamarianas*<sup>11</sup> para levar. Destacando-lhe o grande tamanho, a guia diz a um dos adolescentes: “*olha, a vasilha que você escolheu. Você acha que a lhama vai ‘agüentar’? Não deveria ser menor?*”.

A ênfase nos *caravaneiros* e em organizar atividades em torno às caravanas traz à tona a importância deste ‘ator desconhecido’. Conforme os relevamentos das ‘*idéias prévias*’, estas sociedades são imaginadas como espacialmente estáticas e com escassos recursos. Por isso, e para trabalhar sobre tal imaginário, a figura do *caravaneiro* é a que oferece maiores possibilidades pedagógicas ao permitir visualizar sua passagem pelo mapa, de lado a lado, ligando bens, pessoas e povoados em ‘pisos ecológicos’ diversos. Por outro lado, a atividade lúdica criada a partir da organização das caravanas permite que o conhecimento seja incorporado a partir da lógica do próprio jogo, aprendendo-se então que a carga da *lhama* não era arbitrária, senão que exigia uma racionalidade. Na situação descrita, o aluno foi corrigido em virtude destas ‘regras do jogo’ colocadas pelos guias para recriar, ensinar e refletir as lógicas andinas de mobilidade.

Enfatizando o ‘uso eficiente’ da *lhama*, a guia pega do carrinho um saco pequeno plástico com algo que, à primeira vista, parece pedra. Continua: “*isto que vêem aqui é ‘chuño’... Alguém sabe o que é o ‘chuño’?*”. Uma das adolescentes responde que se trata de ‘*batatas desidratadas*’. A guia assente: “*Exatamente... Pela noite, como na puna faz muuuuito frio, deixavam-nas à intempérie para congelarem, e no dia seguinte, como durante o dia faz muuuuito calor, punham-nas ao sol e perdiam a água... e ficavam assim. Desta maneira podiam trasladar um monte de batatas que não pesavam nada...*”.

Da maneira em que vai se implementando o conhecimento sobre estas sociedades durante as visitas, fica claro que a preparação do *chuño* implica em uma racionalidade, uma tecnologia e uma programação ‘a futuro’ com características eficientes.

Muitas vezes, quem responde com entusiasmo a esta pergunta são alunos do norte do país, como também bolivianos ou seus descendentes, explicando a seus colegas que ‘na Bolívia têm’, ou que ‘minha avó o cozinha’, ‘minha mãe o faz’ etc. Quando nenhum dos alunos faz

---

11. Recebem este nome as urnas de enterramento que correspondem à cerâmica identificada com a ‘cultura santamariana’, desenvolvida no NOA entre 900 e 1400 d.C..

referência à atualidade do chuño, é outorgada pelas guias, mencionando que “o chuño, posso comprá-lo hoje, no norte...”.

Comentando especificamente sobre este momento da visita, Verónica Stáffora falava-nos que: “...se dá como uma espécie de revalorização de certos saberes. Às vezes se dão questões de identificação complicadas, ou também forçadas; mas têm outras que se dão de maneira espontânea e são muito boas. Por exemplo: pode acontecer que a professora diga a um dos adolescentes: ‘Vocêêêêê!!! Fala você, que é boliviano!’, e aí é horrível...”<sup>12</sup> Mas, em outros casos, acontece que o garoto que é boliviano – não porque é assinalado – diz, sozinho: ‘ah, eu conheço um lugar assim’, ou ‘a minha avó tece isto...’, ou ‘minha avó cozinha o chuño assim...’. E então você, aí, pode lhe perguntar: ‘Ah! E quanto tempo dura o chuño que faz tua avó?’ É como se existisse a possibilidade de dizer coisas, do que é sua vida cotidiana, ou de lugares onde morou sua família, ou seus parentes no interior. Isso lhes permite contar coisas que os outros meninos não sabem... É como se existisse um espaço para contar coisas que em outros espaços não têm, e o que sabem estes meninos fica como ‘enquadrado’ na aura que pode ter um museu... Fica como ‘hierarquizado’...” (Ent.22/02/05).

Temos que destacar com especial ênfase que declarações, como as apresentadas por Verónica, são realizadas em um museu e através de oportunidades abertas por objetos. A apresentação de um elemento tão simples quanto o chuño age como um estímulo, permitindo libertar outras realidades que, reprimidas, não têm lugar na sociedade da qual estas pessoas fazem parte. Levando em consideração o enorme grau de exclusão social que padecem bolivianos e pessoas do interior do país na ‘branca e européia’ Buenos Aires, estaria se abrindo uma espécie de ‘catarse’: o exemplo citado revela esta potencialidade museológica, ao recuperar-se por intermédio daquilo que se exhibe vivências, valores e significados de pessoas que não encontram, na vida cotidiana, o espaço necessário no qual manifestar-se e afirmar-se.<sup>13</sup>

A guia passa entre os adolescentes o saquinho com chuño: todos comentam que ‘não pesa nada’; alguns agregam com assombro “...eram **re**-inteligentes!”<sup>14</sup>

Esta expressão aparece sempre, geralmente relacionada a questões tecnológicas. Conversando com o pessoal da AEE, coincidiam em afirmar que este grau de surpresa possibilita perceber o nível de preconceito: surpreendidos ante estas ‘provas de inteligência’, seguramente ‘pensavam que não o eram’. Silvia Calvo nos comentava que, às vezes, o preconceito não é tanto ‘pensar que não eram

12. Nesta situação narrada por Verónica, estaria manifestando-se, aliás, o grau de preconceito da docente.

13. No ‘Libro de Firmas’ do ME, onde os visitantes deixam voluntariamente seus comentários, podemos ler: “Para mí es mucha cultura, no sólo porque eran inteligentes y capaces, también porque yo los valoro mucho porque ahí nació mi papá. Tengo 9 años, Marina S. (29/04/05)” (grifo nosso).

14. O prefixo ‘re’ funciona como um superlativo. De um uso extremamente coloquial, encontra-se muito generalizado, principalmente entre crianças e adolescentes.

inteligentes', e sim 'que somos mais inteligentes que antes', em um sentido fortemente evolucionista. (Ent.16/08/05).

Retornando aos elementos escolhidos para a viagem pelos 'caravaneiros', a guia introduz outro problema: "...você acha que esta vasilha com tanto trabalho e tão decorada seria aquela que usaria um camponês na casa dele, todos os dias?". Os objetos que distribui entre eles são algumas vasilhas e keros,<sup>15</sup> com diferentes graus de elaboração. Enquanto os passa, a guia pede que eles prestem atenção a estas diferenças, que "...poderiam estar indicando diferenças sociais". Repetindo que se tratava de uma sociedade hierarquizada, enfatiza que "...não era 'qualquer um' que sabia fazer o que faziam os especialistas, e também 'não era qualquer um' que poderia obter ou usar o que eles faziam... Aliás, para que pudesse haver pessoas fazendo tudo isto, têm que haver outro monte de pessoas trabalhando para mantê-los...", introduzindo assim aos 'ausentes' nesta visita: os camponeses, "...através dos quais esta estrutura pode se manter".

O jogo da organização da caravana permite também introduzir questões ligadas à *legitimidade*, inferidas a partir da análise das peças que ali circulam. A adjudicação de 'alguns' objetos somente a 'determinados' atores sociais ensina sobre seu valor social, assinalando-se também suas capacidades simbólicas frente à possibilidade de atribuir poderes e/ou características, reforçando-se dessa maneira a noção de complexidade social que se tem trabalhado através de outras informações.

A guia dirige-se, então, até o grupo dos 'chefes ou senhores', perguntando-lhes o que era que eles faziam. Os adolescentes respondem que 'eram como um chefe de Estado: ditavam leis'. Uma das meninas pergunta por que alguns eram chefes, e outros não. A guia se refere então à divisão do trabalho, e como teria sido necessário alguém com certa *liderança* para organizá-lo, embora não se saiba como foram as origens destas diferenças. Seguidamente, pergunta-lhes se têm visto, nas vitrines, as ilustrações nas quais aparecem para esta época fortificações ou *pucarás*. Respondendo que sim, a guia se refere em primeiro lugar ao '*poder*' que deviam ter estes senhores para mobilizar pessoas e organizar semelhantes construções e, por outro lado, à possibilidade de '*conflitos*' entre povoados, devido à preocupação por estas muralhas defensivas (em outras visitas também foi mencionado que, segundo alguns arqueólogos, para

15. Os keros são um tipo de copo cerâmico de base redonda, pequena se comparada com o diâmetro da parte superior. Geralmente, têm desenhos muito elaborados, pelos quais se supõe que pertenceram a governantes e/ou sacerdotes.

esta época as diferenças sociais seriam *hereditárias*, a diferença de momentos anteriores nos quais o chefe devia ‘trabalhar’ para conseguir a liderança).<sup>16</sup>

Pede-lhes agora: “*imaginem que nestes povoados acabam de chegar os Incas...*”. Pergunta então ao grupo: “*e vocês... qual o papel que jogavam? Pensemos neste momento ‘do encontro’... Do encontro com quem? Com os enviados do Inca!*”. E, dizendo isto, convida os ‘funcionários incaicos’ a participar da dinâmica (geralmente, aqueles que formam este grupo costumam explicar a seus colegas como era o uso dos *quipus* e o controle estatístico eficiente desenvolvido através deste meio de informação).

A guia explica que “*...os chefes se encontravam com os funcionários incas para negociar a adesão, ou a guerra... Pensem que o sistema do exército, os caminhos e a comunicação estavam tão bem organizados que somente em três dias o exército incaico podia chegar a qualquer lugar... Então o curaca negociava, tratava de gerar consenso antes do que coerção... Pense agora cada grupo: é ou não é conveniente se unirem? Vão se deixar dominar, ou não?*”.

Às vezes, sem pensar muito, as primeiras respostas consistem em um resignado ‘sim’. Quando isto acontece, os guias incentivam a discussão. Desta vez ‘os caravaneiros’ respondem: ‘*sim, porque assim podemos chegar mais longe pelos caminhos*’ e a guia, provocando-os, diz-lhes: “*...ah, mas, cuidado! Porque os incas têm o controle de todos os caminhos! E vocês, os ‘especialistas’, topam em entregar-lhe coisas ao Senhor?*”. Dizem-lhe que sim, porque então ‘*vamos ter mais festas religiosas*’; a guia provoca novamente: “*Ah, é? E as festas religiosas a quem prestam?*”. Uma das adolescentes diz então que era melhor não, porque quiçá fizessem com eles sacrifícios humanos. Então a guia replica: “*...ah, mas se agora se comportam como rebeldes, mandamos a todos vocês como ‘mitimaes’ para o sul da Bolívia, e pronto...*”.<sup>17</sup>

Nestes debates introduzem-se novas informações (por exemplo, até este momento não tinham sido nomeados os *mitimaes*). Com escolas de segundo grau, algumas vezes apelou-se a estes atores para traçar uma analogia entre estas idéias de ‘desarraigamento

16. O processo de desenvolvimento da estratificação social constituiu o centro da exposição *Los Señores del jaguar*, (Nov.1997/ Nov.1999); para mais informação sobre esta mostra, ver [www.museoetnografico.filo.uba.ar](http://www.museoetnografico.filo.uba.ar).

17. Chamavam-se *mitimaes* as pessoas que eram trasladadas por longos períodos a grandes distâncias, para trabalhos especializados (sistema conhecido sob o nome de *mita*). Geralmente, estas mobilizações também eram realizadas sobre os povos conquistados, para impedir a organização de possíveis rebeliões. Por outro lado, o comentário acerca dos ‘sacrifícios humanos’ manifesta outra das cristalizações com que chegam muitos visitantes ao ME: a imagem *criminal* do índio. No diálogo entre a adolescente e a guia é interessante notar um certo ‘jogo de verdades’: embora com direções diferentes, as duas estão falando (e re-significando) a idéia de *violência*.

violento' como forma de dominação, estabelecendo sua atualidade ao compará-lo com o exílio dos perseguidos políticos durante a última ditadura militar (1976-1983).

Os 'funcionários incas' tomam a palavra e dizem ao resto que *'o Inca lhes oferece comida se houver uma seca, proteção e assistência dos deuses'*. Uma das adolescentes 'curacas' lhe responde: *'Ah, é?! Você está me oferecendo comida se houver uma seca, mas eu vou ter que trabalhar pra você o ano inteiro!'*. A guia ri e lhe diz: *"Muito bem! É assim que se negocia!"*. Apontando para um dos adolescentes 'chefes' que está falando com um colega 'funcionário incaico', diz aos outros, em tom de piada: *"cuidado que 'aquele' foi falar diretamente com os incas, e nem consultou nada a vocês!"*.

Geradas intencionalmente na AEE, estas 'provocações' são desenvolvidas em todas as visitas, seja qual for o 'percurso': *"trata-se de colocar como... 'inconvenientes' àquilo que dizem, para fazê-los pensar..."* (Silvia Calvo; reunião na AEE, 16/08/05).

Transcorrida mais de uma hora desde que começou a visita e, devendo apressar seu 'fechamento', a guia explica que: *"...houve, basicamente, duas maneiras de conquista: uma teve a ver com a conquista militar, pela força, e em outras pôde haver certo consenso, grupos que decidiram anexar-se ao Estado Incaico sem um enfrentamento bélico direto... O que dizem os pesquisadores é que aconteceram as duas coisas... Pensem que não é que 'ah, chegaram os incas e, então, já tudo é incaico'. Não, e nem sequer foi igual em todos os lugares. Porque, inclusive, quando um grupo decide se anexar, pode implicar vantagens para uns e grandes injustiças para outros, então por aí o chefe do povoado pode ter mais chances de aumentar seu poder por sobre outros povoados e outros senhores, enquanto para outros trata-se somente de um aumento do tributo e do trabalho... Pensem sempre que quando falarmos de 'conquista' ou de 'dominação', não é uma coisa assim, 'direta'... Aliás, pensem que o NOA dentro do Estado Incaico era uma zona marginal: o que estamos vendo são manifestações locais, organizações muito distintas àquelas do Cuzco central..."*.

Explicando que devem dar a visita por terminada e que tem outro grupo escolar esperando lá fora, agradece a todos por terem vindo e participado, convidando-os para que venham com suas famílias conhecer o resto do ME. E acrescenta: *"antes de ir embora: alguém quer me fazer alguma pergunta?"*.

Dependendo da idade dos grupos, como também o grau de formação, as perguntas oscilam entre se tinham banheiros, se usavam ou não roupa íntima, como dormiam, como faziam as mulheres quando menstruavam, ou quais direitos e obrigações tinham os diferentes

atores sociais. A amplitude e a intimidade destes temas demonstra como o espaço do ME é percebido de maneira ampla e não-restritiva.

Enquanto começam a levantar-se do chão, a professora é a primeira a interrogá-la, consultando se ainda existe o cebil. A guia responde que sim, e é interrompida por uma das meninas ao comentar que: *‘hoje, no Equador, no 2 de novembro sempre se faz uma festa de reunião com os ancestrais... Eu vi em um programa de televisão’*. A guia responde que também acontece em Tilcara, onde o lugar é lotado de bandeiras de cores e organizam-se comidas e procissões com velas. A professora acrescenta dizendo que, depois do ano da morte de alguém, todos voltam ao túmulo e se faz uma grande comida. Outra das adolescentes comenta que ela também tinha visto na televisão *‘como se mantêm os costumes’*.

Dado que a situação parece se estender, a guia insiste que deve finalizar a visita, lembrando que há outro grupo esperando lá fora. Os jovens começam a desocupar a sala e, ao saírem, algumas adolescentes cumprimentam a guia com um beijo, agradecendo carinhosamente. Quando todos se retiram, a guia permanece em seu lugar, organizando as lâminas e guardando os objetos no carrinho para ter tudo pronto para a chegada do grupo seguinte. Neste momento, são dez e meia da manhã.

Os momentos de encerramento envolvem diferentes procedimentos de síntese, dependendo sempre dos temas trazidos à tona durante a visita e também do modo pelo qual conseguiram desenvolvê-los. Aliás, tudo isso se encontra intimamente relacionado a outras variáveis (tamanhos e dinâmicas dos grupos, relação com os professores, níveis de formação, momentos do calendário escolar nos quais as visitas são realizadas etc).

Analisaremos, mais adiante, os procedimentos realizados na visita, mas podemos concluir aqui que, à maneira do ‘caravaneiro’, o ME traça com seus movimentos percursos temporais que vão até o passado – enchendo-o de complexidades e carregando-o de temporalidade – e voltam até um presente que, agora, pode ser interrogado de outra maneira, à luz das diversidades que lhe antecedem: a expressão ‘aborígenes argentinos’ perde sentido ante um Estado-Nação que não é eterno; a ocupação de um espaço é sinônimo de dominação e de busca de mão-de-obra em uma região rica em recursos e habitada por 30.000 pessoas; ‘diaguitas’ é um nome arbitrário para uma quantidade de grupos étnicos que há séculos estavam em contato permanente; em lugar de grupos simples e precários, são apresentadas sociedades complexas e altamente organizadas, com incríveis obras de arquitetura e

engenharia que nada têm a ver com ‘extraterrestres’; uma idéia simples de ‘nomadismo’ é questionada a partir de complexas redes de intercâmbio, articuladas através da figura dos caravaneiros; a organização social e política é hierarquizada e heterogênea; depois de conquistado, o NOA conformou uma região marginal e com ‘manifestações locais’ do Império Incaico, o qual tampouco foi homogêneo. Também poderíamos acrescentar que altera-se até a própria idéia de museu, abandonando a carga evolucionista e iluminista que o transformava em ‘um templo do bem e/ou do saber absoluto’ para se auto-apresentar, pelo contrário, como um centro de pesquisa, com dúvidas, perguntas e contradições.

## B) “PLATERÍA MAPUCHE: MUCHO MÁS QUE JOYAS”

Domingo, três e meia da tarde. Alguns grupos de familiares ainda estão sentados no chão da sala Entre el exotismo y el progreso, escutando música e relatos maoris por uma das guias.<sup>18</sup> Outros visitantes andam lentamente pelo resto das salas – quiçá aguardem à visita guiada anunciada no hall, que se desenvolverá na mostra Más allá de la frontera. Na meia hora transcorrida desde a abertura de suas portas, encontram-se ali umas 20 pessoas.

Às quatro horas em ponto, os cânticos e os mitos maoris acabam, e as famílias que deles participaram começam a tomar conta do resto do museu, mudando-se para as salas seguintes. É então quando outra das guias do ME se aproxima gentilmente de cada visitante para convidá-lo a participar do próximo percurso. Enquanto alguns manifestam que preferem transitar pelo museu por sua conta, em poucos minutos concentram-se a seu redor aqueles que aceitaram: um casal jovem com seus dois filhos pequenos; duas amigas muito conversadoras, de uns 40 anos; uma mulher sozinha, sóbria, de aproximadamente 50 anos; um senhor muito velhinho, que apenas consegue se manter em pé; um casal de aposentados e outro mais, de aspecto esportivo, de uns 50 anos. Enquanto nos conduz à ampla sala central amarela, dá-nos as boas-vindas ao ME e nos convida a trasladar-nos até o mapa desenhado na parede do final da sala, em um dos cantos. À direita, um texto explicativo sintetiza o tema da exposição.<sup>19</sup>

18. Trata-se de uma atividade oferecida para crianças, dentro do PPG. No quadro do hall, anuncia-se às 15 horas: “Cuentos que vienen de lejos: realizaremos un viaje imaginario por tierras lejanas, a través de cuentos y algunos objetos de la muestra Entre el exotismo y el progreso”.

19. Esse texto nos explica: “*Desde tiempos muy antiguos, en los Andes patagónicos existía un intenso tráfico de intercambios y, a partir de la conquista, debido a la presión impuesta por las guerras con los europeos, se intensificó el contacto entre los grupos indígenas que habitaban a ambos lados de la cordillera. A comienzos del siglo XIX se produjeron los primeros asentamientos permanentes de araucanos*”.

Depois de se apresentar,<sup>20</sup> começa o relato, apoiando-se nessa cartografia: *“neste momento, o mapa da Argentina era muito diferente de como é concebido agora. Podemos dizer que a ‘Argentina’ terminava aqui (assinalando o sul da atual cidade de Buenos Aires), e para o norte e o leste também havia regiões que nesse momento não ‘entravam’. Estas linhas negras que vêem aqui são as ‘fronteiras interiores’ (...), quer dizer: quando se separou o terreno entre os que estavam antes – os povos originários – e os novos, os conquistadores espanhóis. Por isso a exposição chama-se Más allá de la frontera, porque os objetos foram feitos por pessoas que viviam nesta parte (assinala exatamente a zona do limite político entre a Argentina e o Chile). Neste momento, aqui viviam aproximadamente 30.000 pessoas (...) Havia diferentes grupos: com certeza, vocês têm ouvido falar dos tehuelches, os mapuches, os rankulches, os pehuenches... grupos que tinham muitos nomes e sobre os quais ainda não existe um acordo para definir ‘quem era quem’; aliás, não estavam somente os nomes que eles mesmos se punham, mas também aqueles nomes que os outros lhes punham. De uma maneira geral, foram unificados sob o nome de mapuches ou araucanos, que moravam deste lado da cordilheira (indica o atual território chileno). De qualquer maneira, os antropólogos consideram que para este momento existia certa unidade cultural, quer dizer, cada um destes grupos tinha suas características próprias e sua história própria, mas ao mesmo tempo tinham muitas coisas em comum, porque havia muito tempo que estavam em contato permanente. Tinham um idioma compartilhado, algumas crenças, alguns costumes, e, sobre tudo, muitas tecnologias e uso de distintos objetos. Por isso vamos falar ‘deles’ em geral, mas, se estudássemos cada um dos grupos, haveria diferenças.”.*

Durante as visitas tenta-se questionar não somente o uso genérico da palavra ‘índios’, mas também sua substituição por outros termos genéricos também homogeneizantes (como acontece com ‘mapuches’ para a totalidade da Patagônia). Nas visitas escolares de Nível Inicial (para crianças de 4 a 9 anos), os alunos participam de uma atividade na qual são divididos em dois grupos. Um deles – os *pehuenche* – organizará uma festa, devendo identificar, nas vitrines, os elementos que lhes servirão para realizá-la, escolher três

---

*o mapuches en la vertiente andina oriental, e intensificaron sus vínculos con los tehuelches y los pampas. Se conformaron intrincadas redes de parentesco, origen de linajes y sostén de grandes cacicatos: este largo proceso suele llamarse ‘araucización’ de la Patagonia. Los indios tuvieron una presencia significativa en la historia argentina del siglo XIX. Controlaban extensas porciones del territorio y las sociedades india y blanca no conformaban mundos aislados, sino que estaban vinculadas por relaciones complejas que atravesaban el ámbito de frontera a frontera. El comercio era el eje de esos intercambios, y a través de él se difundieron múltiples influencias culturales. En 1880 la llamada conquista del desierto terminó con la independencia indígena en La Pampa y la Patagonia.”* (grifo nosso).

20. ‘Apresentações’ e ‘boas-vindas’ possuem as mesmas características que as comentadas anteriormente.



deles e desenhá-los em um papel. Enquanto isso, a mesma proposta é apresentada para o outro grupo – os *rankulche* – devendo localizar os objetos que levarão como presente aos pehuenche, como demonstração de ‘reciprocidade’. Depois, explica-se às crianças que esta festa chama-se *nguillatún*, e que marca o ano novo *mapuche*, acrescentando que ‘*ainda hoje continua festejando-se*’ (aos mais velhos também é dito que essa festividade é o 3 de junho de cada ano).

Fora do Nível Inicial, as visitas escolares para esta sala também estão focalizadas na distribuição de atores sociais. Outorgam-se papéis específicos (caciques, prateiros, tecedoras, comerciantes, *machis* ou xamãs etc) para serem interpretados pelos alunos, os quais devem ‘investigar’ as características daqueles a partir das propostas estipuladas nas ‘*folhas de rota*’, pegando a informação brindada pelos objetos e cédulas da sala (estas propostas vão ficando mais complexas conforme a idade de cada grupo).

Com a intenção de indagar as ‘*idéias prévias*’, algumas vezes se interrogou as crianças acerca de como achavam que eram estes grupos no século XIX, respondendo através da imagem estereotipada onde aparecem todos ou algum dos ‘elementos-chave’: o arco, a flecha, a tanga, a pena na cabeça e o ‘uh-uh-uh’, e quase sempre localizados na selva ou nos bosques. Em uma das visitas de Jardim de Infância, enquanto se mostrava às crianças a ilustração de uma família indígena movimentando-se (a mulher levando um neném no colo, em um dos cavalos, e o homem em outro), perguntaram-lhes: “*o que estamos vendo aqui?*”, e as crianças responderam: “*um índio*”, quer dizer, sem discernir o homem, nem a mulher, o neném, os cavalos ou a ‘família’, o conjunto foi interpretado como uma unidade visual, ‘o índio’ (Visita, 26/08/05).

“*Têm alguma pergunta a fazer? Se quiserem consultar sobre alguma coisa ou fazer algum comentário, por favor me avisem, porque é muito mais divertido do que falar sozinha....*”. Uma das mulheres de 40 anos toma a iniciativa: “*já, nesta época, os brancos chamavam este lugar de ‘deserto’?*”. A guia responde: “*claro. Já nesta época, na literatura e nos escritos políticos, esta zona chamava-se ‘deserto’*. Se nós olharmos bem este lugar, vamos ver que por nada é um deserto: temos lacunas, montanhas... Há regiões mais desérticas, mas nada que se compare com aquilo que nós podemos imaginar como ‘deserto’...”. Pergunta, então, aos visitantes, o que imaginam com a palavra deserto, e estes respondem: ‘*algo seco*’, ‘*sem vida*’, ‘*vazio*’. Continua: “*... na realidade, isto nem sequer estava vazio de pessoas! Porque havia aproximadamente 30.000... Mas a idéia de ‘deserto’ tinha a ver com ‘vazio de civilização’... (...) Um território ‘selvagem’, onde todas as regras deste lado (assinalando Buenos Aires) não*

existiam... (...) Na realidade, a palavra ‘deserto’ tem conotações ideológicas, porque está negando tudo que tem aqui...” (assinala agora a Pampa e a Patagônia). Fazendo uma diagonal na sala, somos conduzidos agora à esquina oposta.

Estamos diante de duas vitrines nas quais aparecem tecidos (ponchos, cintos e cavalgaduras), trabalhos em couro; *boleadoras*<sup>21</sup> e pontas de flecha, tabaco, penas, objetos em prata para o cavalo; contas de vidro de cores<sup>22</sup> (por baixo destas vitrines encontra-se um carrinho coberto por um pano. Sem saber por enquanto do que se trata, sua presença nos seria desvelada em breve). A guia nos explica que a idéia de fronteira é, na realidade, uma ‘linha imaginária’, já que se tratava de um espaço ‘flexível’ onde se encontravam, “...grosso modo, dois grandes grupos: os ‘brancos’ ou crioulos que passavam do outro lado, e os que também vamos a chamar – muito entre aspas – ‘os índios’, porque na realidade vocês sabem que o nome ‘índios’ tem a ver com a ‘descoberta de América’ (...) ...e o fato deles [os brancos] terem pensado que tinham chegado às Índias... Bom, mas vamos chamá-los assim para entender que uns e outros passavam a ambos os lados da ‘fronteira’... Os contatos que se davam entre eles eram, acima de tudo, comerciais, entre os próprios índios e também entre os índios e os brancos... O que vemos aqui são alguns dos objetos que se intercambiavam através da troca... (...) Ao passarem por estes territórios, as pontas das lanças – que ficavam suspensas dos cavalos – foram marcando profundos sulcos no terreno, definindo assim caminhos que se chamaram ‘rastrilhadas’ e que, por tratar-se dos melhores caminhos, o homem branco construiu sobre eles as atuais estradas...”. Comenta também a passagem cotidiana dos indígenas através da Cordilheira dos Andes.

Da mesma maneira que na visita anterior, aqui também se desestabilizaria a história oficial ou, pelo menos, ficaria claro que se a passagem pela cordilheira era um ‘desafio’, os indígenas tinham desafiado-a centenas de vezes. As considerações sobre a mobilidade indígena introduzem também a idéia de uma ocupação racional do espaço. Algumas vezes se aprofunda mais neste tema, explicando-se também que a famosa ‘estrada da Patagônia’

21. A *boleadora* é uma arma de lançamento. Consiste em uma, duas ou três pedras polidas em forma redonda, geralmente cobertas com couro. São sujeitas a cordões também de couro, unidos em uma ponta. Depois de ‘rebolearlas’ (fazê-las girar para tomar força), eram lançadas às pernas do animal.

22. As vitrines desta mostra não possuem nenhuma ordem específica; a nossa numeração responde, simplesmente, ao trajeto estabelecido pela guia. No meio destas duas vitrines e, do lado delas, encontram-se breves textos de escritores do século XIX que, nas suas crônicas e romances, registraram direta ou indiretamente modos de vida indígenas. Utilizados ali como fontes históricas, corroboram a informação oferecida pela guia. (Félix de Azara (1859): *Viajes por la América meridional*; Lucio V. Mansilla (1870): *Una excursión a los indios ranqueles*). Também se exibem dois mapas das regiões pampeano-patagônicas, uma litografia da época, na qual se vêem dois indígenas entrando com seus produtos em uma ‘pulperia’ (nome outorgado aos armazéns de campo) e uma fotografia colorida, atual, onde uma mulher mapuche encontra-se tecendo em um tear vertical.

que atravessa a província de La Pampa (Ruta Nacional 152) não foi traçada pelos militares da chamada Conquista do Deserto, e sim realizada sobre uma *rastrilhada* indígena. Em outras oportunidades, reflete-se junto ao público acerca da intencionalidade de certas hierarquias definidas lingüisticamente: sempre trata-se de ‘atalhos’ indígenas, enquanto os ‘verdadeiros caminhos’ são atribuídos aos brancos. Notemos que, até agora, a guia tem feito referência a noções geográficas que poderiam ser percebidas como naturais e/ou ingênuas (tais como fronteira, deserto, cordilheira, estradas, caminhos), apresentando-as com suas respectivas conotações ideológicas e explicando como, através delas, omite-se e/ou nega-se o uso eficiente e racional do espaço por parte de comunidades que – coincidentemente! – encontram-se lutando, até hoje, pela posse de suas terras (dado conhecido pela maioria dos visitantes).

Explicando a ausência de uma medida de câmbio tal como uma moeda, a guia refere-se então ao comércio ‘*em pequena escala*’ (pelo qual os indígenas adquiriam, dos brancos, o tabaco, os chapéus, os tecidos de algodão e as contas de cores tais como a *venecita*<sup>23</sup>) e outro ‘*em grande escala*’ (consistente no intercâmbio de gado por prata). Introduzindo sua mão no misterioso carrinho, tira daí uma lâmina e pergunta-nos se alguma vez vimos a pintura que ali aparece. Embora sem lembrar seu nome, alguns declaram conhecê-la. Em seguida, pergunta também se alguém sabe o que era um ‘*malón*’. A mulher do casal jovem responde com timidez: “...*bom... se dizia que era quando os índios roubavam as mulheres e o gado das fazendas...*”.

Oferecido com certo reparo, este comentário poderia estar motivado simplesmente pelo desejo de trazer à tona o único que foi dito a esta mulher, no passado, sobre o *malón*, ou também (dado que no contexto da visita guiada e do museu a guia possui um conhecimento ‘autorizado’) como uma maneira de fazer coincidir este ‘reparo’ com a perspectiva valorativa que parece apresentar a guia – e de um modo geral, o ME.

Sem dispor dos elementos para atribuir a resposta desta mulher a um ou outro motivo (e sem querer, por outro lado, reduzir esta resposta só a ‘duas’ possibilidades), queremos instalar aqui a pertinência e/ou validade de perguntar-nos acerca das adesões do público: se elas se devem, *grosso modo*, à persuasão que o ME poderia conseguir sobre os visitantes (no sentido de provocar sólidas apropriações de conhecimento, capazes de perturbar e/

---

23. Chama-se ‘*venecita*’ (em espanhol) às pedras de cores brilhantes, trazidas da ‘*Venecia*’.

ou modificar cristalizações), ou se elas se devem a uma simples e momentânea adaptação ao discurso e aos valores manifestados pela guia.

Em uma entrevista com uma professora de escola de segundo grau, esta nos explicava que, enquanto na atualidade é *‘politicamente correto’* falar dos conquistadores espanhóis como *‘uns filhos da puta’*, essas mesmas pessoas são capazes de se referir às pessoas do interior do país como *‘esses negros de merda’*, sem relacionar um conteúdo com outro (Ent.01/09/05). Consideramos que este exemplo traduz, estruturalmente, nossa interrogação anterior, acerca da eficácia do conhecimento e seus alcances.

A guia conecta seu relato anterior com a imagem e a resposta da senhora, para explicar-nos que falar do *‘malón’* inclui, também, estas empresas comerciais de intercâmbio de gado e como, a partir da chamada Conquista do Deserto, seu significado nos foi transmitido *unicamente* em concordância à imagem selvagem do quadro, para justificar a necessidade dessa campanha militar.

O quadro que a guia nos mostra chama-se *“La vuelta del malón”*. A imagem representa uma multidão de indígenas montados a cavalo, atravessando o campo como um furacão. As penumbras do entardecer reforçam o clima de temeridade que transmitem seus rostos, os quais parecem emitir ferozes gritos. Nas suas mãos e entre as lanças levantadas, vislumbra-se despojos de uma igreja profanada e, no meio da profunda escuridão de toda a imagem, o corpo desmaiado de uma *‘cativa’* imaculadamente branca sobre a cavalgadura do índio que a raptou.<sup>24</sup>

Sendo outra das *‘idéias prévias’* com que chegam alguns visitantes ao ME, a criminalização do índio é desenvolvida na visita através do tempo da realização do quadro (1882), quer dizer, a partir do tempo da construção desta representação. Por intermédio da imagem, gera-se uma estratégia que abre o espaço necessário para perceber a associação entre a idéia que se queria transmitir e uma das imagens usadas para isso. Segundo Silvia Calvo: *“...se você quiser romper uma representação, você vai ter que mostrar outro tipo de produções que coloquem em evidência que, em um caçador, por exemplo, o simbólico e o espiritual também estão em jogo...”* (Ent. 09/02/05). Ou seja, para quebrar com uma representação é necessário oferecer outra; entretanto, não se trata de uma simples substituição de imagens. Ao evidenciar a necessidade de representar os índios como criminosos para justificar o avanço sobre suas terras,

24. Realizado em 1882, trata-se de um conhecido quadro do pintor Ángel Della Valle (1852-1903). De grandes proporções, ocupa até hoje uma das salas principais de pintura argentina do Museu Nacional de Belas Artes. Uma professora de escola de segundo grau, que se encontrava com seus alunos no ME, comentou-nos que havia levado o mesmo curso a conhecer o “Museu Histórico Saavedra”. Nele, o guia também tinha utilizado didaticamente este quadro para explicar que *‘os indígenas raptavam as mulheres brancas com o propósito de purificar a raça’*. Para mais informações sobre pintura histórica do chamado *‘período civilizatório’*, ver MALOSETTI COSTA, L. *Los primeros modernos. Arte y sociedad en Buenos Aires a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

introduz-se o público na lógica que o fez possível, deconstruindo-a. Em segundo lugar, sobre a base da investigação e por intermédio da introdução do tempo do quadro, geram-se os elementos necessários para poder falar da produção da idéia de criminalização.

Retornando às características do intercâmbio, a guia nos diz que o pagamento pelo gado se fazia em moedas de prata (três moedas por cada animal), calculando-se através de registros escritos um tráfico de 40.000 cabeças de gado por ano. As pessoas escutam assombradíssimas, exclamando: “*É muuuuito!*”. A guia continua explicando-nos que estas moedas se acumulavam e permaneciam entre os indígenas, sendo utilizadas para construir objetos como aqueles que vemos em ambas as vitrines (pertencentes ‘*ao mundo dos homens*’ por estarem relacionados majoritariamente às redes de comércio e ao uso eficiente do cavalo, animal de introdução européia. Geralmente, explica-se também que a prata era obtida nas minas do atual território chileno, e que era utilizada antes da chegada dos espanhóis).

As considerações sobre o comércio não só apresentam amplas redes de intercâmbio (que, por si mesmas, questionam as representações, já comentadas, de criminalidade e selvageria), mas também introduzem outro dos estigmas que carregam as sociedades indígenas, e que o ME também desestabiliza: a imagem dos índios como pobres. A surpresa manifestada recorrentemente ante semelhantes dados mostra o quanto é arraigada esta atribuição de pobreza, concebida, aliás, como enquadrada em uma quase-eternidade.

Considerado como uma verdadeira ferramenta de trabalho, ao mencionar as muitas funções e utilidades do cavalo surge o tema da ‘caça’ e, simultaneamente, a guia retira o pano que cobria o carrinho. Assim, vemos que consta de três estantes contendo vários objetos, e dele pega tipos distintos de *boleadoras*, distribuindo-as entre o público enquanto comenta que ‘*os brancos também*’ as usavam para caçar. As pessoas pegam-nas entre as mãos e vão passando-as. Enquanto isto acontece, aquelas pessoas que, no começo, tinham se recusado a participar da visita guiada, aproximam-se também querendo ver e tocar nos objetos que ali estão circulando. O grupo aumenta de tamanho: somam-se agora dois adolescentes, um jovem casal, uma senhora velhinha e uma moça de uns 25 anos. Somos 15 pessoas, no total.

Estas participações evidenciam a mobilização que produz o contato com os objetos. Nas visitas do PPG, é muito freqüente que estas instâncias aproximem o resto dos visitantes.

A ênfase colocada em que estes elementos *também eram utilizados pelos brancos* introduz novamente a surpresa, trasladando uma superioridade evolucionária que os vincularia somente com armas de fogo. Nas visitas escolares, destaca-se muito que estas sociedades não usavam ‘o arco e a flecha’, senão que a caça se realizava utilizando *lanças e boleadoras*, introduzindo-se a existência da diversidade em todas as ordens.

Para o Nível Inicial, propõe-se às crianças uma atividade na qual uma delas tem que ‘se fazer de cavalo’ (colocando-lhe a cavalgadura e os outros objetos), enquanto outro se faz ‘de animal caçado’, convidando as crianças a lançarem *boleadoras* imaginárias, depois de terem tido nas mãos as originais. Da mesma maneira, brincam também com o resto dos objetos – que replicam aqueles das vitrines, já vistos e desenhados por eles. Segundo um dos guias: “...trata-se de pôr os objetos em funcionamento... (...) ...que esses objetos saiam e **façam parte de um contexto de uso... quer dizer: de uma sociedade**. Trata-se de dar uma **profundidade social** aos objetos...” (Jorge Cladera, Ent.01/03/05; grifo nosso).

Enquanto as *boleadoras* vão passando de mão em mão, a guia destaca o trabalho que implica obter uma forma tão perfeitamente redonda de pedras pesadas e com alto grau de dureza, explicando então o modo de feitura. Continuando, oferece um estilingue (outra das armas de lançamento utilizadas montando o cavalo, e também pelos brancos). Imediatamente depois, retira do carrinho umas esporas feitas em madeira, couro e pregos, as quais compara com outras, de prata, que encontram-se na vitrine, perguntando aos visitantes quem seriam os possíveis portadores de umas e de outras. A senhora de 50 anos responde: “*é, a do cacique devia ser de prata*”. A guia recupera o dito pela senhora para explicar que sim; efetivamente, havia pessoas que tinham acesso a bens ‘*mais especiais*’ que outros, comentando que, embora fosse incorreto falar de ‘*classes sociais*’, havia, sim, pessoas com maior capacidade de aquisição, tratando-se de uma sociedade hierarquizada na qual a importância de tal ou qual ‘*cacique*’ dependia das diferentes habilidades que este pudesse ter, e como a riqueza de um homem podia se medir através da quantidade de gado, prataria e esposas que este tivesse, explicando que as mulheres ‘*valiam muito*’.

A figura do *cacique* é trabalhada especialmente nas visitas guiadas para escolas de segundo grau. Nelas, propõe-se uma atividade na qual se distribuem atores sociais, que devem ser reconhecidos pelo resto do grupo através da mímica, adivinhando então de quem se trata. Geralmente, à hora de representar o *cacique* fazem-no de maneira violenta e despótica, embora mais tarde – conforme a informação que lhes oferece a mostra, somada à distri-

buição de imagens e documentos escritos – colocam, entre eles mesmos, a capacidade de convicção e a busca de consenso como alternativas possíveis, onde o ‘líder’ deve trabalhar para ganhar o respeito dos outros. Apresentando então a diversidade também entre as formas de governo, são introduzidas analogias e comparações com circunstâncias atuais: por exemplo, quando teve lugar o escândalo das ‘gorjetas’ no Senado da Nação (dezembro 2001), um grupo de segundo grau discutiu a possibilidade de que o *cacique* pudesse ter procedido da mesma forma.

O *cacique* também é usado para trabalhar a idéia de legitimidade em torno das diferenças entre *autoridade e poder*: segundo Karen Borrazo, é imprescindível “...trazê-los à atualidade, em um momento onde é funcional que não haja diferença entre ambos.” (Ent.01/03/05).

Passando ao lado de um *rewe*<sup>25</sup>, embora sem nele reparar, traslada-se então até a terceira vitrine sobre esta mesma parede,<sup>26</sup> a qual se refere como ‘do mundo da mulher’: nela, encontram-se elementos relacionados aos tecidos em tear e numerosos utensílios domésticos (pilões, fontes de madeira, um ralador de maçã. Réplicas destes objetos também são distribuídas nas visitas escolares de Nível Inicial, para aqueles que formam o grupo encarregado de organizar a festa e ‘preparar a comida’ através da mímica). Conta-nos que, ‘para obter uma esposa’, estes povos tinham que pagar um ‘dote’ em elementos de prata, gado e tecidos, que se entregavam à família da mulher em troca, pelo fato de levar-se a um membro ‘muito produtivo’ dessa unidade doméstica, já que as mulheres se encarregavam do cuidado da casa e das ovelhas e, principalmente, da confecção dos tecidos, os quais possuíam um importante valor comercial e simbólico: “...devido à complexidade de seu trabalho, por um poncho pagavam-se quinze éguas...”. Outra vez, ouve-se um prolongado ‘ahhhh...’, de assombro.

As explicações em torno da obtenção de esposas surpreendem ao questionar novamente as imagens de criminalização e pobreza. Contradizendo a imagem de ‘*La vuelta del malón*’, não teria sido somente ‘através do rapto’ que se conseguia mulheres; diferentemente, a aquisição destes membros – produtores de valores – realizava-se através de uma estrutura organizada de intercâmbios economicamente significativos.

25. Os *rewes* são escadas cerimoniais de madeira talhada, aonde a *machi* (um xamã curador: geralmente trata-se de mulheres) pronuncia suas preces. Também recebe o nome de *rewe* o lugar sagrado onde se levanta o altar.

26. Igual às vitrines anteriores, ao lado desta exhibe-se uma fotografia colorida, atual, de uma mulher mapuche tecendo em tear vertical. Acompanhando-a, um breve texto explica noções básicas dessa técnica de tecido, e outro em que se citam novamente fontes históricas, de Mansilla (op.cit.) e de Estanislao Zeballos (1881): Viaje al país de los araucanos.

Note-se que, ao introduzir a equivalência “1 poncho = 15 éguas”, a guia está organizando uma idéia diferente do ‘valioso’ (aliás, estaria questionando as atuais adjudicações de valor aos objetos realizados por indígenas, os quais têm sido depreciados no tempo, e reduzidos geralmente ao grupo ‘artesanato’).

Enquanto distribuí entre os visitantes diferentes tipos de tecidos e agulhas, esclarece-nos que: “...*Estes tecidos são originais... As mulheres teciam e tecem em tear vertical...*”, explicando em seguida o processo de tingimento e tecido da lã.

Nas visitas escolares também se distribuem esses elementos entre as crianças, deixando que vistam os ponchos e mantos. Às vezes, pede-se participação de algum pai ou mãe acompanhante para vestir as roupas grandes. Geralmente, é um dos momentos mais divertidos e as crianças demonstram entusiasmo e alegria ao vestirem as roupas.

Em uma oportunidade, uma das mães que acompanhava a professora de Jardim, referindo-se a um dos garotos que estava exibindo um *poncho*, disse a sua filhinha: “*olha, já tem até cara de índio!*”, ao que a menina respondeu: “*de índio não, de pehuenche!*” (Visita, 25/08/05). O comentário desta mãe traz à tona duas questões: por um lado, sua associação direta entre um tipo de vestimenta e uma determinada identidade (poncho = índio); por outro, a imagem do índio como a de uma ‘raça’ distinguível. Quanto ao comentário da menina, parecia que tivesse incorporado à ruptura do termo genérico ‘índios’, estabelecendo por isso uma distinção entre os grupos étnicos que lhe foram apresentados (quebrando, ao mesmo tempo, o paradigma racial manifestado por sua mãe).

Entretanto, outras situações permitem duvidar desta suposição, como aquelas que acontecem em torno dos tecidos. Estes produzem uma dupla surpresa: em primeiro lugar, devido à quebra radical da imagem estereotipada (‘se vestiam com peles’); em segundo, ocasionada pelo deslumbramento que produzem desenhos elaborados e com uma tecnologia sofisticada. Este reconhecimento positivo pode tomar caminhos muito diferentes: a surpresa ante a complexidade destas tecnologias tem sido tal que, algumas vezes, as crianças tinham dito “...*como que os mapuches eram uma coisa, e os índios, outra...*” (Karen Borrazo, Ent.01/03/05). “*Você apresenta-lhes os atores sociais: então ‘os lapidários’ faziam coisas de pedra, ‘os ceramistas’ de cerâmica... e certas vezes perguntaram: ‘E os índios, faziam o quê?’ (...). E os índios são como ‘mais um ator social’, que aparece, ‘novo’ (...). É como que o estereótipo ficou aí, na porta [do museu], e a partir daí é ‘outra coisa’ o que você lhes apresenta...*” (Jorge Cladera, Ent.01/03/05). “*Não acaba ficando muito claro quem são os que viram aqui: são ‘mais complexos’, isso com certeza, mas não se sabe muito bem quem são...*” (Verónica Stáffora, Ent.22/02/05).



Em outras oportunidades, ao chegar nesta vitrine foram distribuídas entre o público fotografias atuais, coloridas, de tecedoras mapuches. Uma das mulheres de 40 anos pergunta se os desenhos têm significados religiosos. A guia lhe responde afirmativamente, explicando-lhe que há muitos escritos sobre este tema, onde se analisam significados tanto de formas quanto de cores, os quais são muito contraditórios entre si. Esclarece, também, que entre os próprios indígenas *'se contradizem'*, agregando que *"...é normal que seja assim: estamos falando de comunidades muito numerosas, no percurso de muitos anos"*. Continua dando-nos alguns cintos tecidos, comentando que foram feitos ao redor de 1950. O homem velho pergunta com que materiais estes eram tingidos, e a guia lhe responde que se fazia com tintas vegetais e que *"...inclusive em alguns lugares continuam usando-se; utiliza-se também o carvão, madeiras queimadas, nozes..."*. Retorna ao tema do número de esposas, referindo-se à importância destas ao criarem redes de parentesco e, também, à obtenção de aliados em territórios mais amplos.

Uma das distorções mais freqüentemente reconhecida pelos guias é a falta de profundidade temporal. Geralmente, alunos e outros visitantes chegam ao ME com uma idéia dos indígenas a partir dos Incas ou dos espanhóis. Por isso, durante as visitas vão agregando-se paulatinamente informações que permitem a construção de um complexo *'antes'*. Ao mesmo tempo, a apresentação de tecedoras mapuche em fotografias coloridas (isto é, através de uma tecnologia *'atual'*) coloca os tempos dos objetos exibidos junto à atualidade dos indígenas.

Em contato com essas fotografias, ao terminar uma visita com um Jardim de Infância, uma das meninas levantou a mão para fazer uma pergunta: *"Por que os mapuches são tão feios?"*. Perplexa, a guia lhe perguntou se ela pensava que nós éramos *'tão lindos'*, dizendo-lhe que *'feio'* e *'lindo'* era uma questão de gosto (Visita, 01/09/05. A guia confessava mais tarde ter ficado *'tão chocada'* que não pôde acrescentar mais nada). Esta cruel espontaneidade das crianças revela concepções etnocêntricas de beleza e fealdade que se descobrem também – embora mais dissimuladamente e de outras maneiras – nos adultos (quando dizem, por exemplo, *'eu não sabia que faziam coisas tão lindas'*).

Somos conduzidos até uma quarta vitrine no fundo da sala, passando do lado de dois novos *rewes*. Sem neles ainda reparar e referindo-se a esta vitrine em particular, a guia adverte-nos que *"...continuamos no mundo feminino..."*. Ali se exibem alguns peitorais, *tupus* de prata,<sup>27</sup> uma cavalgada de mulher e elemen-

---

27. Os *tupus* são como alfinetes de metal, usados para sujeitar as vestimentas.

tos para carregar no cavalo (sacos e suportes; também um tipo de berço para nenéns). Explica-nos então que estes grupos ‘*não eram nômades*’, mas permaneciam em assentamentos transitórios (*toldos* ou *tolderías*) porque realizavam constantemente atividades que ‘*requeriam muita mobilidade*’: comércio, cerimoniais, festas, traslados de gado (a idéia de mobilidade é trabalhada geralmente com insistência, tentando quebrar o preconceito do ‘uso irracional do espaço’).<sup>28</sup>

A guia retira do carrinho uma peça de madeira que se assemelha a uma pequena escada. Ninguém sabe do que se trata e, para explicar-nos o que é, pega uma pele de ovelha e um cinto, simulando embrulhar um neném nessa estrutura. Para demonstrar a utilidade desta espécie de ‘berço’, distribui fotografias em preto e branco, nas quais são vistas famílias mapuche trasladando seus filhos pequenos nestes objetos. “*Parece um ‘bebesit’!*”, comentam as senhoras com entusiasmo.<sup>29</sup>

Depois de descrever os modos de organização destes traslados, e continuando com a idéia de mobilidade territorial, leva-nos agora até uma quinta vitrine, onde se exhibe uma grande quantidade de ornamentos de prata, a maioria deles colocados sobre a silhueta em madeira de uma mulher. Ao chegarmos a este espaço da sala, a guia propõe virar um dos grandes bancos que rodeiam a mesa central, orientando-o para essa vitrine; nele, sentam-se as pessoas mais velhas. Prossegue: “*Se eu vir chegar esta mulher, eu vou pensar o quê?*”. Uma das mulheres responde: “*Que tem muita prata!*” (os outros riem pelo jogo de palavras já que, na Argentina, a palavra ‘prata’ refere tanto ao metal em si mesmo, como também ao dinheiro – em uma linguagem coloquial). A guia se refere então à realização de ‘*parlamentos*’ indígenas, e como era importante que o *cacique* chegasse exibindo sua autoridade através de seus cavalos e suas mulheres, carregados ambos desse metal (destacando-se não somente pelo brilho, mas também devendo produzir muito barulho com as peças de prata entre si, ‘*anunciando-se*’). Enfatiza seus valores econômico e simbólico, este último devido à associação com a luz da lua e à proteção dos espíritos malignos. Relata um mito mapuche que se refere à origem da prata: as pessoas ouvem-no encantadas, com muita atenção.

28. Do lado esquerdo desta vitrine, exibem-se três ilustrações, nas quais aparecem representadas as *toldarias* e seus traslados. Três textos acompanham estas imagens, nos quais se descrevem as características destas particulares viagens e se mencionam a maioria dos objetos aqui exibidos. Dois desses textos são de Bonifacio del Carril (1992): *Los indios en la Argentina*.

29. Chama-se vulgarmente ‘*bebesit*’ uma cadeirinha pequena que se mexe, utilizada para colocar os bebês, de uso muito comum.

Depois deste breve relato, a guia destaca especialmente que: “...estamos tratando com grupos de muito sucesso econômico e com um grande poder de acumulação...”, explicando-nos que, no século XIX, estavam se transformando em uma concorrência e/ou ameaça para o mundo crioulo. “Nesta época, a Argentina estava se preparando para ocupar um lugar no mercado mundial, como produtor de carne salgada, e o valor das terras estava crescendo mais e mais...”.

Novamente, é questionada a imagem de índios como pobres. Tendo-os apresentado já como comerciantes, pode introduzir sua atuação como grupos com sucesso econômico e também como rivais. Estas informações produzem um forte impacto, traduzido geralmente tanto na extrema atenção à guia, como através dos comentários e das perguntas que aparecem no final das visitas.

Sem sequer passar pela sexta e última das vitrines (na qual se exibem objetos rituais e musicais),<sup>30</sup> a guia interpela os visitantes, perguntando: “hoje... temos estas 30.000 pessoas ocupando esta parte do que hoje é Argentina? Temos soberania indígena? O que aconteceu entre esse momento e agora?”. Uma das mulheres de 40 anos responde: “...Mataram-nos...”. Um dos homens assente com a cabeça, dizendo: “...A conquista do deserto...”. Retomando a palavra e avisando que vai nos mostrar uma coisa, dirige-se logo até o carrinho, virando para nós com uma imagem ampliada da frente da nota atual de \$ 100, perguntando: “O reconhecem? Adoramos esta nota: encanta-nos a todos e a esperamos no princípio do mês, sempre... (as pessoas riem: desde 1989, a nota de \$ 100 é a de maior valor dentro do sistema monetário argentino). Mas nem sempre olhamos o desenhinho, não é?...”.<sup>31</sup>

Oferecendo-nos a imagem do verso da nota, continua: “e o senhor que temos do outro lado desta nota é Roca, responsável da última parte da ‘Conquista do Deserto’, que na realidade tinha começado muito antes... Mas, bom: neste momento, em que as terras eram cada vez mais valiosas, havia muita discussão no governo para ver como se resolvia ‘o problema dos índios’... Para alguns [políticos], era necessário negociar com eles [os índios], e para outros era melhor eliminá-los totalmente... E Roca era partidário de rapidamente exterminá-los, porque não encontrava um ponto comum de negociação...”

30. Ao redor da quinta e da sexta vitrines encontram-se três *rewes* e três *chemamul* (monumentos funerários); duas fotografias em preto e branco (uma atual, de uma *machi* tocando o *kultrín* – tipo de pandeiro cerimonial – junto a outra mulher *mapuche*; na fotografia seguinte, dois *chemamul* fotografados em seus emplacements de origem); também, três textos explicativos a respeito dos objetos exibidos e seus usos, acompanhados por outros dois, aonde são citados novamente Zeballos e Mansilla.

31. Refere-se à reprodução do quadro “La ocupación militar en el Río Negro” (1889) do pintor Juan Manuel Blanes (1830-1901). No meio do ‘deserto’, o General Roca aparece no centro do quadro, rodeado por outros chefes militares; todos eles estão montados a cavalo. Do lado esquerdo, encontra-se um grupo de indígenas e outro de sacerdotes.

*(...) e elaborou uma estratégia militar pela qual pôde trasladar esta fronteira interior que lhes mostrei antes, até o Rio Negro, em 1879. Esta campanha... o que ela produziu, foi a desestruturação de todas essas redes que havia no mundo indígena – familiares, cerimoniais, comerciais, de intercâmbio – e houve terríveis guerras entre distintos grupos, o que fez com que muitos morressem e outros tivessem que escapar para o Chile, ou mais ao sul. Alguns foram capturados e enviados para fazer trabalhos forçados, enquanto as mulheres foram enviadas como domésticas para casas de famílias ricas... Entretanto, [os grupos] não se desfizeram totalmente, como aconteceu com outros grupos originários...”*

Referindo-se a esta idéia de desestruturação das redes sociais, Karen Borrazo contava-nos que, tendo assistido a uma das visitas realizadas por outra guia de anos anteriores, esta tinha implementado uma atividade ‘muito mobilizadora para o encerramento’: tomando um novelo de fio sisal, tinha unido cada ator social formando – literalmente – uma rede. Depois, soltou o fio em algumas partes para explicar-lhes o conceito de desestruturação, dizendo: *“Isto foi o que aconteceu na conquista do deserto: romperam-se as relações sociais; hoje está se tentando, ainda, construir outras, novas...”*

Impressionada pela ‘força’ deste exemplo, Karen começou a implementá-lo nas suas próprias visitas. Em uma delas, com uma escola de segundo grau, no momento em que a rede se desarmava, a professora tomou a palavra: *“...para dizer a seus alunos que algo similar tinha acontecido na época do Processo...”<sup>32</sup> (...) Viu?, é isso aí... é esse tipo de coisa... Aquilo que você está tratando, você pode lhe dar uma relevância para algo muito mais próximo... Isso é o mais bonito que pode acontecer! E a professora seguiu falando... E aconteceu que tinha uma irmã desaparecida...! E a mulher começou a chorar, e eu também chorava...”* (Ent.01/03/05.).

Mais uma vez, estaria efetuando-se uma espécie de ‘catarse’: à maneira de uma descoberta, o encontro de uma realidade por intermédio de outra – traçada através de objetos – faz detonar as emoções dos visitantes ao possibilitar o encontro de algo próprio que lhes permite ‘dizer-se’ através deles, trazendo suas memórias pessoais. Os visitantes conseguem falar de coisas que os objetos lhes permitem enunciar (neste caso, através da imagem de uma rede social desarticulada, composta por um fio sisal), e suas intervenções – como no caso do *chuño* – são valorizadas, encontrando-se no ME um espaço aberto à criação de momentos de forte empatia.

Além de se revelar a pertinência e a efetividade das conexões entre passado e presente para uma formação de consciências históricas e políticas, este caso particular operou

32. Por ‘Processo’, a guia se refere ao ‘Proceso de Reorganización Nacional’, nome dado pelos militares ao período da última ditadura na Argentina (1976-1983), a qual significou milhares de perseguições e exílios políticos, e o desaparecimento de 30.000 pessoas.

como um potente criador de memória (narrado como tal – recorrentemente e por distintas pessoas – durante o TC). Por outro lado, é importante assinalar que a ênfase no conceito de desestruturação opõe-se à idéia negadora de ‘extermínio’, carregando temporalidades semânticas diferentes.

A guia prossegue: *“e houve sobreviventes... e a rede social voltou-se a armar: não como era antes, mas hoje sabemos que existem os mapuches, tehuelches... Que se juntam e que reclamam por suas terras... Pelo respeito de suas crenças, por seus costumes... Pelo reconhecimento de seu sistema educativo, não é? Distintos tipos de reclamações...”*. Pegando novamente a nota de \$ 100, ampliada, entre as mãos, continua: *“...O que eu não disse, que esqueci antes, é que esta pintura é maior e que aqui faltam os mapuches que colaboraram com a ‘Campanha do Deserto’... Porque como todo grupo social, não são uma unidade homogênea onde ‘todos fazem o mesmo’... E alguns mapuches receberam ‘prêmios’ por sua colaboração, obtendo terras em troca, que depois lhes foram arrancadas por governos posteriores... Atualmente, temos estes grupos que se juntam e fazem seus protestos... E, nós, que não somos especialistas neste tipo de estudos, como nos chega o que eles fazem? Às vezes lemos no jornal todo esse negócio do Benetton e este tipo de reivindicações... Mas nós os vemos, também, por exemplo, em uma feira de artesanato: eu posso ir à feira de Mataderos e me encontrar com objetos e pessoas de comunidades mapuches...”*.

A explicitação de ‘pactuar com os brancos’ estaria introduzindo, na reflexão das pessoas, outros dados e outras relações que complexificam o devir histórico destas sociedades, desenhando-se, nesse percurso, movediços limites entre o ‘eles’ e o ‘nós’. Estes contornos flexíveis e difusos permitem afastá-las de uma certa idéia de ‘pureza’ – no sentido de pensá-las historicamente em domínios separados do nosso – e integrá-las em uma dinâmica histórica que sacode profundamente a idéia de ‘aculturação’.

Esta noção é trabalhada a partir de vários ângulos. Entre as fotos disponíveis no carrinho, uma delas – ampliada do jornal *Clarín* – reproduz uma das cenas das várias conferências mapuche, realizadas pelos reclamos das terras vendidas durante o governo do Menem (1989-1999) aos empresários Carlo e Luciano Benetton (essa fotografia foi mostrada em algumas visitas).<sup>33</sup> Tanto trazido pelos próprios guias, quanto pelos visitantes, o ‘escândalo Benetton’ aparece em quase todas as visitas do PPG e em algumas do PPE. Para Karen

33. Para obter informações sobre este caso, vejam-se as páginas web [www.nodo50.org](http://www.nodo50.org); [www.mapuche-nation.org](http://www.mapuche-nation.org); [www.benetton.linefeed.org](http://www.benetton.linefeed.org). Em ‘reconhecimento’ aos habitantes do lugar, o grupo Benetton inaugurou em 2000 o “Museu Leleque”: ver também [www.patagoniaexpress.com/museu\\_leleque](http://www.patagoniaexpress.com/museu_leleque).

Borrazo: “...É ótimo trazê-lo à tona porque, então, o que eles viram aqui tem uma continuidade com isso, quer dizer, você leva conhecimento e história a um evento que tem lugar hoje... Não são ‘pessoas que querem ocupar um terreno’...”. Por sua parte, Jorge Cladera explicava que: “... Acho que todos [os guias] **fazemos a continuidade** a partir de dois lugares: um deles é a reivindicação de terras... (...) E, o outro, tem mais a ver com quanto é complexa uma cultura, e como ela muda, e que não deixa de ser legítima por isso... Então, os mapuches moram na cidade, por aí são caminhoneiros, escutam ‘cumbias’,<sup>34</sup> têm bandas de punk... Ou seja: **o que se vê aqui são ‘coisas velhas’**, mas enfatizamos que isso continua... E em ‘NOA’ a sala é muito arqueológica, não dá tanto para fazer uma continuidade...” (Ent.01/03/05; grifo nosso).

Ao fazerem referência aos mapuches na atualidade, enfatizam que ‘estão vestidos igual a nós’, ou se lhes diz, ‘escutam cumbia, como vocês’: segundo os guias, este tipo de comentários ‘bate’ muito, e os alunos reagem entre o assombro e a desconfiança ante tais afirmações. Um dos guias nos explicava que, às vezes, tinha perguntado às crianças ‘se ainda existiam os gregos e os romanos’: respondendo-lhe ao unísono que ‘sim’, perguntava depois ‘se gregos e romanos ainda se vestiam com túnicas e coroas de louro na cabeça’; imediata e claramente, respondiam que ‘não’. Interrogava-os logo: “E por que, então, os índios deveriam se vestir sempre igual? (...) Às vezes, quando você lhes pergunta se hoje existem os mapuches, alguns grupos contestam rotundamente ‘Nãããooo’... É claro! Nunca viram ‘isso’ que esperam ver, um cara ‘de poncho’, na rua...” (Jorge Cladera, Ent.01/03/05).

Outra das guias, referindo-se desta vez à sala En el confín del mundo, explicava-nos que nela há “...três fotos atuais, tiradas em Tierra del Fuego, aonde [os indígenas] estão vestidos com blusa, agasalho e saia. E nos diziam, assinalando-os: ‘estes não são índios’... É muito difícil, para eles, pensar que os indígenas atuais usam outras coisas, e que isso não signifique uma perda de identidade... Às vezes, aparecem coisas como ‘eu fui a San Martín de los Andes, e [os indígenas] tinham um computador!’... E o negócio é esse: continuam sendo indígenas? Ou não continuam sendo?” (Verónica Stáffora, Ent.22/02/05).

A guia pega uma das bandejas do carrinho e dela vai retirando brincos, colares e tupus. Comenta que se trata de prataria ‘atual’, feita pela artesã mapuche Silvia Rinque. Explica que os desenhos “...têm mudado no passar do tempo, igual que a música e os costumes...”, mas que conservam certas características reconhecíveis.

---

34. ‘Cumbia’ é um tipo de música popular.

A atitude da guia traduz uma certa negociação com o preconceito da autenticidade: se, ao longo do fluxo de mudanças, poderiam ser reconhecidas algumas ‘características típicas’ na prataria mapuche, tal distintividade, então, poderia ser identificada também na música, nos costumes e assim por diante. Em última instância, estariam sendo construídas essencializações pelas quais se definiriam formas autênticas, transformando em ‘inautêntico’ tudo o que ficasse de fora dessas formas reconhecíveis. A unilateralidade destas atribuições anularia a possibilidade de uma afirmação identitária, justamente através das pessoas que declarariam assumir tal ou qual identidade: somente para citar um exemplo, ao mencionar as ‘bandas de punk’ Jorge Cladera estava se referindo a ‘Los mapunkis’, um grupo de punk-rock formado por jovens mapuches. Sob uma classificação do autêntico, a colocação de uma pergunta como a formulada por Verónica Stáffora (‘continuam sendo indígenas ou não continuam sendo?’) implicaria, seguramente, em decidir que ‘não o são’ (da mesma maneira que acontece com as crianças quando, ao olharem as fotos, negam que se trate de ‘índios’ porque aquilo que vêem não é ‘a imagem típica’ que esperavam encontrar).

Retornando ao tema sobre onde podemos encontrar ‘objetos mapuches’, diz-nos, como finalizando: “...e, às vezes... vemos estes objetos nos museus. O importante – quando qualquer um de vocês vai a um museu e vê este tipo de objetos – é perguntar-se... de onde vêm os objetos que estou olhando? Porque é como se ficasse apagada, não é? A origem... É a última coisa que nos perguntamos... Qualquer um de nós repara se ‘é lindo’, ou ‘eu gosto’, ‘eu não gosto’... Mas, estes objetos... de onde eles vêm? Para vocês, como chegaram até aqui?”. Faz gestos ao público, como que interrogando-o com o olhar. E insiste: “...Vale qualquer idéia”. Alguém responde: “Encontraram-nos e os doaram”. Outra senhora diz: “...Na guerra, tiraram-nos deles e os trouxeram até aqui”. A guia retoma a palavra: “Bom, houve distintas maneiras de chegar até aqui. Esta desestruturação da rede, muitos anos depois da ‘Campanha do Deserto’, fez com que muitas famílias se empobrecessem e tivessem que empenhar as peças de prata, que foram dar às ‘pulperías’, e daí os comerciantes as venderam e chegaram a coleções privadas, pessoas com muito dinheiro... Outra forma foi que houve terríveis saques: abriram os túmulos dos caciques e levaram-se toda a prata, vendendo-a depois... E desses colecionadores privados, alguns deles quiseram doá-los a museus e assim chegaram até aqui... Outros objetos foram colecionados em expedições etnográficas... Iam, estudavam como viviam os povos e compravam coisas... E isso chegava aqui. Mas é importante, sempre, levar em consideração a origem dos objetos. Por exemplo: os mais terríveis são estes (assinalando os rewes). Eu nem falei da religião mapuche, porque é desenvolvida em

outra visita guiada que se chama ‘Em busca do equilíbrio’ (...) ...Mas isto que vocês vêem aqui são rewes; rewe quer dizer ‘lugar sagrado’ e é um altar colocado em um espaço para fazer pedidos... Cada machi ou ‘xamã’ tem seu rewe... Uma das primeiras coisas que se destruíam na Campanha do Deserto era o rewe: o primeiro era matar a machi, matar o cacique e derrubar o rewe... (Rindo sarcasticamente): ...E como chegou o rewe até aqui? Não tem outra origem mais do que a de uma origem violenta... Mas, bom: nossa obrigação é tentar contar a história o mais fielmente possível, porque sempre a história dos povos originários está desaparecida dos textos de história que lemos e dos manuais de escola, então nossa função é contá-la o mais fielmente possível...”

Nestas visitas dá-se especial ênfase na cadeia ‘deestruturação → pobreza → venda de bens → ‘pulperías’ → aristocratas → colecionistas → museus’. Em outras visitas foi comentado que, em ocasião do evento “*Estamos de pie*” (organizado pelo ME em 2001, na Semana do 12 de Outubro), uma das palestras ia ser oferecida por uma moça mapuche, que visitava o ME pela primeira vez. Ao entrar e ver os rewes, a moça irrompeu em pranto, explicando depois que suas próprias avós tinham lhe contado estes episódios violentos e, por isso, não conseguiu conter a comoção de se encontrar ante a estas figuras, que representavam não somente um símbolo de sua comunidade, mas também o sangue derramado de seu povo.

Quanto ao papel dos rewes nas visitas escolares, em uma delas a professora chamou a atenção das crianças (de 5 anos), exclamando: “*Olhem para os totens!*”. A guia recuperou esta situação explicando que não era um totem e sim um rewe, perguntando aos meninos: “*Rewe... Não é uma palavra fácil? Vamos repeti-la?*”. E assim foi entoada várias vezes, em coro, junto com ela (Visita, 26/08/05; esta identificação dos rewes como totens acontece muito freqüentemente).

Em outras oportunidades, depois de explicar que a machi ‘realizava pedidos’ na frente do rewe, para o momento de encerramento se propõe às crianças ‘deixar de ser pehuenches e rankulches’ e fazer ‘um pedido na frente dos rewes, mas como alunos’. Com um grupo de 8 anos, junto a pedidos tais como ‘que não destruam os animais’, ‘que não haja poluição’, ‘que haja paz’, ‘que haja trabalho’, ‘que haja saúde’, também se pediu ‘que lhes devolvam as terras’, ‘que não haja discriminação’ (02/09/05). Outro tipo de encerramento, também implementado para o Nível Inicial, é abandonar a sala seguindo a guia, enquanto esta vai à frente tocando o kultrún.

O senhor mais velho diz, do banco: “...a história é escrita pelos vencedores...” e a guia lhe responde que sim, “lamentavelmente, é verdade”. Com este último comentário dá por finalizada a visita e, agradecendo-lhes a presença, convida-os a conhecer as outras salas do museu e avisa que no próximo final



de semana se realizará, nessa mesma sala, a visita que focalizará a religião mapuche. Também pede aos visitantes que deixem anotados seus correios eletrônicos para receber informação do ME, e se oferece gentilmente para responder a todas as perguntas que pudessem ter surgido.

O público aplaude a guia, entusiasmado. O senhor mais velho toma a palavra e agradece especialmente o *‘interessante e excelente relato’*. Os demais assentem com a cabeça. O homem continua dizendo que, aliás, está muito impressionado porque é a primeira vez que em um museu *“...nos deixam tocar as coisas... Você sempre as vê através de um vidro e estas coisas são nossas, é bom que nos deixem tocá-las...”*. A guia tenta relativizar este comentário, explicando que nem tudo pode ser tocado, devido à conservação, e que é um dever do museu considerar, através dela, os públicos futuros.

Até este momento, os visitantes tinham participado bastante, mas a finalização da visita parece tê-los mobilizado mais ainda. Todos, sem exceção, aglutinam-se ao redor da guia para expor suas perguntas ou comentários. A guia acrescenta que também houve um momento de negação da identidade mapuche devido à discriminação que sofreram os indígenas em geral. A partir daí, uma pergunta sucede à outra, de temas diversos e ininterruptamente: *“existe alguma relação entre as formas funerárias dos chemamul e as estátuas da Ilha de Páscoa? Estão organizados, os mapuches? Quantos deles existem? Lutam por seus direitos? Há estudos que comparem o destino dos índios da América do Sul e daqueles dos EUA? O que acontece com a ‘reforma agrária’? Conservaram-se as tradições destes artesanatos? Atualmente, as escolas consideram a cultura autóctone? O chifre é de colihue? Você é antropóloga?”*. A guia responde a ‘algumas’ destas perguntas, explicando que não tem resposta para todas elas: diz que sim, os mapuches estão organizados, defendem sua educação e seus territórios; que podem consultar as pessoas que efetivamente são antropólogas (assinalando uma das guias que se encontra na sala) e que também podem se informar – acerca das reivindicações, conferências e legislação indígena – na página da internet de *‘indymedia’*,<sup>35</sup> como também estar atentos às notícias nos jornais. Quanto a questões artísticas, recomenda a consulta da Biblioteca do ME. Os comentários continuam; outra senhora, encantada com os brincos de prata nas mãos, comenta com alegria: *“que ótimo! Como estão na moda*

---

35. Refere-se à [www.argentina.indymedia.org](http://www.argentina.indymedia.org).

os *objetos étnicos!*”. As duas mulheres de 40 se aproximam ainda mais da guia, apresentando-se como professoras de uma escola judia e solicitando falar com ela. Deixando-as sozinhas, o público vai se retirando aos poucos, conversando entre si. Passam de cinco e meia da tarde.

As visitas do PPG apresentam diferenças estruturais em relação às escolares: em primeiro lugar, os visitantes não respondem a um esquema de ‘assistência obrigatória’. Trata-se de um ato completamente voluntário, condição que deriva na necessidade de ‘convocá-los’ aos relatos.<sup>36</sup> Em segundo lugar, trata-se – na maioria – de um público que já tem sido escolarizado ou está terminando de sê-lo, e que os guias do PPG identificam como ‘de classe média’ ou ‘de classe média-alta’, lidando dessa maneira com pessoas que, em maior ou menor medida, possuem algum tipo de conhecimento sobre os temas desenvolvidos no ME. Por último, enquanto as restrições e/ou pressões horárias das visitas do PPE (escolas ‘esperando’ na porta) e sua quantidade (quatro por dia) colocam sobre elas o risco de imprimi-lhes certo caráter repetitivo e/ou mecânico, as visitas do PPG (uma por sala, sábados e domingos) se desenvolvem com um maior relaxamento e uma maior flexibilidade. Todas estas generalizações marcadas pelos guias não limitam a diversidade de formas sob as quais se desenvolvem as visitas do PPG. Variáveis tais como: a quantidade de visitantes, idade, sexo, grau de informação, incorporação de diferentes materiais e introdução de notícias surgidas para tal ou qual momento nos jornais, transformam cada uma delas em uma instância única e particular.

Colocados e/ou questionados com diferentes profundidades, a partir de ambos os Programas (PPE e PPG) tentam-se introduzir temas e produzir rupturas: as imagens criminais e pauperizadas dos indígenas se diluem ante uma fluidez de intercâmbios que permitem conceber a importância e significação de sua presença, chegando a constituir-se como ‘grupos com sucesso econômico’; ‘mobilidade’ não é sinônimo de ‘nomadismo’ e implica, aliás, em um uso eficiente do espaço; elementos de caça ‘indígenas’ eram utilizados também pelos brancos; os *rewes* são objetos diferentes dos totens; elaboradíssimos tecidos cheios de significados substituem a idéia de peles rudes; a homogeneidade social e política desaparece na frente de uma sociedade hierarquizada e heterogênea, dentro da qual alguns ‘pactam’ com os brancos; as epidemias que teriam dizimado estas sociedades são minimizadas, abrindo espaço para um Estado genocida. Desvelando dessa maneira as ‘*rastrilhadas*’ históricas – invadidas e apagadas pelos caminhos dominantes –, através de ‘*mapuches*’ também é alterada a idéia de ‘museu’, desta vez devido a sua integração na cadeia de dominação e usurpações coloniais.

---

36. Alicia Kurc nos explicava que: “*eles vêm para olhar objetos... e nós queremos lhes contar histórias!*” (Ent.22/02/05).

## docentes: Buscas e perguntas

As visitas aos museus fazem parte do currículo escolar, sendo sugeridas como um complemento didático aos conteúdos trabalhados na sala de aulas (seja pela própria escola ou a partir dos livros de texto).<sup>37</sup> Assim, poderia se supor então que, para estas duas salas em particular, as visitas ao ME fossem solicitadas por estar estudando ‘os mapuches’, ‘os incas’ ou ‘os povos originários’, o que efetivamente acontece. Não obstante, os motivos de algumas docentes ora excedem, ora afastam-se consideravelmente desta suposição.

Conversando com uma professora de um Jardim de Infância do ‘Bajo Flores’<sup>38</sup> (onde, sobre um total de 18 crianças, 90% eram filhos de bolivianos, paraguaios e peruanos), explicava-nos que tinha recorrido ao ME: “...para que as crianças possam perceber que moram em um país etnicamente diverso... Mostrar-lhes que a Argentina ‘não é branca’ e que, nela, convivem culturas diferentes... (...) Porque o que eles vivem no Jardim é um exemplo ‘micro’ do que acontece no bairro deles, mas o bairro não está fora do mundo e, por isso, eu os trouxe aqui, para fazer uma integração entre o mapuche e o boliviano...” (para trabalhar esta idéia de integração, as crianças de 4 anos visitavam ‘mapuches’ e, em combinação com a professora do Pré-escolar, a sala do ‘NOA’, aos 5).

37. É o caso dos manuais das editoriais Santillana e Kapelusz. Para uma análise da função pedagógica dos museus, seu potencial educativo e sua relação com as escolas, veja-se Dujovne, 1995.

38. Localizado dentro da Capital Federal, o chamado ‘Bajo Flores’ é adjacente ao tradicional bairro de Flores. Sua população atual é formada por uma grande quantidade de imigrantes coreanos, bolivianos, peruanos e, em uma proporção menor, paraguaios, todos eles sujeitos a uma forte discriminação e exclusão social. Cabe destacar que este Jardim de Infância pertence a uma escola pública de baixos recursos, e o transporte para chegar até o ME custou-lhes \$ 90 (quer dizer, \$ 5 por aluno). A professora nos explicava o quanto foi difícil obter esse dinheiro ‘entre crianças de famílias muito pobres, onde a maioria dos pais não têm trabalho’.

Esta procura extracurricular também se repetiu com as professoras da escola judia que solicitaram falar com a guia, ao finalizar a visita a ‘mapuches’ (parte **b**). Interessadas especialmente na prataria (“...pela complexidade, porque concentra arte, religião, prestígio, política... é a ‘desculpa’ para tocar em outros assuntos...”), queriam levar os alunos da 1ª série do primeiro grau<sup>39</sup> a esta sala para trabalhar “...em uma comunidade, que esteve e continua viva, o tema da continuidade e a mudança, o contato e a discriminação... Na realidade, queremos trabalhar com o racismo e os preconceitos, porque [os judeus] não somos os únicos que sofremos discriminação; as teorias que permitiram o que aconteceu na Alemanha são as mesmas que sustentaram o que aconteceu aqui...”.

As ampliações dos conteúdos curriculares tomam vários e diferentes caminhos. Declarando-se ‘habitué’ do ME, uma professora de história de uma escola de segundo grau nos explicava os ‘diferentes usos’ que tinha feito do museu a partir do momento que o conheceu. Enfatizando que “...eu não sei ensinar história se não é vinculada ao presente, analisando continuidades, permanências e rupturas...”, contava-nos que durante quatro anos tinha utilizado a sala de ‘mapuches’ como instância prévia às viagens que realizava com seus alunos a diferentes comunidades mapuche do sul do país, permanecendo nelas durante uma semana. Estas ‘viagens antropológicas’ às comunidades de San Martín e Junín de los Andes lhe permitia ‘trabalhar historicamente’ os estereótipos construídos sobre os indígenas, sendo muito importante “...que os rapazes levassem perguntas e que eles [os mapuche] contassem de si mesmos, de sua própria história... e que conhecessem outros modos de vida.”<sup>40</sup>. Em outros anos, suas visitas ao ME e a outros museus consistiram em ‘procurar provas’. Tinha proposto, como atividade na sala de aulas, fazer-lhe ‘juízo’ a figuras históricas polêmicas como Rosas e Roca, e os alunos deviam encontrar, nos museus visitados, as ‘evidências’ sobre as quais pudessem sustentá-lo. Desta vez, encontrava-se assistindo uma visita guiada em NOA, tendo como objetivo destacar as ‘pré-condições locais em América’ para que seus alunos pudessem “...se dar conta da dimensão do con-

39. Estamos falando de crianças de 6 anos. Segundo as próprias professoras, a população desta escola é de classe média e a maioria dos alunos são filhos de profissionais.

40. As viagens se suspenderam a partir de 2002: devido à perda da convertibilidade monetária e a crise econômica resultante, nem todos os adolescentes podiam financiar a viagem, razão pela qual desistiu destas experiências “...essenciais para interpretar o passado e conhecer o presente, a realidade na qual eles [os alunos] vivem...”.

tato”, assinalando ao mesmo tempo que o programa da disciplina se focalizava principalmente na Europa, e que ela estava ‘*contra*’ a essa ênfase.

Esta oposição também tinha sido assinalada por uma professora de uma escola de segundo grau para adultos. Segundo ela, o ensino da história podia “...significar duas coisas: ou libertação, ou dependência. Ou tentamos averiguar o que aconteceu, ou reproduzimos o que nos dizem que aconteceu.” Referindo-se a uma anedota pessoal que a teria ‘marcado para sempre’,<sup>41</sup> considerava que, para os países latino-americanos, devia de ser ‘*secundário*’ o estudo de – por exemplo – Egito, Grécia e Roma dentro da chamada Idade Antiga e ‘*fundamental*’ o estudo das civilizações americanas (havendo visitado o ME justamente porque, com essa turma, estavam estudando os Incas). Esta delimitação entre ‘tempos americanos’ e ‘tempos europeus’ também tinha sido manifestada por uma professora de 1ª série do segundo grau (alunos de 13 anos): “*nós queremos um contexto americano, porque o programa nos obriga a começar a partir da Conquista... Isso já é europeu.*”.

Em outro caso, a ampliação curricular consistiu em um prolongamento no tempo, sendo o ME o cenário escolhido para estendê-lo. Para uma 4ª série de primeiro grau (alunos de 9 anos), o programa começava com o *Povoamento da América* chegando até a *Revolução de Maio de 1810*. Desta maneira, a temática da exposição de ‘*mapuches*’ não entraria nesse período. Não obstante, dado que um dos pontos do programa era ‘A relação das comunidades com o meio ambiente’, a professora argumentava que, para ela, essa relação só podia ser compreendida dentro de um processo de usurpação e luta pela devolução das terras indígenas que chegava até hoje, manifestando que: “...a usurpação se deu a partir da chegada do homem branco. A Conquista do Deserto é mais um momento dentro desse processo, dentro de uma ideologia de dominação... (...) Eles [os alunos] vivem tudo a partir do que ‘é justo’ e o que ‘não é justo’. Sabem que, se tem alguém ocupando terras, é porque aí ‘há alguma coisa...’. Eu falo isso sim, mas eles também o sabem. Sabem que a Patagônia, hoje, é vendida pela água e relacionam-na com o Iraque e os EUA, pelo petróleo...”. Para suas aulas, leva documentários e recortes de jornais: “...para que vejam que ‘a comunidade indígena’ não é uma coisa do passado...

41. Exilada política na década de 70, e morando em Paris, tinha encontrado na rua um livro de história para escolas de segundo grau. Quando deu uma olhada, os conteúdos propostos para os alunos franceses ‘eram os mesmos’ que se estudavam nas escolas argentinas. Nesta aparente ‘história universal’, América só participava a partir da Conquista. Segundo esta docente, isto era coerente e compreensível em ‘termos europeus’, mas aberrante em ‘termos americanos’.

*Por isso gostei que, na visita, destacaram que os indígenas não são nem a tiara, nem o arco, nem a flecha... Que são pessoas que se vestem como nós... Quando vêm aos indígenas nesses formatos [referindo a vê-los em fotografias e filmes] os associam mais ao contemporâneo... (...) O museu não é simplesmente uma exposição: para fazer um poncho, houve homens que mataram ovelhas, homens que teceram e outros que os usaram... Há processos por trás de cada objeto, que não está aí para ser 'olhado'... Ou sim, mas, mais que nada, para ser 'pensado'... (...) Eu me inclinei pela história porque, senão, não posso nem explicar nem entender o presente... E se não posso entender o presente, não posso fazer nada para modificá-lo... Se não é para conectá-la com o presente, a história não presta para nada..."*

Além das diferentes buscas e/ou motivações aqui apresentadas, na maioria das entrevistas e/ou conversas com as docentes, estas coincidiam em assinalar à falta de bibliografia escolar para abordar as sociedades indígenas, definindo o material já existente como 'preconceituoso', ou 'desatualizado', ou 'muito generalizante', ou 'tendencioso', ou que responde em maior ou menor medida à chamada história oficial. Assinalaram também a necessidade de trabalhar sobre as 'marcas' que os alunos trazem dos próprios lares (tanto através dos pais, quanto da televisão), referindo-se a imagens e/ou versões distorcidas de 'a história', de 'os indígenas', de 'a história indígena' ou de 'a história argentina' (estas formas variavam; também, algumas vezes, reconheciam nestas 'marcas' algumas expressões racistas que, embora dissimuladas, surgiam de vez em quando dos alunos, no contexto da sala de aulas).

As aproximações escolares ao ME – numerosas, sem necessidade de uma difusão dirigida senão, pelo contrário, produzidas por um eficiente 'boca-a-boca' – contém outras buscas que não se limitam ao conhecimento dos indígenas na história. Acharmos que, se isto acontece, é porque o ME tem 'algo a mais' para dizer, que tampouco se restringe à história das sociedades indígenas. As visitas localizadas no século XV ou XIX conformam um campo de aplicação de conceitos antropológicos: contam algo mais que arqueologias e histórias, sendo necessário para isso não simplesmente mais tempo e sim, pelo contrário, tempos diferentes.

## OS GUIAS: Respostas em uma HORA

a identificação daquilo definido pelas docentes como *marcas* faz parte do trabalho dos guias, ao tentarem conhecer as ‘*idéias prévias*’ com que os alunos chegam ao ME. Reconhecendo as distorções e/ou expressões racistas que as docentes aludem, individualizam certos conceitos como mais compatíveis ao entorno escolar do que ao familiar:<sup>42</sup> a associação da palavra etnográfico como ‘o estudo das raças’; a idéia de que qualquer escultura indígena de grande tamanho é um *totem*; as epidemias como motivo principal do desaparecimento dos indígenas; caçadores que ‘somente caçam’ e que são inevitavelmente nômades porque precisam estar todo o dia de lá para cá à procura de alimento; os conseqüentes pares *nômade/sedentário* e *caçador/agricultor*, que associam – nessa ordem respectiva – a *tehuelches/mapuches* (às vezes também seguida pela classificação fenotípica *altos/baixos*, como também respectivamente nacionalizados sob a fórmula *argentino/chileno*). Outro ‘*binômio forte*’ classifica os indígenas em *evoluídos/não-evoluídos*, entrando no primeiro grupo a trilogia ‘incas-maias-astecas’ como um todo, contendo na outra parte todo o resto (este posicionamento também se encontra presente em docentes que outorgam um *status* diferencial às sociedades do NOA, por terem sido parte destas ‘grandes culturas’, reforçando desta maneira a distopia indígena “*incas sim; índios não*”).

42. A influência de ambos os entornos é sentida particularmente com as escolas religiosas. Muitas vezes, estas solicitam expressamente ‘que não seja tocado o tema religião’. Jorge Cladera nos contava que, fazendo uma visita para uma escola judaica que tinha solicitado tal pedido, um dos meninos lhe perguntou ‘se nós vínhamos dos macacos, ou de Deus’. Sem complexificar o tema dos ‘macacos’, Jorge tentou explicar-lhe que se tratava de duas teorias diferentes, mas que “...*se somos criações divinas, somos todos, os índios e você... E se viemos dos macacos, viemos todos dos macacos, os índios e você também...*” (Ent.01/03/05).

O pessoal da AEE reconhece e admite como válido que, com o fim de simplificar conteúdos que facilitem uma primeira compreensão, os estágios escolares iniciais necessitam das dicotomias como uma das formas possíveis de operacionalizar conceitos para serem ensinados. Não obstante, estes modelos binários perduram geralmente ao longo de todo o ciclo escolar e, por outro lado, suas formas parecem operacionalizar preconceitos, mais do que conhecimento acerca destas sociedades. A reprodução e/ou manutenção destes modelos seria favorecida, sem dúvida, pela falta de bibliografia antes aludida, a qual revela uma dissociação entre o mundo da investigação e o da educação. Diante deste vazio, a *instituição museológica* estaria funcionando como um ‘nexo’ entre a instituição universitária e o público.

Este nexo deve ser realizado – teoricamente – em uma hora. Pelo fato de termos inserido, em nossa descrição das visitas, outras situações, os registros oferecidos nas partes **a)** e **b)** podem parecer completos e/ou repletos de informação. Entretanto, uma leitura cuidadosa permite encontrar, neles, desconexões, vazios, perguntas respondidas de maneira insuficiente ou diretamente não respondidas, bem como contradições ou ambigüidades.

Uma hora de relógio é um recorte no tempo, dentro do qual pretende-se conter outro recorte temporal, que dependerá daquilo que se queira contar e das prioridades que para isso se estabeleçam. A formação e o treinamento dos guias inclui o fato de aprender a lidar com esta ‘camisa de força’ cronológica. Esta limitação é identificada principalmente nas ‘introduções’ das visitas guiadas. A oportunidade de contar com uma audiência para instalar, diante dela, problemas antropológicos, é interpretada pelos guias de uma maneira quase militante, como ‘a grande missão’,<sup>43</sup> e os recém-incorporados têm grandes dificuldades em restringir tudo aquilo que sentem que deveria ser transmitido. Na AEE, assume-se que “...em uma hora não se pode contar ‘toda a verdade’: temos que contar ‘algo’ que seja entendido”.<sup>44</sup> Podemos nos perguntar, então, quais as supostas prioridades para construir ‘algo que seja entendido’ em uma hora de duração.

Conforme foi manifestado nas entrevistas, é fundamental que a transmissão e a construção do conhecimento sejam apresentadas como ‘algo

43. Verónica Stáffora, Ent.22/02/05.

44. Alicia Kurc, Ent.22/02/05.



divertido’.<sup>45</sup> Crianças e adolescentes brincam no ME: desenham, organizam festas ou *caravanas*, ‘se fazem’ de cavalos, de *machis*, de *caciques* etc. Tal como os adultos, ‘tocam’ o que em qualquer outro museu se lhes apresentaria unicamente por trás das vitrines. Por um lado, fazer-lhes passar um momento bom visa criar um visitante potencial de museus, fazendo-lhes perder as idéias de distância e solenidade; a possibilidade de abrir o diálogo entre estas instituições e o público é outra das funções que, implicitamente, realiza o ME. Por outro, estas intervenções didáticas ensinam a ‘*interrogar os objetos*’ e permitem que os visitantes não se esqueçam daquilo que viram e ouviram, quer dizer, *criam memória*. Analisaremos este ponto mais detidamente no próximo capítulo, mas queremos pelo menos mencionar aqui que a progressiva cadeia de intercâmbios que permite essa “criação de memória” não é um simples resultado do devir da visita guiada, senão que, nela, são ativados intencionalmente uma série de mecanismos e estratégias para provocá-la.

Em segundo lugar, além de quantos novos conhecimentos possam ser incorporados, uma hora é suficiente para sugerir – no mínimo – que muito do que escutaram ou estudaram não é verdade, ou que se encontra desatualizado, ou que, na realidade, é muito mais complexo do que eles achavam, gerando um âmbito de discussão e confrontação a partir do qual podem estabelecer pontos de partida para outras indagações (ficando, se não esclarecidas, pelo menos questionadas algumas idéias). “*Por aí você não consegue romper com esse estereótipo de índio, mas também não sei se é possível fazê-lo em uma hora... Tampouco sei se eu vou evitar que digam ‘raça’... Mas, pelo menos, você apresenta a diversidade cultural como algo válido... (...) É um problema explicar o que é índio, e o que não é índio... E por que deveríamos pretender que eles tenham isso bem claro, quando os antropólogos também temos o mesmo problema...*” (Jorge Cladera, Ent.01/03/05). Ao mesmo tempo, uma hora é insuficiente para esclarecer conceitos que, ainda polêmicos dentro do mundo acadêmico, padecem, aliás, de uma ampla banalização no senso comum, sendo necessários outros conhecimentos e processos temporais mais amplos para sua discussão (como acontece, por exemplo, com o conceito de *raça*). Jorge Cladera destacava que, mesmo pensando que ‘*uma hora é muito*

---

45. Karen Borrazo assinalava a importância de que “...os alunos, ao crescerem, possam lembrar ‘quando eu era criança, eu passava muito bem no ME’...”. Refletindo sobre sua própria história pessoal, contava-nos que aos 9 anos conheceu o Museu de la Plata no contexto de uma visita guiada. O encantamento que esta lhe teria produzido marcou seus primeiros interesses pela arqueologia (Ent.01/03/05).

*pouco tempo*’, também sentia que as crianças são ‘*esponjas*’ que absorvem muito do que lhes é dito (fazendo referência a anedotas com escolas que vêm todos os anos: devido aos comentários dos meninos, percebe como lembram aquilo que ouviram o ano anterior).

Por último, o conhecimento é apresentado como algo provisório, quer dizer, aquilo que se sabe ‘até hoje’. Os vazios ou as distorções manifestadas por qualquer um dos visitantes são retomados e transformados em perguntas, colocando o desconhecimento como uma base efetiva e válida de aproximação, em lugar de fazer dele um elemento de exclusão social (como acontece na dinâmica dos museus; ver Bourdieu, 1969; 1979).

## ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA e ANTROPOLOGIA nas VISITAS ao museu etnográfico

**S**egundo a chamada história oficial, em 1879 conseguiu-se conquistar definitivamente um ‘deserto’ que era necessário povoar de imigrantes. Assim sendo, a solução dos problemas do nascente estado-nação teria sido por conta de bravos militares por um lado e imigrantes europeus, por outro.

Uma visita ao atual Museu Histórico Nacional (MHN)<sup>46</sup> é suficiente para assistir a este ‘processo civilizatório’, no qual os índios eram poucos, pobres, atrasados e destinados inexoravelmente a desaparecer pela incapacidade de se adaptar à civilização.<sup>47</sup> Tudo isso explicaria que, na atualidade, ‘quase não há indígenas na Argentina’: no MHN, a frase popular “*Los argentinos descendemos de los barcos*” obtém toda sua significação.

Desde a sua criação (1889), este museu tem assumido o papel de legítimo porta-voz da história e da identidade nacionais: nele, armas, canhões e uniformes militares ilustram e celebram uma única versão da história argentina. E sem que existisse nenhuma conexão entre as narrativas do MHN e aquelas do ME, túmulos violentados e *rewes* roubados fizeram parte – durante décadas – dos atrativos deste último. Atualmente, o ME exhibe outros problemas de Estado, pelos quais é possível conectar os objetos que expõe com as armas e uniformes do MHN. Por isso, se fosse verdade que o ME é ‘o museu dos

46. Cabe lembrar aqui que os comentários a respeito do MHN correspondem à gestão anterior a 2006.

47. Na exibição permanente do MHN, ‘a história’ começava pela ‘Sala dos indígenas’: de pequenas dimensões e com poucos objetos, um dos guias explicava que os elementos ‘são poucos’ devido a que “...*não há muito para mostrar. Os espanhóis, quando chegaram, encontraram-se com todos índios antropófagos, em um estádio inferior de selvageria...*” (Visita guiada, Junho 2003). No ‘Libro de Firmas’ do ME, encontramos o testemunho seguinte: “Por favor, asesoren a la gente del Museo Histórico Nacional, que no saben dónde están parados!!!! Gracias. Fabio E., (28/08/01)”.

*índios mortos*, em todo caso seria mais apropriado dizer *o museu dos índios que mataram*.<sup>48</sup>

A partir do retorno à democracia, houve várias revisões sobre a história oficial, pelas quais “...ficou claro ‘o que não se podia dizer mais’: o que não ficou claro é ‘o quê’ tinha que ser dito”. O pessoal da AEE não somente aceita que atribuam ao ME o papel de ‘fornecedor de uma história alternativa’: também o entende dessa maneira. “Nas escolas há um discurso mais ‘paternalista’... Uma imagem de ‘coitadinhos’... Os manuais têm mudado mas, ainda assim, não há uma história construída em termos de que estas sociedades estejam incorporadas dentro da história: ainda hoje seguimos falando da ‘história dos Outros’ e da ‘história oficial’ (...) Eu acho que há instituições que abordam o assunto com outro nível: então, procuram informações alternativas...” (Silvia Calvo, Ent. 09/02/05). Para a construção de histórias alternativas à oficial, o ME deve propor outras representações: reconhecendo a dificuldade de introduzir todas as rupturas necessárias para isso, pretende pelo menos explicitar a contingência e a arbitrariedade de tais imagens.

Não obstante, além de uma história em oposição (no sentido de negar as afirmações da história oficial, ou as manifestações quase maniqueístas de algumas docentes), o ME apresenta um conhecimento novo, às vezes até impensado. O *status* historicamente ambíguo outorgado pelo Estado às comunidades indígenas (incluídas no socioeconômico, mas excluídas do sociopolítico; ausentes na história passada mas subalternas na sociedade atual – e por tanto presentes) é colocado em evidência no ME, a partir de uma reinterpretação de suas coleções arqueológicas, etnográficas ou históricas. A partir da diversidade assinalada em todos os níveis surge uma proliferação de dados ‘inimaginados’ que desestabiliza as representações anteriores: grandes quantidades de pessoas, diversidade de grupos étnicos, mobilidade sem nomadismo, cordilheiras atravessáveis, desertos povoados de ecossistemas e cheios de recursos, indígenas ricos, complexidades sociais, políticas, tecnológicas e simbólicas. Tomando a expressão utilizada por Mark Thurner (1996), o ME estaria recolocando em um enquadramento histórico as ‘comunidades políti-

48. Um dos objetivos da sala *En el confín del mundo* é, justamente, mostrar que o genocídio que teve lugar em *Tierra del Fuego* não teve nada a ver ‘com os espanhóis’, e sim foi planejado e perpetrado pelo estado-nação. Lembremos a frase que se encontra em uma das paredes dessa sala, com grandes letras: “...Esos pueblos, que fascinaron a los occidentales, ya no existen. Fueron masacrados en pocas décadas y no por los conquistadores del siglo XVI, sino por nuestros abuelos y hace menos de cien años.”

cas inimaginadas' que, por vazio ou negação, ficaram por fora do pretendido projeto totalizante do estado-nação, e o de sua escrita.

Contudo, tem algo a mais. A colocação em movimento e/ou funcionamento dos objetos contribui não somente para romper com o estatismo das vitrines, mas também para pôr em dúvida classificações generalizantes e/ou cristalizadas (assim, um 'índio caçador' pode ser apresentado como tal, mas entre muitas outras coisas, e não como algo distintivo que justifique uma tipificação). À aludida *profundidade social* dos objetos (ao apresentá-los com 'pessoas' por trás deles) agrega-se também uma *profundidade temporal*, pelo fato de posicioná-los dentro de processos que nos orientam para algo mais do que uma mera observação. Os objetos não são simples dados materiais: estão inseridos em uma história social.

Consideramos que a configuração das distorções, das omissões e dos preconceitos acerca das sociedades indígenas encontram-se articuladas sobre um eixo fundamental: a negação do tempo. Dado que não podemos conceber nada por fora dele, a ausência de profundidade passada deixa os indígenas sem história, permitindo que uma afirmação tal como 'são pobres' se instale com a força indiscutível de todo essencialismo.

A preocupação em eliminar a noção de 'povos sem história' não é nova. Pelo contrário, a antropologia empreendeu essa tarefa há décadas.<sup>49</sup> Não obstante, temos de destacar aqui que a especificidade do nosso assinalamento reside na articulação entre uma recuperação do tempo e da história através de objetos, por um lado, e dentro de um museu que durante várias décadas traçou seus interesses no sentido contrário, por outro.

A introdução do tempo seria o elemento chave pelo qual pode-se oferecer – por intermédio de uma mostra *arqueológica* e de outra *histórica* – novas representações que quebrem com as anteriores, devolvendo, através das mesmas, tempos negados, embora construindo-os de outras maneiras.

---

49. Estamos pensando, principalmente, no quase clássico trabalho de Eric Wolf (1982) – *Europe and people without history* –, e também nos Comaroff quando afirmam: "se permitirmos que a consciência histórica e a representação possam adquirir formas muito diferentes daquelas de Ocidente, então pessoas de qualquer parte têm tido história desde sempre". (Comaroff & Comaroff, 1992:5; nossa tradução), sem mencionar aqui os inúmeros trabalhos realizados a partir da antropologia do colonialismo, da etno-história e da antropologia histórica.



capítulo IV

tempos e  
temporalidades  
no museu  
etnográfico

## os usos do tempo

*“No es necesario que yo recuerde, por ejemplo, para ser quien soy, que he vivido en Palermo, en Adrogué, en Ginebra, en España. Al mismo tiempo, yo tengo que sentir que no soy el que fui en esos lugares, que soy otro. Ése es el problema que nunca podremos resolver: el problema de la identidad cambiante. Y quizás la misma palabra cambio sea suficiente. Porque si hablamos del cambio de algo, no decimos que algo sea reemplazado por otra cosa. Decimos: La planta crece. No queremos decir con esto que una planta chica deba ser reemplazada por una más grande. Queremos decir que esa planta se convierte en otra cosa. Es decir, la idea de la permanencia en lo fugaz”.*

*Jorge Luis Borges, 1979.*

**C**onforme apresenta Norbert Elias (2000), as reflexões a respeito do tempo têm se restringido a uma oscilação entre físicos e metafísicos: os primeiros interpretando-o como mais um elemento da natureza (portanto, objetivo) e os segundos como um dado da consciência e/ou experiência humana (portanto, subjetivo). Sem dúvida, a nossa compreensão do tempo – ou, pelo menos, a nossa experiência dele – ainda se encontra atravessada por este potente legado moderno, através do qual imaginamos sem muita dificuldade o passar da sua flecha unidirecional, desenhando-se sobre ela quadros neutros e sucessivos que existiriam objetiva e independentemente do seu conteúdo, e que, ao mesmo tempo, inscreveriam-se em uma categoria *a priori* e universal da nossa consciência. Entretanto “...‘determinar el tiempo’ no puede entenderse si se parte de la idea básica de un mundo escindido... (...) Presupone por un lado procesos físicos, intervenga o no el hombre para modelarlos, y por otro, individuos capaces de hacer una síntesis reflexiva, de ver en conjunto lo que no es simultáneo sino sucesivo.” (op.cit.:18). Em uma linguagem latourniana, o tempo seria mais um



dentre os tantos *híbridos* aos quais alguma vez crêssemos classificar (Latour, 1994). Apoiados sobre a dicotomia fundadora da modernidade – ‘Natureza/Cultura’ – durante décadas temo-nos dedicado a contagiar o – supostamente – separado mundo social com as verdades ‘objetivas’ das ciências físicas e biológicas. Entre tais verdades contagiadas aceitamos com boa vontade a condição ‘natural’ do tempo e, sobre essa concepção, temos capturado sua medida em nossos relógios, representado-o com linhas que desenhavam *crono-lógicas*, convertido-o em simples continente – como *cenário* – de seres e acontecimentos sobre os quais simultaneamente inflige – como *protagonista* – as marcas do seu contínuo passar.

Não é nossa intenção discutir a condição ontológica do tempo. Não possuímos as ferramentas para fazê-lo e, fundamentalmente, isso escapa aos nossos interesses. Diferentemente, trata-se de ter presente que, longe de ser um dado em si mesmo, a determinação do tempo tem uma história. Embora de maneiras variáveis, interpretamos o tempo como o desenvolvimento da totalidade dos acontecimentos e suas durações, servindo-nos dele para ordená-los mentalmente e, eventualmente, explicá-los.<sup>1</sup> Não obstante (para além de existir – ou não – uma categoria *a priori* como condição de possibilidade para que isto aconteça), nenhuma interpretação acontece no vazio. Concordando com Elias, todo indivíduo nasce em um contexto no qual medidas e/ou durações temporais fazem parte de longos desenvolvimentos de aprendizados humanos, encontrando-se institucionalizadas e sendo empregadas como meios de orientação à determinação de posições, períodos ou processos (op.cit.12-15).

Socialmente normalizadas, temos transformado essas elaboradas classificações em algo evidente por si mesmo, submetendo-as então a uma segunda naturalização. Transformando um ‘modelo da realidade’ na realidade do modelo, sobre a passagem daquela flecha que haveria de nos indicar o fluir constante do perecedouro, conseguimos desenhar as unidades de sua própria medida – horas, dias, anos etc –, desvinculando-nos desse caráter artificial, deixando de percebê-los como símbolos orientadores para interpretá-los, pelo contrário, como parte da realidade e transformando-os, quiçá, nos mais

1. Ou, em palavras de Elias: “El ‘tiempo’ se refiere a ciertos aspectos del flujo continuo de los acontecimientos, en medio del cual los hombres viven y del cual son una parte.” (...) “...lo que llamamos ‘tiempo’ es, en primer lugar, un marco de referencia que sirve a los miembros de un cierto grupo y, en última instancia, a toda la humanidad, para erigir hitos reconocibles dentro de una serie continua de transformaciones del respectivo grupo de referencia...” (op.cit.:82;84).

espessos e ‘opacos’ de todos os nossos símbolos (Elias, op.cit.31-33; Ricoeur, 1982). Esta dupla naturalização tem permitido, por sua vez, o uso natural destes símbolos orientadores para o traçado da história: pelo fato de valermos de calendários e de outras medidas necessariamente estandarizadas para comunicá-la e fazê-la compreensível, parecemos esquecer novamente que, longe de constituir um simples esquema contendo pessoas e acontecimentos, são estes (ou melhor, as *seleções* sobre estes) que determinam as formas do tempo na história e, principalmente, a colocação em relação de posições e períodos. Como aponta Elias, tratar-se-ia conjuntamente de processos físicos *abrangidos por* – e *inseparáveis de* – múltiplas produções sociais. O tempo não contém acontecimentos: pelo contrário, são estes – e as seleções sobre estes – que acabam contendo-o.

O que expressamos até aqui tampouco significa que a nossa intenção seja a de indagar o tempo a partir do ponto de vista da história de sua determinação. Não obstante, consideramos que o acima assinalado nos ajudará a refletir sobre o tema que nos ocupa.

Pelo fato de cumprir as funções de um museu universitário, o ME desenvolve tarefas de investigação que, depois, em seu caráter de instituição educativa, permite-nos conhecer. Como vimos no terceiro capítulo, ao ‘contar histórias’, nas visitas guiadas se faz uso de conceitos e categorias temporais que, no nosso entender, permitiriam a configuração de diversas *temporalidades*.<sup>2</sup> Conforme o exposto anteriormente, estas se encontrariam definidas pela aparição de protagonistas e/ou eventos particulares. Segundo Elias (op.cit.), o indivíduo aprende o conceito de tempo desde sua infância, assim como sua instituição social. Temos de considerar que é principalmente na escola onde aprendemos a sistematizar o tempo através de conceitos (tais como etapas, períodos, eras etc.) e que, aliás, a escola utiliza o ME como complemento. Por isso, tendo em mente esta perspectiva e tentando aprofundar – pelo seu intermédio – as construções temporais produzidas no ME, cabe perguntar-nos *quais e como* são ensinadas. Mas não apenas isso.

---

2. Entenderemos por *temporalidade* a unidade ou síntese que, na consciência, organiza passado, presente e futuro, quer dizer: trata-se fundamentalmente de uma *seleção* que retem elementos do passado, inclui alguns do presente e escolhe outros do futuro (veja-se Comte-Sponville, 2001:35). Tendo em mente o proposto por Elias (op.cit.), essa seleção não seria individual, senão socialmente aprendida e incorporada.

Anteriormente, citamos o trabalho de Johannes Fabian (1983) para falarmos dos usos *políticos* do tempo. Enquanto Elias tenta demonstrar o caráter socialmente normalizado das determinações do conceito de tempo, o interesse de Fabian dirige-se à identificação de construções temporais nas produções antropológicas, interpretando-as como um elemento-chave à elaboração de distâncias entre o si mesmo e o Outro, portando por isso uma ‘natureza ideológica’. Segundo este autor, a contemporaneidade compartilhada durante o trabalho de campo entre o investigador e os sujeitos que estuda se transforma, ao finalizar esse período de permanência, em um ‘alocronismo’ que negaria aquela coexistência, e que colocaria aqueles mesmos sujeitos – agora só objeto de análise – em outro tempo, mais ou menos distante, mas sempre diferente àquele do investigador. Esta retórica da alteridade pareceria ser um modo próprio – e até necessário – do discurso antropológico. Nele se evidenciaria um uso ‘esquizogênico’ do tempo devido à contradição entre aquele do trabalho de campo (que envolve interações pessoais em tempo presente) e aquele outro do discurso antropológico (que acaba sendo construído em termos de distância espacial e temporal). Esta dissociação é que permitiria, segundo Fabian, que *a ausência do Outro no nosso tempo se transformasse na marca de presença no nosso discurso*.

É claro que o autor localiza essa distância entre o trabalho de campo e a produção teórica resultante dessa investigação particular. Dado que esta sucessão de instâncias empíricas e teóricas não acontece dessa maneira dentro do ME, poderíamos argumentar que a perspectiva de Fabian não tem lugar aqui; entretanto, e como já assinalamos, as exposições do ME constituem por si mesmas *registros* que não somente refletem *modos de ser e de fazer* do próprio museu, mas também, segundo seus atores, são produções antropológicas derivadas de investigações anteriores. Dessa maneira, consideramos válido utilizar as reflexões oferecidas por este autor como um ‘disparador’ para problematizar, a partir das mesmas, o caráter político dos usos do tempo nas representações que, dos Outros, o ME oferece.

Da maneira formulada por Fabian, a díade ‘presença/ausência’ permite, por sua vez, uma série de associações com outros pares dicotômicos que se reforçam entre si, tais como ‘passado/presente’, ‘eles/nós’, ‘seu tempo/nosso tempo’, ‘exclusão/ inclusão’, ‘distância/proximidade’. Em um nível abstrato, estas dico-

tomias são importantes e necessárias, mas por isso não se deveria interpretar que penetrem os discursos de forma direta e absoluta. Mesmo assim, a idéia de *totalidade* que elas contém é necessária para mantê-la em paralelo e poder trabalhar sobre os múltiplos significados particulares que a desarticulam e que permitem, aliás, estabelecer diferenças para efeitos comparativos.

Por isso, achamos conveniente desconectar essas oposições e trabalhar, diferentemente, sobre movimentos e transformações temporais que oferecem perspectivas de uso diferentes. A realização de uma mostra 'do século XIX' poderia supor que remete-nos somente a esse século, excluindo todos os outros. Entretanto, essa afirmação seria incorreta, posto que nas exposições deste museu etnográfico universitário os tempos representados nas mostras se completam com aqueles invocados nas visitas, onde a dicotomia 'inclusão/exclusão' se torna necessária como ponto de partida para analisá-las, porém insuficiente no momento de classificar os tempos nelas elaborados e explicar a espacialização temporal – e política – que eles implicam.

## o tempo da visita

**a**nteriormente, referimo-nos ao “tempo da visita” como aquele momento onde valores, significados e sentidos são articulados e/ou incorporados a partir de uma transmissão de conteúdos que excede à organização objetual e narrativa das mostras.

Nesse período, um primeiro diálogo estabelecido para o conhecimento das *‘idéias prévias’* marca o começo de uma “dinâmica de intercâmbios” que se estenderá ao longo de toda a visita guiada. Através deste primeiro conhecimento, o ME identifica e compõe os temários de cristalizações sobre as quais deverá trabalhar em cada oportunidade. Seu conhecimento e sua indagação permitem aos guias chegar às definições e explicações de alunos e outros visitantes, conhecendo então a lógica que as articula. Posteriormente, sua abordagem transforma-se no veículo adequado para questionar ou desconstruir as possíveis distorções ou preconceitos.

Sem serem exatamente os mesmos para ambas as salas, nem para a totalidade das visitas, exporemos aqui, de maneira geral, os temas ao redor dos quais se concentram as representações que trazem os visitantes do ME. Eles seriam: o conceito de **raça**, associado à palavra etnográfico e às representações sobre ‘uma raça indígena’; a **superioridade evolucionária**, a partir de uma negação de capacidades prévias ou por diferenças de grau, vinculadas geralmente a questões tecnológicas (‘do simples ao complexo’), ou também a partir de atributos temporais que colocam a América a outra velocidade que aquela dos tempos europeus, ligando isto à falta de **profundidade temporal**, pela qual os indígenas começam a existir a partir dos Incas ou da chegada

dos espanhóis; as idéias de **fronteira**, entendidas como limites naturais e eternos; a **homogeneidade indígena**, formada mediante uma negação da complexidade em todos os níveis, diretamente relacionada à **imagem do bom selvagem** e uma visão de **sociedades estáticas** no tempo; a localização das sociedades indígenas em **espaços desérticos e com poucos recursos**, associada às idéias de **nomadismo** e à imagem dos **índios como pobres**; a **criminalização do índio**, traduzida nas imagens de sacrifícios humanos ou na atribuição de práticas violentas; por último, a idéia de uma **autenticidade perdida**, transmitida na busca de elementos ‘autênticos’ para definir uma identidade (como no caso das vestimentas).

A esta altura da nossa análise, achamos conveniente situarmo-nos no bojo de ‘o trabalho da ideologia’ como ‘fixação de significados’, apresentado por Stuart Hall (1985). Ao defini-lo, Hall refere-se à produção de seleções e combinações por meio das quais gera-se uma série de equivalências e diferenças que, agrupadas em torno a determinadas categorias, transformam-se em estruturas de pensamento e funcionam como sistemas de representação. Uma vez fixas, estas séries de equivalências são as que permitem perceber a proximidade das idéias e das representações em um ‘sistema’ que pode se apresentar não somente como algo coerente, mas também com caráter evidente.

A articulação das cristalizações apresentadas acima permite que, como um todo, os indígenas sejam associados a cenários ‘desérticos’, como o NOA e a Patagônia, que, por serem deficientes em recursos, não teriam permitido – em nenhum momento de sua história – nem o desenvolvimento de grupos numerosos nem, muito menos, nenhum tipo de enriquecimento. Combinada, a precariedade de grupos e meio ambientes teria gerado somente pequenas comunidades nômades, homogêneas e atrasadas, sobre as quais poderiam se traçar somente dois destinos: a) a imagem prístina do *bom selvagem*, traduzida em comunidades igualitárias que teriam guardado isoladamente seus costumes, crenças e tradições, ou b) devido ao entorno quase eterno de uma pobreza sem saída, a idéia de grupos que (às vezes até violentamente) desejariam se sair dela, e se apropriar das bondades da civilização. Perante qualquer destas duas alternativas, o encontro com os brancos acabaria definindo a *aculturação* como o inexorável e último destino: conforme a alternativa a), perderiam-se seus esquemas de igualdade e ‘contaminariam-se’ seus costu-

mes, crenças e tradições; conforme a alternativa b), a apropriação de elementos da civilização seria ou um ato de barbarismo (ocupação de terras) ou uma inconveniência (possuir ‘nossas’ roupas, ‘nossos’ computadores). Por sua vez, todas estas condições e características encontram um núcleo explicativo no conceito de raça, organizando naturalmente tudo o que parecia se encontrar – também naturalmente – à vista: ‘são atrasados, vivem isolados, são poucos, são pobres, são diferentes de nós’.

Este quadro articulado de representações poderia nos parecer até caricato. Entretanto, se considerarmos algumas interações ocorridas durante as visitas guiadas, poderemos encontrar, nas mesmas, comentários que contêm manifestações parciais ou totais destas idéias, arrastando consigo uma série de pressupostos explicativos, próximos aos que acabamos de apresentar.

A diversidade de formas sob as quais aparece cada um dos preconceitos assinalados evidencia a possibilidade de ramificações que (tão acessíveis quanto múltiplas) fortalecem esses imaginários, outorgando-lhes consistência. Aliás, a articulação entre esses elementos ao redor da categoria indígena torna estes dados equivalentes desde o momento em que são alinhados e direcionados em virtude de outro sistema ao qual deviam se opor, e que foi organizado em torno da construção do estado-nação. Transformados, depois, em dados estruturais, ocultam por trás de si as idéias e práticas políticas prévias que, uma vez sedimentadas, permitiram que se tornassem como tais. Com a perspectiva de Hall (op.cit.) em mente, doravante referiremos a estes temas como “sistemas de preconceitos”.

Ao conhecimento destes primeiros saberes vão agregando-se as *considerações surgidas a partir dos objetos*, as quais continuam revelando imaginários construídos. Este segundo passo cria uma experiência social com o outro através de intercâmbios capazes de produzir “identificações”, permitindo o estabelecimento de linguagens e interesses em comum, a partir dos quais pode-se estabelecer – entre outras possibilidades – revalorizações e atualidade de certos saberes (o caso do *chuño*), indagar os interesses cotidianos (as drogas), ou promover uma relação mais relaxada e otimista para com o conhecimento (a comparação com os arqueólogos). A respeito desta relação, lembremos que *investigação* é a palavra empregada em todo momento – tanto em ‘NOA’ quanto em ‘mapuches’ – para referir-se àquilo que os alunos fazem;

em segundo lugar, estes comentários são ditos por guias que são, ao mesmo tempo, pesquisadores; por último, tudo isto acontece dentro do contexto do museu, um lugar de ‘saber legitimado’ que foi apresentado como um centro de investigação antropológica. A arqueologia torna-se o veículo pelo qual é transmitida aos visitantes a idéia de investigação, a partir da relação horizontal estabelecida para ambos os grupos perante o conhecimento, transformando-os também em ‘investigadores’. As intervenções dos alunos são valorizadas desde o momento em que se integram às lógicas do conhecimento da diversidade que ali é ensinado.

Nas visitas de Público Geral (assistidas em ‘*mapuches*’), as “identificações” são trabalhadas a partir de uma participação direta. Devendo convocar o público para formar uma audiência, uma vez reunida parece se produzir uma segunda convocação para identificar, de forma conjunta, as noções aprendidas acerca das sociedades indígenas, refleti-las e questioná-las, gerando-se espaços interativos onde guias e visitantes negociam seus saberes. Os visitantes não são ouvintes passivos de um relato unívoco, mas participantes de sua confecção.

Por último, habilitar-se-ia uma terceira instância de intercâmbios a partir das “atividades lúdicas” nas quais, em virtude de regras de jogo que não se apresentam de maneira normativa, crianças e adolescentes podem entregar-se livremente à manifestação de dúvidas, vazios e opiniões, ao mesmo tempo em que sendo informados ou corrigidos dentro do mesmo enquadramento flexível de entendimento, colocando-se com plasticidade conceitos complexos e difíceis de transmitir. Os meninos opinam sobre os objetos, transmitindo de maneira espontânea as impressões sobre os mesmos e seus portadores. A aparição destas expressões ‘de primeira mão’ permite que os guias possam retomá-las na hora, para problematizá-las dentro do mesmo contexto lúdico.<sup>3</sup> Por outro lado, esta forma de trabalho oferece uma maneira privilegiada de conhecer e chegar aos múltiplos elementos e imagens com os quais, desde pequenos, constroem-se e operam estas representações.

---

3. Além daqueles exemplos que podemos encontrar em ambos os registros, citaremos aqui um deles, particularmente claro: em uma visita com alunos de 8 anos, enquanto se falava dos possíveis elementos a serem oferecidos ao ‘chefe ou curaca’ para legitimar seu poder, um dos meninos propôs rapidamente apresentá-lo com uma pena ‘para botá-la na cabeça’. A guia fez uma intervenção imediata, explicando que “...não andavam com uma pena na cabeça. Usavam, sim, diferentes enfeites feitos com penas, que tinham significados diferentes, e que nem sequer usavam todos...” (Visita, 17/08/05).



Os jogos desenvolvidos em ambas as visitas – em ‘NOA’, a organização das caravanas e dos grupos de atores sociais; em ‘*mapuches*’, a organização de uma festa entre dois grupos e a interpretação de atores sociais através da mímica – implicam na produção de cenários e realidades etnográficas através das quais, em primeiro lugar, procura-se ensinar (e refletir) sobre diferentes modos de vida; em segundo lugar, permitem colocar os meninos em uma situação onde lhes é exigido agir com a racionalidade daqueles grupos (devendo, aliás, deliberar, negociar e, finalmente, escolher uma posição); por último, as provocações implementadas nesses jogos pelos guias – para ‘*fazê-los pensar*’ – torna-os um exercício reflexivo que, pelo fato de introduzir considerações de ordem política, moral e cívica, contribui para uma constante discussão em relação à formação de sujeitos críticos. Abordando questões mobilizadoras, estes enfrentamentos de idéias ou ‘jogos de verdades’ transformam-se em uma experiência rica e agradável.

Dentro do desenvolvimento progressivo destas “dinâmicas de intercâmbio” (o conhecimento e indagação das idéias prévias, o estabelecimento de identificações e as atividades lúdicas), implementam-se certos recursos aos quais vamos nos referir como “técnicas ou tecnologias de memória”, nas quais individualizaremos as “estratégias de aproximação” e, principalmente, os “enredos temporais”.

Quanto às primeiras, são ativadas de maneira direta a partir do momento em que se habilita a participação – em diferentes níveis – de alunos e do público em geral. Além destas instâncias, é de fundamental importância o contato com os objetos, gerando outro tipo de atenção e proximidade com aquilo que está sendo exibido e narrado, provocando nos visitantes sensações de surpresa, fascinação e encantamento. Temos de considerar que, se têm visitado o museu para olhar objetos, estão tocando-os ou usando-os; se eles esperavam escutar um relato, estão perguntando e armando-o junto com os guias a partir de uma relação de horizontalidade com o conhecimento. Socializando as interrogações sobre os objetos, os relatos organizados sobre os mesmos abandonam o domínio do alheio.

Em algumas oportunidades, as aproximações a estes são implementadas de uma maneira progressiva: quando, nas dinâmicas de jogo das visitas escolares a ‘*mapuches*’, foi proposta às crianças a preparação de uma festa (provocando

com isso um total entusiasmo e adesão), incorporou-se nessa atividade o desenho (o qual exige a eleição e a observação dos objetos a serem representados). Este modo de registro contribuiu, em grande medida, para a apropriação dos conteúdos da visita, traçando-se uma continuidade entre uma primeira *observação* dos objetos, seus posteriores *desenhos* e, finalmente, sua *possessão*.

Além destes efeitos produzidos intencionalmente pelo ME, achamos que estas “estratégias de aproximação” facilitariam a aparição das ocasionais situações de ‘catarse’ assinaladas nos registros, criando-se certas condições pelas quais é possível trazer, a um espaço público, uma memória individual. Transformados em objetos de íntima reflexão, a mobilização emocional que eles precipitam no contexto da visita guiada torna estas experiências em atos efetivos de produção de memória.

Todas as instâncias até aqui descritas estão atravessadas, simultaneamente, por uma série de “enredos temporais” que implicam algo a mais do que conectar distintos momentos cronológicos. Nestes particulares usos do tempo, cremos encontrar a chave explicativa por meio da qual se tem acesso a uma sucessiva desconstrução de cristalizações, abrindo espaço para que, só assim, outras representações possam ser incorporadas.

## tempos e temporalidades em uma hora

**d**esenhar o movimento no tempo implica, necessariamente, segundo Elias (op.cit. 85-92), a demarcação lógica de um antes e um depois através da eleição de ‘algo’ que, funcionando como referência, separe-os. Deste modo, estabelecem-se relações entre posições e períodos que, pelo fato de constituírem-se como síntese de seqüências temporais simultâneas para nossa memória presente, funcionam como representações que permitem imaginar o ‘nexo do sucessivo’, portando sentido para o grupo de referência que as reconhece como tais e tratando-se, portanto, de ‘seqüências sociais’. Levando em consideração que, no âmbito do museu, a apreensão dessas seqüências é incorporada através da observação e da escuta durante o momento da visita, temos de chamá-las de “durações”, para nelas incluirmos o tempo do visitante.

Em um segundo lugar, o desenho do movimento no tempo também implica necessariamente que o traçado de seqüências seja realizado entre convergências e/ou sínteses espaço-temporais. Dado que entendemos o ser do presente como a adequação entre ‘o aqui e o agora’, falar dos nossos passados e/ou nossos futuros supõe então ‘o aqui e o antes’ e/ou ‘o aqui e o depois’, respectivamente. Dessa maneira, as durações deste movimento só podem ser percebidas e incorporadas quando tempo e espaço são coincidentes.

Estabelecidos estes critérios e com eles em mente, temos que retornar aos múltiplos sentidos e experiências do tempo que convergem no “tempo da visita”.

Começando pela organização das mostras, dos depósitos do museu chegam a elas centenas de objetos com tempos rigorosamente destilados e classificados. Uma agrupação posterior submete-os a uma síntese, na qual perdem algo de suas idades e histórias individuais para se traduzir, pelo contrário, em conjuntos unificados por algum relato, adquirindo uma existência simultânea na “duração” da vitrine que os exhibe e contém. Por sua vez, estas se abrem quase desorganizadamente: o tempo da mostra pode se identificar, sim, como ‘o século XIX’ para um caso, ou ‘a partir de 2000 a.C. até o século XVI’, para o outro. Entretanto, as vitrines não possuem uma ordem cronológica estrita nas visitas, nem desenham especificamente aberturas e/ou fechamentos de períodos. Não é a sua seqüência que organiza o tempo. Pelo contrário, objetos e vitrines serão reunidos em um tempo processual a partir de uma narrativa onde o tempo arma-se, diz-se, e, finalmente, *faz-se* (neste sentido, poderíamos atribuir à visita um caráter performativo).

Em primeiro lugar, identificamos, através das visitas, “aumentos de durações”. Logicamente, a idéia de aumento supõe uma medida inicial de referência (como acontece, por exemplo, nas 13 vitrines de De la Puna al Chaco, prévias à conquista incaica e espanhola. As durações ali vinculadas contradizem o relato hegemônico ao aumentar o tempo outorgado por este às sociedades indígenas antes do contato, produzindo ao mesmo tempo uma diminuição do tempo colonial). Não obstante, o aumento da duração é outorgado não somente por meio de uma dimensão estritamente temporal (assinalando-se, por exemplo, que *‘alguns assentamentos contam com 11.000 anos de antigüidade’*), senão também – e principalmente – a partir da incorporação da complexidade, imprimindo-lhe outro valor que excede amplamente àquele ‘antes de’, permitindo a transformação de uma condição lógico-temporal (o *antes*), em um espaço por si mesmo histórico. Não basta agregar anos para que ‘o antes’ perca *status* lógico e se transforme em história. Os anos não são estudados em si mesmos, e sim tudo o que aconteceu neles. Aliás, é o estabelecimento desta complexidade que permite que o *antes* deixe de ser o simples quadro daquelas instâncias que o relato historiográfico tem privilegiado e transformado em clivagens (a chegada de Incas e espanhóis, a Conquista do Deserto) e que, por sua vez, estes eventos deixem de ser protagonistas para fazer parte de um mais longo e diverso *continuum*. A noção de complexidade invoca, de forma

inevitável, o *tempo diacrônico*, dado que não se poderia explicar sua existência sem as necessárias evoluções e desenvolvimentos que são, por sua vez, tanto prévios quanto contemporâneos a ela. Assim apresentada (a partir da, e com profundidade temporal), entendemos que constitui, por si mesma, a condição de possibilidade para o estabelecimento de outras temporalidades. Esta complexidade inicial se ramifica e multiplica minuciosamente e, colocada em movimento dentro do *continuum* que ela mesma permite traçar, sua instalação como dimensão histórica – anterior e complexa – é a que permitiria ativar e compreender diferentemente a constituição do *depois*.

Em segundo lugar, complexidade e profundidade temporal permitem, juntas, o ingresso da historicidade de muitos dos termos utilizados nas visitas (índios, *malón*, *mapuches*, *diaguitas* etc), proporcionando, dessa maneira, a possibilidade de quebrar estereótipos construídos. O movimento complexo do *continuum* sobre o qual as histórias são articuladas convoca inexoravelmente, em seu devir, as noções de continuidade e mudança, e somente a partir daí é que é possível problematizar conceitos tais como homogeneidade, autenticidade e identidade, dentre outros. Dentro do *continuum* tudo está em movimento, demonstrando-se, ao mesmo tempo, que quanto mais for investigado e interrogado, tanto mais será complexificado, e seu ritmo acelerado.

Lembremos que nos encontramos em um museu, e que esta interrogação e investigação é realizada e apresentada a partir dos objetos. No caso de ‘*mapuches*’, por exemplo, a investigação aplicada sobre os *rewes* permite – junto a outros objetos – falar de destruturação.<sup>4</sup> Como já assinalamos, este termo habilita um tempo que a palavra extermínio nega completamente. Aliás, ao estabelecer que essa destruturação se produziu sobre uma complexidade prévia, introduz-se uma duração diferente e maior ao convocar, necessariamente, extensões de tempo que, por sua vez, permitem e tornam compreensível a introdução do tempo presente. Dessa maneira, os *rewes* roubados durante um ‘*longo processo de ocupação branca*’ deixam de ser simples dados do passado para transformar-se em problemas do presente, inscrevendo-os em um prolongamento que chega até hoje, quando se demonstra que esse ‘*longo*

---

4. Lembremo-nos que, na visita, foi explicado como os *rewes* constituíam o centro da vida cerimonial mapuche, funcionando como uma referência simbólica para cada assentamento e que, ao invadirem as comunidades, foi o primeiro a ser capturado pelos militares.

*processo'* continua sob outras formas e envolve, nessa extensão, uma demanda de reflexividade do próprio museu, o qual faz parte desse *continuum*.

Consideramos que esta passagem de dados a problemas introduziria uma mudança qualitativa na interrogação pelo *quando*: enquanto que, no primeiro caso, seria simplesmente informativo, no segundo envolveria um compromisso ao posicioná-lo em um tempo no qual também estamos inseridos (e com o qual, conseqüentemente, seriam alteradas proximidades e distâncias).

Até aqui poderíamos argumentar que nada disto é novo, dado que estas revisões temporais e/ou semânticas já tiveram lugar na história como disciplina. Entretanto, temos que lembrar mais uma vez que estamos dentro de um âmbito museológico, onde as histórias são construídas com objetos. As representações elaboradas sobre eles não anulam a presença dos grupos estudados como sujeitos e agentes históricos. Portanto, tais representações não podem ser consideradas simplesmente como parte de uma mostra museológica. O ME tem ambições históricas e antropológicas, e suas mostras são criadas dentro desse contexto pragmático. Trata-se de um projeto histórico e antropológico através de objetos: estes não são algo exposto ou dado que será passivamente observado e recebido senão que, através deles, explicita-se constantemente um propósito de atividade intelectual.

Estabelecida esta diferença, continuaremos a nossa análise dentro do “tempo da visita”. Enquanto o público visitante utiliza preferencialmente a tecnologia para fazer associações, comparações e analogias entre presente e passado (o que é completamente lógico, se pensarmos que estão visitando um museu e que, por definição, estes exibem objetos que, entre outras coisas, são portadores de tecnologias), estas mesmas operações são realizadas pelos guias criticamente através de problemas que, colocados sobre esses objetos, permitem criar diferentes experiências de tempos e de contemporaneidade.<sup>5</sup>

A partir do momento em que são estabelecidos percursos reflexivos entre passado e presente (e vice-versa), estes movimentos serão identificados como “trajetos temporais”. É o caso, por exemplo, dos debates colocados a respeito do uso das drogas, da relação entre a legitimidade dos caciques e a corrupção política no Senado, ou das associações entre os desarraigamentos dos *mitimaes*

---

5. Por *contemporâneo* entendemos aqui a síntese pela qual pessoas e/ou eventos são localizadas *em um mesmo tempo*, seja no passado ou no presente.

e a desestruturação dos mapuches, vinculadas à última ditadura militar. Através destes movimentos no tempo, estariam-se estimulando as conexões entre formas passadas (de consumo de drogas, violência e organização política, nestes casos) para poder analisar situações contemporâneas.

Também poderíamos identificar certos “dispositivos de atualização”: referimo-nos à implementação de fotografias atuais, às matérias dos jornais, ao assinalamento de vigências estabelecidas através de elementos (o *chuño*, os teares), como também àquelas invocadas verbalmente (a atualidade de festas, carnavais, *nguillatún*). As ‘coisas velhas’ expostas pelo ME são colocadas junto a outros elementos e dados que excedem o exibido pelas vitrines e seus tempos. O fato de mostrar as fotografias dos indígenas nos jornais, ou situá-los na cotidianidade da feira domingueira de Mataderos, cria estrategicamente outra temporalidade que permite ‘testar’ sua atualidade, introduzindo-os na contemporaneidade dos visitantes e ressignificando, por isso, essas ‘coisas velhas’, em virtude da continuidade na qual se inscrevem.

Aliás, conjugam-se com estes tempos duas maneiras diferentes de trabalhar o simultâneo. Uma delas é claramente organizada em tempo passado. Nele, sociedades indígenas e brancas são apresentadas juntas e em interação. Quem visitar o ME para olhar ‘coisas de índios’, surpreender-se-á ao encontrar objetos que incluem as sociedades brancas dentro da categoria ‘observado’. Esta colocação instala a pergunta pelo *quando* em outros espaços temporais, que alteram profundamente o sentido do termo *aculturados*: o momento do ‘contato com os brancos’ perde os contornos como evento e somos convocados, diferentemente, a indagar através da historicidade desse termo.

Ao mesmo tempo (e considerando aquilo que já dissemos a respeito do estabelecimento de uma complexidade inicial, e da profundidade temporal a partir da qual se desenvolve e ramifica), esta simultaneidade no passado é nodal na hora de estabelecer um segundo tipo de instâncias: o contemporâneo-atual.

As mostras ‘NOA’ e ‘mapuches’ estão inseridas em momentos ou tempos que lhes são próprios. Não obstante, as “durações” criadas para os visitantes compreendem outras “combinações temporais”, e criam contextos diferentes. Exemplo disso é a apresentação da nota de \$ 100, na visita a ‘mapuches’. Tratando-se também de um objeto, esta nota é desejada e procurada na vida

diária de qualquer um dos visitantes, dado que possui o valor mais alto dentro do atual sistema monetário em circulação. Sua imagem – multiplicada em todos os âmbitos da vida social – consagra cotidianamente o triunfo da civilização branca, que acaba de estender suas fronteiras sobre o índio. Longe de ser ingênua, a contemporaneidade criada por ela – essa imagem *neste* presente – ‘extermina-os’ novamente e os coloca, mais uma vez, no passado.<sup>6</sup> Não obstante, no ME se aproveita esta condição contemporânea, embora colocando nela uma pluralidade de tempos que a transformam em algo diferente: por um lado, está o tempo da chamada Conquista do Deserto, da perspectiva indígena;<sup>7</sup> por outro, aquele de um quadro que, encarregado pela história oficial, tenta representá-la a sua medida; por último, o tempo de uma sociedade que a exhibe em sua moeda, nela ficando envolvida. Explicitados e dirigidos no “tempo da visita”, estes três tempos questionam criticamente a história que transmite a imagem dessa nota, como também sua tranqüila e transparente temporalidade: o que haveria acontecido, não encontra ali sua síntese<sup>8</sup> (por outro lado, não podemos deixar de destacar novamente que também se inclui e/ou sobrepõe o tempo da reflexividade do ME, fazendo explícita sua própria história colonial).<sup>9</sup>

Estas contextualizações não se reduzem à inserção de um tempo em outro, nem a uma simples associação entre eles. Os contextos não ‘estão aí’ como quadros de referência à espera de conteúdos: eles também se constroem.

Dessa maneira, não se trata meramente de indicar que o *chuño* arqueológico do século XV ainda existe na atualidade do século XXI, mas de inseri-lo na contemporaneidade da discriminação e do racismo da Buenos Aires deste século; a organização das *caravanas* traslada aos supostos ‘níveis de inteligência mais evoluídos’ para o passado, demonstrando a necessária racionalidade

6. Considerando a multiplicação desta imagem em todos os espaços cotidianos, achamos apropriado lembrar o definido por Hobsbawm e Ranger (1984) como ‘invenção da tradição’, referindo-se àqueles processos de formalização e ritualização que se caracterizam por sua referência a um passado imemorial artificial, inculcando valores e normas de comportamento que, por meio da repetição, instauram uma continuidade automática com esse passado, proporcionando cenários e atores com papéis fixos, e estabelecendo laços com o passado que ao mesmo tempo constroem.

7. Ao sublinhar esta ‘perspectiva indígena’ estamos querendo enfatizar que a Conquista do Deserto é colocada, sim, como uma ‘clivagem’, não devido a uma extensão das fronteiras brancas por sobre as sociedades indígenas, mas pela *perda da independência* destas últimas.

8. Algo similar acontece com o quadro “*La vuelta del malón*”, conjugando-se ali também condições temporais/estruturais semelhantes.

9. Referimo-nos aqui ao questionamento realizado acerca da obtenção dos *rewes*, como também ao fato de ‘contar’ dentro da visita o acontecido com a palestrante mapuche.



que também as armou há 500 anos atrás; *caciques* mapuche do século XIX se introduzem no Senado da Nação para refletir a corrupção política; fotografias e jornais atuais colocam as crianças na frente de uma ‘*coisa velha*’ como o *rewé* para pedir, hoje, pela devolução das terras; os desarraigamentos dos *mitimaes* e a desestruturação dos mapuche instalam, na visita, a violência dos exílios políticos e a desarticulação da sociedade argentina, entre 1976 e 1983. Combinando passados e atualidades, o ME faz explícita a relevância do conhecimento da história para qualquer possível explicação social contemporânea.

A maneira em que são construídos estes artefatos temporais e identitários é o que nos leva a definir as ações do ME como “estratégias performativas”. Em suas exibições, o tempo não se indica, *o tempo se faz*; o ME constrói estas reuniões e cria atos temporais.

Temos realizado uma distinção entre diferentes manipulações de tempos (ao assinalar aumentos de durações, trajetos temporais, dispositivos de atualização e diferentes combinações para trabalhar a simultaneidade), mas não deveria entender-se por isso que tais classificações constituam domínios separados. Pelo contrário, referimo-nos a todas elas como “enredos temporais”, dado que se apresentam em mútua inter-relação, atravessando todo o transcurso da visita. Ao longo da “dinâmica de intercâmbios”, estes diferentes usos do tempo são articulados para gerar um *continuum* crescente de experiências que, fixando-se como tais, não se esquecem, traçando cadeias progressivas de “criação de memória” e por elas desenvolvendo diferentes níveis de apropriação (e, conseqüentemente, de conhecimento).

No começo desta parte do capítulo, assinalamos a necessidade de adequações espaço-temporais para uma percepção e incorporação das seqüências e/ou durações do tempo. Nos exemplos comentados, o ‘aqui e agora’ é coerentemente construído em relação às continuidades criadas entre um ‘aqui e antes’ e um ‘aqui e depois’. Estas sucessões também tentam construir-se e dar-se a conhecer como uma continuidade quando, por exemplo, mencionam-se as atuais festividades em Tilcara ou a celebração do *nguillatún*, ou que ‘ainda’ continua-se produzindo *chuño*, ou que ‘ainda’ se tece em *tear vertical* e se toca o *kultrún*. Da maneira apresentada, o que permitiria traçar essa continuidade é a disposição e a permanência desses ‘costumes’ no tempo. E aqui nos defrontamos, se não com uma dificuldade, com uma faca de dois gumes.

Quando no Capítulo I elaboramos a história do ME, tivemos acesso ao caráter essencializante que, durante décadas, foi outorgado a estas sociedades através de inventários e/ou coleções de objetos, costumes e/ou ‘supervivências’. Como aponta Jean Bazin (1993), uma proposição tal como ‘os mapuches ainda hoje celebram o *nguillatún*’ estaria nos informando, sem dúvida, de um costume (que seria, por sua vez, produto de uma operação etnográfica, definido a partir do momento em que *sua* festa de ano novo é diferente da *nossa*). Entretanto, o conhecimento da existência desse costume não nos informa acerca de como é celebrado o ano novo pelos mapuches que vivem nas zonas periféricas de Buenos Aires, ou daqueles que têm um camelô de prataria na feira de Mataderos. Concordando com Bazin, ao isolar certos dados e identificá-los como típicos corre-se o risco de extraí-los de uma atualidade na qual, com maiores dimensões, os mapuches vivem e agem em um mundo que não está cheio nem de costumes, nem de comportamentos característicos. Em última instância, este procedimento os *desatualiza*.

No capítulo anterior foi abordado o problema da ‘identificação de autenticidades’ a partir dos comentários da guia a respeito da ‘arte mapuche’ (p. 158), mas o que estamos tentando assinalar agora são as inscrições temporais dentro desse problema, e suas conseqüências. A *desatualização* aludida por Bazin não suprime as sociedades indígenas do cenário contemporâneo. Pelo contrário, coloca-as no mesmo de maneira eficiente, porém em outro tempo, ou melhor, em uma a-temporalidade. Os mapuches são definidos através de costumes e comportamentos característicos que ‘são’ de uma ou outra forma, e que acabam sendo exigidos como provas de pertencimento e de identidade. O espaço é ocupado então por traços permanentes, que impedem a aparição de *estados* – junto a tudo o que eles precipitam: agências, mobilidade, mudanças, processos, histórias, isto é, *tempo*.

## museus colonialistas vs. museus do COLONIALISMO

O que acabamos de assinalar nos conduz, por sua vez, a outro tipo de problemas relacionados às revisões e mudanças ocorridas dentro dos museus etnográficos, em particular, e na instituição museológica, em geral.

Quanto aos primeiros, a retórica do colonialismo colocou as sociedades indígenas em domínios claramente separados dos nossos, principalmente através de representações a-históricas e narrativas evolucionistas. Construídos a partir do e para o mundo moderno, os museus etnográficos armazenaram e conservaram em sua arquitetura a pedra angular de sua identidade: o *eles* que lhe permitia pensar-se como um *nós*, uma imagem especular invertida que, construída sobre um discurso europeu prévio baseado em uma alteridade intrínseca, apresentava a *diferença* como um fato em si mesmo, como condição sempre presente e anterior a qualquer possível semelhança. A linguagem universalizante proposta pela antropologia do século XIX, o *status* quase ilustrativo da etnografia neste período e o culto à expansão do Ocidente e seu progresso indefinido tinham seu corolário nesta classe de organização museológica.

Tem sido, sem dúvida, através da etnografia que, no devir da ciência antropológica, problematizou-se e redefiniu-se o estatuto e a razão de ser dos museus etnográficos. De fato, a crise de representação formulada pelos pós-modernos, no âmbito da produção antropológica, foi deslocada para os

espaços do museu: ‘autoridade’, ‘intervenção’ e ‘alegorias dos Outros’ também foram identificadas na organização das mostras e nas narrativas que as acompanhavam. As ‘polifonias’ e ‘heteroglosias’ invocadas por esta corrente fizeram-se presentes, então, nas salas dos museus etnográficos, dando voz aos produtores dos objetos expostos e questionando, simultaneamente, a autoridade ou representatividade daqueles que organizavam as mostras (Karp & Lavine, 1991; Ames, 1992; Clifford, 1995;1997; Bensa, 2003).

Por outro lado, a passagem de uma antropologia colonial a uma antropologia do colonialismo permitiu examinar o papel social dos museus etnográficos e o tipo de conhecimento por eles divulgado, colocando-os como parte de um conjunto de tecnologias de dominação e como instrumento de legitimação da expansão colonial, quer dizer, como mais um enquadramento de compreensão europeia para as culturas não-europeias (Asad, 1973; Pels, 1997). A crítica lançada para os museus etnográficos e suas coleções surge como parte da expiação de culpas que esta corrente fez à própria disciplina: era necessário pôr em termos valorativos as representações sociais que o museu havia feito (e ainda fazia) da alteridade, abordando as implicações epistemológicas, morais e políticas, que comportavam a colocação de cultura material em vitrines que representavam aqueles que não estavam presentes. Por isso, concordando com Boris Wastiau (2002:103), o espaço de um museu etnográfico deve ser entendido como o produto de uma relação histórica, colonial e pós-colonial. Como já foi assinalado, o ME se envolve de forma direta na historicidade desta relação. Por outro lado, nela incluindo-se, o ME está gerando outras proximidades históricas que lhe demandam compromissos morais e políticos, explicitados a partir dos valores que sustenta e transmite (eliminar a noção de ‘povos sem história’; os argentinos não vêm dos barcos; os indígenas não são inferiores etc).

Quanto às mudanças dentro da instituição museológica em geral, há algumas décadas os museus eram pensados como depositários de ‘reliquias’, ao mesmo tempo como detentores de valores de uma maneira normativa em relação ao público. Pelo contrário, a chamada ‘nova museologia’ os propõe como lugares de experiências, onde as relações com os visitantes são entendidas e construídas de maneira participativa e interativa. A modificação das

relações da instituição com o público modificariam as relações deste com o exibido (Dubuc, 2002:32-33).

Da maneira apresentada, poderíamos alinhar o ME com os chamados museus do colonialismo, a partir do momento em que os objetos exibidos não representam traços visíveis de relações de conhecimento e poder organizados em um ‘templo de culto ao Ocidente’; melhor dizendo, esses objetos constituem os veículos privilegiados para articular um espaço de devoluções históricas. Assim mesmo e em segundo lugar, poderíamos identificá-lo também como um lugar de experiências, tanto pelo fato de gerar atividades participativas, como também por construir a possibilidade de negociação entre as buscas dos visitantes e as interpretações exibidas do próprio museu.

Não obstante, estes dois aspectos encontram um ponto de convergência que, achamos, torna o ME um ‘museu do colonialismo’ diferente. Certamente, os sentidos acumulados naqueles objetos coloniais têm mudado de direção, embora se transformando em portadores de uma particular mensagem reflexiva: ao fazer explícita a necessidade de ‘devolver aos indígenas um lugar na nossa história’ (Dujovne, 1995), a *linguagem da dívida* permeia toda a retórica do ME. Sem dúvida, essa devolução inscreveria-se no enquadramento do reconhecimento antes mencionado (pelo qual o ME se assume como produto de uma relação histórica, colonial e pós-colonial). Entretanto, entendemos que essa devolução possui outras e maiores dimensões.

Reconhecer uma dívida não implica simplesmente no restabelecimento do endividado. Acima de tudo, gera o laço social correspondente. A aceitação de uma ‘obrigação de dívida’ é necessária à continuidade de uma relação, quer dizer: para que essa relação continue, primeiro é necessário devolver. De tal maneira, essa relação – traçada não ‘no passado’ com comunidades passivas, senão dirigida para o passado com seus agentes históricos – instala a experiência do compromisso histórico, para sua continuidade no presente. Instalando-se, por intermédio das devoluções, outras relações sociais, a colocação em jogo de diferentes gramáticas temporais facilitaria que temas como a usurpação, o racismo, a discriminação, os distintos tipos de dominação, a exclusão social, a luta pela identidade e pela recuperação de terras, o respeito para formas de vida diferentes e em constante movimento, a ditadura militar e a perda de independências – entre outros – sejam compreendidos não

somente como processos circunscritos a determinados contextos sociohistóricos, senão também – saindo-se das vitrines e paredes do ME – possam ser percebidos como fatos políticos em tempo presente.

Se, como se afirma no ME, “*...la Argentina es un país que en su devenir histórico se ha conformado como una nación multiétnica y pluricultural...*” (Pérez Gollán, 1987:15), a dimensão histórica destes processos é trazida criticamente através de suas vitrines para nossa explicação social contemporânea. O *eles* que se investiga e questiona nas visitas implica a interrogação e o questionamento do *nós*, e é isso o que cria uma contemporaneidade em tempo presente.

## a CRIAÇÃO de memória: o passado como projeto

**C**onsiderando o apontado por Roy Wagner (1981), poderia se dizer que nos movemos no mundo ‘como se’ as totalidades do *nós* e do *eles* existissem. Este ‘como se’ funciona de maneira operacional, assinalando-se por ele a invenção, identificação, definição e constante reinvenção de dois grupos tão reais quanto ilusórios – conforme o particular e cuidadoso uso destes termos pelo autor.<sup>10</sup>

Embora de maneiras diversas, entre os diferentes públicos do ME alguns têm manifestado nele se encontrarem para ver ‘coisas dos outros’. Atendo-nos à oposição mencionada, isto significaria não ver ‘coisas de *nós*’; por outro lado, também acodem aqueles que expressam desde o começo a necessidade de ver ‘coisas nossas’. Para todos os casos, o *eles* e o *nós* são, dentro do ME, reinventados, retomando o que foi deixado de lado quando projetados, posto que trata-se de um *nós* que não está definido por oposição a um *eles* (e vice-versa), senão um *nós* e um *eles* por si mesmos, heterogêneos, complexos e sem contornos

10. Em sua análise acerca do conceito de cultura, Wagner argumenta que a antropologia é o estudo do homem ‘como se’ existissem culturas, quer dizer, trata-se de um processo de conhecimento e entendimento que se desenvolve paralelamente a um processo de invenção. Desde as perspectivas pelas quais foram criadas, traçaram-se *convencionalidades* assumidas depois em caráter do real-verdadeiro; entretanto, aquilo deixado de lado para sua construção – ‘o que resta’ do processo de convencionalidade – continua operando como *co-relato* que, por estar sempre presente, permite que a cultura se reinvente a si mesma, através das relações humanas que precipitam-na continuamente. Em nosso trabalho antropológico, ao perguntarmo-nos sobre ‘o óbvio’ ou ‘o natural’ estaríamos marcando o lugar da convencionalidade, ou seja: no processo de ‘lembrar o que a cultura faz’ há uma reinvenção da mesma. *Convencionalidade* e *esquecimento* fazem da cultura algo *real* ao mesmo tempo que *ilusório*: a passagem de um terreno ao outro é atravessada pela *invenção*, chave do argumento de Wagner. Tradição, inovação e tempo também são ‘inventados’ e articulados conforme o momento particular da cultura que se queira explicar, recorrendo então para isso àquela convencionalização, na qual encontramos as variáveis e os parâmetros que fizeram-na possível. Da maneira apresentada pelo autor, ‘cultura’ seria uma categoria nativa ocidental: trata-se de uma invenção da cultura, mas nunca de uma cultura inventada. É um processo contínuo e nunca um estado, impossibilitando-se sua reificação. Falar de um processo constante de invenção é não congelá-la. Se a convencionalização parece lançar-nos a um beco sem saída (dado que, inevitável e simultaneamente, estaríamos produzindo uma naturalização ao demarcá-la como tal), entretanto é o movimento constante da invenção o que nos permitiria não ficar encerrados nele.

precisos. Aachamos correto dizer que as exibições do ME são realizadas ‘como se’ existissem culturas (mapuches, diaguitas, ‘eles’); no entanto, consideramos mais apropriado assinalar que o que nelas se desenvolve e mostra são longos processos de formação de identidades.

Conforme os nossos destaques ao longo dos registros, o ME desenvolve uma função informativa (privilegiada especialmente no âmbito escolar, devido às carências bibliográficas) junto à outra, político-pedagógica (pela qual visa-se estimular a formação de sujeitos críticos, capazes de desenvolver outras leituras acerca do seu passado e de sua realidade social), articulando todas elas através de sua tarefa científica como museu universitário. Para o desenvolvimento destas funções são implementadas as diversas “tecnologias de memória” que assinalamos até aqui, trabalhando sobre os objetos e gerando os contextos a partir dos quais explicá-los.

As ‘coisas velhas’ não constituem uma colocação estática que se mostra nas vitrines como algo distante, e que em virtude dessa distância seriam sempre incorporadas em termos de *diferença*. Pelo contrário, essas ‘coisas velhas’ são colocadas em funcionamento para gerar com os visitantes uma reinterpretação do passado que carregam, e, conseqüentemente, uma reformulação de percursos e distâncias – entre ‘essas coisas’ e nós. Quando se diz que ‘*é absurdo pensar que conhecemos mais dos Incas do que das sociedades do NOA*’, ou quando se enfrenta o público com a maior familiaridade com figuras como San Martín ou Roca do que com o mapuche artesão da feira de Mataderos, explicita-se a procura destas reformulações, assim como a intencionalidade de estabelecer outros caminhos e proximidades. Para que isso aconteça, o ME assume a demonstração da existência de um “sistema de preconceitos”, seu questionamento e sua possível desconstrução. A partir daí, e do próprio trabalho ideológico do museu, serão organizados outros sistemas de equivalências e diferenças (Hall, op.cit.) pelos quais se construirão outras representações, capazes de substituir as que são questionadas.

Além das apreciações feitas a partir da consideração dos traços visíveis dos objetos, o ME os apresenta principalmente a partir de sua ‘vida social’ (Appadurai, 1986) e sob a possibilidade de interrogá-los. Esta posição abre então o campo de associações que podem ser realizadas sobre eles, e con-



voca o próprio museu a pôr em prática a ‘imaginação histórica’ (Comaroff & Comaroff, 1992).

Devido a este caráter social com que eles são apresentados, o questionamento do “sistema de preconceitos” excede a dimensão do conhecimento do passado na memória para conformar, ao mesmo tempo, uma consciência política, histórica e social com aplicação no presente. Dentro do ME não tem nenhum objeto pelo qual se fale do ‘Processo’; entretanto, os diferentes tempos dos *mitimaes* e dos mapuches são capazes de torná-lo visível. Como assinalamos anteriormente, este contexto não está dado, mas é construído. O sistema de equivalências em torno da categoria *violência* muda de lugar, criando-se sobre ela uma memória diferente. Na descoberta de continuidades e processos, as distâncias se reduzem. Nas perguntas pelo ‘quando’ poderão se instalar datas, mas também ramificações e compromissos. Apresentar o passado como uma possibilidade reflexiva para tomar posse do futuro é inscrevê-lo politicamente, tornando-o por isso um projeto.

Revisionismos históricos e novas perspectivas museológicas teriam modificado o caráter cristalizante que assumira a memória quando, segundo Pierre Nora (1984), a modernidade decidiu intencionalmente ‘armazená-la em lugares’.<sup>11</sup> Além de qualquer uma das funções que a memória pôde ter desempenhado historicamente, concordamos com Nora na constância de sua condição de *atualidade* – no sentido em que sempre é elaborada em tempo presente – e na possibilidade de sua manipulação, devido a seu jogo dialético entre esquecimentos e lembranças. Em oposição à história – uma escrita do passado obtida por meio de uma operação intelectual que compreende uma investigação sistemática sobre ele –, a memória constitui, melhor, uma experiência gerativa desse passado (Küchler, 1992:226).

Entendemos por ‘memória’ a compreensão do passado no presente da consciência, realizando-se nesta uma síntese dinâmica de passado e presente (Kuchler, op.cit.; Comte-Sponville, 2001). As temporalidades configuradas pelo ME durante o “tempo da visita” produzem estas sínteses junto ao público,

---

11. Sob a expressão ‘lugares de memória’, o autor nomeia aquelas instituições – tais como museus, arquivos e bibliotecas – sobre as quais dirigiu-se uma atenção privilegiada a partir do desaparecimento da ‘memória’ (entendida no sentido de *fundamento* das sociedades organizadas pela tradição). Devido à experiência de uma *ruptura* entre um passado e um presente, a modernidade teria necessitado habilitar lugares/instituições de memória, nos quais pudesse ser fixada e transmitida por intermédio de elementos ‘concretos’ (tais como objetos, imagens, documentos, textos etc).

em distintos níveis de experiência. Por isso, as situações de interação que analisamos não cristalizam a memória, mas, diferentemente, provocam-na continuamente. As experiências que o ME oferece aos visitantes *criam memória* a partir do momento em que geram espaços ativos e participativos para construir junto ao público essas sínteses ou ‘*coevalness*’ (Fabian, op.cit.) entre passado e presente, entre *seu* tempo e *nosso* tempo, entre *eles* e *nós*, ‘reinventando’ (Wagner, op.cit.), a partir de devoluções e esquecimentos, os processos pelos quais pode-se integrar a todos na proximidade do presente. Neste sentido, o passado é um recurso para consegui-lo e, concordando com Kuchler (op.cit.), nunca poderia se tratar de ‘um país estrangeiro’ para aqueles que o produzem.<sup>12</sup>

---

12. Estamos fazendo referência à consigna do debate proposto por Tim Ingold (1992), “The past is a foreign country”. Como seu organizador, Ingold expõe as dificuldades temporais implicadas para uma substituição do já descartado ‘presente etnográfico’: as pessoas e suas vidas têm ‘ficado atrás’ na experiência do etnógrafo e, ao rerepresentá-las, este construiria, na realidade, uma projeção de seu próprio passado. O passado dos outros ficaria então *ligado a e definido por* nossas próprias concepções do passado. Espacializando-o, Ingold propõe indagá-lo através da expressão ‘um país estrangeiro’ para pensá-lo à maneira de ‘outro lugar’, onde tudo seria definido tão diferente quanto alheio (**Key Debates in Anthropology**. London/New York: Routledge, 1996; p. 201-248).

## OBJETOS ALHEIOS, HISTÓRIAS COMPARTILHADAS

**C**onsideramos que a intensidade dos esforços realizados pelo ME traduzem a necessidade de fazer algo muito elaborado para que possa ser incorporado. Mais do que um ‘lugar de memória’ (Nora, op.cit.), temos chamado-o de lugar de *criação* de memória por gerar dispositivos para instalar aquilo que também definimos como ‘inimaginado’. Apoiando-nos nas estimulantes idéias sugeridas por este autor, tentaremos apresentar mais profundamente a distinção por nós estabelecida.

Ao analisar estes lugares e/ou instituições, Nora adjudica aos museus o exercício de uma ‘história-memória’, quer dizer, não se trata de uma memória espontânea. Pelo contrário, encontra-se ali sistematizada e reconstituída, ‘capturada’ de alguma maneira sob o princípio da ordem necessária a toda história. Devido às práticas de seleção e combinação que necessita realizar para dar uma forma a seus sempre heteróclitos acervos, o museu – ou melhor, a sua organização exibida – apresenta-se então como lugar de uma elaborada consciência (Nora, op.cit.; Oliveira, 2005).

No caso do MHN, suas seleções nos trasladam entre dados que, como pontos, a história oficial escolheu mapear, e onde efetivamente a nossa memória aprendida encontra um ancoradouro. Foram necessários sinais ‘naturais’ no passado para que pudessem ser projetados previsivelmente em um presente, naturalizando também a este, e explicando sua ordem. A iluminação do passado era, antes de tudo, uma justificativa da realidade. Apresentando sua autorregulação de maneira natural, a história podia, ao mesmo tempo, desvincular-se de sua própria autoria, e colocar em nós a ilusão de crer que aquilo

que lembramos do passado é a nossa memória. Daí a sua sedutora magia, por fazer coincidir ‘naturalmente’ a história nacional com a memória coletiva.

De maneira diferente, o ME assinala outros pontos que não são ‘dados’. São problemas que, por sua vez, estão cheios de perguntas que lhes conferem mobilidade e que por isso escapariam do perigo da cristalização. Neste sentido, o ME pode ser menos atraente: não há uma magia do coincidente quando interroga, em voz alta, a sua própria memória acerca dos *rewes*. Também constitui um registro que, por armazenar dados, ‘liberta a memória’, deixando-a descansar. Pelo contrário, é produzida a partir da abertura de seus leques temporais e da complexidade que os sustenta. Propõe que, a partir do presente, se interroge o passado: este volta ao presente para interrogá-lo, e assim sucessivamente. Trata-se de um movimento contínuo e não de uma operação acabada. Aqui, a iluminação do passado é, antes de mais nada, uma pergunta sempre aberta. Não há uma ‘vigilância comemorativa’ no sentido de Nora: as sociedades indígenas não são um dado senão um combate, uma luta social *mise-en-scène*. Não se trata de dizer ‘isto deve ser resguardado’, e sim ‘isto deve ser reconhecido’. Não pode haver memória para aquilo que se desconhece completamente ou se conhece mal. O que se mostra no ME não está ameaçado nem pela destruição, nem pelo desaparecimento: está ameaçado principalmente pela ignorância. O esquecimento não pode ser uma ameaça sem que antes exista ‘algo’ passível de ser esquecido. Por isso, o ME não está *custodiando* a memória das sociedades indígenas, está *construindo-a*. As temporalidades convocadas em suas visitas não configuram momentos arrancados do devir da história, que a partir de suas vitrines retornariam a ela para fortalecê-la. São criações novas que devem formar, por si mesmas, esses movimentos no tempo que chamamos de história.

Concordamos plenamente com Nora quando assinala que quanto menos a memória é vivida no interior, mais precisa de suportes exteriores. No ME, é muito o que se necessita habilitar porque é uma memória que nunca esteve, e por isso nos referimos às ações que implementa com termos tais como *dispositivos*, *tecnologias* e *estratégias*. É encarregado da construção de memórias de minorias ignoradas, devendo instalá-las em uma sociedade que se autoconvenceu de ter se formado sem elas por não tê-las incluído em sua autobiografia.

Poderíamos dizer então que aquilo que se ‘cristaliza’ de alguma maneira no ME é sua vocação por criar e ativar memórias, e não a memória, a qual é sempre convocada para pensar-se a si mesma. Esta vontade de memória compreende, sem dúvida, a *mise-en-scène* dos esquecimentos, mas principalmente é a restituição do ignorado. É assumir, antes de tudo, uma culpa histórica e comprometer-se a pagar uma dívida interna, devolvendo ao presente sujeitos históricos, mobilidade, mudança, processos e histórias. É, finalmente, uma devolução de tempos.

Na parte anterior deste capítulo afirmamos que o passado não poderia ser ‘estrangeiro’ para aqueles que nele intervêm. Entendemos que a linguagem expositiva do ME cria materialidades pelas quais podem-se habilitar novos espaços de memória, abrindo outras possibilidades de apropriação do passado em seus visitantes, colocando aqueles objetos – inicialmente *alheios* – como protagonistas de uma história *compartilhada*, ‘tomando ato’ da presença do outro a partir da contemporaneidade multiétnica e pluricultural que explica ambas as partes – *nós e eles* – em uma só.



conclusões

O objetivo deste trabalho tem sido a identificação e a análise dos usos *do tempo* realizados pelo Museu Etnográfico da Cidade de Buenos Aires. Através de um percurso pela história desta instituição, para depois situarmo-nos no contexto das visitas guiadas que oferece atualmente, tentamos indagar a abertura das temporalidades ali construídas, suas compreensões e seus alcances, bem como as transmissões de conhecimento que possibilitam e a viabilidade de apropriações e identificações que geram. Paralelamente, assinalamos as capacidades políticas desses usos, a partir do momento em que os consideramos instrumentos úteis para o traçado de visibilidades e legitimidades históricas e sociais.

Entendemos que a atualidade do ME e seus usos do tempo não se dão no vazio: pelo contrário, inscrevem-se e fazem parte de um processo que também os constitui e explica. Por isso, no Capítulo I tentamos reconstruir a história desta instituição, tomando para isso as produções e as vozes daqueles que foram seus próprios atores.

Nosso movimento até o passado permitiu-nos introduzir a historicidade das disciplinas, dos conceitos, dos critérios e das práticas utilizados pelo ME para tecer a diversidade de seus modos de ser e de fazer ao longo de um século, e sobre os quais fosse possível estabelecer escalas de diferenças para efeitos comparativos. Significados, protagonismos ou eventuais abandonos de suas funções quase permanentes (*investigação, docência, difusão, exibição e conservação*) oscilaram conforme as diferentes concepções em torno do que se entendia por ‘museu universitário’: sê-lo, armá-lo, projetá-lo ou simples-



mente administrá-lo; outras vezes, transformá-lo em lugar de militância ou campo de luta entre poderes acadêmico-políticos. Tivemos acesso ao caráter paralisante dos tempos traçados pela arqueologia daqueles períodos, a partir do momento em que nenhum deles propunha alguma relevância para uma explicação social contemporânea. Por sua vez, a antropologia encerrou a ‘Outredade’ em presentes etnográficos cristalizados, inventariados através de saídas ao campo em ‘busca de vestígios’.

Entretanto – e como cremos ter desenvolvido em nosso trabalho –, entendemos que todo valor temporal é construído por agentes variáveis e a partir de transações teóricas e políticas entre diferentes grupos e suas trajetórias sociais, quer dizer, em sua singularidade, cada ‘tempo’ teria tido perspectivas de uso que lhes seriam próprias. Não é o mesmo apelar ao passado para se ajustar às exigências de uma ciência baseada em paradigmas evolucionistas ou difusionistas imperantes no início do século XX que, diferentemente, fazê-lo para justificar as primazias raciais na Europa da metade do mesmo século. Um passado que só conduzia para si mesmo tem sido o único denominador comum, por nós utilizado, para colocar juntamente esses tempos como um ponto reflexivo de partida, sem que por isso devam ser interpretados como idênticos ou politicamente similares.

Nosso propósito neste primeiro capítulo foi desenvolver a complexidade inicial do ME, entendendo-a também como condição de possibilidade para o traçado de um sinuoso *continuum*, estabelecendo em sua profundidade temporal – de 100 cronológicos anos – a espessura e densidade históricas pelas quais pode-se dar conta da relevância científica e política deste centro de investigação universitário, ao mesmo tempo que tornar compreensíveis as mudanças ocorridas na atualidade.

Por isso, dedicamos o Capítulo II à apresentação de seus integrantes, suas atividades e funções, sua organização e seus objetivos. Ao fazê-lo, consideramos ter estabelecido uma certa correspondência entre as dinâmicas interdisciplinares de trabalho que aí têm lugar e as heterogêneas formações e trajetórias pessoais de suas autoridades. Encontramos, neste presente, uma organização que pretende pôr em cena a investigação que aí se realiza, sendo esta o núcleo que se entrega à sua materialização na organização das mostras. A concepção de museu universitário proposta por suas autoridades sustenta

que a *investigação* nutre a *exibição* – e vice-versa – encontrando-se, ambas, indissolivelmente articuladas à *docência*. Por outro lado, a integração entre reformas edilícias, novos critérios expositivos, dinâmicas de intercâmbio interdisciplinares, procura permanente de subsídios para novos projetos, constante ditado de seminários e a preocupação em formação de recursos humanos a partir de bolsas gerenciadas pelo ME foram características pelas quais referimo-nos a esta etapa como a ‘re-fundação’ do museu, tal como assinalamos na periodização estabelecida no Capítulo I.

Achamos conveniente um esclarecimento. Enquanto referimo-nos várias vezes aos integrantes do ME de maneira individual, em outras apresentamos diretamente o museu como ‘um todo’, atribuindo-lhe ações, vontades e até pensamentos. Pode parecer contraditório, mas estas diferenças de tratamento são intencionais de nossa parte e estabelecidas a partir do momento em que encontramos, nas práticas atuais, o propósito de configurar uma certa identidade intelectual ao procurar uma adesão aos valores e significados que suas autoridades atribuem à sua concepção de museu etnográfico universitário, como também à mensagem que se propõem a transmitir. A adjudicação de ‘uma voz’ ao ME deve ser entendida como um resultado do trabalho de campo, e não como um pressuposto com que teríamos chegado ao museu.

O leitor conheceu então o contexto de produção onde se imaginaram, projetaram e finalmente realizaram as visitas guiadas. Por isso, tornamo-las protagonistas do Capítulo III. Como esperamos ter demonstrado, a ‘arqueologia do século XV’ e ‘a história do século XIX’ que encontramos no ME transformam as visitas guiadas em aulas de antropologia, uma espécie de ‘curso de extensão universitária’ realizado em pouco mais de uma hora, desempenhando funções informativas, pedagógicas e políticas, todas elas enquadradas no exercício constante de um trabalho científico. A colocação em funcionamento de “enredos temporais” que não se reduzem às categorias passado/presente facilita esta tarefa, permitindo que a suas reservas coloniais de objetos históricos e arqueológicos sejam incorporados outros jogos de tempos pelos quais pode-se abrir uma reflexão sobre a sociedade atual.

Neste capítulo, introduzimos, aliás, alguns testemunhos oferecidos pelas docentes que escolhem visitar o ME como complemento educativo. Em suas declarações manifesta-se, por um lado, a percepção do ME como um ‘museu

de história', ao qual visitam à procura de versões diferentes que questionem o relato hegemônico (seja a partir dos 'tempos europeus' colocados pela história universal, ou do protagonismo dos 'tempos do estado-nação' assinalados pelos manuais de história argentina). Por outro lado, a assistência às visitas guiadas nos foi explicada pela possibilidade de abordar temas tais como a exclusão e inclusão sociais, a diversidade étnica, o racismo e a discriminação, ou o conhecimento de outras formas de vida que permitissem pôr em xeque os sólidos caminhos que conduzem ao etnocentrismo. As docentes entrevistadas justificaram sua assistência a partir de um ou outro grupo de expectativas (ou inclusive a partir de ambos) e, em quase todas as oportunidades, fez-se referência à recomendação anterior de outra(s) docente(s) e/ou escola(s).

Em um museu que não dispõe dos meios suficientes para se promover em maior escala – e pelo qual sua difusão se realiza, principalmente, através deste 'boca-a-boca' – encontramos, não obstante, uma agenda sempre repleta de visitas para escolas. Sua ampla afluência põe em evidência a distância existente entre o mundo científico-acadêmico e a produção de material educativo em uma linguagem de divulgação. A ausência de material bibliográfico conduz docentes e escolas até o ME, à procura de um conhecimento que ainda não se encontraria disponível em um nível apropriado para os primeiros graus de ensino. O ME funciona então como um efetivo *nexo* entre a universidade e o público, traduzindo uma linguagem científica em outra de divulgação.

A experiência social vivida por seus visitantes vai tecendo-se através de sua própria participação nas visitas, estabelecendo relações com os guias, com o exibido e com os sujeitos históricos que o habitam. Entretanto, nessa experiência também pode ser produzida uma primeira aproximação à universidade como instituição. Muitas vezes, perante a fascinação produzida pelas visitas (e, aliás, encontrando-se entre as quatro paredes que viram nascer a antropologia e a arqueologia como disciplinas), crianças e adolescentes perguntaram onde podiam estudar ambas as disciplinas, sendo informados no momento através da competência dos guias. Se, conforme àquilo por nós argumentado, as "dinâmicas de intercâmbio" estabelecidas durante as visitas permitem uma valiosa proximidade à instituição museológica, não menos importante é a possibilidade de aproximações com a universidade.

Finalmente, no Capítulo IV refletimos sobre as construções temporais incorporadas ao “tempo da visita”, como também sobre as conseqüências e possibilidades que se abrem por seu intermédio. Assinalamos o caráter construído de tais artefatos temporais, como também sua manipulação no ME para a transmissão da mensagem que propõe: eliminar a noção de ‘povos sem história’ e revalorizar uma história plural / não-hegemônica para, através dela, devolver seu lugar aos indígenas.

A sucessão de eventos contingentes que, conectados arbitrariamente, deram espaço à chamada história oficial (como também à seleção cultural de imagens bem sucedidas para ilustrá-la) são desvelados pelo ME, não à maneira maniqueísta de ‘denúncia’, e sim para desmitificar uma leitura do verdadeiro. O caráter construído das representações e de seus contextos não é patrimônio da história oficial. Ao tornar explícita a contingência da investigação, o ME se apresenta também em sua arbitrariedade de agente social e cultural.

A história que ele nos narra demonstra que, longe de tratar-se de comunidades passivas e/ou estáticas, a resistência e a agência indígenas possibilitaram que suas sociedades nunca fossem abrangidas completamente pelas representações colonialistas da história oficial. Este reconhecimento – sem dúvida valioso – não responde a uma visão politicamente ingênua: sociedades indígenas e brancas são apresentadas *juntas*, mas a partir de relações de intercâmbio *assimétricas*. Aliás, é por meio de tais relações de poder e dominação que se nos explica por que houve de se tornar mais naturalmente compreensível uma origem ‘branca e comum que chegou com os barcos’, que aceitar a Argentina como uma nação multiétnica e pluricultural, resultado de sua história.

De um modo geral, os visitantes do ME mal conhecem a atualidade das sociedades indígenas, principalmente a partir das reivindicações de terras. No ME, não somente se explicita que não se trata de ‘*pessoas ocupando um terreno*’: também se transmite que há algo a mais a ser realizado do que uma mera devolução de terras. Ali se lhes devolve *passado* e *história*, quer dizer, *tempo*, e nele somos convocados a reconhecerno-nos em um contemporâneo *nós*, multiétnico e pluricultural. As sociedades indígenas são o ponto de partida para uma reflexão de toda a sociedade argentina.

Problematizando a perspectiva de Pierre Nora (1984) e assinalando a condição de ‘inimaginado’ do que ali é ensinado, referimo-nos ao ME como “lugar de criação de memória” ao apresentá-lo como construtor da mesma, e não unicamente como seu depositário fiel. Se, como propõe este autor, a história é o exercício regulado da memória, os objetos sempre interrogados nas visitas do ME formam, em sua interação com o público, os irregulares movimentos no tempo que convocam a construção de uma história nova. Segundo Johannes Fabian (1983), uma retórica da alteridade parece ter sido o modo próprio da antropologia, colocando os Outros *distantes* em tempo e/ou espaço; entretanto, a retórica histórica elaborada no ME instala, em passado e presente, sua proximidade. Entendendo estas disjunções espaço-temporais como outro dos produtos da descontinuidade colonial, concordamos com Peter Pels (1997) quando assinala que o estudo do colonialismo permitiria apagar as diversas fronteiras traçadas entre antropologia e história. Aliás, consideramos que as mostras do ME são elaboradas a partir desta perspectiva.

Neste quarto capítulo realizamos uma apropriação das reflexões de Norbert Elias (2000) acerca da condição socialmente determinada do tempo. O autor também assinala sua existência objetiva como processo físico, sobre o qual – ou melhor, *com* o qual – tecem-se socialmente suas articulações e acabam sendo instituídas. Esta dupla condição também é assinalada por André Comte-Sponville (2001) ao argumentar que, se todos somos sujeitos históricos, o tempo deve possuir, então, algo a mais do que subjetividade.

Entretanto (e de alguma maneira, paradoxalmente), o problemático do tempo parece se concentrar ao redor de sua – enganosa – condição objetiva. É por causa de sua compreensão e incorporação como dado do ‘real-verdadeiro’ que seus usos transformam-se em uma concorrida arena política: aquilo que socialmente é assinalado como acontecido em tal ou qual momento particular, tem de ser colocado naturalmente em uma cadeia temporal que o precede. Esta, por sua vez, também foi construída. Entretanto e como bem assinala Elias, a partir do momento em que determinados modelos temporais se tornaram meios orientadores úteis e eficazes à vida social, confundimos a hibridez do seu traçado com a naturalidade de sua aplicação, esquecendo que os atos temporais – quer dizer, a instalação de tempos, e mais ainda no desenho da história – têm lugar entre as pessoas e suas relações, articuladas simultane-

amente entre configurações não somente de tempo e espaço, mas também de poder.

O ME não ‘coloniza’ o passado a partir de seu sistema interpretativo, quer dizer, a *mise-en-scène* do passado não é um erro ideológico, e sim responde à devolução que, a partir dessa *mise-en-scène*, é proposta. Não se trata de uma inércia colonial que conduziria as sociedades indígenas até aquele tempo, para contê-las somente ali. Há um projeto de recuperação histórica, traçado a partir dos objetos. O passado é um projeto, mas não de Nação a ser legitimada (Hobsbawm e Ranger, 1984): não se trata de uma definição *argentina* do passado e da história, senão de uma redefinição da história e do presente dos argentinos. Nas ‘*coisas velhas*’ que o ME exhibe, poderá se encontrar, seguramente, a passagem e a ação do tempo, mas ao serem colocadas com a atualidade da ‘nossa’ sociedade e história, também aparecerá um tempo da ação, convocado pelo caráter político e moralmente reflexivo a partir do qual se apresentam.

Temos de agregar uma última consideração em relação aos usos do passado. O exposto até aqui não significa que dentro do ME não tivesse relevância uma exposição na qual fôssemos informados acerca das condições atuais de existência de qualquer grupo indígena. Pelo contrário, consideramos sua realização politicamente necessária. Não obstante, levando em conta o enorme caudal de preconceitos que se concentram ao redor de comunidades em um país que, para afirmar-se branco e europeu, propôs-se primeiro a exterminá-las e depois negá-las, achamos que as sociedades indígenas não podem tornar-se visíveis somente no tempo da pesquisa do investigador que ‘as traz à tona’. *Uma sólida aproximação histórica é necessária, antes*, para compreender em profundidade que a situação atual dos indígenas não está inserida em nenhum ‘devir’ isolado e sim, pelo contrário, encontra-se atravessada por (e é resultado de) relações históricas de dominação, não sendo impossível, mas sim ilusório e incompleto, analisar sua atualidade sem elas. Aliás, sua profundidade temporal nos interpela e nos envolve no presente, demandando-nos uma tomada de posição.

\* \* \*

Na página 162 (nota 36) temos citado uma das informantes que, referindo-se à dificuldade que tem o ME para convocar o chamado Público Geral às visitas guiadas, explicava-nos: “*eles vêm para olhar objetos... e nós queremos contar-lhes histórias!*”.<sup>1</sup> Ao dizer isto, esta informante parecia organizar, por um lado, as expectativas que este museu acredita reconhecer no público que o visita, e, por outro, a intencionalidade histórica da própria instituição.

Focalizar-nos-emos na primeira parte deste enunciado. Pressupor que ‘o público vem para olhar objetos’ implica em reconhecer a naturalização de um tipo de uso determinado sobre os museus em geral: as pessoas os visitam para ‘olhar’ aquilo que foi selecionado e combinado para observação. Sem dúvida, temos aprendido a ingressar nos museus sob este caráter de *observadores*; da mesma maneira, temos incorporado que tudo quanto ali se encontra está agrupado sob a categoria *observado*. É justamente nesta relação – *observador/observado* – onde os museus de arte, por exemplo, encontram sua razão de ser: as peças que eles expõem foram feitas diretamente para serem exibidas, contempladas, admiradas ou até mesmo consumidas; além destas diferenças, poderíamos afirmar que – desde sua origem – essas peças carregam diferentes graus de intencionalidade expositiva.

Não é o caso dos museus etnográficos. Eles nasceram a partir de uma delimitação taxativa entre antropologia e história. A maioria dos objetos que são expostos não foram feitos para serem exibidos: pelo contrário, a vontade expositiva que eles carregam (e ali os reúne) não é nem a dos seus produtores, nem a dos seus donos. Nestes museus, a relação ‘observador/observado’ não tem uma relação lógica entre algo que foi feito para ser exibido e alguém que o contempla: apesar de se encontrar logicamente metaforizada, ‘observador/observado’, dentro destes museus, foi antes de mais nada uma relação assimétrica de conhecimento e de poder. Se aqueles povos ‘não tinham história’, obviamente seus objetos tampouco a tinham; por isso, os propósitos que agruparam inicialmente aqueles acervos permitiram classificá-los coerentemente sob as mesmas retóricas do estatismo e da sincronia. No contexto de um museu etnográfico, uma frase tal como ‘*eles vêm para olhar objetos*’ carrega a historicidade desta relação colonial.

---

1. Alicia Kurc, Ent.22/02/05.

Entretanto, no ME contam-se histórias. Visitá-lo não constitui um simples ‘programa recreativo de contemplação’ para um *observador* que olha para um *observado*, e tampouco consiste em uma ‘exibição de indígenas’: trata-se de um lugar onde pretende-se ensinar a observar-nos, refletir-nos e reconhecer-nos socialmente na história de um país com multiplicidade cultural, viabilizando uma reflexão participativa sobre a sociedade argentina contemporânea. Aquilo que no ME é exibido e guiado, não está configurado por simples conteúdos, e ainda menos conforma uma ilustração: implica em uma *mise-en-scène* de toda uma estrutura e a isso deve-se o esforço realizado pela Área de Extensão Educativa.

Apesar de tudo o que foi exposto até aqui, não deve ser interpretado que as visitas guiadas constituem ‘uma hora revolucionária’, capaz de remover absolutamente todos os preconceitos do público. Mas, sim, pelo menos, conseguem estremecê-los, minando-os de dúvidas, de contradições, de perguntas. Enquanto as ‘aulas abertas de antropologia’ – que acabam acontecendo durante as visitas – colocam ‘*a diversidade cultural como algo válido*’,<sup>2</sup> a maneira em que são instalados os indígenas nas narrativas do passado desestabiliza o relato hegemônico da história oficial. Por isso, referimo-nos às visitas guiadas não como um programa contemplativo, e sim como uma atitude política: nelas, usar o tempo implica em construir temporalidades, e através das quais entendê-lo e torná-lo próprio. Os conhecimentos arqueológicos e históricos apresentados através de objetos introduzem uma diferente possibilidade de refletir sobre a sociedade contemporânea: devido à continuidade da história em que essas ‘*coisas velhas*’ se inscrevem, reformulam-se distâncias entre o *eles* e o *nós*.

\* \* \*

Ao explicar como tinha se originado a construção do nosso problema de investigação e o nosso interesse nos usos *do tempo* realizados pelo ME, mencionamos na Introdução deste trabalho nossas primeiras inquietações, ao redor da ‘população de arqueólogos’ neste âmbito e a ‘falta de atualidade’, atribu-

---

2. Jorge Cladera, Ent.01/03/05.



ída por alguns antropólogos. Longe de terem se apresentado como possíveis dados da organização e/ou características do ME, temos de reconhecer que nos interpelavam a partir de nossa própria condição de antropólogos sociais, sentindo-nos de alguma maneira convocados à sua interrogação.

Em nossa dissertação de graduação, tínhamos assinalado como o ME instalava efetivamente os indígenas na história. Mesmo com a problematização da atualidade indígena não fazendo parte dos nossos objetivos, naquele momento não pensamos que sua instalação no passado os colocasse como atores sociais em termos do presente. Retrospectivamente, achamos que nossa interpretação foi favorecida por nossa abordagem exclusiva à sala do 'NOA' (a qual, como assinalou um dos guias neste trabalho, *'não dá tanto para fazer uma continuidade'*): parecia não haver contradição entre a falta de atualidade atribuída ao ME e a exposição arqueológica sobre a qual trabalhamos naquele momento. Por isso, achamos importante manifestar nosso próprio processo de reflexão. Em alguma medida, os primeiros avanços desta investigação estiveram acompanhados por estes pressupostos, envolvendo-nos nos mesmos a partir do momento em que constituíram os pontos de partida para nossos posteriores interesses. Aquelas primeiras suposições foram se diluindo, paulatinamente, através do conhecimento da história do ME e os usos do tempo que nele tiveram lugar, e também a partir das interrogações que realizávamos no contexto de nossa participação em suas atuais visitas guiadas. Fomos avançando no conhecimento de diferenças que, à luz de práticas anteriores, carregavam de historicidade os usos do passado e nos permitiam compreender outras criações e aplicações com ele.

Ao nos referirmos à ausência de antropólogos sociais no ME, em nossa Introdução também mencionamos que um dos motivos aludidos girou em torno à parte obscura da história desta instituição, seus *'karmas'* e *'fantasmas'*. Entretanto, ao longo do trabalho de campo fomos tomando conhecimento de outras dimensões que, sem dúvida, também interviriam na configuração desta aparente distância.

Não tem sido nossa intenção indagar e/ou aprofundar os aspectos acadêmico-legais que regem o ME, como tampouco aqueles que regulam seu vínculo institucional com a Faculdade de Filosofia e Letras, nem com a Universidade de Buenos Aires. Não obstante, queremos pelo menos mencionar que as ativi-

dades realizadas dentro do museu são consideradas ‘tarefas de extensão’, sem serem reconhecidas como ‘atividade docente’, o que cria restrições no circuito total da Universidade. Por sua vez, os organismos de financiamento à investigação científica outorgam maiores pontuações às publicações acadêmicas do que às tarefas de extensão universitária, determinando com isso uma maior concentração de interesses ao redor das primeiras, ao constituí-las como o caminho mais efetivo (e, portanto, mais valioso) para o desenvolvimento profissional. Por último, deveríamos acrescentar que não existe a *difusão* como ‘tema’ em nenhum currículo das orientações da carreira. Esta série de pautas ou condicionamentos externos tornaria compreensível, então, que aqueles que trabalham com a cultura material, e com as coleções no ME, acabem sendo aqueles que as investigam de maneira específica para seus próprios projetos, ou seja, os arqueólogos.

Entretanto, e além desses condicionamentos, no transcurso de nossas entrevistas com antropólogos sociais nos foi manifestado um explícito desinteresse pessoal para o aspecto museológico. Algumas vezes, a partir de uma simples questão de preferências; outras, justificado pelas – aparentemente – imodificáveis heranças coloniais, ou achando improvável a possibilidade de transmitir conhecimento através de objetos e/ou coleções, ou como uma alternativa desnecessária, dada a efetividade do texto escrito.

Por outro lado, os estudantes avançados de Antropologia Social que trabalham como guias dentro do ME manifestaram ter ‘*flasheado*’ com a experiência educativa, que lhes permitiu ‘*descobrir*’ a importância de transmitir o conhecimento através de uma ‘*linguagem compreensível*’, diferente daquela do circuito acadêmico. Lembremos, aliás, o entusiasmo que neles desperta o reconhecimento das potencialidades de transmissão que o ME abre. Devem se treinar e/ou reprimir para controlar tudo aquilo que, sentem, deveria ser dito no percurso da visita guiada, percebendo-a como ‘*a grande missão*’. Referindo-se ao ME como um lugar ‘*valioso*’, no qual ‘*passam outras coisas*’, lamentavam que sua estrutura de funcionamento não oferecesse uma continuidade (uma vez terminados os dois anos de ‘*estágio*’) e que deveriam tomar ‘*outros rumos*’ para conseguir um desenvolvimento profissional.

Retornemos agora à vida cotidiana do ME. Este conta com uma espécie de público cativo, ou seja, as escolas vão a ele todos os anos, sendo freqüente

que o façam mais de uma vez. Tomando somente o ano 2004, os estabelecimentos educativos que visitaram o ME somaram um total de 387.<sup>3</sup> Frente a esta quantidade de audiências de alunos em idade de formação e à procura de histórias alternativas e/ou abordagens de problemas sociais, as visitas guiadas transformam-se em uma oportunidade de dar ‘aulas abertas de antropologia’, podendo-se introduzir temas tais como autoridade, legitimidade, poder, dominação, reciprocidade, hierarquia, racismo, discriminação, exclusão social, diversidade e complexidade social, permitindo refletir sobre problemas de nossa própria sociedade no meio de uma experiência que não se esquece: um momento configurado entre linguagens singelas e compreensíveis, jogos divertidos e emoções prazerosas.

Entre estas potencialidades se inclui, aliás, a de apresentar a antropologia e a arqueologia como ciências, como também fazer visível o desempenho de ambas as disciplinas. Quantas vezes nos referimos, com certo cansaço, às repetidas situações onde somos confundidos com arqueólogos (da mesma maneira que estes reclamam ser identificados somente com ‘ossos e dinossauros’). A aparição freqüente destas idéias no senso comum seria o menos grave. Temos que lembrar de todos os pressupostos contra os quais o ME luta para acabar com a imagem inferior dos indígenas, com a noção de ‘povos sem história’ e com a idéia de argentinos ‘descendentes de barcos’. Ante sua constante recorrência, consideramos que deveríamos nos perguntar, seriamente, nem tanto acerca da eficácia do conhecimento que produzimos, mas sim o quanto e como conseguimos transmiti-lo.

\* \* \*

Em seu livro *Ethnography and the Historical Imagination* (1992), os Comaroff se faziam esta mesma pergunta ao questionarem uma matéria de um jornal contemporâneo. Falando dos ‘guerreiros místicos’ de Moçambique, a informação transmitia uma imagem distante e exótica, que não diferia em nada daquelas representações traçadas pelo evolucionismo do século XIX. Perante

---

3. Das quais, 226 eram instituições públicas, e 161 instituições privadas (*Informe Institucional 2004*). Segundo o Dr. Pérez Gollán: “...eu acho que [o museu] é o espaço privilegiado que nós temos para transmitir conhecimento, e sobretudo privilegiado porque eu aposto a uma coisa: às escolas, os meninos e professores... Eles são os que mudam as concepções...” (Ent., 14/02/05).

a naturalidade de sua colocação dentro de um meio massivo de comunicação, estes autores se perguntavam, então, quais as conquistas de nossa disciplina durante mais de um século, questionando de tal maneira não a nossa produção de conhecimento, mas sim a efetividade de sua aplicação.

Nos depósitos do ME, objetos e coleções são acompanhados silenciosamente pela diversidade de seres que invocam, com seus lugares, tempos e histórias. Somam-se a este convívio posteriores classificações e teorias colocadas junto a eles. A partir dessa confusão organizada, chegam até nós suas elaboradas exposições, traçadas a partir de uma seleção de sentidos que imprimem outras leituras naqueles acervos coloniais do passado, e sobre os quais – durante suas visitas guiadas – uma aplicação de conceitos antropológicos os transformará em objetos de reflexão contemporânea. Por meio da atividade científica e por intermédio de uma linguagem acessível, o ME transforma, desta maneira, seus acervos, utilizando suas ‘*coisas velhas*’ para transmitir conhecimento e contribuir para a formação de sujeitos críticos.

A recuperação destas ‘*coisas velhas*’ não opera em um plano meramente objetual: o ME não só exhibe objetos, mas principalmente suas idéias acerca desses objetos, convidando o público a expor as suas. Ao rastrear assim suas ‘*idéias prévias*’, este museu pretende conhecer e trabalhar sobre outro tipo de ‘*coisas velhas*’: os preconceitos dos visitantes.

A ‘profundidade temporal’ não é monopólio dos objetos: os “sistemas de preconceitos” das pessoas também a tem. Por isso, não somente os objetos necessitam ser indagados, questionados e ressignificados: as idéias das pessoas também. Um museu não pode ser modificado, se não se trabalhar simultaneamente sobre ambos. Porque podemos trocar todas as etiquetas, objetos e conteúdos, mas, se continuarem sendo lidos e incorporados segundo os preconceitos naturalizados dos visitantes, continuarão alimentando os mesmos propósitos coloniais que se tentam questionar.

É verdade que pensamos na palavra *museu* como um lugar de coisas conservadas, ‘cristalizadas’; não obstante, no ME se demonstra que a instituição museológica também pode albergar historicidades, processos e mudanças. As coisas não se solidificam pelo simples fato de ingressar em um museu: é a nossa intervenção, nosso próprio olhar sobre os objetos, que determina a interpretação, as classificações e as possíveis cristalizações daquilo que se

reúne e conserva. Por isso, o ME nem renega o seu acervo, nem tampouco pretende desvalorizá-lo devido à ‘herança colonialista’ que o teria reunido e ‘estigmatizado ideologicamente’. Para criar algo novo, não são necessários elementos diferentes: pelo contrário, o desafio realizado pelo ME é, justamente, *recuperar o velho e o cristalizado sobre esses mesmos materiais, para colocá-lo em diálogo com o velho e cristalizado de seus visitantes.*

\* \* \*

Dentre essas coisas ‘velhas e cristalizadas’ está a imagem do indígena. Aquele que o ME vai construindo através da visita guiada não está composto de ‘traços típicos’ e idealizado por trás das vitrines. É um indígena real, da vida cotidiana, que celebra um ano novo diferente, que aparece na feira de artesanato de Mataderos vendendo sua prataria, nos jornais lutando por suas terras, que escuta ‘cumbia’, vai à escola e ‘se veste como nós’. Para entender estas e outras possibilidades de transformação, é que nas visitas guiadas se apela ao desenvolvimento de uma consciência histórica: é a história que oferece modos de pensamento e de compreensão para a idéia de mudança, do fugaz. Parafraseando Borges (1979), é a história que possui os meios para falarmos do ‘problema da identidade mutável’.

Esse indígena que ‘se veste como nós’ não será o mesmo que está nas vitrines se nos for ensinado a observá-lo com distância, com paternalismo, com pena; mas será o mesmo quando, pelo contrário, formos ensinados a incorporá-lo com a proximidade do compromisso histórico e social. Compromisso que não poderá ser apreendido se não for através de um sólido fundamento histórico, capaz de sustentar sua própria construção em tempo presente.

Devolver esse passado é instalar contemporaneidade: é instaurar, por ele, o compromisso através do qual podem se estabelecer, hoje, outras relações sociais. As sociedades indígenas não são um dado idealizado dentro das vitrines do ME, e sim uma recuperação histórica, uma conquista social *mise-en-scène* entre as paredes deste museu, para o conhecimento, a reflexão e o compromisso político de seus visitantes.

\* \* \*

Por isso, transcreveremos a seguir o testemunho de um dirigente indígena de uma comunidade colla do noroeste argentino, registrado no ‘*Libro de Firmas*’ do ME. Embora breve, em sua declaração encontramos alguns pressupostos e algumas considerações vinculadas a problemáticas que foram apresentadas por nosso trabalho.

*“Me gusta esta iniciativa de visibilizar la cuestión aborígena... (...) **Aquellos que vinieron a ver cuán muertos están los indios**, deben saber que en Argentina existen más de 20 pueblos indígenas, cuyos integrantes - más del 10% de la población del país, viven, existen, en las condiciones de marginación histórica, en lugares inhóspitos, en las orillas dos pueblos y ciudades en esta Capital Federal y Gran Buenos Aires, vestidos como cualquier ciudadano, tratando de reencontrarse con su identidad del control de su propio destino. En 1994 la Constitución Reformada reconoció la preexistencia atenta y cultural de los pueblos indígenas... (...) Desde aquella jornada **cada argentino tiene la obligación de construir un nuevo país, pluriétnico y multicultural**.(...) Julio Zambrano, Colla - 25/09/04”*.

Como visitante do ME e dirigente indígena, expressa com satisfação a visibilidade da ‘*questão aborígine*’ que ali encontrou. Ao mesmo tempo (e tornando explícita, em sua percepção, a existência de uma expectativa generalizada, recriminando de alguma maneira aqueles que esperam encontrar ‘mortos’ os índios nos museus), convoca não somente ao conhecimento da presença das sociedades indígenas na Argentina, mas também ao da sua posição subordinada, sua exclusão social e a vigência de sua luta. Aliás, inscreve em seus dizeres o traçado da continuidade histórica que envolve o *nós* e o *eles* em tempo presente, reclamando politicamente a construção de ‘*um novo país, multiétnico e pluricultural*’ e interpelando moralmente a ‘*cada argentino*’ pela linguagem da obrigação.

Suas palavras traduzem, em alguma medida, ter captado as imagens que os organizadores do ME tentam comunicar. Mas, ao mesmo tempo, também transmitem uma adesão, uma manifestação positiva à organização museológica, reconhecendo implicitamente que as ‘*coisas velhas*’ de um museu podem ser ressignificadas para transformar, com elas, os (também velhos!) imaginários de seus visitantes.

# Referências Bibliográficas

- AMBROSETTI, J. B. La Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Buenos Aires y los Estudios de Arqueología Americana. In: **Anthropos**, v. 3, 1908, p. 983-990.
- AMBROSETTI, J. B. **Memoria del Museo Etnográfico, 1906-1912**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Publicaciones de la Sección Antropológica, n. 10, 1912.
- AMES, M. **Cannibal Tours and Glass Boxes: The Anthropology of Museums**. Vancouver: University of British Columbia Press, 1992.
- APARICIO, F. de. Necrología: Salvador Debenedetti. In: **Solar**. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1931, p. 375-384.
- APPADURAI, A. Introduction: commodities and the politics of value. In: **The Social Life of Things**. Cambridge University Press, 1986, p. 3-61.
- ASAD, T. **Anthropology & the Colonial Encounter**. New York: Humanities Press, 1973.
- ASAD, T. From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony. In: STOCKING Jr., G. (ed.). **Post-Colonial Situations: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991, p. 314-324.
- BARTOLOMÉ, L. Panorama y perspectivas de la antropología social en la Argentina. In: **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: 1982, 22 (87), p. 207-215.

- BAZIN, J. Science des moeurs et description de l'action. In: **Actualités du Contemporain: Le genre humain**. Paris: Hiver 1999/ Printemps 2000, 1993.
- BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 39-76.
- BENSA, A. Les musées, les individus et l'histoire. In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian** - Volume XLV - Les Arts premiers. Lisboa/ Paris, 2003, p. 15-22.
- BOAS, F. The limitations of the Comparative Method in Anthropology. In: **Race, Language and Culture**. New York: The Free Press, 1966 [1896], p. 270-280.
- BOIDO, G.; PÉREZ GOLLÁN, J.A.; TENNER, G. Alberto Rex González: una ruta hacia el hombre. In: **Ciencia Hoy**, v. 2, n. 9, Septiembre-Octubre. Buenos Aires: 1990, p. 12-20.
- BORGES, J. L. El tiempo. In: **Borges, oral**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1979, p. 83-97.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **L'amour de l'art**. Les musées d'art européens entonces leur public. París: Minuit, 1969.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. París: Minuit, 1979.
- CALVO, S.; ARENAS, P. **El Museo Etnográfico: aportes para su historia**. Buenos Aires, Mimeo, 1987.
- CARDOSO, R. Coleção e construção de identidades: museus brasileiros na encruzilhada. In: NEVES BITTENCOURT, J.; FASSA BENCHETRIT, S.; BOTTREL TOSTES, V.L. (ed.). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 183-196.
- CLIFFORD, J. Historias de lo tribal y lo moderno. In: **Dilemas de la cultura**. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: Gedisa, 1995, p. 229-256.



- CLIFFORD, J. Sobre la recolección de arte y cultura. In: **Dilemas de la cultura.** Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: Gedisa, 1995, p. 257-300.
- CLIFFORD, J. **Routes:** travel and translation in the late twentieth century. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. **Ethnography and the Historical Imagination.** Boulder: Westview Press, 1992.
- COMTE-SPONVILLE, A. **¿Qué es el tiempo?** Reflexiones sobre el presente, el pasado y el futuro. Barcelona, Editorial Andrés Bello, 2001.
- DE L'ESTOILE, B. Le Musée des Arts Premiers face à l'histoire. In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian** - Volume XLV. Les Arts Premiers. Lisboa/Paris: 2003, p.41-61.
- DIAS, N. Museos. In: BONTE, P.; IZARD, M. **Diccionario de Etnología y Antropología.** Barcelona: Editorial Akal, 1996, p. 514-6.
- DUBUC, E. Entre l'art et l'autre, l'émergence du sujet. In: **Le musée cannibale.** Neuchâtel: Musée d'ethnographie, 2002, p.31-58.
- DUJOVNE, M. **Entre musas y musarañas:** Una visita al museo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- ELIAS, N. **Sobre el tiempo.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- FABIAN, J. **Time and the Other:** How Anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983.
- FÍGOLI, L. H. G. **A ciência sob o olhar etnográfico:** estudo da antropologia argentina. Dissertação de Doutorado. Universidade de Brasília, 1990.
- FÍGOLI, L. H. G. **Origen y desarrollo de la antropología en la Argentina:** de la Organización Nacional hasta mediados del siglo XX. Mimeo, 2004.
- FOUCAULT, M. **Las palabras y las cosas:** una arqueología de las ciencias humanas. Siglo XXI Editores de España, 1996.

- GELL, A. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- GONZÁLEZ, A. R. Cincuenta años de arqueología del Noroeste Argentino (1930-1980): apuntes de un casi testigo y algo de protagonista. In: **American Antiquity**, 50 (3), 1985, p. 505-517.
- GONZÁLEZ, A.R. A cuatro décadas del comienzo de una etapa. Apuntes marginales para la historia de la Antropología argentina. In: **Runa - Archivo para las Ciencias del Hombre** – XX. Buenos Aires: 1991-1992, p. 59-86.
- GUBER, R. Antropología social: An Argentina diaspora between revolution and nostalgia. In: **Anthropology Today**, v. 18, n. 4, August, 2002, p. 8-13.
- GUBER, R. **Linajes ocultos en los orígenes de la antropología social de Buenos Aires**. Ava (en prensa) PPAS, UNaM, Posadas, 2004.
- GUBER, R.; VISACOVSKY, S. Controversias filiales. La imposibilidad genealógica de la antropología social de Buenos Aires. In: **Relaciones**, XXII-XXIII. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 25-54.
- GUBER, R.; VISACOVSKY, S. Imágenes etnográficas de la Nación. La antropología social argentina de los tempranos años setenta. In: **Cuadernos del Departamento de Antropología de la Universidad de Brasília**, n. 251, 1999.
- GUBER, R.; VISACOVSKY, S. (ed). **Historia y estilos de trabajo de campo en Argentina**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2002.
- GUREVICH, E.; SMOLENSKY, E. **La Antropología en la Universidad de Buenos Aires: 1973-1983**. P.I.A. CONICET/1987 - Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1987.
- HALL, S. Signification, Representation, Ideology: Althusser and the Post-Structuralist Debates. In: **Critical Studies in Mass Communication** - 2 (2). 1985, p. 91-114.

HARRIS, M. **El desarrollo de la teoría antropológica**: una historia de las teorías de la cultura. Barcelona, Siglo XXI, 1996.

HERRÁN, C. Antropología Social en la Argentina: apuntes y perspectivas. In: **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, FFyL, UBA, 1990, v. 2, n. 2, p. 108-115.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **The Invention of Tradition**. Cambridge University Press & Past and Present Publications, 1984.

**Homenaje a Alberto Rex González**: cincuenta años de aportes al desarrollo y consolidación de la Antropología Argentina. Fundación Argentina de Antropología - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1998.

JACKNIS, I. Franz Boas and Exhibits: on the Limitations of the Museum Method of Anthropology. In: STOCKING JR., G. **Objects and Others**: Essays on Museums and Material Culture - History of Anthropology, v.3. University of Wisconsin Press, 1985, p. 75-111.

KARP, I.; LAVINE, S.D. **Exhibiting Cultures**. The Poetics and Politics of Museum Display. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1991.

KOHL, P.; PÉREZ GOLLÁN, J.A. Religion, Politics, and Prehistory: Reassessing the Lingering Legacy of Oswald Menghin. In: **Current Anthropology**. v. 43, n. 4. August-October 2002, p. 561-586.

KÜCHLER, S. The past is a foreign country. In: INGOLD, T. (ed.). **Key Debates in Anthropology**. London/New York: Routledge, 1992, p. 200-248.

LAFÓN, C. R. Apuntes para una historia del Museo Etnográfico. In: **Revista de Educación**, año III, n. 3 (Nueva Serie), marzo 1958. La Plata: Ministerio de Educación, 1958, p. 462-478.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAUMONIER, I. **Museo y Sociedad**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

LÁZZARI, A. Antropología en el Estado: el Instituto Étnico Nacional (1946-1955). In: NEIBURG, F.; PLOTKIN, M. **Intelectuales y expertos**. La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004, p. 203-229.

MADRAZO, G. Determinantes y orientaciones en la antropología argentina. In: **Boletín del Instituto Interdisciplinario de Tilcara**. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1985, p.13-56.

NASTRI, J. La arqueología argentina y la primacía del objeto. In: POLITIS, G.; PERETTI, R. **Teoría Arqueológica en América del Sur**. Editorial Incuapa, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2004, p. 213-231.

NORA, P. Entre Mémoire et Histoire: La problématique des lieux. In: **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984, p. XVII-XLII.

OLIVEIRA, J. Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, E.; GARNELO, L. (org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Contra Capa Livraria, Associação Brasileira de Antropologia, 2004, p. 9-32.

OLIVEIRA, J. Pacheco de. Portrait of young Indian Gentleman: Recontextualizing ethnic objects and images of the colonized. In: **Civilisations: Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines**, v. LII, n. 2. Bruxelles: 2005, p. 105-125.

OUTES, F. **La reorganización del Museo Antropológico y Etnográfico de la Facultad de Filosofía y Letras**. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1931.

PELS, P. The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality. In: **Annual Review of Anthropology**, v. 26, 1997, p. 163-83.

- PERAZZI, P. **Hermenéutica de la barbarie**: una historia de la antropología en Buenos Aires, 1935-1966. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2003.
- PÉREZ GOLLÁN, J. A. Mr.Ward en Buenos Aires: los museos y el proyecto de nación a fines del siglo XIX. In: **Ciencia Hoy**, v. 5, n. 28. Buenos Aires: 1995, p. 52-58.
- PÉREZ GOLLÁN, J.A. Proyecto ME/87. In: **Noticias de Antropología y Arqueología**, n. 17. Buenos Aires: 1997, p. 15-35.
- PÉREZ GOLLÁN, J.A.; DUJOVNE, M. El Museo Etnográfico de la Facultad de Filosofía y Letras: balance de una gestión. In: **Runa**. Archivo para las Ciencias del Hombre, v. XXII. Buenos Aires: 1995, p. 119-131.
- PÉREZ GOLLÁN, J.A.; DUJOVNE, M. De lo hegemónico a lo plural: un museo universitario de antropología. In: **Entrepasados**, año X, n. 20/21, 2001, p. 197-208.
- PÉREZ GOLLÁN, J.A.; POLITIS, G. Latin American Archaeology: From Colonialism to Globalization. In: MESKELL, Lynn; PREUCEL, Robert (eds.). **A Companion to Social Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- PODGORNY, I. De Razón a Facultad: ideas acerca de las funciones del Museo de La Plata en el período 1890-1918. In: **Runa**. Archivo para las Ciencias del Hombre, v. XXII. Buenos Aires: 1995, p. 89-104.
- PODGORNY, I. De la santidad laica del científico Florentino Ameghino y el espectáculo de la ciencia en la Argentina moderna. In: **Entrepasados**. Buenos Aires: 1997, n. 13, p. 37-62.
- PODGORNY, I. Antigüedades incontroladas. La arqueología en la Argentina, 1910-1940. In: NEIBURG, F.; PLOTKIN, M. **Intelectuales y expertos**. La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004, p. 147-174.
- POLITIS, G. ¿Quién mató al megaterio? In: **Ciencia Hoy**, v.1, n. 2, febrero-marzo. Buenos Aires: 1989, p. 26-35.

- REVEL, J. Micro-análisis y construcción de lo social. In: **Anuario del IEHS**, n. 10. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1995, p. 125-143.
- RICOEUR, P. **Hermenéutica y Acción**: De la Hermenéutica del Texto a la Hermenéutica de la Acción. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1982.
- RUPP-EISENREICH, B. Difusionismo. In: BONTE, P.; IZARD, M. (comp.). **Diccionario de Etnología y Antropología**. Barcelona: Editorial Akal, 1996, p. 215.
- SCHÁVELZON, D. **El primer edificio de la Universidad de Buenos Aires (1874)**. La obra de Pedro Benoit y la arquitectura para la educación en el siglo XIX. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, 1975.
- SOUTO, P. **Geografía y Universidad**: institucionalización académica y legitimación científica del discurso territorial en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1996.
- STOCKING, G. **Race, Culture and Evolution**. New York: Free Press; London: Collier-Macmillan Ltd, 1968.
- THOMAS, N. **Entangled Objects. Exchange, Material Culture and Colonialism in the Pacific**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1991.
- THURNER, M. Republicanos y la comunidad de peruanos: comunidades políticas inimaginadas en el Perú postcolonial. In: **Revista histórica**, v. XX, n. 1. Lima: PUC, 1996, p. 93-130.
- TISCORNIA, S.; GORLIER, J. Hermenéutica y Fenomenología: exposición crítica del método fenomenológico de Marcelo Bórmida. In: **Revista Etnía**, n. 31, 1986, p. 35-62.
- VIAZZO, P.P. **Introducción a la Antropología Histórica**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2003.

VUGMAN, L. Conmemorando: del pasado del territorio a la historia de la Nación Argentina en las Ferias y Exposiciones Internacionales del Cuarto Centenario. In: **Runa**. Archivo para las Ciencias del Hombre, v. XXII. Buenos Aires: 1995, p.69-88.

WAGNER, R. **The Invention of Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

WASTIAU, B. La reconversion du Musée Glouton. In: **Le musée cannibale**. Neuchâtel: Musée d'ethnographie, 2002, p.31-58.

WOLF, E. **Europe and people without history**. Los Angeles and Berkley: University of California Press, 1982

outras fontes

**Cuaderno de Bitácora (CB)**. Documento interno do Museu Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

**Diario personal de Ana Biró de Stern**. Archivo Fotográfico e Documental do Museu Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

**Folletos Institucionales**. Museu Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

**Informe Institucional 2000/2001**. Museu Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

**Informe Institucional 2003**. Museu Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

**Informe Institucional 2004**. Museo Etnográfico “Juan B.Ambrosetti”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

Jornal Clarín

### Páginas web:

<http://www.museoetnografico.filo.uba.ar>

<http://www.historiadelpais.com.ar/1910.htm>

<http://www.todo-argentina.net>

<http://www.nodo50.org>

<http://www.mapuche-nation.org>

<http://www.benetton.linefeed.org>

<http://www.argentina.indymedia.org>

<http://www.pagina12.com.ar>

[http://www.patagoniaexpress.com/museo\\_leleque](http://www.patagoniaexpress.com/museo_leleque)

### Revistas:

UBA: encrucijadas - Universidad de Buenos Aires.

Mundo Atómico



# anexos

## ANEXO I:

Presidentes da República Argentina,  
desde a criação do Museu Etnográfico até hoje<sup>1</sup>

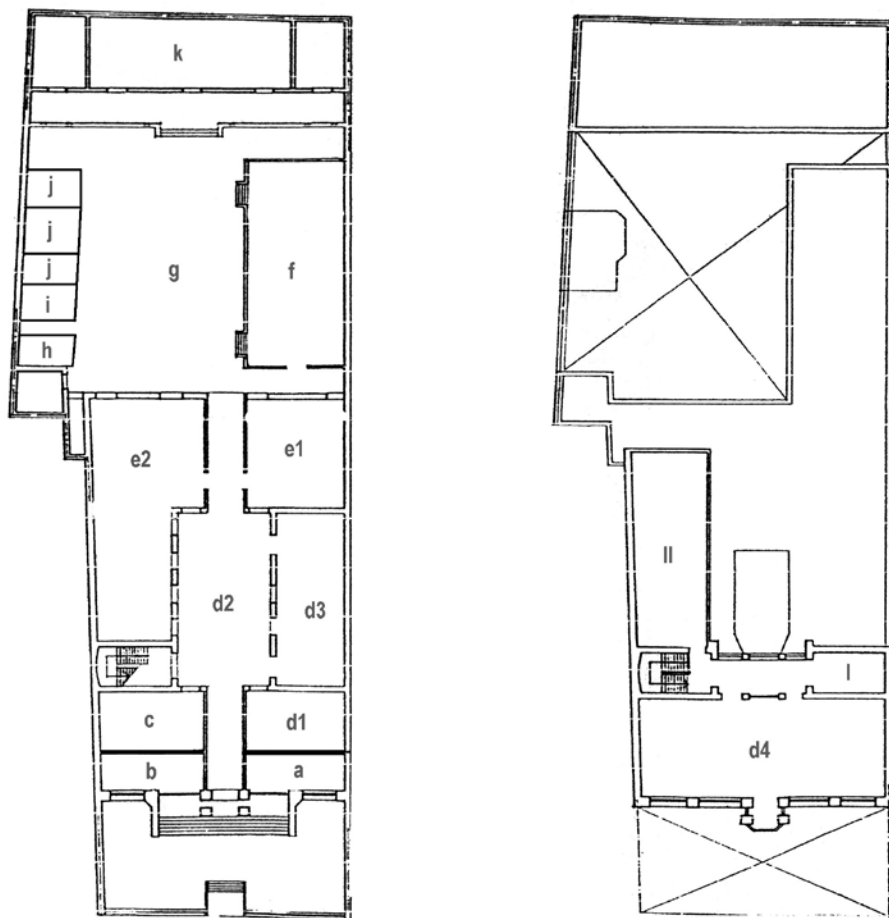
|                            |            |            |    |
|----------------------------|------------|------------|----|
| Julio A. Roca              | 12/10/1898 | 12/10/1904 |    |
| Manuel Quintana            | 12/10/1904 | 12/03/1906 |    |
| José Figueroa Alcorta      | 12/03/1906 | 12/10/1910 |    |
| Roque Sáenz Peña           | 12/10/1910 | 09/08/1914 |    |
| Victorino de la Plaza      | 09/08/1914 | 12/10/1916 |    |
| Hipólito Yrigoyen          | 12/10/1916 | 12/10/1922 |    |
| Marcelo Torcuato de Alvear | 12/10/1922 | 12/10/1928 |    |
| Hipólito Yrigoyen          | 12/10/1928 | 06/09/1930 |    |
| José Félix Uriburu         | 06/09/1930 | 20/02/1932 | DM |
| Agustín Pedro Justo        | 20/02/1932 | 20/02/1938 |    |
| Roberto M. Ortiz           | 20/02/1938 | 27/06/1942 |    |
| Ramón Castillo             | 27/06/1942 | 04/06/1943 |    |
| Pedro Pablo Ramírez        | 07/06/1943 | 09/03/1944 | DM |
| Edelmiro J. Farrell        | 10/03/1944 | 04/06/1946 | DM |
| Juan Domingo Perón         | 04/06/1946 | 04/06/1952 |    |
| Juan Domingo Perón         | 04/06/1952 | 20/09/1955 |    |
| Eduardo Lonardi            | 20/09/1955 | 13/11/1955 | DM |
| Pedro Eugenio Aramburu     | 13/11/1955 | 01/05/1958 | DM |

1. A sigla 'DM' significa 'ditadura militar'; os restantes são governos constitucionais.

|                             |            |                  |    |
|-----------------------------|------------|------------------|----|
| Arturo Frondizi             | 01/05/1958 | 23/03/1962       |    |
| José María Guido            | 29/03/1962 | 12/10/1963       | DM |
| Arturo U. Illia             | 12/10/1963 | 28/06/1966       |    |
| Juan Carlos Onganía         | 30/06/1966 | 08/06/1970       | DM |
| Roberto M. Levingston       | 18/06/1970 | 23/03/1971       | DM |
| Alejandro A. Lanusse        | 26/03/1971 | 25/05/1973       | DM |
| Hector J. Cámpora           | 25/05/1973 | 13/07/1973       |    |
| Raúl A. Lastiri             | 13/07/1973 | 12/10/1973       |    |
| Juan Domingo Perón          | 12/10/1973 | 01/07/1974       |    |
| María E. Martínez de Perón  | 01/07/1974 | 21/03/1976       |    |
| Jorge Rafael Videla         | 29/03/1976 | 29/03/1981       | DM |
| Roberto Eduardo Viola       | 29/03/1981 | 11/12/1981       | DM |
| Leopoldo Fortunato Galtieri | 22/12/1981 | 17/09/1982       | DM |
| Reynaldo Benito Bignone     | 01/07/1982 | 10/12/1983       | DM |
| Raúl Ricardo Alfonsín       | 10/12/1983 | 08/07/1989       |    |
| Carlos Saúl Menem           | 08/07/1989 | 05/05/1995       |    |
| Carlos Saúl Menem           | 05/05/1995 | 10/12/1999       |    |
| Fernando De La Rúa          | 10/12/1999 | 20/12/2001       |    |
| Ramón Puerta                | 20/12/2001 | 22/12/2001       |    |
| Adolfo Rodríguez Saá        | 22/12/2001 | 30/12/2001       |    |
| Eduardo Camaño              | 31/12/2001 | 01/01/2002       |    |
| Eduardo Alberto Duhalde     | 01/01/2002 | 25/05/2003       |    |
| Néstor Kirchner             | 25/05/2003 | 10/12/2007       |    |
| Cristina Kirchner           | 10/12/2007 | até a atualidade |    |

## ANEXO II:

### Planta do Museu Etnográfico



**a)** Direção; **b)** Área de Extensão Educativa; **c)** Sala de aulas e/ou auditório e/ou sala de exposições temporárias; **d)** quatro salas de exibição: **d1)** “Entre el exotismo y el progreso”; **d2)** “Más allá de la frontera”; **d3)** “En el confín del mundo”; **d4)** “De la Puna al Chaco: una historia precolombina”; **e)** dois depósitos: **e1)** Depósito de Etnografía; **e2)** Depósito de Arqueología (que inclui a Área de Têxteis Arqueológicos); **f)** Área de Conservação e Museografia; **g)** Pátio; **h)** *Sección de Estudios Interdisciplinarios de Asia y África*; **i)** sede da *Sociedad Argentina de Antropología*; **j)** Áreas de Projetos de Investigação com ‘lugar de trabalho’ no ME; **k)** Biblioteca; **l)** Arquivo Fotográfico e Documental; **II)** Área de Antropologia Biológica.

Este livro foi impresso em dezembro de 2008, com uma  
tiragem de 1.000 exemplares.

A fonte do texto é a Gentium, desenhada especialmente  
para textos de diversas etnias que usam a escrita Latina.